



UNIVERSIDADE FEDERAL DO CEARÁ
INSTITUTO DE CULTURA E ARTE
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM FILOSOFIA

RODRIGO CAVALCANTE DE ALMEIDA

**DO CONCEITO DE HISTÓRIA À TOTALIDADE PROVISÓRIA EM O CAPITAL DE
MARX: LIMITES E POSSIBILIDADES DO MÉTODO**

FORTALEZA

2026

RODRIGO CAVALCANTE DE ALMEIDA

DO CONCEITO DE HISTÓRIA À TOTALIDADE PROVISÓRIA EM O CAPITAL DE
MARX: LIMITES E POSSIBILIDADES DO MÉTODO

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Filosofia do Instituto de Cultura e Arte da Universidade Federal do Ceará, como requisito parcial à obtenção do título de Doutor em Filosofia. Área de concentração: Filosofia da Linguagem e do Conhecimento.

Orientador: Prof. Dr. Manfredo Araújo de Oliveira.

FORTALEZA

2026

RODRIGO CAVALCANTE DE ALMEIDA

DO CONCEITO DE HISTÓRIA À TOTALIDADE PROVISÓRIA EM O CAPITAL DE
MARX: LIMITES E POSSIBILIDADES DO MÉTODO

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Filosofia do Instituto de Cultura e Arte da Universidade Federal do Ceará, como requisito parcial à obtenção do título de Doutor em Filosofia. Área de concentração: Filosofia da Linguagem e do Conhecimento.

Aprovado em: 31/08/2023.

BANCA EXAMINADORA

Prof. Dr. Manfredo Araújo de Oliveira (Orientador)
Universidade Federal do Ceará (UFC)

Prof. Dr. Átila de Menezes Lima
Universidade Federal do Vale do São Francisco (UNIVASF)

Prof. Dr. Edmilson Alves Maia Junior
Universidade Estadual do Ceará (UECE-FECLESC)

Prof. Dr. Fabio Maia Sobral
Universidade Federal do Ceará (UFC)

Prof. Dr. Francisco José Soares Teixeira
Universidade Regional do Cariri (URCA)

Prof. Dr. João Emiliano Fortaleza de Aquino
Universidade Estadual do Ceará (UECE)

À Lorena e Gerlane, com amor.

AGRADECIMENTOS

À experiência de realizar uma pesquisa de doutorado em anos bastante conturbados, para utilizarmos um eufemismo, marcado por uma pandemia que ceifou milhões de pessoas, um governo de extrema direita que tinha como plataforma eliminar os pobres, o isolamento social no momento do nascimento do meu filho Vladimir, não foi uma experiência fácil. As veredas percorridas nessa pesquisa se mostraram bastantes tortuosas e cheias de obstáculos. Contudo, o amor e amizade de alguns seres humanos permitiram que eu chegasse ao final desse processo. A esses seres humanos, registro, aqui, os meus agradecimentos.

Aos meus pais, Leôncio Nunes de Almeida e Maria Gerlane Cavalcante de Almeida. Ambos, de diferentes formas, me ensinaram a importância do estudo, dedicaram a mim um amor e afeto impagáveis e, acima de tudo, acreditaram em mim. Em especial, no que tange ao estudo, mamãe cumpriu o papel mais importante, pois sempre acompanhou a minha formação de perto, a partir do binômio amor/disciplina. Ela sabe do que eu estou falando!

A meu amor e minha companheira, Lorena Pinheiro Braga Cavalcante. Sem sombra de dúvidas, quem mais contribuiu para que eu pudesse concluir a experiência do doutorado.

Aos meus filhos Gabriel e Vladimir, por me proporcionarem a alegria e o amor das suas existências.

À minha irmã Martinha e a meu irmão Leo, pelo amor de irmãos.

À minha tia Maria Cavalcante de Brito e ao seu esposo, Ézio Brito, pela abertura e acolhimento em sua casa nos anos finais do Ensino Médio. Serei sempre grato.

Aos meus sogros João Erivan Braga (*in memoriam*) e Francisca Meire Pinheiro Braga, pelo incomensurável apoio.

Aos meus amigos Pedro Eça, Miro Junior, Cícero Charles, Átila Menezes e Edmilson Junior, pela amizade antiga que se renova diariamente.

Aos meus amigos Rafael Iguatu, Pedro Rafael, Saulo, Marcondes, Ângelo, Yana, Larissa, Tayana, pela amizade.

Ao meu amigo e compadre John Aquino, por compartilhar comigo o amor pelas “coisas do espírito” e ser um grande interlocutor nessas matérias.

Ao secretário do doutorado, Sebastião, figura querida e demasiadamente humana, que sempre tratou de ajudar da melhor forma possível nas questões relacionadas à burocracia que a atividade do doutorado exigia, indo, na maioria das vezes, além das suas atribuições.

Aos membros da banca, Prof. Dr. Átila de Menezes Lima, Prof. Dr. Edmilson

Maia Junior, Prof. Dr. Fábio Maia Sobral, Prof. Dr. Francisco José Soares Teixeira e o Prof. Dr. João Emiliano Fortaleza de Aquino, pela gentileza e compreensão de aceitarem receber o trabalho em doses homeopáticas e pelas contribuições.

Ao meu orientador do mestrado, William James Mello, professor da Indiana University, por ter acreditado que eu tinha potencial para a pesquisa.

Ao meu orientador Manfredo Araújo de Oliveira, pela postura ética como orientador e pelo intelectual inspirador que o é. Lembro-me da alegria quando soube que o professor Manfredo seria meu orientador, falei para os meus amigos que é como se eu tivesse passado na seleção de doutorado duas vezes. A alegria mostrou-se historicamente legítima.

Os méritos que esse trabalho de pesquisa possa, eventualmente, apresentar, deve-se, em parte, ao suporte e à amizade das pessoas que cito em agradecimento. As inúmeras lacunas, deve-se, única e exclusivamente, ao seu autor.

RESUMO

A presente pesquisa toma como escopo analisar dois conceitos fundamentais do método de Marx na obra *O Capital*. São eles os conceitos de História e Totalidade Provisória, defendendo a tese de que o desenvolvimento do primeiro conceito ou concepção de História se configura, em parte, no segundo conceito de Totalidade Provisória, que consideramos ser chave analítica fundamental para a compreensão da obra *O Capital* e, por conseguinte, do seu método. Para isso, o trabalho divide-se em duas partes: a primeira parte trata da formação do conceito de História em Marx, demonstrando o caráter processual e não linear desse conceito na obra do pensador alemão, desde as obras de juventude, onde defendemos que não há ainda um conceito de História no autor, mas noções de História, balizadas numa postura realista e em uma aguçada noção de processo histórico, passando pela *Ideologia Alemã*, momento de inflexão na obra de Marx, e que marca o início da sua concepção de História, mas não do seu acabamento, até o desenvolvimento da crítica à falta de historicização da economia política. Na segunda parte, que toma como foco *O Capital*, investigaremos o conceito de Totalidade Provisória, implícito na obra. Na verdade, trata-se do próprio método de *O Capital*, que nada mais é do que a tentativa de Marx, talvez em parte inconsciente, de tentar conjugar uma apresentação dialética das categorias do modo de produção capitalista com uma síntese do processo histórico concreto. Em outras palavras, uma síntese entre uma dialética materialista e uma concepção de história aberta, articulado em uma totalidade que será, por isso, provisória. Daí derivam tanto o conceito de lei, como as categorias de médias sociais, permitindo compreender os diversos níveis de abstração entre os três livros, ao mesmo tempo que expressa os limites e o alcance do método de Marx.

Palavras-chave: história; totalidade provisória; dialética; o capital.

ABSTRACT

The present research takes as scope to analyze two fundamental concepts of Marx's method in the work *The Capital*. They are the concepts of History and Provisional Totality; defending the thesis that the development of the first concept or conception of History is configured, in part, in the second concept of Provisional Totality, which we consider to be a fundamental analytical key for understanding the work *Capital* and, therefore, its method. To this end, the paper is divided into two parts: the first part deals with the formation of the concept of History in Marx, demonstrating the processual and non-linear character of this concept in the work of the German thinker, from the works of youth, where we argue that there is not yet a concept of history in the author, but notions of history, based on a realistic posture and a keen notion of historicity, passing through the *German Ideology*, a turning point in Marx's work, and which marks the beginning of his conception of history, but not its completion, until the development of the critique of the lack of historicity of political economy. In the second part, which focuses on *Capital*, we will investigate the concept of Provisional Totality, implicit in the work. In fact, it is the very method of *The Capital*, which is nothing more than Marx's attempt, perhaps partly unconscious, to combine a dialectical presentation of the categories of the capitalist mode of production with a synthesis of the concrete historical process. In other words, a synthesis between a materialist dialectic and an open-ended conception of history, articulated in a totality that will therefore be provisional. It derives from this both the concept of law and the categories of social averages, making it possible to understand the various levels of abstraction between the three books, while expressing the limits and scope of Marx's method.

Keywords: history; provisional totality; dialectics; the capital.

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	10
	PARTE PRIMEIRA – A FORMAÇÃO DO CONCEITO DE HISTÓRIA EM MARX	27
2	CAPÍTULO I: O “PRÉ-CONCEITO” DE HISTÓRIA EM MARX	29
2.1	Da <i>Historie</i> à <i>Geschichte</i>: o conceito de História na Alemanha do século XIX	29
2.2	As noções de História no jovem Marx	36
3	CAPÍTULO II: A <i>IDEOLOGIA ALEMÃ</i> COMO MOMENTO DE INFLEXÃO A UMA CONCEPÇÃO DE HISTÓRIA MATERIALISTA	53
3.1	Reflexões sobre os pressupostos da História e crítica de uma filosofia da história idealista.....	57
3.2	A originalidade do conceito de modo de produção [<i>Produktionsweise</i>]/modo de vida [<i>Lebensweise</i>]	70
	PARTE SEGUNDA - HISTÓRIA E TOTALIDADE PROVISÓRIA EM <i>O CAPITAL</i>.....	80
4	CAPÍTULO III: HISTÓRIA NO CAPITAL: UMA SEMÂNTICA NÃO INVESTIGADA	82
4.1	História, o conceito inaudível: breve inventário de uma confusão conceitual	82
4.2	Os sentidos da história em <i>O Capital</i>.....	104
5.	CAPÍTULO IV: O CONCEITO DE TOTALIDADE PROVISÓRIA COMO UMA CHAVE PARA A COMPREENSÃO DO MÉTODO: O MOMENTO DO EFETIVO	123
5.1	O valor está no todo: fundamento e mercado mundial como expressão da unidade dos três livros.....	126
6	CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	138
	REFERÊNCIAS.....	140

1 INTRODUÇÃO

“Tudo pensar historicamente, eis aí o marxismo.”

Pierre Vilar

“O que é bem conhecido não é, por causa disso, reconhecido.”

Hegel

Na longa tradição de estudos que se formou sobre Marx, desde a publicação do primeiro volume da sua *Opus Magnum (O Capital)* em 1867, aos dias atuais, o interesse sobre o pensador alemão oscilou aos sabores conjunturais. Não obstante toda a sua influência no breve século XX¹, marcado por processos como a Revolução Russa de 1917 e a Guerra Fria 1945-1991, houve diversos “arautos” que decretaram o fim do marxismo, da História, e afirmaram, por conseguinte, a obsolescência de seu *corpus* teórico em relação aos complexos sociais contemporâneos, após a queda do muro de Berlim em 1989 e o fim da URSS em 1991.

Marx foi considerado por muitos, assim como “Spinoza no tempo de Lassing, um cachorro morto”. Todavia, após a crise econômica mundial de 2008, o interesse sobre a obra de Marx retornou. Podemos constatar esse renovado ímpeto a partir de alguns elementos que citaremos a seguir: 1) a venda da obra *O Capital* aumentou de forma substancial na Alemanha²; 2) o surgimento significativo de biografias³ do revolucionário alemão, desde

¹ O termo breve século XX foi criado pelo historiador Eric Hobsbawm, no seu livro *A Era dos Extremos*. Para Hobsbawm, divergindo de uma periodização apenas cronológica, o século XX teria se iniciado a partir da primeira guerra mundial (1914-1918) e se encerrado após o fim da URSS em 1991. A primeira guerra mundial (1914-1918) expressaria a verdadeira transformação, inclusive na mudança de percepção do tempo e aceleração das transformações tecnológicas, e o fim da União Soviética marcaria o fim desse século. Esses seriam os dois marcos fundamentais que caracterizariam o início e o final do século XX. (HOBSBAWM, 2003).

² “A atual crise financeira global está causando, na Alemanha, um grande aumento das vendas do livro *O Capital*, escrito por Karl Marx em 1867 para analisar o modo de produção capitalista. “Marx está novamente na moda”, disse ao jornal *Neue Ruhr Zeitung* Jörn Schüttrumpf, responsável pela editora Karl-Dietz, de Berlim, que publica as obras de Marx e Friedrich Engels em alemão. As vendas do primeiro volume da obra, explicou Schüttrumpf, triplicaram desde 2005, chegando a 1.500 exemplares”. Disponível em: <https://g1.globo.com/Noticias/PopArte/0,,MUL801551-7084,00>

CRISE+FINANCEIRA+FAZ+AUMENTAR+VENDAS+DE+O+CAPITAL.html#:~:text=A%20atual%20crise%20financeira%20global,o%20modo%20de%20produ%C3%A7%C3%A3o%20capitalista. “Durante e após as crises financeiras e econômicas mundiais de 2008, Marx foi invocado por comunidades e grupos ativistas, por economistas políticos e jornalistas da grande imprensa, chegando a ocupar a capa de revistas de notícias internacionais e aparecendo em documentários de tevê. Durante a última década, houve uma nítida cisão entre os estudiosos pós-coloniais e da colonização sobre a maneira de entendê-lo: irremediavelmente eurocêntrico, “branco” e ocidentalizante, ou precoce dissidente com uma visão global das expropriações coloniais e dependências colonizadas. Sob uma forma ou outra, de uma maneira ou outra, Marx está de volta!” (CARVER, 2021, p. 10).

pesquisadores dispostos à revisão do seu pensamento, até detratores sem compromisso com a teoria; 3) publicações de novas traduções da obra diretamente do alemão; 4) além da retomada da publicação das obras completas do autor pela MEGA²⁴, que aponta a possibilidade de uma

³ Das últimas biografias que foram produzidas sobre Marx, destacamos, de modo especial, a do cientista político alemão Michael Heinrich (2018), publicada originalmente em 2018, prevista para três volumes, mas até agora só publicado o volume I. Ela tem o mérito de combinar profundo conhecimento teórico da obra de Marx com uma boa contextualização histórica. Outra biografia que merece ser mencionada é a do Marcelo Musto, *O velho Marx: uma biografia dos seus últimos anos (1181-1883)*, como sugere o subtítulo, dedicada aos últimos anos da vida de Marx, publicada originalmente em italiano em 2016 e traduzida para o português em 2018 (MUSTO, 2018). Temos a biografia escrita em língua inglesa por Gareth Stedman Jones, publicada originalmente em 2016 e traduzida para o português em 2017, *Karl Marx: grandeza e ilusão*, que deixa muito a desejar no trato teórico de obras como o *Grundrisse* e *O Capital*, demonstrando, em algumas partes, compreensão demasiadamente precária dessas obras. (JONES, 2017). Há a biografia escrita, também em língua inglesa, por Jonathan Sperber, publicada em 2013 e traduzida para o português em 2014, *Karl Marx: uma vida do século XIX*. Sperber enquadra Marx como um autor do século XIX preso à era vitoriana, transformando Marx em um clássico que merece ser lido, mas reduzindo o poder, o alcance e a atualidade de suas ideias (SPERBER, 2014). Em nossa opinião, embora Marx tenha vivido e morrido no século XIX, as suas ideias marcaram principalmente o século XX e ainda continuam atuais. Temos a biografia de Marx e de sua esposa Jenny von Westphalen, *Amor e Capital*, escrito pela biógrafa Mary Gabriel, ressaltando a importância de Jenny na vida de Marx e como ela foi fundamental para que ele pudesse escrever *O Capital*. A perspectiva é destacar o lado mais humano de Marx (GABRIEL, 2013). Poderíamos, ainda, destacar duas biografias escritas por brasileiros: *Karl Marx: uma biografia dialética*, escrita por Angelo Segrillo e publicada em 2017, e *Karl Marx: uma biografia*, escrita por José Paulo Netto e publicada em 2020. A biografia de SEGRILLO (2017) defende a ideia que a originalidade de Marx não está em nenhuma categoria criada por ele, nem mesmo na sua teoria do valor, mas na sistematização que Marx fez dos seus predecessores, dando um sentido teórico e coeso ao que estava disperso. Não concordamos com essa interpretação. Já a biografia de José Paulo Netto acaba sendo, em parte, uma grande síntese crítica das biografias mais recentes. Se quiséssemos relativizar o argumento do surgimento de várias biografias de Marx como expressão no renovado interesse sobre esse pensador, poderíamos atribuir à efeméride dos 150 anos de publicação do livro *O Capital* em 2017. Todavia, não explicaria o volume de pesquisas e livros que surgiram sobre o autor. Para um balanço das biografias existentes até 2017, ver o artigo de Angelo Segrillo (SEGRILLO, Angelo. *Karl Marx: um balanço biográfico*. Estudos Ibero-Americanos, Porto Alegre, v. 43, n. 3, p. 601-611, set.-dez. 2017a).

⁴ A Marx-Engels-Gesamtausgabe (MEGA²) é a edição histórico-crítica completa das obras, manuscritos, cadernos de notas e correspondência de Karl Marx e Friedrich Engels. Trata-se do mais ambicioso projeto editorial dedicado ao marxismo e constitui, hoje, a principal base filológica para pesquisas sobre a formação e evolução do pensamento de Marx. O projeto possui antecedentes na primeira MEGA (1927–1935), dirigida por David Riazanov em Moscou. Essa primeira tentativa foi interrompida durante as purgas stalinistas e posteriormente pela Segunda Guerra Mundial. A segunda série – a MEGA² – foi iniciada em 1975, por instituições da União Soviética e da República Democrática Alemã, sendo reorganizada após 1990 sob coordenação internacional da Berlin-Brandenburgische Akademie der Wissenschaften. A MEGA² está estruturada em quatro grandes seções: 1) obras, artigos e rascunhos publicados por Marx e Engels; 2) manuscritos relacionados sobretudo à crítica da economia política, incluindo materiais preparatórios de *O Capital*; 3) correspondência completa (cartas de e para Marx e Engels); 4) cadernos de notas, excertos e materiais de pesquisa. No total, o projeto prevê cerca de 114 volumes, cada um acompanhado por extensos aparatos críticos e filológicos. Essas publicações recentes mostram que a pesquisa sobre Marx passou a incorporar amplamente cadernos de leitura, notas e materiais preparatórios, revelando dimensões antes pouco conhecidas de seu trabalho intelectual – por exemplo, seus estudos em ciência natural, antropologia e história global. A MEGA² transformou profundamente os estudos sobre Marx. A publicação sistemática de manuscritos inéditos e de variantes textuais permitiu reconstruir o processo de elaboração da crítica da economia política, especialmente os diferentes estágios de redação de *O Capital*. Além disso, a edição integral de cadernos de notas abriu novos campos de investigação sobre os interesses científicos e teóricos de Marx, incluindo ecologia, antropologia e história não europeia. Para uma análise mais aprofundada sobre o tema, ver: Rolf Dlubek, *Die Entstehung der zweiten Marx-Engels-Gesamtausgabe, im Spannungsfeld von legitimatorischen Auftrag und editorischer Sorgfalt* (1994). Hans-Georg Backhaus e Helmut Reichelt, *Der politisch-ideologische Grundcharakter der Marx-Engels-Gesamtausgabe* (1994). Carl-Erich Vollgraf, Richard Sperl e Rolf Hecker (orgs.), *Zur Kritik und Geschichte der MEGA* (Hamburgo, 1992). Para uma síntese em português do projeto da MEGA², ver: MARXHAUSEN, Thomas. *História crítica das obras completas de Marx e Engels* (MEGA). Crítica

compreensão mais aprofundada sobre sua obra, publicando uma quantidade enorme de manuscritos inéditos, possibilitando, para alguns estudiosos, revelar outras facetas do pensador alemão.

Destarte esses elementos supracitados que revelam, em alguma medida, que Marx voltou ao cenário acadêmico como objeto de pesquisa, qual o sentido de mais uma tese sobre Marx? Esta simples pergunta, que pode invocar o caráter pragmático dos trabalhos acadêmicos, porta um sentido profundo de verdade. Esta questão que, no sentido alegórico, mais parece uma esfinge armando o bote para devorar o pesquisador, pode ser respondida pelo menos de duas formas. A primeira é uma resposta defensiva, na verdade uma contra pergunta: qual seria o sentido de uma tese sobre Platão ou Aristóteles, autores mais antigos do que Marx, e que, mesmo assim, não se gasta tempo em justificar determinada pesquisa nos departamentos de filosofia? A partir de tal resposta, a esfinge não hesitaria ao sentir o cheiro da covardia e da fuga, e faria sua refeição na mesma hora! Outra possibilidade de arguição do problema é enunciar algo novo em um discurso que passou de um século e meio de existência e cuja literatura produzida sobre o tema geral, ou melhor, sobre Marx, é impossível de inventariar. O caminho que percorremos em nosso trabalho é o da segunda resposta, tentar provar algo novo sobre o método de Marx, elucidar alguns aspectos que ainda não foram esclarecidos pela crítica do autor e, na melhor das possibilidades, produzir algo que possa servir de base para novas pesquisas. Pode parecer pretensioso, e não garantimos o sucesso da empreitada, tão pouco nos amedrontaremos diante da esfinge.

Humberto Eco, no seu clássico *Como se faz uma tese*, considera essencial em relação a esse gênero de pesquisa que,

“em qualquer caso, o estudioso deve produzir um trabalho que, teoricamente, os outros estudiosos do ramo não deveriam ignorar, porquanto diz algo de novo sobre o assunto. [...] Deve dizer do objeto algo que ainda não foi dito ou rever sob uma óptica diferente o que já se disse” (ECO, 2019, p. 3, 28).

Então, o que seria esse algo novo sobre Marx? Em que consiste a nossa pesquisa? Nossa pesquisa procura analisar o conceito de História na obra *O Capital* a partir da tese que a concepção de História que Marx elaborou durante toda a sua vida, mas que tem como ponto de inflexão *A Ideologia Alemã*”, desdobra-se, ou se configura em um conceito que está implícito em *O Capital*, que chamamos de “Totalidade Provisória”⁵, e que é chave para a

Marxista, n. 39, 2014.

⁵ Optamos pelo conceito de “Totalidade Provisória” sem a pretensão de originalidade. Na verdade, outros comentadores de *O Capital* já reconhecerem no seu método uma totalidade aberta ou histórica. Todavia, defendemos que a terminologia “Totalidade Provisória” é mais clara, por já evocar o caráter necessário de uma

compreensão do seu método. Também partimos do pressuposto de que o conceito de História, em Marx, não foi ainda, passados mais de 150 anos da publicação do primeiro volume de *O Capital*, em 1867, devidamente elucidado. Na verdade, o que há tanto na literatura marxista como antimarxista em relação ao conceito de História em Marx e, principalmente, em relação ao papel que a História ocupa na sua principal obra, é um grande mal-entendido. Em primeiro lugar, quase não há pesquisas dedicadas ao tema⁶. Em segundo lugar, não se tratou de esclarecer questões centrais sobre a relação entre Marx e a História, tais como: em que sentidos (polissemia) o pensador alemão usa o termo História em sua obra? Como o autor compreende o papel do sujeito e da estrutura? Há, em Marx, uma noção de temporalidade histórica? Qual o papel da História em *O Capital*? Qual a relação da História com o conceito de modo de produção? Qual o papel da dialética no modo de apresentação e investigação em *O Capital*? Essas são algumas questões que apresentaremos no decorrer da nossa tese e que

síntese que, por ser provisória, é histórica, ou seja, não tem validade eterna, mas tem validade temporal no sentido de captar determinadas tendências estruturais do modo de produção capitalista. Totalidade aberta, por mais que esteja claro o seu caráter histórico, pode-se pensar, como Adorno, na *Negative Dialektik*, uma totalidade sem síntese. Trata-se apenas de tentar, com essa terminologia, buscar uma maior clareza. Para uma discussão sobre o conceito de totalidade na tradição marxista, ver o livro *Marxism and Totality: the adventures of a concept from Lukács to Habermas*, de Martin Jay (JAY, 1984).

⁶ Há pouquíssimas obras dedicadas ao tema da História em Marx. Podemos citar *A Teoria da História em Karl Marx: uma defesa* (COHEN, 2014). Obra do movimento que ficou conhecido como marxismo analítico, um tipo de reformulação do marxismo anglo-saxônico que visava expurgar a dialética da teoria de Marx. Em nossa opinião, trata-se de uma concepção instrumentalizada e rasa da teoria de Marx. Noutra perspectiva, temos, *Making History*, de Alex Callinicos (CALLINICOS, 2004), que apresenta alguns méritos, inclusive o diálogo com as ciências sociais. Podemos, ainda, citar *Marx, o intempestivo: grandezas e misérias de uma aventura crítica*, de Daniel Bensaïd (BENSAÏD, 1999) que, embora não seja dedicada exclusivamente à História, consegue fazer uma boa discussão sobre o tema, fugindo do lugar comum e trazendo boas contribuições. Há, ainda, alguns textos que foram dedicados ao tema, como os dois excelentes textos de Pierre Vilar, *Marxismo: uma história em construção* (VILAR, 1976) e *Marx e a História* (VILAR, 1983). Nossa dívida para com esses textos é de difícil mensuração. Podemos ainda citar dois capítulos reunidos no livro *Sobre História*, de Eric Hobsbawm (HOBSBAWM, 2013) ao qual temos profundas discordâncias; capítulos de dois livros de Josep Fontana, *História análise do passado e projeto social* (FONTANA, 1998) e *História dos Homens* (FONTANA, 2004). Os livros de Fontana têm vários méritos, como, por exemplo, mostrar que a concepção de História em Marx não era linear e esquemática. Contudo, ainda faz uma leitura equivocada do prefácio do *Contribuição à crítica da economia política de 1859* e, no que se refere ao *O Capital*, compreende a história como fazendo parte apenas do capítulo XXIV. Podemos também citar a dissertação de mestrado de Adauto Lopes da Silva Filho, *Introdução ao conceito de história em Marx: 1841 a 1847* (SILVA FILHO, 2000), centrando a discussão na gênese do conceito de História em Marx até o seu desenvolvimento no *Miséria da filosofia*. Temos, ainda, dois textos do filósofo Hector Benoit, sobre *a crítica (dialética) de O Capital* (1996) e sobre *o desenvolvimento (dialético) do programa* (1997), onde aborda lateralmente o conceito de História em *O Capital*, todavia limitando-se ao livro I. Explanaremos as nossas divergências com esses textos na parte II da tese. Por fim, temos a tese de doutorado de Jean Paulo Pereira de Meneses, *Um estudo sobre o conceito de história e tempo presente em Marx através da crítica da economia política de 1859*, que chega a afirmar que Marx teria criado uma “filosofia da História”. Para sustentar essa tese, ele é obrigado a deformar o conceito de filosofia da História, transformando-o em um conceito extremamente *sui generis*. Recentemente, temos uma publicação brasileira com o título *Marx e a História: das particularidades nacionais à universalidade da revolução socialista*, de Gustavo Machado (MACHADO, 2018), além do seu artigo *O papel da história no modo de exposição de O Capital de Marx*, publicado na *Verinotio*, revista on-line de filosofia e ciências humanas. v. 24 n.1 (2018): edição 150 anos de *O Capital*. (MACHADO, 2018a) com a qual também apresentamos profundas discordâncias. Com exceção do artigo de Machado e o texto de Benoit, nenhum dos outros textos tratam do conceito de História em *O Capital*, o que justifica nosso argumento de haver poucas pesquisas sobre o tema.

consideramos fundamentais para explicitar o desenvolvimento da concepção de História na obra, assim como o seu desdobramento no conceito de “Totalidade Provisória”, visando a, em alguma medida, refletir sobre as possibilidades e os limites do método de *O Capital*.

Das questões acima levantadas, faz-se necessário antecipar uma parte da exposição sobre o uso polissêmico do termo história por Marx, por se tratar de um tema não explorado pelos intérpretes do autor, e por ser basilar no desenvolvimento da nossa tese. Em relação à essa polissemia, serve a epígrafe de Hegel, reiteradamente citada por ele em duas das suas principais obras, *Fenomenologia do Espírito (1807)* e *A Ciência da Lógica (1812-1816)*, “o que é bem conhecido não é, por causa disso, reconhecido” (HEGEL, 2016, p. 33). Há, quando se fala em História em Marx, uma espécie de “naturalização do objeto”. É comum descrever o seu método como “materialismo histórico”. Expressão que os organizadores da Mega² alegam que Marx nunca utilizou. Todavia, para além do uso ou não do termo, houve um esvaziamento semântico do léxico, inclusive nos estudiosos do autor. É como se, por definir o método de Marx como materialismo histórico, o conceito de História se tornasse autoevidente, não carecendo de elucidação. Em uma palavra, não se investigou o que o revolucionário alemão entende por História. O objeto “história” foi naturalizado na obra de Marx! E, quando se trata da importância da História na constituição do método de *O Capital*, a coisa fica ainda pior. As interpretações são as mais divergentes possíveis. A grande maioria dos intérpretes não diz o que Marx entende por História, e os que tentam esclarecer o conceito ou partem do lugar-comum, ou acabam minimizando o papel do mesmo⁷.

Não obstante, além da naturalização do objeto por parte de pesquisadores marxistas, também podemos salientar que, durante muito tempo, a historiografia, de modo geral, principalmente até meados do século XX, ignorou a importância da concepção de História criada por Marx, inicialmente em parceria com Engels. As primeiras obras que trataram de fazer um panorama geral da história da historiografia deixaram de fora Marx e Engels. As obras pioneiras nesse tipo de gênero, *Geschichte der neueren Historiographie*, de Eduard Fueter (1911), e *History and historians in the nineteenth century*, de George Peabody Gooch, desconsideraram completamente a importância de Marx e Engels.

Nesta exposição sobre as histórias gerais da historiografia, deve-se destacar também autores que não realizaram estudos historiográficos, e, entretanto, por intermédio de suas ideias, influenciaram esta área do conhecimento. Devemos nos referir, em primeiro lugar, a Karl Heinrich Marx (1818-1883) e a Friedrich Engels (1820-1895), aos quais associamos o materialismo histórico. Como já podemos observar, chamou-nos a atenção que as duas primeiras histórias gerais da historiografia, a de autoria de Eduard Fueter (1911) e a de George Peabody Gooch (1913), não fazem nenhuma

⁷ Dedicamos um capítulo sobre essas interpretações na parte segunda da nossa pesquisa.

alusão a Karl Marx e Friedrich Engels, e que a devida referência ocorre, pelo que temos conhecimento, em trabalhos de história geral da historiografia somente a partir da obra de Benedetto Croce (1917) (SILVA, 2018, p. 68).

De acordo com o historiador Rogério Forastieri da Silva, esse “eloquente silêncio” está ligado, por um lado, ao caráter extremante conservador do surgimento da História como ciência na Alemanha, e, por outro, à natureza política e revolucionária das ideias de Marx e Engels.

Por uma vertente, talvez, seja o caso de destacar o contexto político-ideológico profundamente conservador, já referido, em que emerge a História como disciplina, cuja matriz é a “história científica” na Escola Histórica Alemã. Como é sabido, aquela está comprometida com uma preocupação explícita, entre outras, de combater as posturas do Iluminismo que poderiam estar ligadas ao “ideário revolucionário”. Este fato, desde já, colocava sob suspeição para aqueles historiadores qualquer sistema de ideias que pudesse de alguma maneira associar-se com a “ação revolucionária”. Por outra vertente, é sabido que o marxismo emerge, entre outros aspectos, como crítica ao *establishment* e com uma proposta efetiva de ação política revolucionária transformadora. É muito provável que esta associação do marxismo à militância política afastava os profissionais da “história científica” de qualquer posição ou envolvimento que pudesse ser associado ou identificado à “ação revolucionária”. Dessa forma, em coerência com a “história científica”, as primeiras histórias gerais da historiografia dedicaram ao marxismo um “eloquente silêncio” (SILVA, 2018, p. 70).

Também não se discutiu o legado de Marx e a sua importância para a historiografia alemã. Um dos mais importantes clássicos produzidos sobre a historiografia alemã, *The German Conception of History: the national tradition of historical thought from Herder to the present*, de Georg G. Iggers, obra originalmente publicada em 1968, deixa de fora Marx, mas confessa, em um prefácio de uma edição revisada 15 anos depois, que, se reescrevesse o livro, daria mais espaço a autores como Marx, que estavam fora da academia.

No entanto, se eu fosse reescrever o livro, lhes daria mais espaço. Da mesma forma, importantes impulsos para uma abordagem social crítica da História que vieram de estudiosos que estavam fora da disciplina, como Ludwig Von Stein, Gustav Schmoller, ou Max Weber, ou inteiramente fora da universidade, tais como Karl Marx (IGGERS, 1983).

É claro que Marx e Engels, em sentido geral, não escreveram obras de historiografia *stricto sensu*, no entanto, as suas ideias foram responsáveis por criar tradições historiográficas e tiveram parte nos mais importantes debates historiográficos do século XX. Basta lembrarmos do famoso debate da transição do feudalismo para o capitalismo, iniciado a partir da publicação do livro *Studies in the Development of Capitalism*⁸ (Estudos sobre o

⁸ Esse livro foi publicado no Brasil, no ano de 1983, com o título de *Evolução do capitalismo*, talvez influenciado pelo debate da época sobre o etapismo, pois o título evolução dá uma ideia maior de linearidade do

desenvolvimento do capitalismo), de Maurice Dobb, em 1946. Trata-se até hoje, talvez, do debate⁹ mais influente da historiografia mundial no século XX, envolvendo pesquisadores de diversas nacionalidades e que, até o momento atual, não se tem um consenso sobre tal. Apesar de o ponto de partida da discussão ter sido a publicação do livro de Maurice Dobb, o pano de fundo de todo o debate girava em torno da interpretação de Marx sobre a transição do modo de produção feudal para o modo de produção capitalista. Mesmo tendo influenciado profundamente debates e tradições historiográficas, Marx foi negligenciado nas primeiras publicações referentes à história geral da historiografia.

Ainda de acordo com (SILVA, 2018, p. 69), “Estabelece-se, portanto, desde o final do século XIX, uma tradição entre as humanidades, que levava em conta a perspectiva materialista da História. Entretanto, a ‘história científica’ ignorava o materialismo histórico”.

Isto é apenas uma ilustração da lacuna em pesquisas relacionadas ao papel de Marx na historiografia alemã. Não preencheremos tal lacuna, pois demandaria outra tese. No entanto, abordaremos lateralmente a questão da relação do conceito de História em Marx e o início da História como ciência na Alemanha. As poucas pesquisas que existem sobre a História em Marx ignoram essa relação. Geralmente, limitam-se a destacar a origem do conceito de História no embate com o idealismo alemão, especificamente com a esquerda hegeliana. Em parte, isso é verdade, não há como dissociar o conflito idealismo/materialismo (práxis) da gênese do conceito de História em Marx. Mas o cenário é bem mais amplo, e as influências são bem maiores. Para ilustrar, basta nos atermos à influência da Escola Histórica do Direito, que tinha seu maior representante na figura de Savigny. “E somos tentados a perguntar se a escola histórica do direito positivo, que contrapunha às concepções do direito natural ou racional um direito concreto produzido pela História, não está mais próxima a visão madura de Marx [...] “de um direito como superestrutura historicamente determinada – do que as concepções de Kant ou mesmo de um Hegel”. (VILAR, 1983, p. 93). Sabemos que Marx

que desenvolvimento. Ideia que predominava em grande parte da esquerda marxista da época, principalmente no PCB, orientada pela Terceira Internacional Comunista.

⁹ A bibliografia sobre esse debate é extensa, mas podemos citar alguns livros e autores que sintetizam a dimensão e a importância dessa discussão. (DOBB, Maurice. *Studies in the Development of Capitalism*. London: Routledge & Kegan Paul, 1946. SWEEZY, Paul. “A Critique”. In: HILTON, Rodney (org.). *The Transition from Feudalism to Capitalism*. London: Verso, 1976. HILTON, Rodney (org.). *The Transition from Feudalism to Capitalism*. London: Verso, 1976; HILTON, Rodney. *Bond Men Made Free: Medieval Peasant Movements and the English Rising of 1381*. London: Routledge, 1973; TAKAHASHI, H. K. “A Contribution to the Discussion”. In: HILTON, Rodney (org.). *The Transition from Feudalism to Capitalism*. London: Verso, 1976; HILL, Christopher. “A Comment”. In: HILTON, Rodney (org.). *The Transition from Feudalism to Capitalism*. London: Verso, 1976; BRENNER, Robert. “Agrarian Class Structure and Economic Development in Pre-Industrial Europe”. *Past & Present*, n. 70, 1976; ASTON, T. H.; PHILPIN, C. H. E. (orgs.). *The Brenner Debate: Agrarian Class Structure and Economic Development in Pre-Industrial Europe*. Cambridge: Cambridge University Press, 1985.

rejeitou as ideias de Savigny e que teceu uma crítica virulenta a essa escola, mas, como ressalta Vilar (1983, p. 94),

“isso quer dizer, por acaso, que as lições de Savigny não tinham contado para Marx? Não, porque é característico de seu procedimento intelectual, precisamente, ler ou escutar apaixonadamente os outros, para rechaçá-los com o mesmo ardor, mas não sem utilizá-lo para sua própria construção”.

Smith, Ricardo, Hegel, e, de forma mais “violenta”, Proudhon, foram “vítimas” desse procedimento. Queremos chamar atenção aqui apenas para o fato de não reduzirmos o contexto histórico complexo que Marx viveu, e que influenciou na construção do seu método, ao lugar comum materialismo x idealismo.

Outro ponto que gostaríamos de destacar é a diversidade semântica do conceito de História em Marx, especialmente na sua obra magna, mas que não foi externalizado nas principais leituras. É comum em comentadores de *O Capital*, inclusive em intérpretes experientes e qualificados, uma redução esquemática e errônea do conceito de História na obra. Para Grespan (2012), e nesse ponto ele acompanha Rosdolsky (2007), por exemplo, a História em *O Capital* estaria apenas pressuposta. Serviria, em alguns momentos, para corrigir o método dialético de exposição, que poderia aparentar apenas uma dialética dos conceitos. Também este é o caso de Francisco Teixeira no seu livro *Pensando com Marx: uma leitura crítico-comentada de O Capital* (TEIXEIRA, 1995), que segue a interpretação de Rosdolsky (2007) e Marcos Müller (1982). Já Ruy Fausto (1987), além de trabalhar com o par posição/pressuposição, a História se limitaria a um esquema de apresentação dos modos de produção. Para E. P Thompson, um dos historiadores marxistas mais importantes do século XX, a história n’ *O Capital* “é introduzida para oferecer exemplificação e ‘ilustração’ a uma estrutura teórica que não é derivada dessa disciplina” (THOMPSON, 2021, p. 113), ou seja, a História é ilustração. Poderíamos avançar inúmeras páginas com outros exemplos de expoentes do marxismo, nacionais e internacionais, reduzindo a dimensão da História em *O Capital*, mas não é o nosso propósito. Dedicamos um capítulo de síntese para essa finalidade. No entanto, a questão que gostaríamos de salientar com esses exemplos é que o conceito de História não foi realmente investigado no livro. As diversas acepções do termo/conceito História nem sequer foram consideradas. Significa dizer que a nossa tese está andando em terreno virgem, e que, provavelmente, o que apresentaremos como fruto da nossa investigação mostrará incontáveis debilidades a serem corrigidas por pesquisas posteriores. Reconhecidos os limites da nossa aventura, quais seriam essas acepções do conceito História em *O Capital*?

Na sua principal obra, o pensador alemão compreende a História pelo menos em

seis sentidos: dois sentidos, ou níveis, que consideramos principais (*lato sensu*): História Real/Efetiva (*wirkliche geschichte*) e História enquanto método (*totalidade provisória, unidade de história e dialética*); e quatro secundários: História como Gênese ou Narrativa Genética (*Genesis*), História como Forma Clássica (*klassische form*), História como Formas Históricas (*historisches formen*) e História como Pressuposto Histórico (*historisches voraussetzung*).

É desnecessário dizer que esses sentidos não são dicotômicos entre si, mas se relacionam nas duas acepções mais amplas, na história efetiva e na sua elaboração teórica/metodológica (*totalidade provisória*). Noutras palavras, os dois primeiros níveis (*lato sensu*); história como processo real, ou história real/efetiva (*wirkliche geschichte*), onde os sujeitos vivem e atuam (dimensão essencialmente econômica, social, cultural e política), terreno das contradições e lutas de classes; e história enquanto método, ou, se preferir, como síntese provisória de uma realidade concreta (*totalidade provisória*), passível de captar apenas tendências como melhor síntese possível de um processo aberto, circunscrevem os outros sentidos ou acepções do conceito de História em Marx.

Analisaremos esses sentidos na parte dois do nosso trabalho, a partir dos capítulos 24 do livro I, *A assim chamada acumulação original* [*Die sogennante ursprüngliche Akkumulation*]; capítulo 20 do livro III, *Considerações históricas sobre o capital comercial* [*Geschichtliches über das Kaufmannskapital*], articulando com os três volumes de *O Capital*. Esses capítulos não esgotam a discussão terminológica/conceitual dos outros sentidos, ou como a História aparece na obra como um todo. Não obstante, o nosso propósito aqui não é esgotar a discussão, mas apenas apresentar um panorama geral do uso semântico complexo que o pensador alemão faz da história. *O Capital* é uma obra complexa por vários sentidos. De um lado, Marx mobiliza uma plêiade de autores de diversas tradições, múltiplas áreas do conhecimento, conseguindo articular elementos aparentemente díspares em um todo coeso (mas não acabado!). De outro, e isso se relaciona com a tese que defendemos, o pensador alemão está inventando uma nova forma de se fazer ciência, que pretende ser mais que ciência, uma crítica revolucionária ao modo de produção capitalista. Seria ingenuidade da nossa parte achar que teríamos a última palavra sobre a discussão.

Ademais, para não nos alongarmos, o que contrariaria o propósito de uma introdução, trataremos de expor os delineamentos gerais de como a nossa tese está dividida, com o objetivo de clarear, em alguma medida, o caminho do leitor.

A pesquisa está dividida em duas partes: Na primeira parte, que intitulamos **A FORMAÇÃO DO CONCEITO DE HISTÓRIA EM MARX**, investigaremos a “gênese”

do conceito de História em Marx, com uma discussão do surgimento da História como ciência na Alemanha. A palavra gênese encontra-se entre aspas não por acaso. É sempre um problema definir a gênese de um pensamento ou de um conceito em um autor de modo preciso em uma cronologia, podendo cair no que o historiador Marc Bloch (2002) criticava como mito das origens. Com Marx, isso não é diferente. Há pesquisas que consideram que a concepção de História em Marx surge, ao menos de modo “germinal”, desde a sua tese de doutoramento, *A diferença entre as filosofias da natureza de Demócrito e de Epicuro*, defendida na universidade de Jena, *in absentia*¹⁰, no ano de 1841. Discordamos dessa leitura. Para nós, o que há em Marx nas suas obras de juventude, de modo geral, como a *Crítica à filosofia do direito de Hegel – Introdução*, de 1843, ou mesmo os *Manuscritos econômicos e filosóficos* de 1844, é uma aguçada noção de processo histórico, crítica de uma mistificação do processo histórico e uma inclinação para o realismo. Mesmo quando o revolucionário alemão denuncia, na *Crítica da filosofia do direito de Hegel - Introdução*, a necessidade do caráter prático da filosofia, para além das abstrações de todo o idealismo alemão, o faz ainda de modo abstrato e sem uma concepção de História elaborada. Em nossa opinião, não podemos falar de um conceito de História como unidade de significado em Marx nesse período, pois dois elementos cruciais estão ausentes: o conceito de modo de produção e uma noção positiva de empiria, essenciais para uma concepção materialista da História. O próprio Marx reconhece, posteriormente, que estava preso a “fraseologias filosóficas” nessa época. Diferente de toda discussão posterior à *Ideologia Alemã*. Nesse sentido, realismo crítica a mistificação idealista do processo histórico e historicização, que o autor de *O Capital* carregará até o final da sua vida, influenciaram na sua concepção de História, mas ainda são insuficientes, em nossa opinião, para marcar uma inflexão do que chamamos de conceito ou concepção de História marxiana. Os pontos centrais são dois: a) mesmo quando Marx faz uma crítica ao idealismo hegeliano e principalmente aos neo-hegelianos, ainda o faz nessas obras de um ponto de vista

¹⁰ “Na faculdade de filosofia da Universidade de Jena, era possível, como em algumas outras universidades alemãs, fazer doutorado sem exame oral, *in absentia*. No entanto, o título de “doutor em filosofia” era menos valorizado do que o título de “doutor em filosofia e mestre nas artes liberais”, ao qual Marx parecia aspirar. Originalmente, o doutorado *in absentia* havia sido concedido para candidatos que já tinham emprego ou que já tinham escrito um trabalho científico e queriam receber um título de doutor *a posteriori*. No fim do século XVIII, quando muitas universidades pequenas passavam por dificuldades financeiras, o doutorado *in absentia* tornou-se, cada vez mais, uma fonte de rendimento para os docentes. [...] No que tange à duração dos trâmites, Marx não foi contrariado. No dia 6 de abril, ele enviou sua dissertação, incluindo uma carta de apresentação, certificados e seu currículo ao decano da faculdade de filosofia Carl Friedrich Bachmann. Seu diploma de doutor foi emitido já no dia 15 de abril. Bachmann havia escrito a colegas de faculdade, no dia 13 de abril, que o sr. Carl Heinrich Marx de Trier era “um candidato muito digno”, cujo trabalho teria demonstrado “tanto intelecto e sagacidade quanto erudição; por isso, considero o candidato excepcionalmente digno”. Ao que parece, os outros professores logo aprovaram a decisão de Bachmann com suas assinaturas, sendo que, no mesmo dia, o decano anotou em seu registro, ao lado do nome de Marx, *fiat promotio* (faça-se a promoção)” (HEINRICH, 2018, p. 395-396).

abstrato, talvez ainda preso a uma filosofia da História hegeliana, apesar de, nos *manuscritos de 1844*, ele inserir uma discussão incipiente de crítica da economia política, ou seja, ainda é uma crítica negativa; b) como consequência, não há ainda uma reflexão dos pressupostos do fazer histórico como encontraremos na *Ideologia Alemã*.

Em seguida, analisaremos como Marx está inserido nesse contexto, elaborando a sua nova forma de pensar a História. Percorreremos algumas obras de juventude de Marx, mas não de forma sistemática, pois consideramos que o momento de inflexão da sua elaboração de uma concepção de História ocorre a partir da *Ideologia Alemã*, obra escrita em parceria com Engels, na medida que há uma reflexão profunda dos pressupostos do fazer historiográfico, e que esses pressupostos não foram abandonados durante a sua vida, mas apenas enriquecidos e complexificados. Não obstante, é necessário destacar que os pressupostos que Marx desenvolve na *Ideologia Alemã* não representam ainda a sua concepção de História, no sentido que, durante toda a sua vida, ele repensa categorias, se aprofunda em novos temas de pesquisas, enfim, está sempre reelaborando a sua teoria, e isso não é diferente no que se refere à História.

A *Ideologia Alemã*, como já ressaltado anteriormente, marca o momento de inflexão da elaboração da concepção de História em Marx. O pano de fundo da obra é o embate com o idealismo alemão, especificamente com a esquerda hegeliana, mas as consequências do “esboço” escrito em parceria com Engels vão muito além desse contexto pontual. Há uma reflexão sobre os pressupostos necessários de qualquer processo histórico em sentido geral. Reflexão essa, cabe notar, que ainda permanece atual. Além de uma consideração sobre a relação das ideias com o contexto de sua época, e da influência dessa relação na produção do conhecimento também, faz-se necessário destacar, aparece na obra o conceito de modo de produção [*Produktionsweise*], fundamental para pensar a totalidade e criar uma unidade conceitual. Marx elabora uma nova terminologia e, desta forma, supera realmente a sua relação com a filosofia hegeliana. Todavia, na *Ideologia Alemã*, o conceito de modo de produção [*Produktionsweise*] está ainda ligado ao conceito de modo de vida [*Lebensweise*]. Conceito bem mais geral e que Marx tende a abandonar nas obras posteriores. Analisaremos, no capítulo, a implicação dessa mudança para o método de Marx, principalmente no que se refere à dialética da relação sujeito/estrutura no método de *O Capital*.

Depois, analisaremos duas obras medulares no sentido de explicitar o uso prático

dessa concepção de História: *A Miséria da Filosofia e o 18 Brumário de Luiz Bonaparte*¹¹. Mostraremos como nasce aí uma nova escrita da História, inclusive com uma noção complexa de processo histórico. Em relação ao *Miséria da Filosofia*, cabe aqui antecipar que o centro da crítica de Marx à metafísica de Proudhon, refere-se à falta de historicização das categorias econômicas tratadas pelo filósofo francês. Na verdade, em sentido metodológico, esse também é, em nossa opinião, o núcleo duro da crítica de Marx à toda Economia Política Burguesa. Acrescentado a isso uma crítica ao método analítico, portanto não dialético de enxergar as contradições do real. Numa palavra, a crítica da economia política efetuada por Marx é não só impensável, mas está alicerçada pela sua concepção de História. O *Miséria da Filosofia* também é exemplar na perspectiva de revelar que a elaboração do conceito de História em Marx não segue um padrão de uma evolução linear, onde uma cronologia seria suficiente para mostrar a evolução do seu pensamento. Se nos atermos a duas categorias, abstração e substância, comparando o seu sentido no *Miséria da Filosofia* com obras da maturidade como os *Grundrisse*, *Contribuição à crítica da economia política* e *O Capital*, perceberemos como houve um profundo processo de reelaboração dessas categorias nas obras posteriores. A categoria de abstração antes é tida em um referencial essencialmente negativo, reformulada a partir de 1857/58, onde Marx chega a falar de “abstrações razoáveis”. No que se refere à substância, a mudança é ainda mais profunda! O pensador alemão, no *Miséria da Filosofia*, faz uma dura crítica à categoria de substância, nega a sua utilidade como uma categoria metafísica entendida em uma semântica pejorativa. Trata-se de uma crítica à categoria de substância aristotélica, que é abandonada como um erro da metafísica da economia política. Nos *Grundrisse*, mas principalmente em *O Capital*, Marx não só retoma a categoria de substância, ora em uma chave aristotélica, ora hegeliana, ora em uma síntese própria, mas a torna fundamental, pedra basilar para a sua teoria do valor. **O trabalho abstrato é a substância do valor**, fundamental para a diferenciação entre a essência e a aparência do modo de produção capitalista, assim como para a sua crítica de uma substância que, no processo de transformação do dinheiro em capital, torna-se sujeito de um processo automático de dominação do trabalho vivo pelo trabalho morto. Não há como compreender a profundidade da crítica que Marx faz ao capitalismo sem compreender a apresentação dialética da categoria de substância. Por isso nos encontramos do lado oposto de Ingo Elbe

¹¹ Em nossa pesquisa, tivemos que retirar a parte da análise mais pormenorizada dos livros *Miséria da Filosofia e 18 Brumário de Luiz Bonaparte*. O projeto anterior da tese trabalhava com três seções, e a seção destinada a esses livros, que tinha por objetivo mostrar o processo de transição do conceito de História até os *Grundrisse*, mostrou-se volumosa, adiando a chegada do conceito de totalidade provisória, gerando uma certa desproporção entre as seções. Por opção de concisão, essas obras aparecem na tese de forma mais diluída, mas como fundamentais para a nossa compreensão do desenvolvimento do conceito de História em Marx.

(2010), Son-thel (1970) e Michael Heinrich (1991; 2012), quando tentam apresentar uma teoria do valor dessubstancializada, um Marx “expurgado” de todas as categorias da metafísica. Na verdade, concordando com Ulrich Ruschig (1978; 2016), “um Marx no *Zeitgeist* pós-kantiano que presta homenagem a Habermas”. O revolucionário alemão retoma uma categoria da metafísica como alicerce de sua crítica ao capitalismo.

Feito isto, adentraremos na segunda parte e momento principal da nossa pesquisa, intitulada de **HISTÓRIA E TOTALIDADE PROVISÓRIA EM O CAPITAL**. Tomaremos os três volumes da obra como base para a nossa análise. O ponto nevrálgico de toda essa segunda parte se concentra na tensão entre o conceito de História e a dialética na elaboração do método de Marx. A tentativa de conciliar uma apresentação dialética com o processo histórico concreto permeia todo *O Capital*. Trata-se do próprio método de *O Capital*, que chamamos de Totalidade Provisória. Sendo assim, haveria sentido em separar o modo investigação do modo de apresentação, mesmo que apenas formalmente como Marx sugere no posfácio da segunda edição de *O Capital*? A dialética em Marx se resumiria apenas a um modo de apresentação das categorias, como pensa uma tradição de comentadores da obra? Ou, como afirma Adorno, a dialética seria, ao mesmo tempo, um método do pensar e a “tentativa de fazer justiça a uma determinidade, a uma qualidade, a uma peculiaridade essencial da própria coisa a ser considerada” (ADORNO, 2022, p. 73). Noutras palavras, a dialética também se referiria a uma estrutura contraditória do modo de produção capitalista? É exatamente essa dupla de método e determinidade da estrutura da própria coisa que, em nossa opinião, caracteriza a dialética de Marx. Essa tensão permanente entre os momentos singulares e o todo, entre uma apresentação das categorias e, nesse sentido, a expressão de um nexos dedutivo¹², mas, ao mesmo tempo, mostrando que o processo histórico é muito mais rico e o nexos dedutivo é limitado e insuficiente para explicar o todo, ou a totalidade social do modo de produção capitalista. Decorre daí, em parte, a dificuldade de definir em que consistiria o modo de investigação em Marx. Seria possível determiná-lo de modo *a priori*? Essas questões serão enfrentadas nesta parte da tese.

¹² Uma boa síntese da discussão sobre o conceito de dialética em Marx e na tradição de comentadores do autor, encontramos no livro de Manfredo Araújo de Oliveira, *Dialética hoje: lógica, metafísica e historicidade*, em especial, no seu primeiro capítulo. (OLIVEIRA, 2004, p. 13, 90). “A dialética vai ser considerada, por Marx, o procedimento adequado para trabalhar os conteúdos econômicos, ou seja, um conteúdo empírico. Trata-se de captar e expor o modo de produção capitalista enquanto sistema, isto é, enquanto uma totalidade que se estrutura, se divide e se reproduz em si mesma e, ao mesmo tempo, se limita a si mesma numa dupla perspectiva, a saber, através das condições de seu devir e da dinâmica que aponta para além dela em virtude de suas contradições internas. A dialética emerge aqui como o procedimento adequado à captação de conexões sistemáticas, o que o método analítico das ciências modernas não pode fazer”. (p. 18-19) Na reconstrução feita por Oliveira (2004), já é possível notar que alguns comentadores de Marx relacionam dialética com o processo histórico concreto, mas a discussão é sempre feita pelo polo da dialética e nunca da História.

Num primeiro momento, ensaiaremos uma discussão sobre os sentidos da História na obra, como já relatado anteriormente. Em consonância com essa discussão semântica/conceitual, estabeleceremos um diálogo crítico com alguns comentadores de *O Capital*, no que tange à incompreensão da importância do conceito de História para a explicação da obra e, por conseguinte, do seu método. Tentaremos demonstrar que a subestimação por parte desses comentadores do conceito de História inviabiliza a compreensão de partes fundamentais da obra. Nessa direção, dissertaremos sobre a teoria do valor de Marx no sentido de intervir na polêmica produção/circulação. Essa querela, em linhas gerais, se assenta na discussão sobre a origem do valor, se esse surge na produção ou na circulação? Defenderemos, que apesar da discussão ser válida, funda-se em uma falsa dicotomia. Da forma que compreendemos, o valor é o todo. O ponto de partida da análise deve ser a reprodução da sociedade capitalista, em um nível de unidade da produção com a circulação e a realização efetiva. Os momentos da produção e da circulação são isolados na obra, com o propósito de investigar os fundamentos gerais, as categorias constituintes de cada momento no seu nível mais geral de abstração, em outras palavras, os elementos essenciais que caracterizam a produção e a circulação capitalista. Desta forma, Marx consegue estabelecer o que é essência e aparência, ou substância, fundamento e forma no modo de produção capitalista. Isto é fundamental para uma compreensão política correta e revela a natureza da crítica revolucionária do autor. O valor é fundamento na produção e é forma/expressão na circulação. A circulação capitalista, portanto, não cria valor, mas expressa esse valor. Não se trata de uma questão simples. Marx retoma categorias da metafísica clássica para explicar esse processo. Por isso o conceito de substância é primordial, pois Marx tenta desenvolver um conceito de substância que seja, ao mesmo tempo, autossubsistência em si (valor criado na produção) e relação (valor expressado na circulação). O valor só pode ser expresso na circulação se ele já for valor independentemente da circulação. Trata-se do clássico problema do conceito de substância, desde Aristóteles, passando por Espinosa e Hegel, como uma coisa pode ser em si autossubsistente e, ao mesmo tempo, ser relação? Isso é matéria do nosso tópico 5.1, intitulado O valor está no todo: fundamento e mercado mundial como expressão da unidade dos três livros. Entretanto, podemos adiantar que não há sentido parar a discussão nesses momentos isolados, pois desde o primeiro instante Marx já está pressupondo uma totalidade, a reprodução capitalista desenvolvida e não uma sociedade mercantil simples, onde a troca ocorreria de modo esporádico.

Não é demasiado ressaltar que todas as categorias de *O Capital* estão recheadas de história, de várias determinações em um jogo dialético entre o universal e o particular. Não é

possível compreender a passagem da seção I para a seção II do livro I de *O Capital*, que trata da transformação do dinheiro em capital, sem compreender a relação entre a História e a dialética na obra. Marx, nessa passagem, mostra como é possível História e dialética. O grande problema teórico dessa passagem de seção, e que até hoje inquieta comentadores de *O Capital*, muito longe de ser consensual, é como se dá a derivação do capital a partir do dinheiro? Se trata de uma derivação lógica ou histórica? David Harvey, em *Para entender O capital* (2013), Michael Heinrich (2012) *An introduction to the three volumes of Karl Marx's Capital*. O que está por trás dessa variedade de interpretações pensamos ser uma das chaves para a compreensão do método de *O Capital*? Em que medida é possível conjugar lógica (dialética) e História? Ou, num sentido concreto, conciliar uma apresentação do capital a partir do dinheiro que seja ao mesmo tempo lógica e histórica? Em uma palavra, é possível combinar uma análise sistemática (necessária) com a História? Não temos certeza se conseguiremos dar uma resposta à altura do problema, porém a questão será enfrentada.

É importante deixar claro que Marx sempre está em algum nível de totalidade. Em relação ao livro II, chamamos essa totalidade de totalidade formal, pois se trata de uma totalidade centrada na forma, ou melhor, na mudança de forma entre o capital-dinheiro, capital-mercadoria e capital-produtivo. Apesar de Marx abordar o processo de produção e circulação como um todo, trata-se, ainda, de uma totalidade formal e não efetiva. Alguns comentadores de *O Capital* costumam dizer que esse livro é o momento da realização de mais-valor. Consideramos isso insuficiente, pois não esclarece a natureza dessa realização. No livro II, Marx está ainda em um nível bastante abstrato, em um nível ainda formal da análise. O centro é a categoria de mais-valor e não o lucro. Não há, por exemplo, a transformação do mais-valor em lucro, nem a análise do crédito, elementos fundamentais para uma análise da realização efetiva no modo de produção capitalista, e que só aparecerá no livro III, ou seja, em um nível mais efetivo e concreto da explicação. Então, qual seria o sentido do livro II? Por que tratar a unidade da produção e circulação ainda nesse nível abstrato? Uma resposta possível, é o interesse de Marx em demonstrar as particularidades de cada ciclo (circuito), as suas determinações essenciais e como esses ciclos interagem mutuamente na formação do todo. Por isso é importante esclarecer o tempo de rotação desses ciclos para uma maior compreensão da reprodução do modo de produção capitalista.

Enfim, entramos no último momento em que iremos desenvolver o conceito de totalidade provisória como chave para a compreensão do método. Na verdade, o conceito será desenvolvido ao longo de toda a tese, mas, nesta parte, ganhará uma expressão, na medida do possível, mais acabada e um maior nível de determinação. Marx estabelece um projeto no

livro III que é partir daquela abstração “formal” entre produção e circulação e chegar ao nível das consciências cotidianas, da descrição a um nível mais empírico, onde há uma coadunação entre teoria e empiria na elaboração de uma síntese provisória, que nomeamos de totalidade provisória. Em que medida Marx consegue realizar esse projeto? Quais são as possibilidades e limites do seu método? O que são as leis tendenciais? Qual é o critério da verdade? Qual é o papel da luta de classes no método? Essas são as questões que enfrentaremos na parte final da nossa pesquisa, no sentido de tentar esclarecer e fazer uma síntese do método do revolucionário alemão.

Nomeamos essa parte da pesquisa como o momento do efetivo. Mostraremos como Marx começa a analisar as categorias mais concretas do capitalismo, como o lucro, o crédito, etc. Como a reprodução não se realiza de forma ideal, mas na concorrência e no solo da luta de classes. Por um lado, o pensador alemão mostra que a distribuição de mais-valia ocorre em um terreno de disputa intracapitalista em torno da mais-valia extra. É aí que aparece o conceito de leis tendenciais. A busca por uma fatia maior de lucro acaba determinando um melhoramento nas forças produtivas e um maior investimento em capital constante, provocando, dessa forma, uma diminuição do tempo de produção de determinadas mercadorias e um aumento da composição orgânica de capital, que é a razão entre o capital variável (força de trabalho/trabalho vivo) e o capital constante (maquinário, meios de produção/trabalho morto), tendendo, portanto, à diminuição a longo prazo do valor das mercadorias, visto que há uma diminuição no trabalho vivo que é a fonte do mais-valor. Contudo, tratar-se-ia apenas de uma tendência do capitalismo e não uma lei no sentido tradicional de uma necessidade férrea. O conceito de “leis tendenciais” está mais próximo do que Hegel chamou de uma necessidade relativa, ou o que os filósofos analíticos chamariam de uma necessidade fraca. Não poderia ser diferente em relação ao método de Marx, que ele considera o modo como as relações capitalistas operam na prática. Para cada tendência, existem várias outras contratendências que podem, por conseguinte, anular essa tendência. Então, qual é a validade desse tipo de conceito que não determina de forma necessária? Pensamos que a validade está em apontar o centro de gravidade do modo de produção capitalista, na linguagem de Lukács, o espaço concreto de possibilidades onde os sujeitos e as classes sociais atuam. Se, ao invés de uma tendência, as leis no capitalismo fossem necessárias em sentido *stricto*, se fecharia o espaço para a História e o papel da luta de classes seria inerte, apenas um teatro.

Por outro lado, Marx desenvolve o conceito de média social como uma categoria que realiza a mediação entre os elementos mais permanentes da reprodução capitalista e o

processo histórico concreto. Todo o livro III está repleto de exemplos da média social como a mediação, por exemplo, da mais-valia para o lucro, ou do valor para o preço. As “leis” funcionariam como uma espécie de “média geral”, preço médio, lucro médio etc. Por isso, a síntese dialética expressa este tipo de totalidade provisória, aberta e não fixa, em constante movimento e formando novas sínteses ou novas médias sociais. Nesse sentido, a descida de Marx à empiria não o torna um empirista, pois o processo real ou as contradições capitalistas não são explicadas no nível do fenômeno de forma descritiva, mais da tensão entre essência e fenômeno, ou melhor, da tensão entre dialética e história. Entretanto, aqui também aparecem os limites do método. Não se trata de uma verdade universal válida para toda e qualquer forma social, mas a um objeto específico, ao modo de produção capitalista e ao seu núcleo temporal de verdade. Ao mesmo tempo que o objeto aponta para os limites, de acordo com Ivan Domingues (2004), também se encontram aí as vantagens do seu método.

“Marx restringe o alcance de suas análises – e este ponto é de maior importância, pois constitui-se num dos elementos essenciais que distingue e ao mesmo tempo afasta Marx de economistas como Smith e Ricardo, e de sociólogos como Durkheim e Parsons. O ponto é o reconhecimento explícito do limite e da validade de suas análises à sociedade burguesa e ao regime capitalista de produção, existindo em outras sociedades históricas outros mecanismos de regulação de troca, de regulação do valor e de fixação de suas proporções, como a corveia, o escambo e mesmo – pode-se acrescentar – a troca cerimonial das chamadas sociedades primitivas (onde se troca inhame por inhame)” (DOMINGUES, 2004, p. 143).

Ademais, o que caracteriza a crítica revolucionária de Marx ao capitalismo é que as contradições não podem ser apaziguadas ou resolvidas no fundamento como as determinações reflexivas de Hegel, mas têm que extrapolar para um terreno além da teoria, o solo da luta de classes. Apontar para as contradições do sistema capitalista como forma de exploração da classe trabalhadora não resolve essa exploração. Dessa forma, abre-se para a resolução no processo histórico concreto. Não por acaso o último capítulo de *O Capital*, que Marx não teve tempo de terminar, refere-se exatamente à luta de classes.

Marx não é infalível, muito menos insuscetível à crítica, todavia, a mesma deve se ocupar do material produzido pelo autor, adentrar no seu manancial e expor as fraquezas de forma textual. Infelizmente, esse não vem sendo o padrão quando se refere a Marx. É como se o crítico não precisasse provar o que já estaria no senso comum. A nossa tese, em sentido oposto, busca analisar o conceito ou concepção de História em Marx, na sua obra principal, visando apresentar o caráter complexo e processual desse conceito, que não se assenta em rótulos fáceis, mas é marcado por acréscimos, reelaborações, mudanças e continuidades. Defendemos que o resultado da concepção de História do pensador alemão é o conceito de

totalidade provisória, chave para a elucidação crítica do modo de produção capitalista, ao mesmo tempo que aponta para as possibilidades e limites do seu método.

PARTE PRIMEIRA - A FORMAÇÃO DO CONCEITO DE HISTÓRIA EM MARX.

A nossa tese está dividida em duas partes: A FORMAÇÃO DO CONCEITO DE HISTÓRIA EM MARX E HISTÓRIA E TOTALIDADE PROVISÓRIA EM *O CAPITAL*. Essa divisão se justifica pelas seguintes questões: a) o conceito de História em Marx não é unívoco em toda a obra; b) o conceito de totalidade provisória, em parte, é resultado do amadurecimento do conceito de História, tornando-se incompreensível sem a exposição do seu processo. Nas primeiras obras de juventude, não há, ainda, clareza por parte do mouro sobre o conceito de História. Diferentemente de comentadores que enxergam a gênese do conceito de História desde a sua tese de doutorado, consideramos que, nessas obras, que vão da sua tese *Diferença das filosofias da natureza entre Demócrito e Epicuro* (1841), *Os artigos da Gazeta Renana* (1842-1843), *Crítica da filosofia do direito de Hegel-Introdução* (1844), *Manuscritos econômicos e filosóficos* (1844) até a *Sagrada Família* (1845), seria mais plausível falar em noções de História. Se pudéssemos estabelecer uma unidade entre esses textos, tratar-se-ia de uma profunda noção de processo histórico e uma inclinação para o realismo, sendo que esses dois elementos permanecerão vigentes em toda a obra de Marx. Todavia, o pensador alemão, nesse período, está ainda preso, mesmo que de forma crítica, à concepção hegeliana de História, à influência do Romantismo e à filosofia da História do século XIX. Defendemos que, somente na *Ideologia Alemã* (1845-1846), momento em que Marx faz uma reflexão sobre os pressupostos da História *Res Gestae* (matéria da história) e sobre alguns pressupostos metodológicos da História no sentido de *Geschichte* (de um coletivo singular), inclusive sobre a relação entre a época e o sujeito que escreve a História, podemos considerar as bases de um conceito de História marxiano. A *Ideologia Alemã* é realmente um momento de inflexão na obra de Marx. Pela primeira vez, ele articula a explicação de processos ideológicos, culturais, jurídicos, à totalidade de um modo de produção, vinculados às questões materiais e à empiria. Não há precedente em obras anteriores. Não obstante, a *Ideologia Alemã* está longe de apresentar o conceito de História de Marx como acabado. O autor de *O Capital* vai desenvolvendo alguns aspectos e conceitos que se encontravam ainda de modo abstrato, reelabora determinadas categorias, amplia substancialmente o seu processo de investigação com base em fontes empíricas, aprofunda

durante vários anos a sua crítica da economia política, que se torna chave para a explicação e crítica do modo de produção capitalista, assim como tenta constantemente e, talvez de modo não totalmente consciente, conjugar dialética e História no seu método de explicação e crítica do capitalismo.

Nesse sentido, o conceito de História e totalidade provisória, que investigaremos na parte dois da nossa tese, não surgiu como Páris Atenas da cabeça de Zeus, mas é fruto de um longo processo. Na realidade, o conceito de totalidade provisória é o resultado desse processo, do enriquecimento teórico e da complexificação do conceito de História por um lado, e da ampla investigação e tentativa de se efetivar uma dialética materialista do outro. É mais ou menos a partir do *18 Brumário* e, mais efetivamente, dos *Grundrisse* (1857/1858), que dialética e História se imbricam no conceito de totalidade. Essa relação fica mais elaborada em *O Capital*, apesar de, mesmo nesta obra, também não estar acabada, pois o autor não conseguiu concluir a obra. Por isso o título da nossa pesquisa é DO CONCEITO DE HISTÓRIA À TOTALIDADE PROVISÓRIA EM *O CAPITAL*, pois, sem explicar o percurso do conceito, não seria possível, visto ser a totalidade provisória resultado, a compreensão das mediações que estruturam *O Capital*.

Dito isto, na primeira parte, investigaremos os primeiros momentos do conceito de História e seu contexto, seu momento de inflexão até as elaborações do que chamamos de nova escrita da História, no sentido de estabelecer os fios de continuidades e rupturas do método de *O Capital*.

2 CAPÍTULO I: O “PRÉ-CONCEITO” DE HISTÓRIA EM MARX

2.1 Da *Historie* à *Geschichte*: o conceito de história na Alemanha do século XIX

É comumente atribuído a Heródoto de Halicarnasso (séc. VI a.C.) a originalidade do termo História (*istorien*). Já em Heródoto, o termo significava pesquisa. (ARENDR, 2014, p. 69; ARÓSTEGUI, 2006, p. 28). Mesmo nos gregos e na antiguidade de modo geral, não havia um conceito unificado de História. Se compararmos, por exemplo, Heródoto com Tucídides, encontraremos dois “modelos” diferentes sobre a pesquisa histórica. Na comparação da prática historiográfica grega com a judaica e a persa, apesar de existirem algumas semelhanças, também perceberemos uma enorme diferença¹³. Qual é a relevância dessa digressão? Apenas para alertar que o conceito de História, mesmo nas épocas mais remotas, não era unívoco. O fato de um sentido assumir a hegemonia em um determinado período nunca foi suficiente para anular as outras acepções e usos dos conceitos. Não foi diferente na época de Marx. Alguns sentidos do conceito de História estavam sendo disputados, e foi nessa atmosfera de “disputa pela História” que Marx escreveu, por exemplo, *A Ideologia Alemã*. Mas falaremos disso em um tópico específico.

História, enquanto termo-conceito, também tem sua história e sofreu diversas alterações no tempo¹⁴. Durante toda a Idade Média e uma boa parte da modernidade, predominava a noção de História, desde Cícero, como *Magistra Vitae*, a História como mestra da vida, que, através dos seus exemplos, serviria como uma orientação, um norte a guiar as atitudes de duques, condes, príncipes, reis e pessoas comuns, uma espécie de manual do que deu certo e errado, do que precisa ser feito e do que deve ser corrigido. Essa concepção de História conviveu com a história religiosa profética dos fins dos tempos, com a filosofia da História na modernidade e, ainda hoje, é comum encontrarmos, no senso comum, esse sentido de História como mestra e também como juíza da vida. Um autor como Nietzsche também se baseava na história *Magistra Vitae* para criticar a noção de história da modernidade¹⁵. Tão

¹³ Para uma análise da historiografia grega em comparação com a judaica e a persa, ver MOMIGLIANO, 2019, p. 23-56.

¹⁴ O campo da historiografia que trata dessas mudanças nos conceitos e como elas contribuem para alteração nos próprios processos históricos é chamado de História dos conceitos. Começou a ganhar força na Alemanha no final da década de 1960. Não faremos, aqui, uma reconstrução sistemática e detalhada do conceito de História desde a Antiguidade até a Era Moderna, para nosso propósito, que é, neste aspecto, muito menos ambicioso, destacaremos os sentidos do termo-conceito histórico na Alemanha de Marx.

¹⁵ De acordo com a dissertação “A HISTORIOGRAFIA COMO PROBLEMA: NIETZSCHE E A HISTÓRIA *MAGISTRA VITAE*, A HISTÓRIA CIENTÍFICA E A HISTÓRIA GENEALÓGICA E A AFIRMADORA DA VIDA”, o pensador oscilou entre uma história como mestra da vida, principalmente quando tinha por objetivo atacar a concepção de história dos modernos, e uma história ciência que também fosse uma afirmadora da vida (MARQUES, 2016).

pouco se encerrou na modernidade a concepção religiosa da História, como a identificamos em Lutero. Esses significados da história coabitaram de forma conflituosa durante todo o medievo e também uma boa parte da modernidade. Não obstante, na Era Moderna, o conceito de História sofreu uma inflexão significativa a partir de 1750, mas, principalmente, após a Revolução Francesa de 1789. Houve uma espécie de percepção de “aceleração do tempo”, ou de, nas palavras de Koselleck (2012), uma diminuição entre o “espaço de experiência” e o “horizonte de expectativa”. É como se abrisse um tempo Novo [*neue Zeit/NeuZeit*], uma época nova onde não se pudesse prever o futuro, ou pelo menos não derivar o futuro do passado. A Revolução Francesa foi esse acontecimento que transmutou a noção de tempo histórico dos modernos (KOSELLECK, 2012).

Reinhart Koselleck, no seu livro *Vergangene Zukunft* (Futuro Passado), traça um panorama da mudança terminológica e conceitual da História na modernidade. De acordo com o historiador alemão, antes do século XVII, era comum, ao se falar em História, o uso do vocábulo *historie*, no plural, no sentido de relatos de histórias singulares e sem conexão entre elas. Aos poucos, a palavra latina foi sendo substituída pela germânica *Geschichte*, no singular, que passou a significar tanto o conjunto dos acontecimentos históricos como o seu relato, sua expressão, apreensão e ciência histórica, em um conceito de “coletivo singular”.

Em primeiro lugar, realiza-se, no espaço da língua alemã (para começarmos com ele), um deslocamento lexical que esvazia o sentido do velho *topos*, ou que, ao menos, acelera o esvaziamento de seu sentido. A palavra estrangeira que o léxico nacional tomou de empréstimo, *Historie*, que significava predominantemente o relato, a narrativa de algo acontecido, designando especialmente as ciências históricas, foi sendo visivelmente preterida em favor da palavra *Geschichte*. O abandono do termo *Historie* e o subsequente emprego de *Geschichte* completou-se por volta de 1750 com uma veemência que pode ser estatisticamente comprovada. *Geschichte* significou originalmente o acontecimento em si ou, respectivamente, uma série de ações cometidas ou sofridas. A expressão alude, antes, ao acontecimento [*Geschehen*] em si do que a seu relato. No entanto, já há muito tempo *Geschichte* vem designando também o relato, assim como *Historie* designa também o acontecimento (KOSELLECK, 2012, p. 48).

Essas transformações no léxico também revelavam as mudanças de sentido e uma nova compreensão sobre a História como ciência que começava a surgir.

“Foi finalmente ‘a história em si’ [*die Geschichte selbst*] que começou a abrir um novo espaço de experiência. A nova história [*Geschichte*] adquiriu uma qualidade temporal própria. Diferentes tempos e períodos de experiência, passíveis de alternância, tomaram o lugar outrora reservado ao passado entendido como exemplo” (KOSELLECK, 2012, p. 47).

Daí é possível entender o embate entre a filosofia iluminista e uma concepção de História baseada na religião. É neste contexto que surge, a partir de Voltaire, a “filosofia da

História” com seu ideal de progresso, de um tempo novo para o futuro, buscando um sentido não teológico para a História. “O que caracterizou o novo conceito de ‘História como tal’ [*Geschichte überhaupt*] foi sua capacidade de abrir mão do recurso a Deus”. (KOSELLECK, 2016, p. 126). O conceito de História, a partir do Iluminismo, sofreu uma profunda modificação. Voltaire e Diderot trouxeram a ideia

“de que a História não é uma narração de fatos memoráveis, geralmente políticos, que ilustram a vida dos grandes homens, dos governantes e dos poderosos, mas que se refere aos fatos da civilização e que é uma ‘explicação’ do passado e não sua descrição. Uma explicação que se obtém então sob a forma de uma filosofia” (ARÓSTEGUI, 2006, p. 102).

Abre-se, portanto, um espaço para buscar um sentido próprio da História, assim como sua própria temporalidade e sua cronologia. Kant, Humboldt, Herder, Droysen, Hegel, para citar alguns dos mais expressivos, mas não os únicos, elaboraram teorias diversas sobre a História, desde filosofias da História na perspectiva de uma História universal (Kant) ou de uma História filosófica de uma razão da História (Hegel), até tratados com o objetivo de fundar uma nova ciência a partir dessa nova experiência sobre a História (Droysen). O idealismo alemão, por exemplo, não fica de fora desse contexto. “Tratava-se de conseguir interpretar, de forma filosoficamente consistente, a multiplicidade e a sucessão de realidades históricas, eliminando o acaso e os milagres através de fundamentações racionais”. (KOSELLECK, 2016, p. 152). Não por acaso as filosofias da História ganharam força nesse período no cenário “alemão”¹⁶. O elemento em comum dessas filosofias, que o plural já indica que não são homogêneas, é a interpretação da História de forma filosófica, por fora da empiria ou da “prática da investigação”¹⁷, além de atribuir um sentido à História.¹⁸

O século XIX ficou conhecido como o século da História. A Alemanha, por conseguinte, deu uma das maiores contribuições para esse desenvolvimento. Os diversos “movimentos intelectuais” que surgiram ou que se desenvolveram no período, como o

¹⁶ Não se pode falar ainda de forma precisa em Alemanha, pois ela só se unificará em 1872, resultado da guerra franco-prussiana. O mais correto seria dizer um conjunto de estados confederados etc. Por questão de simplificação, com o objetivo de dar mais fluência ao texto, optamos por chamar de Alemanha e utilizaremos essa designação na integralidade do texto.

¹⁷ O historiador espanhol Josep Fontana, no seu livro *História: análise do passado e projeto social*, define filosofia da História como “reflexão sobre a História feita por filósofos, a partir de fora da prática de investigação” (FONTANA, 1998, p. 9).

¹⁸ “No século XIX, sob o impacto da Revolução Francesa e outras revoluções na Europa, florescem filosofias da História. Sejam religiosas ou ateias, otimistas ou pessimistas, todas têm em comum atribuir um sentido para a História” (GUY BOURDÉ; HERVÉ MARTIN, 2018, p. 91).

Romantismo (séc. XVIII e XIX)¹⁹, o idealismo alemão, o historicismo (nas suas diversas matizes), consideraram a História como matéria-prima para suas reflexões. Foi na Alemanha, por exemplo, que surgiu, em 1859, a primeira revista de História. “Apesar de várias revistas históricas terem aparecido esporadicamente antes, o *Historische Zeitschrift*, fundada em 1859 por Heinrich von Sybel (1817-1895), pode ser considerado como o primeiro, e, por muito tempo, o mais importante periódico histórico”. (STERN, 1970, p. 171). Em uma palavra, nenhum outro país discutiu sobre a História como a Alemanha naquele período. O idealismo alemão, que vai influenciar bastante o pensamento de Marx, também precisa ser compreendido nesse contexto de ascensão da importância da História como um saber incontornável.

Toda cronologia é, em parte, arbitrária. Porém, consideramos necessário separar as fases do idealismo, no sentido de esclarecer o ambiente da Alemanha do século XIX, do qual Marx estava inserido. Isso permite avançar na compreensão do conceito de História e das influências que Marx recebeu para além da simplificação direita e esquerda hegeliana no interior do idealismo. Para esse recorte, nos baseamos em duas obras de Frederick Beiser: *Depois de Hegel* (2017) e *The German Historicism Tradition* (2011). Em ambos os livros, Beiser ensaia uma cronologia do Idealismo Alemão. Não se trata de uma cronologia original, ela já foi realizada antes pelo clássico de Karl Löwith, *De Hegel a Nietzsche: a ruptura revolucionária no pensamento do século XIX - Marx e Kierkegaard*, originalmente publicado em 1941, e que até hoje é considerado uma referência fundamental sobre o tema. No entanto, a originalidade está na prioridade do recorte dedicado à análise do segundo período, considerado como de declínio e de estagnação, invertendo como sendo o mais criativo e, desta forma, indo além do cânone estabelecido por Löwith. Na periodização tradicional, o Idealismo Alemão é dividido em duas fases: a primeira, constituindo-se no final do século XVIII até a década de trinta do século XIX, mais precisamente até a morte de Hegel em 1831; e a segunda fase, principalmente a partir da segunda metade do século XIX. A primeira fase é geralmente considerada como a mais importante e criativa, sendo a segunda tradicionalmente considerada como o declínio.

A opinião comum sobre a filosofia alemã da segunda metade do século XIX, mesmo entre os alemães que lhe eram contemporâneos, era a de que esse era um período de declínio e estagnação. Ao que parecia, a enormemente criativa “era do idealismo” havia passado, com a morte de Hegel, para ser sucedida por um “realismo” que estava mais preocupada com as ciências empíricas e o progresso técnico do que com

¹⁹ Para um aprofundamento sobre a particularidade do Romantismo Alemão e sua influência em Marx, ver o livro de Rüdiger Safranski, *Romantik: Eine Deutsche Affäre*. Herausgeber: Hanser, Carl GmbH + Co, Jahr: 2007.

a filosofia. A pequena filosofia feita nesse período – assim se dizia – havia sido conduzida ou por idealista epigonais, que não eram originais, ou por materialistas, que não eram realmente filósofos” (BEISER, 2017, p. 16).

O jovem Marx surge na conjuntura intelectual a partir do início da segunda fase. Sua tese de doutorado data de 1841. Ele vive essa conjuntura de avanço das filosofias da História e crítica do idealismo. A década de 1840 é tida como o período de declínio do Romantismo e do idealismo. Marx viveu em um contexto de profundas transformações no cenário intelectual mundial. E, como intelectual ativo, mostrou-se responsivo às essas metamorfoses teórico-culturais do seu tempo.

Interessante como esse recorte feito por Beiser serve para ilustrar a transição entre as fases do idealismo e o contexto de mudanças no interior do próprio Marx. Se quisermos comparar o Marx da sua tese de doutorado com o Marx da *Ideologia Alemã*, em aproximadamente cinco anos, perceberemos a transição das fases do idealismo. É como se o Marx do doutorado estivesse mais comprometido com a primeira fase do idealismo, centrado na crítica filosófica, e o Marx da *Ideologia* estivesse vivendo o momento do declínio, ou seja, vivendo a “era do realismo”, com empolgação em relação às ciências empíricas, principalmente em relação à História. Porém, esse recorte não é perfeito, pois não abarca os elos de transição entre o velho e o novo no interior do pensamento de Marx. O Marx da tese de doutorado, em nossa opinião, já era realista. E o Marx da *Ideologia Alemã*, apesar de toda inflexão da discussão sobre a História, ainda está preso, ao menos em parte, nos marcos da crítica filosófico-especulativa, visto não ter sistematizado ainda o conceito de modo de produção, apesar de ele já aparecer na obra, e ainda não ter realizado a sua crítica da Economia Política²⁰, que o fará em anos posteriores, assim como um aprofundamento na investigação do material empírico.

A segunda metade do século XIX foi um período dominado por crises e controvérsias, ao passo que a primeira foi de consolidação e consenso. [...] O declínio das tradições idealista e romântica na década de 1840, no entanto, levou a um período de desordem, confusão e efervescência. Tal desordem e confusão foi também um ventre de criatividade e renascimento, o começo de uma nova era da filosofia” (BAISER, 2017, p. 16).

Podemos observar, especialmente na *Ideologia Alemã*, o entusiasmo de Marx pelo progresso técnico e pelas ciências empíricas. Ele trata de contrastar as “abstrações filosóficas” dos neo-hegelianos, principalmente as figuras de Bruno Bauer e Max Stirner, em oposição à empiria da História. Essa questão, de se tentar explicar a História filosoficamente, admitir

²⁰ Em 1844, nos *Manuscritos Econômico-Filosóficos*, Marx já faz uma crítica à Economia Política. Todavia, trata-se de uma crítica precária comparada com as suas obras posteriores. Nos *Manuscritos*, Marx está ainda circunscrito no quadro teórico ricardiano.

uma noção de progresso, atribuir, mesmo que tacitamente, um sentido à História, difere, em nossa opinião, o Marx da juventude do Marx pós-*Ideologia Alemã*. Não há um corte epistemológico no sentido formulado por Althusser, mas um ponto de inflexão instigado a partir do enfrentamento das questões materiais no tempo em que Marx foi editor da *Gazeta Renana*, onde teve que enfrentar problemáticas como o furto da lenha²¹. Marx compreendeu que a filosofia não dava conta de explicar satisfatoriamente as temáticas da vida material, mas a sua formulação consciente não ocorreu de forma abrupta e nem linear, mas processual. A sua crítica ao idealismo alemão é fundamentalmente uma crítica de querer explicar o processo histórico filosoficamente e, para isso, ou seja, para fazer esse tipo de operação metodológica, negam-se as bases materiais como causa da explicação. Todavia, Marx vai além, ele procura criticar o próprio processo metodológico do idealismo alemão como consequência dessa negação das bases materiais da vida, um processo de inversão entre a existência e as ideias. Mas isso não ocorreu de um dia para a noite, e, como ressaltaremos em nossa pesquisa, também não ocorreu de forma linear. O conceito de História em Marx é fruto de todo um desenvolvimento de pesquisa que ele enfrentou durante toda a sua vida, e, mesmo em *O Capital*, ele não se encontra totalmente acabado.

A Alemanha no contexto do século XIX viveu realmente o século da História. A discussão sobre a História fez parte de todos os movimentos intelectuais da época. A Escola Histórica do Direito, por exemplo, utilizava-se da História para fundamentar seu “positivismo” e reacionarismo. Marx, em um artigo escrito para a *Gazeta Renana*, em 9 de agosto de 1842, com o título *Das Philosophische Manifest der Historischen Rechtsschule*²² (O Manifesto Filosófico da Escola Histórica do Direito,) “redigido a propósito da nomeação de Savigny como Ministro para a Revisão da Legislação Prussiana”[...] procura atacar o que “identifica como o fundamento da Escola Histórica: a teoria do direito natural de Gustav Hugo (1764-1844), antigo professor em Göttingen e autor da obra *Manual de Direito Natural*,

²¹ Nos anos de 1842, Marx foi editor do periódico *Gazeta Renana*. Tratava-se de um periódico que reunia intelectuais liberais alemães. Nesse período foi votado no parlamento prussiano uma lei que proibia o recolhimento de lenha das terras comunais, que agora passara a ser considerada como roubo. Marx percebeu, que, no sentido da legislação, isso era um grande retrocesso, mas percebeu ainda mais que não estava em condições teóricas de explicar de modo crítico esses fenômenos da vida material. A partir desse episódio, ele faz um giro para se apropriar das questões econômicas, inclusive a partir de um texto de Engels, *Esboço de Economia Política*, que Marx considerou, mesmo depois de vários anos, como genial. Para ver os artigos de Marx sobre o furto da lenha, ver a edição brasileira dos artigos coligidos pela Boitempo sob o título de “Os despossuídos”. (MARX, 2020). Para o original em alemão: Cf. Karl Marx, *Die Verhandlungen des 6. Rheinischen Landtags*. MEGA², I/1, pp. 121- 169. Também é interessante ver a recapitulação desse momento feito pelo próprio Marx no prefácio do *Para a Crítica da Economia Política* (MARX, 1978).

²² Para uma análise mais profunda desse texto de Marx, assim como o contexto histórico da Escola Histórica do Direito, ver o livro de MOURA, José Barata. *Marx e a Crítica da Escola Histórica do Direito*, Lisboa, Editorial Caminho, Coleção Universitária, 1994.

como uma filosofia de direito positivo, especialmente de direito privado (1799)”(ENDERLE, 2005, p. 116).

Marx usa o texto de Hugo para criticar os fundamentos filosóficos da Escola Histórica do Direito, pois, para ele, essa seria uma simplificação revestida de retórica do texto de Hugo, que ironicamente Marx chama de “antigo testamento”.

Todas as teorias jurídicas e históricas de Haller, Stahl, Leo e seus semelhantes são apenas como *códices rescritos* do direito natural hugoniano, que, após algumas operações da arte crítica da separação, deixam novamente emergir legível o antigo texto original. Em todos esses sistemas, o verdadeiro fundamento do direito não se busca simplesmente na moral objetiva de uma lei universal que regula tudo, mas em uma base mais ou menos acidental, seja no poder político, seja nas particularidades específicas dos costumes de cada povo, e, portanto, em todos os casos, a explicação histórica, a verdadeira tarefa da Escola Histórica do Direito, se transforma na justificação de um *status quo* arbitrário (MEGA², I/1, p. 198. Tradução nossa²³).

Portanto, a crítica de Marx está endereçada à Escola como imitação de Hugo que seria o seu patriarca. A Escola Histórica do Direito se apoiava em um conceito de História ligado à tradição, para fundamentar a “particularidade” do povo germânico no sentido de garantir as arbitrariedades jurídicas e a manutenção do *status quo*. O sentido da História estava sendo utilizado pela Escola através da retórica de uma filosofia positiva que nega às diferenças e elimina a História, para legitimar a permanência de relações atrasadas e feudais de exploração na Alemanha. Contraditoriamente, uma característica central da História como disciplina, o fato que há permanências, mas também mudanças, é negligenciado para escamotear um conceito de história ligado à tradição dominante. Isso é defendido através da filosofia “positiva” de Hugo e do seu ceticismo em relação à razão.

“Hugo é, portanto, um cético perfeito. O ceticismo do século XVIII em relação à essência necessária das coisas aparece nele como ceticismo em relação ao seu aparecimento acidental. Por isso ele, de forma alguma, procura provar que o positivo é racional; ele procura, antes, provar que o positivo não é racional. Da mesma forma que seu princípio, a argumentação de Hugo tem caráter positivo, isto é, acrítico. Em seu procedimento, ele nivela os povos. O siamês, que considera uma ordem natural eterna que o rei costure a boca de um tagarela e mande cortar as orelhas de um orador desajeitado, é para Hugo tão positivo quanto o inglês, que considera um paradoxo político que seu rei imponha um penny sem autorização. O despuadorado concani, que anda nu e se cobre de lama, é tão positivo quanto o francês, que não apenas se veste, mas o faz elegantemente. O alemão, que cria sua filha como o tesouro da família, não é mais positivo do que o rasbutte, que a mata para não ter de alimentá-la. Em uma palavra: o eczema é tão positivo quanto a pele. Por essa razão, se a filosofia de Kant pode ser corretamente considerada como a teoria alemã da Revolução Francesa, então o direito natural de Hugo deve ser considerado como a teoria alemã do *ancien régime* francês.” (MEGA², I/1, p. 191, 254, 369).

²³ Toda citação do *Das Philosophische Manifest der Historischen Rechtsschule* será a partir da nossa tradução diretamente da MEGA².

Noutras palavras, Hugo e a Escola com seus epígonos fundamentaram juridicamente o atraso das relações feudais através de uma filosofia positiva e um conceito de História reacionário.

“Esses poucos excertos do *Manifesto Filosófico da Escola Histórica* são suficientes, acreditamos, para pôr um julgamento histórico sobre essa escola no lugar de vagas fantasias anistóricas e de ficções deliberadas. São suficientes para decidir se os seguidores de Hugo devem ter a profissão de legisladores do nosso tempo”. (MEGA², I/1, p. 191-192).

Marx, em 1844, no seu *Crítica à filosofia do Direito (introdução)*, retoma a crítica a esse movimento.

Uma escola que legitima a infâmia de hoje pela de ontem, que considera como rebelde todo grito do servo contra o açoitador desde que este seja um açoitador venerável, ancestral e histórico; uma escola à qual a História, tal como o Deus de Israel fez com o seu servo Moisés, só mostra o seu *a posteriori* – a escola histórica do direito –, tal escola teria, assim, inventado a história alemã, não fosse ela uma invenção da história alemã. Um Shylock, mas um Shylock servil, que sobre seu título de crédito, seu título de crédito histórico, germano-cristão, jura por cada libra de carne cortada do coração do povo”. (MARX, 2005, p. 152-153).

Toda essa discussão da Escola Histórica do Direito, que pode aparentar um desvio, ou até mesmo uma vereda no caminho da nossa tese, serve para mostrar como esse período da história intelectual da Alemanha estava imbuído, atravessado pela discussão dos sentidos da História. Romantismo, Idealismo alemão, as diversas filosofias da História, disputavam a História como um saber fundamental. “Trata-se, na realidade, de um período ao longo do qual a ideia de História domina o horizonte intelectual, fortificada, desde meados do século XIX, pela teoria ou princípio da evolução e pela fé ou certeza do progresso”. (FALCON, 2011, p. 121). O jovem Marx estava imerso nesse complexo cenário intelectual e não se comportou como uma avestruz.

2.2 As noções de História no jovem Marx

Só agora chegou a época em que será possível entender os sistemas dos epicuristas, dos estoicos e dos cétricos. Trata-se das filosofias da autoconsciência.

Karl Marx

Epicuro de fato se coloca na contramão da visão de mundo de todo o povo grego.

Karl Marx

É comum, na tradição marxista, se referir a uma divisão, a um corte epistemológico feito por Althusser entre um “jovem Marx”, mais humanista e preocupado com questões de alienação, estranhamento e reflexões filosóficas, e um “Marx maduro”, voltado à crítica da economia política e ao materialismo histórico. Negando ou afirmando essa cisão entre os dois Marx, é impossível negligenciá-la como problema após a colocação de Althusser. Haveria uma ruptura radical entre o jovem e o velho Marx? Ou se trataria de uma continuidade? Pensamos que o erro está na forma dicotômica como o problema foi colocado. Em primeiro lugar, assumiu-se como completamente acabado e coeso o *corpus* textual deixado por Marx. Não se tomou devida conta de que a maioria do grande volume de textos que Marx nos legou se encontra em forma de manuscritos inacabados, e que o próprio autor revisava constantemente. Em segundo lugar, em parte derivado disso, mas em parte pela dinâmica autocrítica do próprio autor, não se pode afirmar uma continuidade linear do seu pensamento, muito menos uma ruptura radical e absoluta. Há momentos de rupturas, como de continuidades. Há categorias que são abandonadas, e outras que são reelaboradas. A tentativa de rotular a obra de Marx como completamente coesa e acabada contribui para uma falsa impressão sobre determinados conceitos e períodos da sua vida. Nesse ponto, concordamos com Michael Heinrich quando afirma que

não se pode desconsiderar o fato de que a obra de Marx é bastante fragmentada: a maioria dos trabalhos fundamentais ficou inacabada, sendo que uma parte deles são manuscritos não publicados[...] A obra de Marx não é só fragmentária, ela é uma sucessão de fragmentos. Constitui-se de uma série permanente de tentativas interrompidas, de recomeços que não são continuados ou o são, mas de maneira diferente da planejada de início. Essas diversas abordagens contêm não apenas mudanças temáticas, mas, também, com frequência, novas concepções teóricas, que representam rupturas com conceitos antigos. Marx definitivamente não isentou sua própria obra de crítica. Analisando o desenvolvimento geral de suas obras, é possível reconhecer tanto importantes continuidades quanto várias rupturas profundas (HEINRICH, 2011, p. 31).

Partimos dessa concepção como obra em constante reelaboração quando investigamos o período da juventude de Marx e o período de sua maturidade. Althusser não está completamente errado ao afirmar rupturas entre o jovem e o velho Marx, há mudanças substanciais, essas mudanças passam por um aprofundamento de décadas com os materiais da crítica da economia política, com reflexões sobre a História, com o estudo sobre a realidade Russa, com os processos históricos concretos como a *Revolução de 1848*, *Guerra Franco-Prussiana*, *Comuna de Paris etc.* Um autor como Marx não passaria incólume a essas transformações. Porém, também há fortes continuidades e, às vezes, abandono e depois retomadas de determinados conceitos. Não é possível decretar de antemão na obra do

pensador alemão, nem uma continuidade linear, nem uma ruptura absoluta, mas o enfoque deve ser compreendê-la como processual. Dito de outro modo, a questão não pode ser simplificada a partir de um corte epistemológico.

Podemos exemplificar nosso ponto a partir do conceito de História. Há intérpretes de Marx que buscam uma continuidade linear no seu pensamento e, desse modo, costumam encontrar a gênese do conceito de História desde a sua tese de doutoramento. Trata-se, *grosso modo*, de uma cristalização de uma pseudogênese e atribuição de conceitos onde o que existe são noções²⁴. Em nossa opinião, o período que vai da sua tese de doutorado até os manuscritos de 1844, não há ainda, em Marx, um conceito determinado de História, mas noções de História que ele herda da sua influência de Hegel, do Romantismo alemão e de todo o cenário complexo da primeira metade do século XIX na Alemanha. O fato de não haver um conceito bem determinado não significa dizer que ele não tenha refletido sobre a História nesse período. Tampouco significa dizer que todas as determinações importantes sobre o conceito de História surgiram pós-*Ideologia Alemã*. Há um processo paulatino de incorporação de uma herança intelectual, simultaneamente a uma tentativa de expressar e transformar esse legado ao seu modo. Noutras palavras, nesse período não há ainda uma síntese consciente desse processo, ou se quiser, as noções de História não são expressas em bases marxianas. Podemos citar pelo menos dois elementos que são fundamentais para a concepção de História em Marx e que um deles não aparece nos textos de juventude, e o outro aparece apenas de modo negativo ou puramente abstrato. São eles, respectivamente, modo de produção e empiria. É possível pensar uma concepção de história materialista sem o conceito de modo de produção? Agora, no plano dos pressupostos mais universais, é possível pensar qualquer concepção de História sem uma noção positiva de empiria? Sustentaremos em nossa tese a negatividade das duas respostas. Ademais, percorreremos em linhas gerais, algumas obras de juventude de Marx para demonstrar nossa hipótese.

No ano de 1841, Marx submete à universidade de Jena a sua dissertação de doutorado²⁵ intitulada *Diferença entre a filosofia da natureza de Demócrito e a de Epicuro*. Esse texto era fruto de um projeto mais amplo de crítica aos sistemas do estoicismo, cinismo e epicurismo. Como boa parte dos jovens, o ímpeto de dar conta do mundo não lhe escapou. Na

²⁴ Para um trabalho que vai na linha de identificar a gênese do conceito de História em Marx na sua tese de doutorado, ver: *Introdução ao Conceito de História em Marx: período 1841 a 1847*. Dissertação defendida na Universidade Federal da Paraíba-UFPB, João Pessoa, no programa de pós-graduação em filosofia no ano de 2000. (SILVA FILHO, 2000).

²⁵ Para uma apreciação do contexto de produção da tese de Marx, assim como as influências que ele teve no período e sobre os manuscritos da dissertação, ver a biografia de Marx escrita por Michael Heinrich, *Karl Marx e o nascimento da sociedade moderna* (HEINRICH, 2018, p. 365-399).

sua crítica à filosofia do direito de Hegel, ele ainda mantinha tal impulso de “fazer uma crítica radical de tudo o que existe”. Porém, as pressões do cotidiano e a necessidade de apresentar uma tese fez com que o projeto ficasse bem mais modesto, mas nem por isso menos original.

Marx faz uma releitura das filosofias da Natureza (física) de Demócrito e Epicuro a partir de um quadro metodológico da história da filosofia de Hegel, mais em chave de conteúdo próprio. Ele coloca esses filósofos dentro da filosofia da autoconsciência. Vai contra o cânone da época que as viam simplesmente como filosofias pós-aristotélicas, e que enxergavam Epicuro como um mero continuador ou copiadador de Demócrito. Marx, além de demonstrar as diferenças e semelhanças entre os dois filósofos, mostra a originalidade de Epicuro em enfrentar o problema da contradição. Também critica Hegel por não ter dado a devida atenção a esses filósofos, apesar de salientar que no todo Hegel estava certo e elogiar a sua metodologia.

Em termos globais, Hegel chegou a definir de modo correto o caráter geral dos sistemas em questão. No entanto, no grande e ousado plano, digno de toda a admiração, de sua História da filosofia, que constitui o momento em que se começa a datar a história da filosofia, foi em parte impossível entrar em minúcias; ao mesmo tempo, sua visão daquilo que ele chamou de especulativo *par excellence* impediu, também em parte, o titânico pensador de identificar nesses sistemas a grande importância que têm para a história da filosofia grega e para o espírito grego em geral (MARX, 2018a, p. 22).

Se observarmos com calma a crítica de Marx a Hegel, veremos que o próprio Marx justifica as falhas de Hegel, destacando que “no grande e ousado, digno de toda a admiração, de sua História da filosofia, que constitui o momento em que se começa a datar a história da filosofia, foi em parte impossível entrar em minúcias”. A crítica de Marx a Hegel está na ausência de tratamento detalhado desses sistemas que, em termos globais, Hegel acerta. Isto é importante, pois mostra que, por mais que o revolucionário alemão faça algumas críticas a Hegel na sua tese, e apresente interpretações originais desses sistemas, ele ainda está dentro do *framework* hegeliano.

Marx começa a estabelecer as diferenças entre Demócrito e Epicuro. A primeira é no que tange à objetividade e subjetividade do mundo sensível.

“Porém, enquanto Demócrito converte o mundo sensível em aparência subjetiva, Epicuro o transforma em manifestação objetiva. E, nesse ponto, ele se diferencia conscientemente, pois afirma que compartilha os mesmos princípios, mas que não converte as qualidades sensíveis em apenas opinadas” (MARX, 2018, p. 41).

Marx assume a posição de Epicuro de considerar as qualidades do mundo sensível como objetivas.

Outra diferença importante entre os dois filósofos se refere à oposição

filosofia/saber empírico. “Ao passo que Demócrito, insatisfeito com a filosofia, lança-se nos braços do saber empírico, Epicuro despreza as ciências positivas, pois elas não contribuem com nada para o verdadeiro aperfeiçoamento. Ele é chamado de inimigo da ciência, desdenhador da gramática” (MARX, 2018, p. 44-45). Em nossa opinião, se analisarmos o texto da tese como um todo, Marx assume uma posição timidamente crítica à empiria, estando, dessa forma, também do lado de Epicuro. Essa postura de “desconfiança” em relação à empiria irá mudar a partir da *Ideologia Alemã*, onde a empiria é contrastada com a filosofia abstrata dos neo-hegelianos. A empiria ganhará cada vez mais importância na teoria de Marx, principalmente conectada com as diversas pesquisas históricas. Em uma carta a Engels, datada de 10 de outubro de 1868, ou seja, logo após a publicação do primeiro volume de *O Capital*, a respeito da investigação sobre a renda da terra na Irlanda, diz o seguinte:

Casualmente [*By accident*], encontrei num alfarrabista o relatório e os documentos [*report and evidences*] sobre a legislação dos arrendatários irlandeses de 1867(*Câmara dos Lordes [House of Lords]*). Um verdadeiro achado! Enquanto os senhores economistas fazem do problema de saber se a renda fundiária é um pagamento por diferenças naturais da terra ou um simples juro pago pelo capital nela investido, uma pura discussão dogmática, temos aqui, na prática, uma luta de morte entre o agricultor e o proprietário da terra [*farmer and landlord*] por saber em que medida a renda, além do pagamento pela diferença qualitativa das terras, deve também compreender os juros do capital investido no solo, pagos não pelo proprietário [*landlord*], mas pelo arrendatário. Somente colocando, no lugar do conflito dogmático [*conflicting dogmas*], o conflito dos fatos [*conflicting facts*] e os antagonismos reais que constituem seu substrato é que se pode transformar a Economia Política em uma ciência positiva (MARX; ENGELS, 1868, p. 272).

Marx mostra que determinadas questões teóricas não podem ser pensadas simplesmente no plano da abstração. Uma investigação prática, confrontando o “conflito dogmático” [*conflicting dogmas*] com o “conflito dos fatos” [*conflicting facts*] é o suficiente para esclarecer que a discussão sobre se “a renda fundiária é um pagamento por diferenças naturais da terra ou simples juros pagos pelo capital nela investido”, é um falso problema, ou melhor, “uma pura discussão dogmática”. Ocorrem as duas coisas; pagamento pela qualidade da terra como pagamento dos juros do capital investido. Porém, investigando os relatórios e os documentos relativos à legislação sobre os arrendatários irlandeses, ou seja, substituindo dogmas pela investigação prática, nota-se que essa questão se dá em um conflito de morte entre o agricultor e o proprietário sobre até que ponto se pagam os juros sobre o capital investido, sem falar que esses juros são pagos não pelo proprietário, mas pelo arrendatário. Marx critica a Economia Política por não se ater a esses antagonismos reais, que deveria ser o substrato dessa ciência. Esta carta serve para ilustrar, em parte, o método de Marx. Principalmente após os anos de 1857/1858, todas as questões teóricas do modo de produção

capitalista têm por base um volume enorme de investigação empírica. Não há uma lógica em sentido puro no *O Capital* (livro), mas uma lógica de um objeto histórico concreto, a lógica do Capital. Por isso é difícil classificar *O Capital* como obra. Seria uma obra de filosofia? Uma obra de História? De crítica da Economia Política? De sociologia histórica? Nenhuma classificação dessa, em nossa opinião, seria suficiente para determinar *O Capital* como obra. Preferimos, nesse caso, utilizar a expressão de Jacob Gorender a respeito de uma famosa introdução sobre o livro, ao se referir ao *O Capital* como uma obra interdisciplinar. Talvez hoje diríamos transdisciplinar, por realmente transcender as fronteiras das disciplinas. No entanto, abordaremos essa questão de modo mais detido na parte II da nossa pesquisa. Por ora, é importante destacar como há uma forte mudança em relação à incorporação da empiria no método de Marx, que apesar de ser apontado na *Ideologia Alemã*, só é efetivado em obras posteriores. Em oposição, a sua tese de doutorado está muito mais próxima a um idealismo ativo. Não há conceito de História em Marx sem o reconhecimento da importância da empiria na superação dos limites de uma filosofia abstrata²⁶.

A análise das qualidades dos átomos nos fornece, portanto, o mesmo resultado que a análise da declinação – a saber, que Epicuro objetiva a contradição, presente no conceito do átomo, entre essência e existência e, assim, inaugura a ciência da atomística, ao passo que, em Demócrito, não ocorre nenhuma realização do princípio em si, apenas é registrado o lado material e são apresentadas hipóteses em função da empiria” (MARX, 2018, p. 94).

Marx está aqui dentro da perspectiva do idealismo ativo, preocupado com a realização do “princípio em si” e da contradição entre essência e existência. Faz, neste momento, uma leitura hegeliana de Epicuro, que o próprio Hegel não fez. Em contrapartida, critica Demócrito por nele não ocorrer “nenhuma realização do princípio em si”, mas “apenas é mostrado o lado material e são apresentadas hipóteses em função da empiria”. Dito de outro modo, Demócrito ficou apenas na descrição e não conseguiu ascender ao conceito. Apesar de Marx não ser enfático na sua crítica à empiria aqui, é possível inferir, através do uso do advérbio “apenas”, que o “registro do lado material” e das “hipóteses apresentadas em função da empiria” estão num *status* bem menor do que o conceito. A nossa hipótese se reforça quando Marx reconhece que Epicuro rejeita a empiria e, mesmo assim, é considerado por ele o fundador da ciência atomística, pois consegue objetivar a contradição presente no conceito

²⁶ Quando nos referimos, aqui, à crítica de Marx a uma filosofia abstrata, trata-se do próprio uso conceitual que o autor fazia à época. Uma filosofia idealista neo-hegeliana que desprezava, na sua análise, as questões materiais. Talvez haja, na *Ideologia Alemã*, manuscrito que não recebeu publicação em vida, uma crítica estendida aos limites da própria filosofia como forma de saber. Todavia, em obras posteriores, principalmente em *O Capital*, Marx reconhece a filosofia como um saber fundamental, indispensável para a crítica do modo de produção capitalista. A filosofia é pensada na obra em unidade com as ciências particulares, como recurso de exposição crítica do modo de produção capitalista a partir de uma totalidade.

de átomo. Veremos, mais à frente, quando analisarmos o *Crítica à filosofia do direito (introdução)*, que já há uma mudança de postura relativa à empiria, pois esta deixa de ser pensada de forma negativa e passa a ser buscada como realização prática da filosofia. No entanto, mostraremos que ainda de modo bastante abstrato. A empiria, como conceito ou modalidade do real, é um dos elementos do método de Marx em que podemos notar um variado processo de transformação no decorrer da sua obra. De modo sumarizado, até mesmo esquemático, diríamos que a empiria tem um sentido “negativo” de uma crítica ainda tímida na tese de doutorado, depois adquire-se uma perspectiva romântica de realização da filosofia no *Crítica a filosofia do direito (introdução)*, em uma forma bastante abstrata, passando para um estágio de deslumbramento na *Ideologia Alemã*, onde a empiria é tratada quase como uma panaceia para a superação dos limites das filosofias abstratas dos neo-hegelianos, principalmente no sentido de afirmar a História como a grande ciência empírica positiva, até uma busca de equilíbrio entre a empiria e o conceito (teoria), cheio de idas e voltas, pós-*Ideologia Alemã*, mas que começa a ganhar o caráter mais permanente nos *Grundrisse*, *Contribuição à Crítica da Economia Política* e em *O Capital*, a partir da articulação do conceito totalidade, amparado em vasto material de pesquisa empírica. Esse caminho para o avanço na pesquisa empírica é aberto a partir da *Ideologia Alemã*, porém, Marx ponderará o seu deslumbramento inicial, e perceberá que há questões onde a empiria deve assumir o papel preponderante, e questões onde ela se submete ao conceito, ou, para citar o caso de *O Capital*, se submete às determinações da essência. Conceito e empiria passam a ser pensados no *O Capital* sempre na tensão, a partir do fenômeno que está sendo analisado, e representam, em parte, a tensão entre dialética e História, cuja síntese chamamos de totalidade provisória.

Como ressaltamos anteriormente, o caráter processual da obra de Marx nos possibilita constatar inúmeros elos de continuidades e mudanças. Como é o caso, por exemplo, da contradição essência-existência supracitada. É interessante notarmos que essa contradição essência/existência permanecerá durante toda a obra do pensador alemão. Trata-se de um fio de continuidade entre o jovem Marx e o Marx maduro, mas também de um aspecto de mudança fundamental no seu método. Em *O Capital*, a contradição essência/existência deixa de ser pensada como uma contradição geral, e passa a ser elaborada como uma contradição específica do modo de produção capitalista, que também incorpora a contradição essência-aparência. As principais categorias de *O Capital*, como por exemplo o *valor*, mas também poderia ser estendido ao *dinheiro* ou até a categoria de *capital*, expressam a dualidade dessa contradição, da aparência esconder em parte a essência, mas, ao mesmo tempo, ser a forma necessária da sua expressão. Em nossa opinião, trata-se do caráter

fetichizado²⁷ e reificado da sociedade capitalista, onde o fetiche da mercadoria seria mais uma forma de expressar o fetiche da sociedade como um todo. Em uma frase, uma contradição basilar do modo de produção capitalista.

Voltando à tese de doutorado de Marx, no que tange às diferenças entre os dois filósofos, o pensador alemão trata ainda da questão da necessidade *versus* o acaso. “O que está, portanto, assegurado do ponto de vista histórico é isto: Demócrito emprega a necessidade; Epicuro, o acaso; e cada um deles rejeita a concepção oposta com exasperação polêmica” (MARX, 2018, p. 51).

Vemos, portanto, os dois homens se contrapondo passo a passo. Um deles é cético, o outro é dogmático; um considera o mundo sensível como aparência subjetiva, o outro, como manifestação objetiva. Aquele que considera o mundo sensível como aparência subjetiva apoia-se na ciência natural empírica e em conhecimentos positivos e representa a inquietude da observação experimentadora que apreende em toda parte e digressa para a vastidão. O outro, aquele que considera como real o mundo que se manifesta, despreza a empiria; ele corporifica a tranquilidade do pensamento satisfeito consigo mesmo, a autonomia que *ex principio haure*, seu saber de dentro de si mesma (MARX, 2018, p. 54).

Marx trata de mostrar que as diferenças entre os dois filósofos está longe de ser trivial. Demócrito é descrito como filósofo cético, que considera o mundo sensível como aparência subjetiva, mas defende a necessidade e se apoia na ciência natural empírica. Já Epicuro é descrito como filósofo dogmático, considera o mundo sensível como manifestação objetiva, como real o mundo que se manifesta, despreza a empiria, defende o acaso contra a necessidade, mas é dogmático. Parece bastante contraditório. O que você espera de um a partir de um princípio que ele defende se encontra no outro e vice-versa. “Porém, a contradição atinge um plano ainda mais elevado” (MARX, 2018, p. 54).

O cético e empírico, para o qual a natureza sensível é aparência subjetiva, analisa-a do ponto de vista da necessidade e procura explicar e apreender a existência real das coisas. Por sua vez, o filósofo e dogmático, para o qual a manifestação é real, vê em toda parte apenas acaso; sua modalidade explicativa tende, muito antes, a suprimir toda a realidade objetiva da natureza. Parece haver certa distorção nesses antagonismos” (MARX, 2018, p. 54).

Neste ponto, Marx se posiciona de modo crítico aos dois “filósofos” pelo que chama de “certa distorção nesses antagonismos”. “Certa” fica por conta do estilo irônico de Marx, trata-se, na verdade, de grandes contradições. Todavia, o que o pensador alemão destaca como o erro principal dessas contradições encontra-se nas posições extremadas de

²⁷ Jorge Grespan aborda essa questão do fetiche da sociedade capitalista a partir do conceito de modo de representação [*Darstellungsweise*] que aparece nos três livros de *O Capital*, mas, principalmente, no livro III, no seu livro *Marx e a crítica do modo de representação capitalista* (GRESPLAN, 2019).

ambos. E essas posições têm a ver com a natureza da relação entre a filosofia e o mundo, ou, se preferir, entre a natureza teórica da filosofia e sua inelutabilidade de ter que se relacionar com os fenômenos do mundo.

“Só que a própria práxis da filosofia é teórica. É a crítica que mede a existência individual pela essência e a realidade específica pela ideia. Só que, em sua essência mais íntima, essa realização imediata da filosofia está marcada por contradições, e essa essência toma forma no fenômeno e lhe imprime seu selo” (MARX, 2018, p. 57).

Marx reconhece a dificuldade da “realização imediata” da filosofia, “está marcado por contradições”, mas já defende uma mediação entre a essência e o fenômeno como tarefa da filosofia. “No momento em que a filosofia na condição de vontade se volta contra o mundo fenomênico, o sistema se rebaixa à condição de totalidade abstrata, isto é, ele se torna um aspecto do mundo que se confronta com outro. Sua relação com o mundo é reflexiva”. (MARX, 2018, p. 57). A relação com o fenômeno é essencial para não se reproduzir uma “totalidade abstrata”, não se cair num solipsismo ou em abstrações sem lastro na realidade.

A consequência disso é que o tornar-se filosófico do mundo é concomitantemente um tornar-se mundano da filosofia, que sua realização é, ao mesmo tempo, sua perda, que aquilo que ela combate fora dela é sua própria deficiência interior, que precisamente na luta ela incorre nos danos que combate como danos no opositor e que ele só consegue suprimir esses danos na medida em que neles incorre. Aquilo com que se depara e o que ela combate sempre é o mesmo que ela é, mas com claves invertidas” (MARX, 2018, p. 58).

Marx está aqui dentro da esfera da realização da filosofia. Sua realização ainda não é uma realização política ou comunista, como na *Crítica à filosofia do direito de Hegel (introdução)*, mas uma realização teórica no sentido de a filosofia descer a sua outra parte que é o mundo.

“Esse é um dos lados, se analisarmos o assunto de modo puramente objetivo, como realização imediata da filosofia. Só que ela tem um lado subjetivo, que não passa de outra forma do anterior. É a relação entre o sistema filosófico que está sendo concretizado e seus portadores intelectuais, as autoconsciências individuais em que aparece seu progresso” (MARX, 2018, p. 58).

Como já declaramos anteriormente, percebemos aqui uma forte influência das filosofias da História, principalmente a filosofia da história hegeliana, articulando sistema filosófico com consciências individuais, a uma noção de progresso. Marx, em sua tese, não se limita a debater as filosofias de Demócrito e Epicuro, em alguns momentos ele aproveita a oportunidade para acertar contas com as filosofias em voga no seu ambiente intelectual. É o caso, por exemplo, da crítica que ele faz do partido liberal (neo-hegeliano) e da filosofia

positivista. Eles refletiriam justamente os extremos, ou as duplicidades das consciências objetivas e subjetivas.

Por fim, essa duplicidade da autoconsciência entra em cena como tendência dupla, contraposta de modo extremo – uma, o partido liberal, como podemos chamá-lo de modo geral, retém como determinação principal o conceito e o princípio da filosofia, enquanto a outra retém como tal seu não conceito, o fator da realidade. Essa segunda tendência é a filosofia positiva. O ato da primeira é a crítica e, portanto, exatamente o voltar-se para fora da filosofia e, portanto, o voltar-se para dentro de si da filosofia, ao tomar ciência da deficiência como algo imanente à filosofia, ao passo que a segunda a compreende como deficiência do mundo a ser tornado filosófico. Cada um desses partidos faz exatamente o que o outro quer fazer e o que ele próprio não quer fazer. Porém, a primeira tendência, em sua contradição interior, tem consciência do princípio em geral e de sua finalidade. Na segunda aparece a distorção e, por assim dizer, o desvario, como tal. Em termos de conteúdo, está em condições de produzir progressos reais, ao passo que a filosofia positiva só consegue apresentar exigências e tendências cuja forma contradiz seu significado” (MARX, 2018, p. 58-59).

Conceito *versus* realidade, princípio *versus* empiria. Apesar de Marx criticar o partido liberal (neo-hegeliano) por, de certa forma, se apartar da realidade, mesmo assim, comparado com o seu extremo, a filosofia positiva é a única capaz de produzir progressos reais, pois “tem consciência do princípio em geral e de sua finalidade”. A noção de princípio, conceito, fundamento, mesmo quando é abstrata e se aparta da experiência do mundo, ainda é mais “correta” do que uma descrição ou hipótese fruto da experiência. É claro que Marx critica as duas posturas, está implícita aqui uma noção de ausência de mediação entre conceito e mundo na crítica de Marx, porém, também está claro que dos dois extremos; o primeiro, do partido liberal (neo-hegeliano), por ter o conceito como determinação principal e o princípio da filosofia, é melhor do que a empiria abstrata dos positivistas. Esse é um dos pontos em que Marx apoia Epicuro contra Demócrito. Mas o próprio Epicuro, por também estar preso a um extremo, não sai ileso da crítica do pensador alemão. Ademais, qual seria o cerne da crítica de Marx a Epicuro?

Ele tende a pôr as diferentes determinações de um conceito como existências autônomas diferenciadas. Como seu princípio é o átomo, também o modo de seu conhecimento é atomista. Cada momento do desenvolvimento de imediato se transforma sub-repticiamente em uma realidade fixa, separada do contexto como se fosse pelo espaço vazio; toda determinação assume a forma de uma particularidade isolada (MARX, 2018, p. 99).

Marx faz uma crítica a Epicuro por hipostasiar a realidade devido à falta de historicização. De uma particularidade fora de contexto, portanto, isolada. Essa noção de historicização, de não tratar a realidade como fixa, separada do seu entorno, do seu contexto e das suas relações, é um traço marcante no pensamento de Marx e já aparece mesmo no texto da sua tese. Ele não desenvolve ainda o conceito de mediação, mas a todo momento podemos

inferir essa noção no trato dos antagonismos, tanto entre Demócrito e Epicuro, quanto entre o partido liberal e os positivistas. Durante o decorrer da sua vida, ele vai aprofundar cada vez mais essa noção de historicização e esse será um dos principais elementos de crítica à metafísica filosófica de Proudhon e a economia política. Há uma estreita relação entre a crítica que Marx faz ao filósofo francês e a crítica que ele faz à economia política clássica. Essa crítica será sintetizada pela a-historicização de ambos, por falta de compreensão da natureza da História²⁸ e, por conseguinte, por tomar categorias históricas e transitórias como eternas.

Retornando para o embate entre Demócrito e Epicuro, um dos pontos fundamentais que faz Marx, mesmo com críticas, enaltecer Epicuro, é a questão da contradição. A partir do problema da contradição do átomo, Marx debate a natureza epistemológica da filosofia, a contradição entre fenômeno e fundamento, ou fenômeno e elemento. Para ele, Epicuro

“formula e objetiva a contradição nesse afunilamento máximo e, portanto, estabelece uma diferença entre o átomo no momento em que se converte em base do fenômeno, ou seja, como elemento, e o átomo como existente no vácuo, como princípio” (MARX, 2018, p. 102).

Portanto, mesmo preso a uma totalidade abstrata, a objetivação da contradição, ou dos momentos do átomo como fenômeno e o átomo como princípio, diferencia Epicuro “filosoficamente de Demócrito, que objetiva apenas um dos aspectos” (MARX, 2018, p. 102). Em sentido contrário,

as concepções astronômicas de Demócrito podem até ser perspicazes do ponto de vista de sua época, mas não há como extrair delas algumas coisas filosoficamente interessantes. Elas não transcendem o círculo da reflexão empírica nem estão interconectadas com a teoria dos átomos de alguma maneira mais determinada. Por conseguinte, em Epicuro, a atomística, com todas as suas contradições como ciência natural da autoconsciência, que é princípio absoluto para si mesmas sob a forma de particularidade abstrata, foram elaboradas e levadas a termo até as últimas consequências, que são sua dissolução e o antagonismo consciente ao universal. Para Demócrito, em contraposição, o átomo é apenas a expressão universal objetiva da pesquisa empírica sobre a natureza geral. Por conseguinte, para ele, o átomo permanece pura categoria abstrata, uma hipótese, que é o resultado da experiência, e não seu princípio energizador, e que, por isso, não chega à realização nem continua determinando a pesquisa real sobre a natureza (MARX, 2018, p. 111, 125).

Dessa forma, não podemos atribuir a esse escrito juvenil de Marx um conceito de história, nem mesmo uma possível gênese desse conceito. Como ressaltamos anteriormente, Marx está preocupado em restabelecer Demócrito e Epicuro, principalmente o segundo, como filósofo da autoconsciência, que conseguiu pensar a contradição e constituir uma “ciência da

²⁸ Trataremos desse ponto no capítulo 3 da pesquisa.

atomística”. Parte significativa da discussão do revolucionário alemão gira em torno da epistemologia da filosofia. Apesar de Marx criticar a postura filosófica de uma abstração apartada do contexto e da realidade, de uma filosofia apartada do fenômeno, sem mediação, a crítica maior se manifesta numa ciência ou filosofia derivada da empiria. Em uma palavra, o conceito de empiria é negativo, impossibilitando, em nossa opinião, pensar um conceito de História nesse momento. Essa é a grande crítica de Marx a Demócrito, pois, para Demócrito, “o átomo é apenas a expressão universal objetiva da pesquisa empírica sobre a natureza geral, uma categoria abstrata ou uma hipótese, porque é resultado da experiência e não de um princípio[filosófico] energizador”.

No seu texto *Crítica à filosofia do direito de Hegel (introdução)*²⁹, que foi publicado no ano de 1844, há uma grande mudança em relação à realização da filosofia. O texto foi publicado como uma introdução a um projeto maior de uma crítica à filosofia do direito de Hegel, projeto este que Marx nunca concluiu, restando apenas os seus manuscritos. Tanto o manuscrito como o texto da introdução foram escritos em um momento em que Marx acabou de se casar com Jenny e passaria a sua lua de mel em Kreuznach. No entanto, em pouquíssimo tempo, entre a redação dos manuscritos da *Crítica à filosofia do direito* (1843) e a *Introdução* (1843-1844), no qual Marx sai de Kreuznach e vai para Paris, onde termina o texto da *Introdução*, Marx muda radicalmente algumas questões, como por exemplo, sua posição em defesa da democracia.

Na *Crítica*, Marx afirma a “verdadeira democracia”, no sentido do pensamento de Rousseau (e de Feuerbach). Já na “*Introdução*” ele faz uma transição do liberalismo burguês ao tema da “emancipação humana” (isto é, do comunismo), enquanto a democracia passa a ser identificada com a “emancipação política”; é quando Marx introduz o conceito de “democracia acabada” (*vollendete Demokratie*), definição que iria muito além da mera transformação da forma política na república burguesa. Ou seja, a *Introdução* representa uma ruptura de Marx com o seu próprio pensamento inicial, ruptura esta que na *Crítica* de 43 é apenas anunciada” (JINKINGS BACKES, 2005, p. 8).

O texto da introdução é um dos textos mais bem escritos da sua juventude. Se compararmos, por exemplo, com o panfleto de *A Sagrada Família*, a discrepância em estilo, forma, elegância na crítica é enorme. Todavia, no que se concerne ao conceito de História, em nossa opinião, o avanço é ainda moderado. Pierre Vilar chega a afirmar que, ao contrário do que escreveu Maximilien Rubel, que esse episódio de 1843 constitui, na formação de Marx, um recuo em relação a 1842” (VILAR, 1983, p. 98).

²⁹ Esse texto foi escrito entre dezembro de 1843 e janeiro de 1844 e publicado nos *Deutsch-Französische Jahrbücher* (Anais Franco-Alemães) em 1844.

Com efeito, é como filósofo – portanto, sem mudar de terreno – que o contraditor de Hegel julga a Filosofia do Direito. Formalismo na “negação da negação”: idealismo (no qual desaparece toda análise de classe) na definição de “burocracia” e de democracia”; transposição para a crítica do Estado hegeliano da crítica religiosa de Feuerbach; observações sobre a concepção hegeliana de propriedade que poderiam ser (por exemplo, a respeito do morgadio) uma crítica burguesa” (VILAR, 1979, p. 98).

Consideramos exagerada essa crítica de Vilar. É verdade que o texto da *Crítica à filosofia do direito*, e mesmo a *Introdução*, estão presos a fraseologias filosóficas abstratas. Mas, a nosso ver, o enfrentamento das questões políticas, se quiser, da relação entre o Estado e a sociedade civil a partir da crítica da filosofia hegeliana, foi fundamental para abrir o caminho de uma transição das questões religiosas para as questões políticas e, nesse sentido, contribuindo para abertura de uma história materialista, apesar de, repetindo, ainda serem enfrentadas na *Crítica de 1843 e na Introdução*, de modo bastante abstrato e, muitas vezes, até romântico.

O acerto de contas com a religião e com a filosofia hegeliana, a partir da influência de Feuerbach, foi decisiva para a evolução do pensamento de Marx. O pensador alemão considera a crítica da religião, pelo menos na Alemanha atrasada, um pressuposto para uma crítica da política e que, portanto, deveria ser superada.

Na Alemanha, a crítica da religião está, no essencial, terminada; e a crítica da religião é o pressuposto de toda a crítica” (MARX, 2005, p. 151). E continua,

este é o fundamento da crítica irreligiosa: o homem faz a religião, a religião não faz o homem. [...] Mas o homem não é um ser abstrato, acororado fora do mundo. O homem é o mundo do homem, o Estado, a sociedade. Esse Estado e essa sociedade produzem a religião, uma consciência invertida do mundo, porque eles são um mundo invertido (MARX, 2005, p. 151).

Essa inversão materialista, religião-homem, Estado-sociedade civil, se configura no texto da *Introdução* com a necessidade prática da realização da filosofia. Percebe-se que não se trata mais de uma realização teórica como no texto da tese de doutorado, mas uma realização prática, política em sentido pleno.

Portanto, a tarefa da História, depois de desaparecido o além da verdade, é estabelecer a verdade do aquém. A tarefa imediata da filosofia, que está a serviço da História, é, depois de desmascarada a forma sagrada da autoalienação [*selbstentfremdung*] humana, desmascarar a autoalienação nas suas formas não sagradas. A crítica do céu transforma-se, assim, na crítica da terra, a crítica da religião, na crítica do direito, a crítica da teologia, na crítica da política” (MARX, 2005, p. 152).

Uma virada importante! A “tarefa imediata da filosofia está a serviço da História”, depois de desmascarada a alienação religiosa, trata-se de desmascarar a alienação das

questões concretas e terrenas, “a crítica do céu, transforma-se na crítica da terra, a crítica da religião na crítica do direito e a crítica da teologia na crítica política”. Por acaso, o que Marx atribui como cronologia da crítica na Alemanha não coincide com a evolução do seu próprio pensamento crítico? Não obstante, veremos que Marx, apesar de apontar o caminho dessa crítica materialista, não se encontra, naquele momento, com a capacidade de efetivá-la de modo adequado, antes de refletir sobre os pressupostos da História na *Ideologia Alemã* e de se aprofundar na crítica da economia política. Porém, segue fazendo uma crítica do processo histórico atrasado e “reacionário” da Alemanha, comparando-a a países que passaram por revoluções na Europa.

A história alemã, é verdade, orgulha-se de um desenvolvimento que nenhuma nação no firmamento histórico realizou antes dela ou chegará um dia a imitar. Tomamos parte nas restaurações das nações modernas, sem termos tomado parte nas suas revoluções. Fomos restaurados primeiramente porque outras nações ousaram fazer uma revolução e, em segundo lugar, porque outras nações sofreram contrarrevoluções; no primeiro caso, porque nossos senhores tiveram medo e, no segundo, porque nada temeram. Tendo nossos pastores à frente, encontramos na sociedade da liberdade apenas no dia do seu sepultamento” (MARX, 2005, p. 152).

Marx faz uma dura crítica do posicionamento sempre atrasado da burguesia alemã no sentido ter sido empurrada a contragosto pela marcha da História. Considera a situação da Alemanha anacrônica se comparada com a França ou com a Inglaterra. Para ele, a Alemanha só é pioneira, “vanguarda”, nos processos de restaurações.

A luta contra o presente político alemão é a luta contra o passado das nações modernas, e estas continuam a ser importunadas pelas reminiscências desse passado. Para as nações modernas, é instrutivo assistir ao *ancien régime*, que nelas viveu sua tragédia, desempenhar uma comédia como fantasma alemão. Trágica foi sua história, porque ele era o poder pré-existente do mundo, ao passo que a liberdade, ao contrário, era uma fantasia pessoal; numa palavra, porque ele mesmo acreditou em sua legitimidade e nela tinha de acreditar. Na medida em que o *ancien régime*, como ordem do mundo existente, lutou contra um mundo que estava então a emergir, ocorreu de sua parte um erro histórico-mundial, mas não um erro pessoal. Seu declínio foi, por isso, trágico” (MARX, 2005, p. 154).

Marx esboça uma filosofia da História³⁰ a partir de uma analogia entre os gêneros

³⁰ Nos textos de juventude de Marx podemos falar de uma filosofia da História. Há uma noção de marcha da História, concepção de progresso, e reflexão filosófica sobre a História sem o confronto com a empiria. Como já salientamos, o momento de rompimento com a perspectiva de uma filosofia da História, compreendida nesses termos, aparece pela primeira vez na *Ideologia Alemã*. Daí para frente não se justifica atribuir a Marx uma filosofia da História. Alguns críticos de Marx chegam a dizer que, no *Manifesto Comunista*, escrito em 1848, ele também teria criado uma filosofia da história teleológica, pois aponta um fim para História. Na realidade, o *Manifesto Comunista* é um panfleto político, escrito sob encomenda pela primeira associação internacional dos trabalhadores. Desta forma, não pode ser lido de outra modo a não ser como um panfleto que visava apresentar um programa de organização da classe trabalhadora, e por isso, é claro que proporá uma finalidade para o processo histórico. Ingenuidade pensar o contrário! Se não há, em Marx, uma filosofia da História nos termos citados, então, o que ele fez na *Ideologia Alemã* e em obras posteriores? Na *Ideologia Alemã*, o revolucionário alemão fez uma reflexão sobre os pressupostos universais sobre as condições de possibilidades de qualquer fazer

da arte. O *ancien régime*, como ordem existem, viveu uma “tragédia” real e cometeu um “erro mundial” porque lutou contra “um mundo que estava então a emergir”. Já Alemanha e sua burguesia viveriam uma comédia por estar em uma situação anacrônica e não ter vivido os processos revolucionários do fim do antigo regime. Marx relacionará esse atraso econômico e político da Alemanha à produção da sua filosofia idealista. Em parte, esse será um dos motes tratados em livros como a *Sagrada Família* e a *Ideologia Alemã*.

“Em contrapartida, o atual regime alemão, que é um anacronismo, uma flagrante contradição de axiomas universalmente aceitos – a nulidade do *ancien régime* exposta ao mundo – imagina apenas acreditar em si mesmo e exige do mundo a mesma imaginação” (MARX, 2005, p. 154).

Nesta filosofia da História criada por Marx na *Introdução*, a História seria fruto de uma sucessão de fases, assim como os gêneros da arte grega. E o atual regime alemão, “se acreditasse na sua própria essência tentaria ele ocultá-la sob a aparência de uma essência estranha e buscaria sua salvação na hipocrisia e no sofisma?” [...] Visto que o “moderno *ancien régime* é apenas o comediante de uma ordem mundial cujos heróis reais estão mortos. A história é sólida e passa por muitas fases ao conduzir uma forma antiga ao seu sepulcro. A última fase de uma forma histórico-mundial é sua comédia (MARX, 2005, p. 154). E pergunta, “por que a história assume tal curso? A fim de que a humanidade se separe alegremente do seu passado. É esse alegre destino histórico que reivindicamos para os poderes políticos da Alemanha” (MARX, 2005, p. 154-155). Bastaria compararmos o conteúdo desta citação com algumas passagens da *Sagrada Família* ou da *Ideologia Alemã* para evidenciarmos uma mudança no que tange à noção de História. Marx fala de “destino” na História, de uma história *magistra vitae*, que assume determinado curso com objetivo de que “a humanidade se separe alegremente do seu passado”. Se Marx superou politicamente Hegel a partir de sua crítica à filosofia do direito, transitando de uma posição liberal-democrata para uma posição de democrata radical ou comunista, no que se refere à concepção de História ele ainda está inserido no quadro conceitual e terminológico da filosofia da história hegeliana. Talvez não seja por acaso, que nas duas obras que escreverá posteriormente, *Sagrada Família e Ideologia Alemã*, a História assumia tamanha centralidade. Entretanto, faz-necessário salientar que, o fato de Marx se encontrar, naquele momento, ainda dentro de *framework* hegeliano, não significa dizer que, nesse período, ele apenas reproduziu

histórico. Mas não aponta, de antemão, um sentido para a História. E, em obras posteriores, com a incorporação do conceito de modo de produção, fez uma crítica ao modo de produção capitalista, como uma forma social histórica que pode ser superada. Todavia não há nenhuma garantia de que haverá essa superação, pois a luta de classes é um processo aberto, não sendo resultado das teleologias individuais.

a concepção de História de Hegel. Não se trata disso. Apenas, é preciso observar que Marx estava lutando teoricamente para se livrar dessas “amarras” hegelianas e, por estar inserido nessa contradição, apresentava avanços e recuos que refletiam no uso de uma linguagem hegeliana. Enquanto Marx não progredir para uma nova terminologia, novos conceitos, não podemos falar de “superação” [*Aufhebung*] no sentido hegeliano do termo, da sua concepção de História.

O próprio Marx, na *Ideologia Alemã*, faz uma espécie de recapitulação do que ele chama de “abertura para uma visão materialista do mundo” e, embora argumente no sentido de dizer que obras anteriores à *Ideologia Alemã*, como a *Crítica à filosofia do direito – Introdução* e a *Questão judaica*, já apresentam uma abertura para essa concepção materialista de mundo “não isenta de pressupostos, mas empiricamente atenta aos pressupostos materiais como tais” (MARX; ENGELS, 2007, p. 31), não leva essa recapitulação a todas as suas consequências.

No momento em que Feuerbach expôs o mundo religioso como a ilusão do mundo terreno, o qual nele mesmo ainda aparece apenas como *fraseologia*, resultou evidente, até mesmo para a teoria alemã, a pergunta que ele não respondeu: como é que os homens “botam na cabeça” essas ilusões? Tal pergunta abriu, até para os teóricos alemães, o caminho para uma visão materialista do mundo, não *isenta de pressupostos*, mas empiricamente atenta aos reais pressupostos materiais como tais e que, por isso, é a primeira visão de mundo *realmente crítica*. Esse percurso já estava indicado nos *Deutsch-Französische Jahrbücher: na Crítica à filosofia do direito – Introdução* e em *Sobre a questão judaica*. Como tal visão ainda se movia no interior da fraseologia filosófica, as expressões filosóficas que tradicionalmente costumam escapar nessas ocasiões, tais como “essência humana”, “gênero” etc., proporcionaram aos teóricos alemães o tão desejado pretexto para entender mal o desenvolvimento real e para acreditar que apenas se tratava, então, de mais uma nova versão de seus velhos e desbotados casacões teóricos (MARX, 2007, p. 31-32).

Para irmos além do juízo que Marx fez dele mesmo e, de certa forma, extrairmos o que está emaranhado nas entrelinhas dessa recapitulação, torna-se imperiosa uma análise detalhada desta citação. Então, vamos lá! Primeiro, Marx reconhece o papel de Feuerbach na abertura de uma visão materialista, pois expôs o mundo religioso como ilusão do mundo terreno. No entanto, em Feuerbach, essa exposição aparece apenas como fraseologia, sem falar que Feuerbach não responde à pergunta que é erigida como consequência da sua exposição: como é que os homens “botam na cabeça” essas ilusões? Marx ressalta que essa pergunta abriu o caminho para uma visão materialista do mundo, até para os teóricos alemães. Visão esta, por conseguinte, empiricamente atenta aos pressupostos reais e materiais. Em seguida, ressalta que essa seria a primeira visão realmente crítica do mundo, por se basear na empiria e em pressupostos materiais e que, esse percurso já estava indicado em obras anteriores, como a *Crítica à filosofia do direito – Introdução* e na *Questão Judaica*. Agora

vem a parte mais importante, por isso, faremos uma citação literal:

“Como tal visão ainda se movia no interior da **fraseologia filosófica**, as expressões filosóficas que tradicionalmente costumam escapar nessas ocasiões, tais como ‘essência humana’, ‘gênero etc.’; proporcionaram aos teóricos alemães o tão desejado pretexto para entender mal o desenvolvimento real e para acreditar que apenas se tratava, então, de mais uma nova versão de seus velhos e desbotados casacões teóricos” (MARX; ENGELS, 2007, p. 31-32. Grifo nosso).

Faltou a Marx se fazer as seguintes perguntas: por que a sua visão materialista ainda se movia no interior da fraseologia filosófica? Por que essas expressões filosóficas como “essência humana” e “gênero” escapavam? Existe uma relação intrínseca entre uma teoria e sua linguagem, terminologia ou forma de expressão? É claro que se Marx estivesse atento aos pressupostos de sua fala, estas perguntas não existiram. Contudo, o que gostaríamos de problematizar, a partir da recapitulação feita por Marx, é que ela, no sentido teórico, não está totalmente correta. Sua “visão materialista” está no interior da fraseologia filosófica, não por “cacoete de linguagem”, mas porque não se superou teoricamente o conteúdo dessa linguagem. Marx, mais do que qualquer um, sabe que não existe separação entre forma e conteúdo, e que a forma é expressão de um determinado conteúdo. Nesse sentido, se a forma ainda é velha, é porque o conteúdo ainda não é totalmente novo. O próprio Marx defende isso quando critica Bruno Bauer, por usar os mesmos predicados da filosofia idealista hegeliana, arvorando-se de anunciar uma crítica nova.

A sua “substância” nada mais é do que os predicados de Deus condensados num único nome; com exceção da personalidade, que ele reserva para si – os predicados de Deus, que não são mais do que nomes divinizados de representações que os homens têm de suas relações empíricas bem determinadas, representações que eles, mais tarde, hipocritamente conservam por razões práticas. É claro que o comportamento empírico, material desses homens naturalmente **nem pode mais ser entendido com o equipamento teórico herdado de Hegel** (IA; MARX; ENGELS, 2007, p. 230. Grifo nosso).

Em nossa opinião, nessas obras de juventude, anteriores à *Ideologia Alemã*, ainda faltava um conceito de História bem determinado, faltava uma ampliação do conceito de empiria, e, principalmente, o conceito-chave de modo de produção, que possibilitará uma concepção materialista da História. Marx criará uma linguagem nova na *Ideologia Alemã*, ainda oscilando em alguns momentos, mas já se trata de uma terminologia nova, pois Marx está em outro patamar teórico e faz sua primeira grande síntese da sua concepção de História.

3 CAPÍTULO II: A *IDEOLOGIA ALEMÃ* COMO MOMENTO DE INFLEXÃO A UMA CONCEPÇÃO DE HISTÓRIA MATERIALISTA

*Wir kennen nur eine einzige Wissenschaft, die Wissenschaft der Geschichte.*³¹

Karl Marx

Todavia, é precisamente na Ideologia Alemã que o problema da História como ciência é verdadeiramente enfrentado.

Pierre Vilar

Antes de adentrarmos na *Ideologia Alemã*, faz-se necessária uma espécie de “limpeza de campo”, no sentido de esclarecermos os pressupostos da nossa tese e em que medida esta obra representa um momento de inflexão no pensamento de Marx. Se essa “limpeza” for realizada com sucesso, talvez o terreno da obra possa ser melhor compreendido.

A *Ideologia Alemã* marca o momento de ruptura com o idealismo alemão. Até aqui, nenhuma novidade! Isso já foi dito por inúmeros comentadores de Marx. O que é preciso esclarecer, e isso é muito mais complexo, é o contexto histórico, filosófico e teórico dessa ruptura (em que termos se dá essa ruptura), e como isso se relaciona com obras posteriores como *Grundrisse*, *Contribuição à crítica da economia política* e *O Capital*.

Isto posto, vamos ao problema. O contexto histórico que influenciou Marx na mudança de sua concepção teórica já foi retratado por várias biografias, e o próprio Marx relembra parte dessa experiência no prefácio da *Contribuição à crítica da economia política* de 1859³². Marx foi mudando politicamente nos anos de 1841, 1842, 1843 e 1844, de uma

³¹ “Conhecemos apenas uma única ciência, a ciência da História.”

³² “Minha especialidade era a Jurisprudência, a qual exercia, contudo, como disciplina secundária ao lado de Filosofia e História. Nos anos de 1842/43, como redator da *Gazeta Renana (Rheinische Zeitung)* vi-me pela primeira vez em apuros por ter que tomar parte na discussão sobre os chamados interesses materiais. As deliberações do Parlamento renano sobre o roubo de madeira e parcelamento da propriedade fundiária, a polêmica oficial que o Sr. Von Schaper, então governador da província renana, abriu com a *Gazeta Renana* sobre a situação dos camponeses do vale do Mosela, e finalmente os debates sobre o livre-comércio e a proteção aduaneira deram-me os primeiros motivos para ocupar-me de questões econômicas. Além do mais, naquele tempo em que a boa vontade de “ir à frente” ocupava muitas vezes o lugar do conhecimento do assunto, fez-se ouvir na *Gazeta Renana* um eco de fraco matiz filosófico do socialismo e comunismo francês. Eu me declarei contra essa remendagem; mas ao mesmo tempo em uma controvérsia com o *Jornal Geral* de Augsburg (*Allgemeine Augsburger Zeitung*) confessei francamente que os meus estudos feitos até então não me permitiam ousar qualquer julgamento sobre o conteúdo das correntes francesas. Agarrei-me às ilusões dos gerentes da *Gazeta Renana*, que acreditavam que, através de uma atitude mais vacilante do jornal, conseguiriam anular a condenação de morte que fora decretada contra ele, para me retirar do cenário público para o gabinete de estudos. O primeiro trabalho que empreendi para resolver a dúvida que me assediava foi uma revisão crítica da filosofia do direito de Hegel, trabalho este cuja introdução apareceu nos Anais Franco-Alemães (*Deutsch-Französische Jahrbücher*), editados em Paris em 1844. Minha investigação desembocou no seguinte resultado: relações jurídicas, tais como formas de Estado, não podem ser compreendidas nem a partir de si mesmas, nem a partir do assim chamado desenvolvimento geral do espírito humano, mas, pelo contrário, elas se enraízam nas relações materiais de vida, cuja totalidade foi resumida por Hegel sob o nome de “sociedade civil” (*bürgerliche*

perspectiva liberal para a de um democrata radical e, por fim, para o comunismo. Uma série de eventos contribuiu para essa transformação. Não reconstruiremos o contexto desses eventos, isso já foi feito com êxito nas biografias citadas na introdução. Destacaremos apenas o contato com Engels e seu texto *Esboço de economia política*, que causou, em Marx, marcas indeléveis. O encontro com Engels não registra apenas uma amizade que vai contribuir para o resto da vida de Marx, inclusive para a publicação dos três livros de *O Capital*. Isso por si só já seria extremamente relevante, não faltando, por isso, em nenhuma biografia séria do autor. No entanto, esse encontro marca também o contato de Marx com a economia política, que causará uma profunda mudança teórica. Então, a partir do momento em que Marx se depara com “questões jurídico- materiais” no Vale do Mosela, e constata, cabalmente, a sua insuficiência teórica em explicá-las, associado a uma mudança de postura política, rumo ao comunismo, inicia-se por parte do pensador alemão, um percurso teórico tendo em vista sintetizar esta nova situação. Os anos de 1842 até 1845/46 refletem que essa síntese ocorreu em um cenário de disputa, pois Marx vai buscar fazer um balanço com as tradições que o influenciaram e se demonstraram incapazes de explicar processos da vida cotidiana, como o roubo da lenha, e uma disputa de Marx com ele mesmo, buscando reformular o seu quadro teórico para poder dar conta do seu presente histórico. A *Ideologia Alemã* expressa a confluência desse percurso, com os seus acertos e suas contradições, pois vai ser o primeiro momento em que Marx consegue sintetizar essas questões com maior clareza, elaborando, por exemplo, um conceito de modo de produção. Contudo, nem tudo são flores! A *Ideologia Alemã* também reflete, em parte, a ida para o outro extremo, muito comum quando se descobre uma nova teoria ou se muda radicalmente de uma perspectiva política ou teórica anterior, pois aparecerá, em Marx, um certo deslumbramento em relação às ciências, principalmente à História, assim como a exaltação do papel da empiria em oposição à filosofia para explicar processos históricos concretos. A empiria continuará representando um papel importante no método de Marx em obras posteriores, especialmente em *O Capital*, mas Marx ponderará o seu papel no método com categorias mais estruturais do modo de produção capitalista, e retomará, inclusive conceitos da metafísica clássica, como substância, essência, aparência etc. A filosofia, portanto, também voltará a ter um papel importante em *O Capital*. O método filosófico será essencial na apreensão das categorias mais fundamentais, no caso,

Gesellschaft), seguindo os ingleses e franceses do século XVIII, mas que a anatomia da sociedade burguesa (*bürgerliche Gesellschaft*) deve ser procurada na Economia Política”. (MARX, 1978, p. 24-25).

estruturais de *O Capital*. Através de vários níveis de abstração, Marx demonstrará a diferença entre o que é essencial ao modo de funcionamento do capitalismo e o que é fenomênico nesse modo de produção. Também exporá como o modo de produção capitalista tende a esconder e, em alguns momentos, inverter, na consciência cotidiana, o que é fundamento do que é fenômeno. A taxa de juros aparece, portanto, como fundamento da taxa de lucro e não o contrário. Por isso é preciso situar esta obra exatamente no que ela representa entre o passado de Marx e o seu futuro.

Por exemplo, Marx fará uma crítica profunda não apenas ao idealismo, mas também à filosofia como forma de saber “abstrata”³³ para tratar de processos históricos concretos. Marx fará, também, uma crítica à filosofia da história Hegeliana como forma até então mais acabada de uma filosofia da história, assim como da sua simplificação realizada pelos neo-hegelianos. “A filosofia hegeliana da História é a última consequência, levada à sua ‘mais pura expressão’, de toda essa historiografia alemã, para a qual não se trata de interesses reais, nem mesmo políticos, mas apenas de pensamentos puros[...] o curso da História tem de aparecer como uma mera história de ‘cavaleiros’, saltadores e fantasmas, de cujas visões ele naturalmente só consegue se salvar pela ‘profanação’” (MARX; ENGELS, 2007, p. 44).

Marx vai criticar a filosofia da História como uma forma de explicar os processos históricos de forma divorciada das questões empíricas e materiais, assim como atribuindo um esquema e sentido universal à História.

Quem quer que, assim como Hegel, pretenda construir pela primeira vez um tal esquema, que se aplique a toda a História e ao mundo atual em sua totalidade, não poderá fazê-lo sem conhecimentos positivos abrangentes, **sem que tenha que se referir, em alguma medida pelo menos, à História empírica**, sem uma grande energia e uma visão profunda. Se, ao contrário, está-se satisfeito com explorar um esquema já existente, adequando-se às suas próprias finalidades e demonstrando essa concepção “própria” com ajuda de exemplos isolados (por exemplo, negros e mongóis, católicos e protestantes, a Revolução Francesa etc.) – e é isto que faz nosso fanático contra o Sagrado –, para tanto não se faz necessário nenhum conhecimento da História (MARX; ENGELS, 2007, p. 177. Grifo nosso).

³³ Na *Ideologia Alemã*, a noção de abstração para Marx é predominantemente negativa. Ele a utiliza para criticar uma filosofia idealista da História, feita de forma essencialmente especulativa, que se aparta dos sujeitos reais de carne e osso, e que deveriam ser, por conseguinte, investigados e comprovados a partir de questões materiais e empíricas. Marx ainda chega a reconhecer um papel positivo quando se refere à abstração apenas na imaginação, e, no *Miséria da Filosofia*, fala de abstração do movimento referindo-se a Aristóteles. Veremos que Marx reconsiderará o papel da abstração no seu método a partir dos *Grundrisse* em 1857/1858, e essa exercerá um papel fundamental em *O Capital*. Marx compreenderá a abstração a partir de uma dupla determinação, negativa e positiva. Falará de trabalho abstrato e de “abstrações vazias” no sentido negativo. Já no sentido positivo, o leque é vasto, vai desde de “abstrações razoáveis” que aparecem na introdução de 1857/1858 no sentido de captar o comum isolado e evitar repetições, passando pela possibilidade de através de um processo de abstração, em *O Capital*, poder analisar o valor de modo independente das suas formas de expressão singulares como salário, juros, lucro etc., até, por exemplo, permitir a separação das categorias em níveis de abstrações, a identificação de tendências etc. Em outras palavras, o conceito de totalidade provisória que analisaremos na parte II do nosso trabalho não é possível sem o uso da abstração.

Fica claro que Marx está criticando uma história filosófica, no sentido de enquadrar a totalidade do mundo em um esquema especulativo. E especulativo, para o pensador alemão nesse momento, significa, divorciado da empiria e das questões materiais. Todavia, faz-se premente o levantamento da seguinte questão: Até que ponto Marx consegue, ao fazer uma crítica à toda a filosofia da história produzida na Alemanha, principalmente à filosofia de Hegel e dos neo-hegelianos, refletir sobre os pressupostos que ele apresenta como alternativa a essa filosofia da História?

Precisamos separar o conceito de filosofia da História³⁴ de uma reflexão filosófica sobre os pressupostos da História. Filosofia da História é um conceito delimitado a um contexto de disputa entre a forma de se explicar a História, ou, se quiser, entre uma história filosófica e uma história ciência. Em nossa opinião, Marx critica uma filosofia da História, enquanto esse conceito delimitado critica, também, a própria filosofia como um saber abstrato, mas, em parte, faz uma reflexão filosófica, e não apenas histórica, sobre os pressupostos de qualquer concepção histórica. Nesse sentido, Marx não identifica, em parte, os seus pressupostos³⁵.

³⁴ O conceito de filosofia da História, a partir da virada da primeira para a segunda metade do século XIX, surge em um contexto de disputa com a História como forma de conhecimento, especialmente a tentativa de legitimação de uma história ciência, e uma disputa em um ambiente de afirmação das ciências positivas. “No século XIX, paradoxalmente, a história conhecimento pretendeu emancipar-se da influência da filosofia da História e tornar-se “científica”. Chegara-se à conclusão de que a metafísica era impossível, que era um pseudoconhecimento, pois seus enunciados eram inverificáveis e incontroláveis. Acreditava-se que só seria possível conhecer os fatos apreendidos pela sensação. Um pensamento radicalmente historicista considerava que as filosofias racionalistas e metafísicas não revelam nada da História. A história científica, que surgia, parecia não pretender mais discutir o sentido histórico, nem a História universal, mas produzir um conhecimento positivo, observando os fatos e constatando as suas relações. A influência metafísica da filosofia sobre o conhecimento histórico foi substituída por uma atitude realista. Acreditou-se que o conhecimento histórico tinha finalmente se estruturado em bases positivas ao encontrar um método seguro, objetivo, confiável, empírico”. (REIS, 2003, p. 36). Marx, ao contrário do que pensa Karl Popper, não era historicista. Na verdade, a sua concepção de História rompe com o historicismo, principalmente nos *Grundrisse* e em *O Capital*. Na *Ideologia Alemã*, embora Marx não seja historicista, ele reflete, em parte, o entusiasmo dessa época em relação às ciências positivas como contrapondo a filosofia. “Ali onde termina a especulação, na vida real, começa, também, portanto, a ciência real, positiva, a exposição da atividade prática, do processo prático de desenvolvimento dos homens. As fraseologias sobre a consciência acabam e o saber real tem de tomar o seu lugar. A filosofia autônoma perde, com a exposição da realidade, seu meio de existência. Em seu lugar pode aparecer, no máximo, um compêndio dos resultados mais gerais, que se deixam abstrair da observação do desenvolvimento histórico dos homens” (MARX; ENGELS, 2007, p. 95).

³⁵ Lima Vaz, filósofo hegeliano, percebeu essa dimensão dos pressupostos em Marx. “Ora, toda filosofia começa por optar acerca do valor do conhecimento, começa por ser uma crítica das condições de filosofar. E, sem dúvida, nesta decisão inicial – tantas vezes implícita em preconceitos parafilosóficos – está traçado de antemão o destino das filosofias. Ao mesmo tempo que rejeitava toda filosofia, Marx afirmava, explicitamente, como pensador de gênio que assume todas as suas responsabilidades teóricas, uma tese indiscutivelmente filosófica como ponto de partida de sua crítica do conhecimento: “Não é a consciência que determina a vida, é a vida que determina a consciência... Esta maneira de ver não é isenta de pressuposição. Ela parte de pressuposições reais e nenhum instante as abandona. *Escritos de filosofia VI: ontologia e história*. Edições Loyola, 2ª edição, São Paulo, Brasil, 2012 (LIMA VAZ, 2012, p. 151).

Para finalizarmos esse prelúdio que chamamos de “limpeza de campo”, a reflexão que Marx faz dos pressupostos da História e a crítica de uma concepção de História meramente especulativa na *Ideologia Alemã*, mesmo com alguns limites, representa *a point of no return* (um ponto sem retorno) de uma concepção de História que se complexificará nos anos posteriores e será um dos elementos mais importantes na crítica da economia política clássica, assim como um dos elos do método de *O Capital*.

3.1 Reflexões sobre os pressupostos da História e crítica de uma filosofia da história idealista

*Die Deutsche Ideologie*³⁶ (*A Ideologia Alemã*), não é desnecessário lembrar que foi um manuscrito de Marx e Engels que jamais recebeu publicação em vida. Os autores até chegaram a tentar publicar, já haviam inclusive enviado o manuscrito para um editor em Westfália, porém sem sucesso. Engels, além disso, cogitou a possibilidade uma segunda vez, mas acabou desistindo por questões políticas³⁷. O caráter de manuscrito é fundamental para a compreensão do alcance e limite dessa obra. Não faremos, aqui, um comentário geral do manuscrito. Para o nosso propósito, extrairemos alguns pontos da discussão da concepção de história, totalidade e crítica do idealismo, com o sentido de mostrar a *Ideologia Alemã* como o momento de inflexão no conceito de História em Marx. E que, apesar de apresentar *insights* que permaneceriam até o final da sua vida, ainda está longe da forma alcançada em *O Capital*, portanto, não justificando asseverar que, na *Ideologia Alemã*, está o “materialismo histórico” de Marx já pronto e acabado, nem tampouco atribuir toda originalidade da escrita da História de Marx ao *O Capital*. O retorno à *Ideologia Alemã* tem o sentido de clarear, ao menos em delineamentos gerais, algumas mudanças e permanências, compreendendo a teoria de Marx em processo.

Bensaïd, no seu *Marx, o intempestivo*, sumaria algumas críticas atribuídas a Marx,

³⁶ Usamos como referência para a discussão da *Ideologia Alemã* a edição alemã *Die Deutsche Ideologie* publicada pela Mega² em 1970. Até então a publicação anterior era a *Werke* pelo instituto Marx-Engels da União Soviética e que dava um caráter acabado à obra. Também utilizamos a edição em português da Boitempo, baseada na Mega² e na *Werke*, com a tradução de Nélcio Schneider. Como apoio, consultamos o livro de Terrel Carver e Daniel Blank (2014) sobre as edições do livro. As citações no texto serão sempre da edição brasileira.

³⁷ “A lembrança está registrada em texto de Berstein, publicado em 1896 em *Neue Zeit*, o importante órgão teórico da social-democracia alemã: “No verão de 1883, Engels perguntou-me, em uma carta, se eu julgava que chegara o momento de publicar [...] um insolente manuscrito de Marx e dele, de 1847, e no qual os ‘socialistas verdadeiros’ seriam bem atingidos; mas logo abandonou a ideia, porque essa publicação atingiria uma fração do partido contra a qual a crítica seria dirigida à legislação contra os socialistas, isso não deveria ser feito, exceto se fosse absolutamente necessário (NETO, 2020, p. 579-580). Ver também (CORNU, 1976, v. IV, p. 247), texto-base para a citação do José Paulo Neto sobre a referência de Bernstein.

que nos interessa retomar.

A teoria de Marx é, assim, ora definida como uma filosofia da História, uma filosofia do sentido e do remate da História; ora como uma sociologia das classes e um método de classificação; ora, enfim, como um ensaio de economia científica. Nenhuma dessas teses resiste a uma leitura rigorosa. Se não é fácil dizer em que consiste a teoria de Marx, podemos pelo menos lançar algumas luzes sobre aquilo que ela não é (BENSAÏD, 1999, p. 13).

O filósofo francês sintetizou bem o grosso das críticas que, em parte, ecoam em estudiosos do autor nas suas inúmeras interpretações e leituras. Se é verdade que é possível mais de um caminho na exegese de Marx, é mais verdade ainda que nem todo caminho leva à compreensão do autor. O que o revolucionário alemão fez, em relação às três críticas coligidas na citação, foi justamente o seu oposto, ou seja: 1) uma crítica à filosofia especulativa da História por, dentre outras coisas, desprezar as bases materiais e se apartar da empiria; 2) uma crítica às definições que visam reduzir o processo histórico a uma sociologia das classes, transformando os sujeitos e suas ações em meros receptáculos dessas estratificações sociais; 3) uma negação do formalismo positivista e de sua concepção de ciência que, além de apresentar uma concepção linear do tempo histórico, reduzia a História a ações dos reis, nobres, dos “grandes personagens” de modo geral. A dificuldade de leitura e interpretação da escrita de Marx reside justamente no seu caráter heterogêneo e simbiótico, que não se acomoda aos rótulos estabelecidos, ou pelo menos, tais rótulos se mostraram insuficientes para a sua correta expressão. O mais comum, principalmente no que concerne à interpretação da *Ideologia Alemã*, é dizer que Marx elaborou uma filosofia da História, ou uma concepção de História universal³⁸. Se compreendermos uma filosofia da História como uma reflexão

³⁸ A lista de autores que tratam a teoria de Marx como uma filosofia da História ou uma concepção universal da História é demasiado grande para caber em uma nota de rodapé. Não obstante, citaremos alguns casos de vertentes teóricas diversas para demonstrar que a incompreensão sobre a obra do autor é generalizada, não se restringindo a uma crítica de caráter político e ideológico (WHITE, 1973); (GUY BOURDÉ & HERVÉ MARTIN, 2018); etc. No campo marxista, temos, por exemplo, uma recente tese defendida na Unesp por Jean Menezes com o título *Um estudo sobre o conceito de História e tempo presente em Marx através da crítica da economia política de 1859*, defendida no ano de 2015. O autor afirma o seguinte absurdo: “Assim, defendemos que, em Marx, há uma filosofia da História onde as abstrações possuem uma base real concreta daquilo que se postula. Assim, para Marx, filosofia e teoria da História se constituem como um pensar crítico a partir do real, de pressupostos concretos no mundo dos homens, o proletariado e a burguesia, distinguindo-se de outras filosofias da História que se ancoram em outros tipos de seres” (MENEZES, 2015, p. 90). O autor não parece entender o conceito de filosofia da História. Esse conceito não apresenta grandes divergências nas tradições historiográficas. Normalmente está associado à atribuição de um sentido à História, a defesa de uma concepção de progresso na História e uma reflexão feita apartada da empiria ou considerando a empiria indiferente. Podemos dizer que, nas obras anteriores à *Ideologia Alemã*, Marx apresenta uma filosofia da História. Todavia, na referida obra, ele consegue romper com isso e a filosofia da História se torna alvo de crítica. É importante destacar, de antemão, que o fato de Marx não ter criado uma filosofia da História, não significa dizer que ele não refletiu sobre os elementos indispensáveis para qualquer concepção de História. Todavia, são tratados pelo autor como pressupostos, condições de possibilidade para inteligibilidade do processo histórico, ou seja, insuficientes para explicar qualquer processo histórico singular, pois ele não atribui um sentido, *a priori*, à História. As causas de

sobre a História por fora da empiria, de forma especulativa a fim de elaborar um sentido universal sobre a “marcha da história”, trata-se, justamente do contrário, o que foi realizado por Marx. Este tipo de leitura não resiste às primeiras páginas da *Ideologia Alemã*. Marx, neste manuscrito, faz uma crítica visceral e carregada de extrema ironia a uma plêiade de autores alemães por fazerem exatamente isso, elaborarem uma filosofia especulativa e idealista da História, principalmente ancorados na filosofia da história de Hegel. Chega a dizer que “não existem historiadores na Alemanha”, exatamente por tratarem o processo histórico de forma abstrata a partir de uma filosofia externa. “Aliás, nessa concepção das coisas tais como são e como realmente se deram, **todo profundo problema filosófico é simplesmente dissolvido num fato empírico**” (MARX; ENGELS, 2007, p. 31. Grifo nosso). Comparando a tradição historiográfica alemã com a francesa e a inglesa, chega a ressaltar que tanto a francesa quanto a inglesa, apesar da estreiteza política ideológica e unilateralidade nos tratamentos das conexões entres os fenômenos, ainda assim é superior à alemã, por partir de bases materiais para a compreensão da História e não se reduzir a uma especulação ou ao trabalho do conceito. E completa, “enquanto os franceses e os ingleses se limitam à ilusão política, que se encontra por certo mais próxima da realidade, os alemães se movem no âmbito do ‘espírito puro’ e fazem da ilusão religiosa a força motriz da História” (MARX; ENGELS, 2007, p. 44). A História, por conseguinte, não pode ser resumida à dimensão da política, apesar de esta ser de extrema importância e revelar elementos essenciais das lutas e dos processos reais. Porém, muito menos ao aspecto religioso como causa primeira e sua força motriz. Uma concepção de História nos moldes que o autor pensa na *Ideologia Alemã* precisa primeiro esclarecer seus pressupostos materiais, como ponto de partida e condição de possibilidade do discurso historiográfico. Sem uma reflexão prévia sobre essas premissas, a História seria considerada como “dada”, “naturalizada”, expressão de uma ideologia no sentido de uma falsa consciência, divorciada das condições de sua inteligibilidade. Por isso, antes de mais nada, Marx inicia a sua crítica aos “alemães” a partir do esboço desses pressupostos.

O primeiro ato histórico é, pois, a produção dos meios para a satisfação dessas necessidades, a produção da própria vida material, e este é, sem dúvida, um ato histórico, uma condição fundamental de toda a História, que, ainda hoje, assim como há milênios, tem de ser cumprida diariamente, a cada hora, simplesmente para manter os homens vivos (MARX; ENGELS, 2007, p. 33).

cada processo histórico singular e suas conexões com processos mais gerais são explicadas *post festum*, retrospectivamente. Esta é a diferença da escrita da História de Marx, onde é possível conjugar o universal (pressupostos) com o singular (cada processo específico, que traz outras causalidades). Esta concepção aberta da História se sintetiza no conceito de “totalidade provisória”, que explanaremos mais à frente.

Aparece de forma a lapidar, nessas poucas linhas, um pressuposto básico que, até então, antes de Marx e Engels, não havia sido formulado nesses termos: *a vida é produção*. O significado dessa formulação vai muito além do seu sentido imediato, natureza e História são conjuminadas na produção e reprodução das necessidades humanas. A História é tão “necessária” quanto a natureza na reprodução da vida do ser humano, pois mesmo as suas condições básicas não estão garantidas de antemão pela natureza, mas apenas através da organização dos indivíduos na transformação dessa natureza para garantir a realização dessas necessidades³⁹. E o modo como essas necessidades são garantidas determinam, em parte e ao mesmo o tempo, o próprio processo de autoconstituição desses sujeitos e o surgimento de novas necessidades. Não há dicotomia entre e História e natureza, mas uma unidade a partir de uma noção de produção que engloba indústria, comércio e intercâmbio social.

A primeira coisa a fazer em qualquer concepção de História é, portanto, observar esse fato fundamental em toda a sua significação e em todo o seu alcance e a ele fazer justiça. Isto, como é sabido, jamais foi feito pelos alemães, **razão pela qual eles nunca tiveram uma base terrena para a História e, por conseguinte, nunca tiveram um historiador**. Os franceses e os ingleses, ao tratarem da conexão desses fatos com a chamada História apenas de um modo extremamente unilateral, sobretudo enquanto permaneciam cativos da ideologia política, realizaram, ainda assim, as primeiras tentativas de dar à historiografia uma base materialista, ao escreverem as primeiras histórias da sociedade civil [*bürgerliche Gesellschaft*], do comércio e da indústria (MARX; ENGELS, 2007, p. 33. Grifo nosso).

A sociedade civil⁴⁰, o comércio e a indústria são os pontos de partida da História nesta concepção, e não o Estado ou o Rei. Realiza-se uma inversão essencial em uma abertura para uma história materialista. “O segundo ponto é que a satisfação dessa primeira necessidade, a ação de satisfazê-la e o instrumento de satisfação já adquirido conduzem a novas necessidades – e essa produção de novas necessidades constitui o primeiro ato

³⁹ Essa questão é abordada por Marx nos manuscritos de 1844, inclusive com o desenvolvimento do conceito de segunda natureza. Não obstante, em 1844, a chave de análise é predominante filosófica, enquanto, na *Ideologia Alemã*, o foco é esclarecer os pressupostos da História como ciência.

⁴⁰ Em *O Capital*, Marx não vai partir mais da sociedade civil para explicar o capitalismo, mas da noção mais elaborada do conceito de modo de produção capitalista e da sua unidade básica, a mercadoria. Todavia, até então, era um avanço ter como ponto de partida não o Estado, mas a sociedade civil. “É claro que o comportamento empírico, material desses homens naturalmente nem pode mais ser entendido com o equipamento teórico herdado de Hegel. No momento em que Feuerbach expôs o mundo religioso como a ilusão do mundo terreno, o qual nele mesmo ainda aparece apenas como fraseologia, resultou evidente, até mesmo para a teoria alemã, a pergunta que ele não respondeu: como é que os homens “botam na cabeça” essas ilusões? Tal pergunta abriu, até para os teóricos alemães, o caminho para uma visão materialista do mundo, não isenta de pressupostos, mas empiricamente atenta aos reais pressupostos materiais como tais e que, por isso, é a primeira visão de mundo realmente crítica. Esse percurso já estava indicado nos *Deutsch-Französische Jahrbücher*: na *Crítica à filosofia do direito-Introdução* e em *Sobre a questão judaica*” (MARX; ENGELS, 2007, p. 231-232). Esta nota é significativa para percebermos os elos de transição no pensamento de Marx, como o próprio recapitulou, a abertura materialista vem de antes.

histórico” (MARX; ENGELS, 2007, p. 33). E “a terceira condição que já de início intervém no desenvolvimento histórico é que os homens, que renovam diariamente sua própria vida, começam a criar outros homens, a procriar – a relação entre homem e mulher, entre pais e filhos, a família” (MARX; ENGELS, 2007, p. 33). E em relação à família, Marx reforça que “deve, portanto, ser tratada e desenvolvida segundo dados empíricos existentes e não segundo o “conceito de família”, como se costuma fazer na Alemanha” (MARX; ENGELS, 2007, p. 33-34). Desta forma, são enumerados de início três elementos-chave para a sua concepção de História. Entretanto, não devemos concluir que há uma espécie de etapismo entre eles, primeiro a produção das necessidades básicas, depois a criação de novas necessidades e, por fim, a formação da família. Se Marx pensasse dessa forma, estaria emaranhado em contradições insolúveis. Porém, o próprio autor esclarece que,

“ademais, esses três aspectos da atividade social não devem ser considerados como três estágios distintos, mas sim apenas como três aspectos ou, a fim de escrever de modo claro aos alemães, como três ‘momentos que coexistiram desde os primórdios da História e desde os primeiros homens, e que ainda hoje se fazem valer’ (MARX; ENGELS, 2007, p. 33-34).

Outra característica importante da concepção de História que o revolucionário alemão enuncia na *Ideologia Alemã* é a mudança da compreensão do mundo sensível e do homem como *objeto sensível* para a noção de *atividade sensível*. “A consciência [*Bewußtsein*] não pode jamais ser outra coisa do que o ser consciente [*bewußte Sein*], e o ser dos homens é o seu processo de vida real” (IA, p 94). Ao invés da consciência, refere-se agora a uma dimensão factual como resultado do processo histórico do fazer-se desses sujeitos. “A consciência, em suma, deixa de ser sujeito de atribuições e é substituída pelo ‘ser consciente’” (VAZ, 2012, p. 151).

Totalmente ao contrário da filosofia alemã, que desce do céu à terra, aqui se eleva da terra ao céu. Quer dizer, não se parte daquilo que os homens dizem, imaginam ou representam, tampouco dos homens pensados, imaginados e representados para, a partir daí, chegar aos homens de carne e osso; parte-se dos homens realmente ativos e, a partir de seu processo de vida real, expõe-se também o desenvolvimento dos reflexos ideológicos e dos ecos desse processo de vida. Também as formações nebulosas na cabeça dos homens são sublimações necessárias de seu processo de vida material, processo empiricamente constatável e ligado a pressupostos materiais. A moral, a religião, a metafísica e qualquer outra ideologia, bem como as formas de consciência a elas correspondentes, são privadas, aqui, da aparência de autonomia que até então possuíam. Não têm história, nem desenvolvimento; mas os homens, ao desenvolverem sua produção e seu intercâmbio materiais, transformam, também, com esta sua realidade, seu pensar e os produtos de seu pensar. Não é a consciência que determina a vida, mas a vida que determina a consciência (MARX; ENGELS, 2007, p. 94. Grifo nosso).

A vida determina a consciência⁴¹. Marx assume esse pressuposto e continua,

“no primeiro modo de considerar as coisas, parte-se da consciência como do indivíduo vivo; no segundo, que corresponde à vida real, parte-se dos próprios indivíduos reais, vivos, e se considera a consciência apenas como *sua* consciência” (MARX; ENGELS, 2007, p. 945).

Diferentemente de Feuerbach e “toda a filosofia alemã”,

“esse modo de considerar as coisas não é isento de pressupostos. Ele parte de pressupostos reais e não os abandona em nenhum instante. Seus pressupostos são os homens, não em quaisquer isolamento ou fixação fantásticos, mas em seu processo de desenvolvimento real, empiricamente⁴² observável, sob determinadas condições (MARX; ENGELS, 2007, p. 94).

Esta mudança de se partir do ser consciente [*bewußte Sein*] no lugar da consciência [*Bewußtsein*], da *atividade sensível* ao invés do *objeto sensível*, não é pequena. Trata-se da transformação de uma concepção passiva de homem e de mundo para uma dimensão ativa. Permite compreender que o processo histórico é resultado de uma dialética entre sujeito e estrutura⁴³, em que “as circunstâncias fazem os homens, assim como os

⁴¹ Oliveira chama atenção no seu livro *Ética e sociabilidade* que essa determinação é recíproca, e não unilateral, como pode aparentar. “A vida é para Marx, atividade produtiva [...] (OLIVEIRA, 1993, p. 250). “Trata-se de intercâmbio entre a natureza subjetiva do homem e a natureza objetiva, mediado pelo processo de trabalho, que vai criar as condições fáticas de reprodução e efetivação do ser homem. Aqui se dá o parto histórico do homem. E, na esfera da economia, enquanto produção material e apropriação de produtos, que se deve começar a pensar o processo de autogênese do homem (OLIVEIRA, 1993, p. 251). “Nesta relação, então, do homem com a natureza, na atividade prática, na práxis humana, é que se constitui o processo de subjetivação do homem, ao qual corresponde o processo de objetificação da natureza. Nenhum dos polos dessa relação sujeito e objeto é posto como dado *a priori*. Eles se constituem na relação: pela atividade prática e pela história”. Da alienação ao fetichismo: formas de objetividade. In: *Elementos para uma teoria marxista da objetividade*. Ed. P. Silveira e B. Doray. São Paulo, 1989, p. 46 (OLIVEIRA, 1993, p. 251).

⁴² Como falamos anteriormente, Marx contrapõe, na *Ideologia Alemã*, o conceito de empiria à filosofia especulativa. Ele critica com veemência as abstrações feitas por esses filósofos da História na medida em que desconsideram os processos de vida material de onde partem essas abstrações. “Se separadas da história real, essas abstrações não têm nenhum valor. Elas podem servir apenas para facilitar a ordenação do material histórico, para indicar a sucessão de seus estratos singulares. Mas de forma alguma oferecem, como a filosofia o faz, uma receita ou um esquema com base no qual as épocas históricas possam ser classificadas” (MARX; ENGELS, 2007, p. 95). [...] “O fato é, portanto, o seguinte: indivíduos determinados, que são ativos na produção de determinada maneira, contraem entre si estas relações sociais e políticas determinadas. **A observação empírica tem de provar, em cada caso particular, empiricamente e sem nenhum tipo de mistificação ou especulação**, a conexão entre a estrutura social e política e a produção. A estrutura social e o Estado provêm constantemente do processo de vida de indivíduos determinados, mas desses indivíduos não como podem aparecer na imaginação própria ou alheia, mas sim tal como realmente são, quer dizer, tal como atuam, como produzem materialmente e, portanto, tal como desenvolvem suas atividades sob determinados limites, pressupostos e condições materiais, independentes de seu arbítrio”. (IA, p. 93. Grifo nosso). Trata-se da crítica de Marx à filosofia da História, dito de outra forma, uma crítica à pretensão de, por processo de abstração, explicar os processos históricos concretos. O conceito de abstração irá se modificar em Marx, especialmente a partir dos *Grundrisse* (1857/1858), porém, aqui, na *Ideologia Alemã*, já aparece uma questão crucial, **a abstração não pode substituir os processos históricos singulares**. Então, qual seria o papel da abstração no método? Analisaremos essa questão na parte II da nossa tese.

⁴³ “Marx não usa ainda, ao falar da “organização social e política”, a palavra *Struktur*, um termo latino e uma imagem arquitetônica, formal: escreve *Gliederung*, uma imagem anatômica funcional, que introduz a útil noção de articulação” (VILAR, 1983, p. 103).

homens fazem as circunstâncias” (MARX; ENGELS, 2007, p. 43).

Esta última frase sobre a relação dos homens e as circunstâncias, que trata da dialética dos sujeitos e das estruturas no processo histórico, demonstra um salto descomunal na compreensão de uma concepção materialista da História por parte de Marx, se comparado com a *Sagrada Família*. Na referida obra, já estava presente uma crítica à filosofia idealista, uma crítica a uma concepção de história metafísica, resultado de uma “consciência filosófica” ou uma entidade como o “espírito absoluto”, e até mesmo uma crítica de uma história meramente especulativa. Todavia, Marx não tinha consciência e nem apresentava as ferramentas teóricas de uma concepção materialista da História. Na crítica a Bruno Bauer e seus consortes, assume quase acriticamente a posição de Feuerbach que ele vai criticar em seguida na *Ideologia Alemã*. Marx, apoiando-se em Feuerbach, disse o seguinte:

“A História não faz *nada*, ‘não possui nenhuma riqueza imensa’, ‘não luta nenhum tipo de luta’! Quem faz tudo isso, quem possui e luta é, muito antes, o homem, o homem real, que vive; não é, por certo, a ‘História’, que utiliza o homem como meio para alcançar seus fins – como se se tratasse de uma pessoa à parte” (MARX, 2003, p. 111).

Se a citação parasse por aí, não teria problema algum comparado com a *Ideologia Alemã*. Marx mostra que a História não é uma entidade metafísica como pensava Bruno Bauer, é feita pelos homens etc. Utiliza-se de uma linguagem um pouco mais abstrata, pois, na *Ideologia Alemã*, além de homem, Marx trata de classes sociais, categoria bem mais concreta. Apesar de ser possível extrair citações da *Ideologia Alemã* também nesse nível de abstração. Mas esse não é o ponto. Até aí, tudo tranquilo! No entanto, a citação continua [...] – , pois a História não é senão a atividade do homem que persegue seus objetivos (MARX, 2003, p. 111). Um leitor sem experiência na área de História talvez não perceba a sutileza, mas a diferença com a *Ideologia Alemã* é colossal. Marx reduz, nesta frase, o processo histórico a uma teleologia, fruto apenas dos objetivos dos homens. E as circunstâncias herdadas pela tradição e pela História? E as estruturas nas quais os sujeitos estão inseridos? Marx não está longe com essa frase de uma concepção de História voluntarista, embora esclareça que se trata de sujeitos reais, de um homem que vive, isso não muda nada. Os processos históricos (em nível geral⁴⁴) não são frutos das teleologias dos indivíduos, mas de

⁴⁴ “Aproveito a ocasião para refutar brevemente uma acusação que me foi feita por um jornal teuto-americano, quando da publicação de meu escrito *Zur Kritik der politischen Ökonomie* [*Contribuição à crítica da economia política*] (1859). Segundo esse jornal, minha afirmação de que os modos determinados de produção e as relações de produção que lhes correspondem, em suma, de que ‘a estrutura econômica da sociedade é a base real sobre a qual se ergue uma superestrutura jurídica e política e à qual correspondem determinadas formas sociais de consciência’, de que ‘o modo de produção da vida material condiciona o processo da vida social, política e espiritual em geral’ – tudo isso seria correto para o mundo atual, onde dominam os interesses materiais, mas não

um confronto entre as teleologias individuais⁴⁵ e as causalidades concretas (linguagem de Lukács). Mesmo, por exemplo, numa ditadura autoritária, não há uma implementação unilateral da vontade dos seus líderes. Há confronto com outras teleologias (outros sujeitos), dentro de um certo espaço concreto de possibilidades, determinado, em parte, pelas circunstâncias (*Ideologia Alemã*), confronto entre forças produtivas e relações de produção (*Contribuição à crítica da economia política de 1859*) e totalidade provisória (*O Capital*). Reforçamos a nossa tese que, grosso modo, antes da *Ideologia Alemã*, o que temos no pensador alemão são noções de História e não um conceito. Não basta asseverar que a História é feita pelos homens, já encontramos essa afirmação na historiografia iluminista, mas, compreender que os homens “fazem” a História em condições determinadas e herdadas do passado e não do jeito que eles querem. As escolhas dos sujeitos não se dão em um vácuo, mas em um espaço concreto de possibilidades. Essa dialética faz toda a diferença na compreensão de uma história materialista e não voluntarista, fruto da mera volição ou desejo dos agentes/sujeitos. Por isso que a *Ideologia Alemã* representa um salto teórico importante. Vejamos a diferença em relação ao texto da *Sagrada Família* a partir da seguinte citação da *Ideologia Alemã*.

A vida material dos indivíduos, que de modo algum depende de sua mera “vontade”, seu modo de produção e as formas de intercâmbio que se condicionam reciprocamente são a base real do Estado e continuam a sê-lo em todos os níveis em que a divisão do trabalho e a propriedade privada ainda são necessárias, de forma inteiramente independente da *vontade* dos indivíduos. Essas condições reais de modo algum foram criadas pelo poder do Estado; elas são, antes, o poder que o cria (MARX; ENGELS, 2007, p. 317-318).

Trata-se, justamente do oposto da citação da *Sagrada Família*. Na realidade, diríamos que este texto corrige categoricamente o outro. Aqui, Marx supera uma concepção de história voluntarista e defende realmente uma concepção de história materialista,

seria válido nem para a Idade Média, onde dominava o catolicismo, nem para Atenas ou Roma, onde dominava a política. Para começar, é desconcertante que alguém possa pressupor que essas batidas fraseologias sobre a Idade Média e a Antiguidade possam ser desconhecidas de alguém. É claro que a Idade Média não podia viver do catolicismo, assim como o mundo antigo não podia viver da política. Ao contrário, é o modo como eles produziam sua vida que explica por que lá era a política, aqui o catolicismo que desempenhava o papel principal. Além do mais, não é preciso grande conhecimento, por exemplo, da história da República romana para saber que sua história secreta se encontra na história da propriedade fundiária. Por outro lado, Dom Quixote já pagou pelo erro de imaginar que a Cavalaria Andante fosse igualmente compatível com todas as formas econômicas da sociedade” (MARX, 2013, p. 156-157).

⁴⁵ Devemos essa discussão a Lukács no seu livro *Ontologia do Ser Social*, volume I, (LUKÁCS, 2012) especificamente no seu capítulo IV que, em nossa opinião, é o melhor capítulo do livro. Em relação à obra como um todo, discordamos de várias partes, como, por exemplo, a interpretação que Lukács faz da teoria do valor de Marx, oscilando de uma concepção histórica a uma concepção transistórica do valor. Para uma crítica nessa direção, ver a tese de doutorado de Murilo Augusto de Souza Van Der Laan, intitulada, *O valor na ontologia lukácsiana: alcances e limites* (VAN DER LAAN, 2020). Ver também o livro de Peter Hudis, *Marx's concept of the alternative to capitalism* (HUDIS, 2012).

articulando a vontade dos indivíduos, seus objetivos, à sua vida material, seu modo de produção, a divisão do trabalho e a propriedade privada. Aqui sim, pode-se falar em história materialista. Os comentadores de Marx que atribuíram a gênese do conceito de história à *Sagrada Família*, sem saber, defenderam a gênese de uma concepção de história teleológica e voluntarista. Acontece, analogamente, mais ou menos a crítica que Marx fez a Feuerbach. Feuerbach, quando é materialista, é materialista sem história. E quando nele aparece a história, não é materialista. Nas obras de juventude anteriores à *Ideologia Alemã*, acontece algo similar.

Vejamos como Marx utiliza-se de Feuerbach para nos esclarecer sobre as bases materiais da História.

É certo que Feuerbach tem, em relação aos materialistas “puros” a grande vantagem de que ele compreende que o homem é também “objeto sensível”; mas fora o fato de que ele apreende o homem apenas como “objeto sensível” e não como “atividade sensível” – pois se detém ainda no plano da teoria –, e não concebe os homens em sua conexão social dada, em suas condições de vida existentes, que fizeram deles o que eles são, ele não chega nunca até os homens ativos, realmente existentes, **mas permanece na abstração** (MARX; ENGELS, 2007, p. 32. Grifo nosso).

Marx usa Hegel contra Feuerbach no que se refere à atividade sensível. Desde os *Manuscritos econômicos e filosóficos* de 1844, ele reconhece esse como um dos aspectos importantes do idealismo, mas vai além, relacionando com os elementos empíricos da vida social. Esse pressuposto é fundamental para a elaboração, inclusive filosófica do mundo sensível e da certeza sensível. Pois Marx, diferentemente de Feuerbach, não toma o mundo sensível como imediatamente dado,

“mas o produto da indústria e do estado de coisas da sociedade, e isso precisamente no sentido de que é um produto histórico, o resultado da atividade de toda uma série de gerações, que, cada uma delas sobre os ombros da precedente, desenvolveram sua indústria e seu comércio e modificaram sua ordem social de acordo com as necessidades alteradas” (MARX; ENGELS, 2007, p. 30).

E continua, “mesmo os objetos da ‘certeza sensível’ são dados a Feuerbach apenas por meio do desenvolvimento social, da indústria e do intercâmbio comercial” (MARX; ENGELS, 2007, p. 30-31). “Ele diz o ‘homem’ em vez de os ‘os homens históricos reais’”. “O homem” é na verdade “o alemão” (MARX; ENGELS, 2007, p. 30). No embate com a filosofia de Feuerbach, Marx demonstra que a História não pode ser pensada a partir de conceitos universais abstratos: “o homem” não diz quase nada na elucidação de um processo histórico, pois é considerado de modo atemporal, sem história, um conceito vazio que elimina as suas particularidades. Quando, ao invés, digo o homem é o alemão, já situo esse objeto

num espaço/tempo mais concreto, saturado de História. Faz-se necessário salientar que, apesar de corretamente o revolucionário alemão criticar o caráter abstrato da concepção de História de Feuerbach, o que ele coloca no lugar como elemento empírico de explicação, como indústria, desenvolvimento social e intercâmbio comercial, ainda denota um alto grau de abstração no sentido de serem categorias ainda bastante genéricas se comparado, por exemplo, ao conceito desenvolvido de modo de produção capitalista.

Marx continua com a crítica a Feuerbach a partir da diferença entre o tipo de pressuposto que ele assumiu, na medida em que despreza a situação material dos homens reais.

Os pressupostos de que partimos não são pressupostos arbitrários, dogmas, mas pressupostos reais, de que só se pode abstrair na imaginação. São os indivíduos reais, sua ação e suas condições materiais de vida, tanto aquelas por eles já encontradas como as produzidas por sua própria ação. **Esses pressupostos são, portanto, constatáveis por via puramente empírica** (MARX; ENGELS, 2007, p. 86-87. Grifo nosso).

E quais seriam esses pressupostos reais, constatáveis no plano da empiria? São os pressupostos que, para Marx, são indispensáveis para pensar qualquer concepção de História. Pois até mesmo a “consciência filosófica de grandes filósofos como Hegel e Feuerbach estão inseridos neles.

O primeiro pressuposto de toda a história humana é, naturalmente, a existência de indivíduos humanos vivos. O primeiro fato é, pois, a organização corporal desses indivíduos e, por meio dela, sua relação dada com o restante da natureza. Naturalmente não podemos abordar, aqui, nem a constituição física dos homens nem as condições já encontradas pelos homens. Toda historiografia deve partir desses fundamentos naturais e de sua modificação pela ação dos homens no decorrer da história” (MARX; ENGELS, 2007, p. 87).

Importante destacarmos aqui que não era comum na época de Marx pensar História e natureza de modo articulado. Geralmente se fazia exatamente o oposto, pensavam a História como oposto da natureza. Nesse sentido, pensar essa combinação como um pressuposto inescapável de qualquer concepção de História mostra a originalidade da *Ideologia Alemã*. E essa inseparabilidade entre História e natureza seguirá em toda a obra de Marx. Lembremos, por exemplo, do famoso capítulo 5 do livro I de *O Capital*, onde Marx desenvolve o conceito de trabalho em sentido universal, como um elo entre o metabolismo social do homem e a natureza para a produção das suas necessidades e, dessa forma, analisa o trabalho como uma forma independente de qualquer formação social. E, logo em seguida, vincula-o à perspectiva do trabalho abstrato como particularidade histórica do modo de produção capitalista. Podemos citar, ainda, a discussão sobre os valores de uso no capítulo 1

do livro I como “nexos de dois elementos: matéria natural e trabalho” (MARX, 2013, p. 120).

“Ao produzir, o homem pode apenas proceder como a própria natureza, isto é, podemos apenas alterar a forma das matérias. [...] portanto, o trabalho não é a única fonte dos valores de uso que ele produz, a única fonte de riqueza material. Como diz William Petty: o trabalho é o pai, e a terra é a mãe da riqueza material” (MARX, 2013, p. 120-121).

Natureza e trabalho constituem os dois polos da riqueza material. A produção é a articulação desses dois componentes fundamentais. Deste modo, não há uma sensibilidade natural que não seja também histórica. Essa é uma das principais críticas da *Ideologia Alemã* à filosofia idealista dos neo-hegelianos.

Mesmo que o mundo sensível, como em São Bruno, seja reduzido a um cajado, a um mínimo, ele pressupõe a atividade de produção desse cajado. A primeira coisa a fazer em qualquer concepção de História é, portanto, observar esse fato fundamental em toda a sua significação e em todo o seu alcance e a ele fazer justiça (MARX & ENGELS, 2007, p. 33).

Embora possa parecer trivial para os dias atuais a enunciação desse pressuposto básico, obviamente não suficiente para qualquer concepção de História, mas absolutamente necessário, era completamente abandonado pela filosofia idealista pós-hegeliana. E, além do mais, trata-se de uma trivialidade apenas aparente, visto que uma grande parte da historiografia hodierna não problematiza sobre essas condições materiais em seus manuais de teoria da História.

Ademais, se Marx não elaborou uma filosofia da História na *Ideologia Alemã*, então o que ele desenvolveu nesses fragmentos? Defendemos que ele fez um duplo movimento, uma crítica negativa da filosofia da história alemã, principalmente a partir da “desmoralização” dos neo-hegelianos, e, em menor escala, de Hegel; e a elaboração de alguns pressupostos sobre a sua concepção de História, que não descarta a filosofia ou aspectos gerais do conhecimento histórico, mas os colocam como momentos do processo histórico. O pensador alemão já tinha aprendido com Hegel que um pensamento dogmático⁴⁶ é aquele que não questiona os seus pressupostos. Sendo esse um dos motivos do dogmatismo dos neo-hegelianos.

Em relação aos alemães, que se consideram isentos de pressupostos [*voraussetzungslosen*], devemos começar por constatar o primeiro pressuposto de toda a existência humana e também, portanto, de toda a História, a saber, o pressuposto de que os homens têm de estar em condições de viver para poder “fazer História” (MARX & ENGELS, 2007, p. 32-33).

⁴⁶ “Todo filósofo, como se sabe, é dogmático por aquilo que deve pressupor” (LEBRUN, 2006, p. 13).

Esta citação, embora possa ser estendida aos neo-hegelianos como um todo, faz parte de um contexto de enfrentamento com a filosofia de Feuerbach, uma crítica a sua dicotomia história-materialismo. “Na medida em que Feuerbach é materialista, nele não se encontra a História, e na medida em que toma em consideração a História ele não é materialista” (MARX; ENGELS, 2007, p. 32). Noutras palavras, o materialismo de Feuerbach é a-histórico e sua história é, portanto, idealista. Nesse sentido, o grande erro de Feuerbach foi não conjugar materialismo e História. Não obstante, a explicação das debilidades de Feuerbach e dos neo-hegelianos no que tange às suas concepções de História não são reduzidas apenas ao plano metodológico, Marx engloba o próprio contexto histórico da Alemanha para mostrar que esse tipo de pensamento parte de um solo concreto até chegar a uma reprodução nas ideias, ele inverte a ordem de determinações. O pensamento alemão é mais legatário das condições históricas da Alemanha do que criador dessas condições. Ele não nega a força das ideias na modificação de um processo real, apenas não hipostasia essas ideias.

É claro que na Alemanha, um país onde ocorre apenas um desenvolvimento trivial, esses desenvolvimentos intelectuais, essas trivialidades glorificadas e ineficazes, servem naturalmente como um substituto para a falta de desenvolvimento histórico; enraízam-se e têm de ser combatidos. Mas essa luta tem importância meramente local” (MARX; ENGELS, 2007, p. 30).

Marx concebe a “consciência geral” da filosofia especulativa em consonância com as condições históricas da Alemanha. E demonstra, através de sua crítica, que se trata de um processo local, por isso apartado das condições das transformações históricas reais. Neste ponto já mostra que pensa o processo histórico e não uma filosofia da História. É importante lembrar que Marx estava debatendo com o que tinha de mais avançado e progressista no pensamento Alemão. Não eram ideólogos no sentido de defender o *status quo*, ao contrário, tratava-se de uma vanguarda que queria transformar a realidade pelas ideias. Mas expõe a gênese dessas ideias a partir das condições históricas da Alemanha, mostrando o quão apartadas elas estavam da compreensão da realidade.

Então, cabe agora perguntarmos quais seriam esses pressupostos que caracterizam a concepção de História na *Ideologia Alemã*? E em relação à temporalidade histórica, como o autor se posiciona?

Toda concepção de História existente até então ou tem deixado completamente desconsiderada essa base real da História, ou a tem considerado apenas como algo acessório, fora de toda e qualquer conexão com o fluxo histórico. A História deve, por isso, ser sempre escrita segundo um padrão situado fora dela; a produção real da vida aparece como algo pré-histórico, enquanto o elemento histórico aparece como

algo separado da vida comum, como algo extra e supraterrâneo. Com isso, a relação dos homens com a natureza é excluída da História, o que engendra a oposição entre natureza e História. Daí que tal concepção veja na História apenas ações políticas dos príncipes e dos Estados, lutas religiosas e simplesmente teóricas e, especialmente, que ela tenha de compartilhar, em cada época histórica, da ilusão dessa época (MARX; ENGELS, 2007, p. 43-44).

Esta é uma das diferenças entre a concepção de História que se encontra na *Ideologia Alemã*, se comparado com *O Capital*. Naquela, pela primeira vez o autor desenvolve o conceito de modo de produção, central para a explicação e crítica da sociedade capitalista, assim como para a sua concepção de totalidade e tudo o que dela se deriva. Porém, como se tratava da primeira elaboração do conceito, e Marx estava à quilômetros de distância do volume de pesquisa que acumulará nos anos posteriores até a elaboração de *O Capital*, o conceito apresenta ainda um alto grau de abstração, comparado a obras como os *Grundrisse*, *Contribuição à crítica da economia política* e *O Capital*. O momento negativo predomina na *Ideologia Alemã*, o autor possuía à época poucos conhecimentos de economia política, mas já tinha plena consciência da necessidade de aprofundar os seus estudos sobre as bases materiais desde 1842. Pierre Vilar, historiador francês, um dos poucos estudiosos que foi capaz de compreender o alcance na nova escrita da história de Marx, aponta a importância e a centralidade do conceito de modo de produção para a compreensão da História.

O conceito central, o todo coerente, o objeto teórico de Marx é o modo de produção, como estrutura determinada e determinante[...], mas a sua originalidade não é a de ser um objeto teórico. É a de ter sido, e continuar sendo, o primeiro objeto teórico a exprimir um todo especial, enquanto os primeiros esboços de teoria, nas ciências humanas, se limitavam ao econômico e tinham visto nas relações sociais dados imutáveis (a propriedade da terra para os fisiocratas) ou condições ideais a serem preenchidas (liberdade e igualdade jurídica para os liberais). A segunda originalidade, como objeto teórico, do modo de produção é ser uma estrutura de funcionamento e de desenvolvimento, nem formal nem estática. A terceira é que essa estrutura implica o princípio (econômico) da contradição (social), contudo a necessidade de sua destruição como estrutura de sua “desestruturação” (VILAR, 1976, p. 144-155).

Essa excelente síntese sobre o objeto teórico modo de produção merece ser recapitulada e detalhada. Pierre Vilar elenca três elementos de originalidade do conceito de modo de produção de Marx: 1) o primeiro objeto teórico a exprimir um todo social; 2) ser uma estrutura de funcionamento e de desenvolvimento, nem formal nem estática; 3) essa estrutura implica o princípio (econômico) da contradição (social) e a necessidade de sua destruição como estrutura de sua “desestruturação”. Desse modo, o conceito de modo de produção torna-se central para uma crítica e compreensão do mundo em que vivemos, do nosso presente. Como exprime um todo social, não reduz a sociedade à economia; como estrutura determinada e determinante, possibilita um grau de reprodução (continuidade) em

que ao mesmo tempo delimita o espaço concreto de ação dos sujeitos (classes sociais), podendo, pelo seu nível de continuidade, ser elaboradas “leis tendenciais” a partir de uma necessidade relativa, mas também está sujeita à mudança, sua transformação ou destruição; como uma estrutura que implica o princípio econômico da contradição social, a sua crítica revolucionária é possível sem cair num voluntarismo.

Marx, pela primeira vez, vai criar um conceito capaz de articular um todo em movimento. E aqui nos cabe uma nota sobre a relevância e o alcance desse conceito. Interessante notarmos a validade do conceito de modo de produção capitalista para a teoria da História, o grau de realidade que ele consegue abarcar. Ele funciona como uma espécie de paradigma no sentido de Thomas Kuhn, porém, em uma legitimidade ainda maior, pois, diferentemente do conceito de Kuhn, não apresenta “anomalias” ou fissuras que o colocam em xeque. As “anomalias” ou fissuras, caso venham a existir, representarão fissuras na própria estrutura, ou seja, sinal de sua transformação. Nem mesmo os antimarxistas mais ferrenhos são capazes de defender que não vivemos no capitalismo, ou pelo menos que quase todo o planeta é capitalista. Mesmo aqueles que consideram, por exemplo, a China ou a Coreia do Sul como socialistas, não negam que o resto do globo é capitalista. Qual conceito na História atingiu semelhante consenso?

Na *Ideologia Alemã*, Marx já utiliza o conceito de modo de produção, apesar de o seu tratamento ainda ser precário se comparado com o quadro conceitual de *O Capital*, pois faltam ainda as inúmeras mediações que o autor só desenvolverá após anos de pesquisas sobre economia e História, e que terá a sua primeira versão nos manuscritos de 1857/58 (*Grundrisse*). Não obstante, a intuição de compreender o processo histórico a partir da totalidade de um modo de produção já está presente aqui. Conjuntura, estrutura e evento podem ser apreendidos em um todo legível e não separados artificialmente.

3.2 A originalidade do conceito de modo de produção [*Produktionsweise*]/modo de vida [*Lebensweise*]

Ao final da Filosofia da História, o próprio Hegel assume que “considera somente o progresso do conceito” e que expôs na história a “verdadeira teodiceia”.

Karl Marx

Não é a crítica, mas a revolução a força motriz da História e também da religião, da filosofia e de toda forma de teoria.

Karl Marx

A grande inovação teórica da *Ideologia Alemã*, indiscutivelmente, foi o conceito de modo de produção. Tal conceito permitiu que Marx pudesse formular uma crítica à sociedade capitalista como um todo, articulando diversos níveis de análise na explicação dessa sociedade. O conceito de modo de produção também possibilitou estabelecer comparações entre sociedades passadas que tiveram outros modos de produção, na perspectiva de se determinar a diferença específica entre essas sociedades e a sociedade capitalista. Por isso, é impossível compreender a originalidade teórica do conceito de modo de produção sem entender que este conceito está, inescapavelmente, vinculado ao conceito de História em Marx. É o conceito de História que permite especificar a particularidade histórica do modo de produção capitalista, podendo diferenciar as categorias que são comuns a todas as outras formações sociais, de categorias que são exclusivas do capitalismo e, nesse sentido, categorias “essencialmente históricas”. O conceito de História e modo de produção garantem o elo de continuidade entre a *Ideologia Alemã* e *O Capital*, assim como o fio condutor de toda a crítica à economia política clássica. A economia política burguesa será criticada por Marx principalmente em dois sentidos, histórico e teórico-metodológico: 1) histórico no sentido de transformar categorias específicas do capitalismo em categorias eternas, naturalizar o capitalismo por falta de historicização das suas categorias; 2) teórico-metodológico por ficar limitado ao método analítico e não compreender o papel da contradição e da dialética na crítica a esse modo de produção. Toda essa discussão será sintetizada nas *Teorias sobre a mais-valia*, na década de 1860, possivelmente nos anos 1862-1863. Porém, parte dessa elaboração já se encontra de modo embrionário na crítica que Marx fez a Proudhon no *Miséria da Filosofia* de 1847. Faz-se importante salientar, no entanto, que o caminho aberto para essa crítica tem, no seu ponto de inflexão, a *Ideologia Alemã*. Foi nessa obra que, pela primeira vez, Marx ressaltou com veemência a necessidade de uma investigação empírica para dar conta de uma análise concreta da sociedade. Todavia, o próprio Marx só consegue colocar essa reivindicação em prática depois, com o avanço da pesquisa sobre a economia política e com o imenso volume de materiais, documentos, estatísticas, relatórios e balanços econômicos de vários países, coligidos durante vários anos de pesquisa na biblioteca do museu britânico, assim como documentos que ele recebia através de vasta correspondência internacional. Essa necessidade de um vultoso volume de pesquisa e trato com o material empírico será um elemento fundamental e permanente do seu método em diante. Dessa forma, a *Ideologia Alemã* abre o caminho para todo o modelo de crítica e pesquisa que Marx desenvolverá nos anos seguintes até o final da sua vida.

Por isso, faz-se necessário, ao menos de forma geral, investigar como o conceito de modo de produção aparece na *Ideologia Alemã*, a fim de esclarecer as mudanças e continuidades em relação ao *O Capital*, que será investigado na segunda parte da nossa tese.

Na *Ideologia Alemã*, como relatamos anteriormente, o conceito de modo de produção aparece ainda de forma não totalmente determinada, pois Marx estava tateando o conceito, criando uma terminologia que fosse capaz de criticar uma concepção de história idealista, filosófica e meramente especulativa. Marx utiliza o conceito de modo de produção alternando com o conceito de modo de vida⁴⁷.

O modo pelo qual os homens produzem seus meios de vida depende, antes de tudo, da própria constituição dos meios de vida já encontrados e que eles têm de reproduzir. Esse modo de produção não deve ser considerado meramente sob o aspecto de ser a reprodução da existência física dos indivíduos. Ele é, muito mais, uma forma determinada de sua atividade, uma forma determinada de exteriorizar sua vida, um determinado *modo de vida* desses indivíduos (MARX; ENGELS, 2007, p. 87).

Modo de produção como um meio de exteriorização da vida, uma forma determinada de organização das atividades dos indivíduos. Noutras palavras, a forma como os indivíduos organizam a sua vida, o modo como eles se reproduzem socialmente, determina, em grande medida, o ser desses indivíduos.

“O que eles são coincide, pois, com sua produção. O que os indivíduos são, portanto, depende das condições materiais de sua produção. Essa produção aparece, primeiramente, com o aumento da população. A forma desse intercâmbio é, novamente, condicionada pela produção” (MARX; ENGELS, 2007, p. 87).

Marx, a partir agora da discussão de um modo de produção ou um modo de vida, critica, por exemplo, categorias como substância e essência⁴⁸ da metafísica clássica e que são

⁴⁷ O historiador inglês Eduard P. Thompson, no seu livro *As Peculiaridades de Ingleses*, chega a defender o conceito de modo de vida [*Lebensweise*] como sendo superior ao de modo de produção [*Produktionsweise*], por escapar, segundo ele, de uma vinculação estritamente econômica e se articular com características mais amplas na formação de um processo histórico (THOMPSON, 2001).

⁴⁸ “A ‘concepção’ feuerbachiana do mundo sensível limita-se, por um lado, à mera contemplação deste último e, por outro lado, à mera sensação; [...] Para remover essas coisas, ele tem, portanto, que buscar refúgio numa dupla contemplação: uma contemplação profana, que capta somente o que é ‘palpável’, e uma contemplação mais elevada, filosófica, que capta a ‘verdadeira essência’ das coisas. Ele não vê como o mundo sensível que o rodeia não é uma coisa dada imediatamente por toda a eternidade e sempre igual a si mesma, mas o produto da indústria e do estado de coisas da sociedade, e isso precisamente no sentido de que é um produto histórico” (MARX; ENGELS, 2007, p. 30). [...] “É característico, no entanto, que São Bruno e São Max ponham a representação feuerbachiana do comunista no lugar do comunista real, o que acontece em parte porque, desse modo, eles podem, como adversários da mesma linhagem, combater o comunismo como ‘espírito do espírito’, como categoria filosófica – e, no caso de São Bruno, além disso, movido por interesses pragmáticos. Como exemplo dos simultâneos reconhecimento e desconhecimento do existente, que Feuerbach continua a compartilhar com nossos adversários, lembremos a passagem da *Filosofia do futuro* na qual ele afirma que o ser de uma coisa ou do homem é, ao mesmo tempo, sua essência, que as determinadas condições de existência, o modo de vida e a atividade de um indivíduo animal ou humano são aquilo em que sua ‘essência’ se sente satisfeita. Toda exceção é, aqui, expressamente concebida como um infeliz acaso, como uma anormalidade que não se pode mudar.

retomadas por Feuerbach, Bruno Bauer e Marx Stirner, para explicar o homem de forma a-histórica. Marx faz uma crítica ao essencialismo desses filósofos, que se cristaliza em categorias e representações fixas, eternas e imutáveis e que não servem como forma de explicação de um processo histórico concreto. Ademais, quando Marx fala de “essência” e “substância” na *Ideologia Alemã*, ou é para tecer críticas, ou para, no máximo, dizer que é possível pensá-las, caso não se queira abdicar da terminologia, como categorias do processo histórico relacionados ao modo como os indivíduos reproduzem o seu modo de vida.

“Essa soma de forças de produção, capitais e formas sociais de intercâmbio, que cada indivíduo e cada geração encontram como algo dado, é o fundamento real [*reale*] daquilo que os filósofos representam como ‘substância’ e ‘essência do homem’, aquilo que eles apoteosaram e combateram (MARX; ENGELS, 2007, p. 43)

Para Marx, trata-se de “um fundamento real que, em seus efeitos e influências sobre o desenvolvimento dos homens, não é nem de longe atingido pelo fato de esses filósofos contra ele se rebelarem como “autoconsciência” e como o “Único”. (MARX; ENGELS, 2007, p. 43). Como vimos, o conceito de modo de produção se articula, é impensável, sem uma concepção de História. E qual seria essa concepção de História na *Ideologia Alemã*?

Essa concepção da História consiste, portanto, em desenvolver o processo real de produção e a partir da produção material da vida imediata e em conceber a forma de intercâmbio conectada a esse modo de produção e por ele engendrada, quer dizer, a sociedade civil em seus diferentes estágios, como o fundamento de toda a História, tanto a apresentando em sua ação como Estado como explicando a partir dela o conjunto das diferentes criações teóricas e formas da consciência – religião,

Quando, portanto, milhões de proletários não se sentem de forma alguma satisfeitos em suas condições de vida, quando seu ‘ser’ não corresponde em nada à sua ‘essência’, então, de [acordo] com a passagem citada, trata-se de um infortúnio inevitável que deve ser suportado tranquilamente. Entretanto, esses milhões de proletários e comunistas pensam de modo diferente e provarão isso a seu tempo, quando puserem sua ‘existência’ em harmonia com sua ‘essência’ de um modo prático, por meio de uma revolução” (MARX; ENGELS, 2007, p. 46). [...] Por isso Feuerbach, em tais casos, nunca fala do mundo humano, mas sempre se refugia na natureza externa e, mais ainda, na natureza ainda não dominada pelos homens. Mas cada nova invenção, cada avanço feito pela indústria, arranca um novo pedaço desse terreno, de modo que o solo que produz os exemplos de tais proposições feuerbachianas restringe-se progressivamente. A “essência” do peixe é o seu “ser”, a água – para tomar apenas uma de suas proposições. A “essência” do peixe de rio é a água de um rio. Mas esta última deixa de ser a “essência” do peixe quando deixa de ser um meio de existência adequado ao peixe, tão logo o rio seja usado para servir à indústria, tão logo seja poluído por corantes e outros detritos e seja navegado por navios a vapor, ou tão logo suas águas sejam desviadas para canais onde simples drenagens podem privar o peixe de seu meio de existência” (MARX; ENGELS, 2007, p. 46-47). [...] “Isso difere muito pouco da alegação de São Bruno de que essas circunstâncias desfavoráveis se devem ao fato de que aqueles insatisfeitos estão presos ao lixo da ‘substância’, não progrediram à ‘autoconsciência absoluta’ e não percebem que essas condições adversas são espírito do seu espírito” (MARX; ENGELS, 2007, p. 46-47).

filosofia, moral etc. – e, em seguir o seu processo de nascimento a partir dessas criações, o que então torna possível, naturalmente, que a coisa seja apresentada em sua totalidade (assim como a ação recíproca entre esses diferentes aspectos). **Ela não tem necessidade, como na concepção idealista da História, de procurar uma categoria em cada período, mas sim de permanecer constantemente sobre o solo da história real; não de explicar a práxis partindo da ideia, mas de explicar as formações ideais a partir da práxis material** e chegar, com isso, ao resultado de que todas as formas e [todos os] produtos da consciência não podem ser dissolvidos por obra da crítica espiritual, por sua dissolução na “autoconsciência” ou sua transformação em “fantasma”, “espectro”, “visões” etc., mas apenas pela demolição prática das relações sociais reais [*reale*] de onde provêm essas enganações idealistas (MARX; ENGELS, 2007, p. 43. Grifos nossos).

Esta citação é bastante esclarecedora no que tange às continuidades e descontinuidades do conceito de História em Marx, se compararmos, por exemplo com *O Capital*. Marx pensa a História, aqui, a partir de um modo de produção, porém, ainda em termos muito genéricos, e mesmo os conceitos mais determinados que aparecerão em *O Capital*, quando aparecem na *Ideologia Alemã*, na maioria das vezes não estão bem precisos. Isso mostra como a transição para *O Capital* será longa. Por exemplo, Marx ainda considera, aqui, a sociedade civil como o fundamento da História, muito diferente das análises das classes sociais relacionadas à contradição trabalho/capital como característica essencial do modo de produção capitalista. Todavia, o fato de buscar as causalidades das ideias, mais tarde, das formações jurídicas e superestruturas ideológicas, como resultado da práxis material, já se encontra aqui bastante desenvolvida. Dessa forma, não podemos dizer que o conceito de História está completamente acabado na *Ideologia Alemã*, do mesmo modo que não podemos atribuir toda a originalidade do conceito de História ao *O Capital*, mas compreender as mudanças e permanências comparando as duas obras no sentido de clarear o processo. Vejamos outro exemplo da *Ideologia Alemã* no que concerne ao conceito de História.

Marx é constantemente criticado por ter criado uma filosofia da história linear, a partir de uma teleologia, de uma finalidade prévia e de uma noção de progresso. Muitos historiadores acusam Marx de explicar “a evolução dos modos de produção” a partir de um etapismo, como se o processo de desenvolvimento de um modo de produção antigo fosse marcado por uma necessidade que conduziria, inevitavelmente, ao capitalismo. Para esses críticos de Marx, a sua concepção de História é, por isso, esquemática. Ademais, vejamos se o que o autor diz na *Ideologia Alemã* corrobora com as críticas.

A História nada mais é do que o suceder de gerações distintas, em que cada uma delas explora os materiais, os capitais e as forças de produção a ela transmitidos pelas gerações anteriores; portanto, por um lado, ela continua a atividade anterior sob condições totalmente alteradas e, por outro, modifica com uma atividade completamente diferente as antigas condições, **o que então pode ser especulativamente distorcido, ao converter-se a história posterior na finalidade**

da anterior, por exemplo, quando se atribui à descoberta da América à finalidade de facilitar a irrupção da Revolução Francesa, com o que a História ganha finalidades à parte e torna-se uma “pessoa ao lado de outras pessoas”(tais como: autoconsciência, crítica, único etc), enquanto o que se designa com as palavras “destinação”, “finalidade”, “núcleo”, “ideia” da história anterior não é nada além de uma abstração da história posterior, uma abstração da influência ativa que a história anterior exerce sobre a posterior (MARX; ENGELS, 2007, p. 40. Grifo nosso).

O contraponto às críticas supracitadas não poderia ser maior. Marx deixa claro que não se pode conceber ou converter de modo deformado um processo histórico posterior como finalidade do anterior e inclusive dá um excelente exemplo, “quando se atribui à descoberta da América a finalidade de facilitar a irrupção da Revolução Francesa, com o que a História ganha finalidades à parte”. Na realidade, Marx faz, aqui, uma crítica à noção de processo histórico linear. Essa crítica continua nos *Grundrisse*, na parte intitulada *Formas econômicas pré-capitalistas*, assim como no famigerado capítulo 24 do livro I, intitulado *A assim chamada acumulação originária do capital*. Essa concepção do processo histórico como não linear, inclusive com a criação do conceito de forma clássica para explicar um processo de transição do feudalismo para o capitalismo no sentido de confluências com as principais determinações do próprio capitalismo, mostra que Marx pensa a mudança histórica a partir de um certo campo de possibilidades e não de uma necessidade férrea.

O direito privado se desenvolve simultaneamente com a propriedade privada a partir da dissolução da comunidade natural. Entre os romanos, o desenvolvimento da propriedade privada e do direito privado não gerou consequências industriais e comerciais, pois o seu modo de produção inteiro manteve-se o mesmo. Entre os povos modernos, em que a comunidade feudal foi dissolvida pela indústria e pelo comércio, o nascimento da propriedade privada e do direito privado deu início a uma nova fase, suscetível de um desenvolvimento ulterior (MARX; ENGELS, 2007, 76).

A transformação de um modo de produção para outro deve ser explicado a partir das particularidades de cada modo de produção específico, em cada sociedade específica. Isso não significa dizer que não se possa observar certas tendências mais universais, mas essas devem estar embasadas numa crítica do material empírico disponível, articulado com uma teoria que consiga entender o funcionamento do modo de produção analisado e contrastar essas tendências com o material empírico. Mesmo assim, são tendências⁴⁹ e não profecias.

Marx, a partir da *Ideologia Alemã*, com sua crítica à filosofia da história idealista, com a incorporação da empiria como elemento indispensável para a explicação dos processos históricos e com a criação do conceito de modo de produção que possibilita articular uma crítica à sociedade capitalista como um todo, cria as bases do que seria uma nova escrita da

⁴⁹ Analisaremos melhor o conceito de “leis tendenciais” na parte segunda da pesquisa.

História, capaz de pensar à ação dos sujeitos em conflito com as estruturas, de elaborar leis tendenciais, de romper com uma temporalidade linear, de pensar o universal articulado com o particular etc. Essa nova escrita da História não era fácil de se perceber na época de Marx, também se mostrou enigmática mais de um século depois. Um dos fatores está relacionado ao fato de que no método⁵⁰ de Marx, crítica da economia política, literatura, filosofia, lógica, demografia, estudos de fontes primárias, antropologia, psicologia, história e demais áreas do saber encontram-se amalgamadas em uma totalidade, ou melhor, em “totalidades provisórias” que formalmente são separadas em momentos na articulação discursiva do *O Capital*, inclusive em níveis de abstrações, podendo aparentar um certo logicismo ou apriorismo das categorias de *O Capital*, que, na verdade, só são apartadas no sentido metodológico. Marx faz um resumo dos principais equívocos relativos à compreensão do seu método no posfácio da segunda edição de *O Capital*.

O método aplicado em *O Capital* foi pouco compreendido, como já o demonstram as interpretações contraditórias que se apresentaram sobre o livro. Assim, a *Revue Positiviste* me acusa, por um lado, de tratar a economia metafisicamente e, por outro – adivinhem! –, de limitar-me à mera dissecação crítica do dado, em vez de prescrever receitas (comtianas?) para o cardápio da taberna do futuro (MARX, 2013, p. 88).

Além de metafísico, o seu método foi descrito pelos críticos alinhavados por ele como “analítico”, “dedutivo da escola inglesa” e “idealista hegeliano”. “Contra a acusação da metafísica, observa o prof. Sieber: “No que diz respeito à teoria propriamente dita, o método de Marx é o método dedutivo de toda a escola inglesa, cujos defeitos e qualidades são comuns aos melhores economistas teóricos” (MARX, 2013, p. 88). Já o sr. M. Bolck “descobre que o meu método é analítico e diz, entre outras coisas: *Par cet ouvrage M. Marx se classe parmi les esprits analytiques les plus éminents, et nous n'avons qu' regret, c'est qu' il ait suivi une fausse direction.*” [Com essa obra o sr. Marx se classifica entre os espíritos analíticos mais eminentes, e só lamentamos que ele tenha tomado uma falsa direção]. E continua, o “Correio Europeu, de São Petersburgo, em um artigo inteiramente dedicado ao método de *O Capital* [...] considera o meu método de investigação estritamente realista, mas o modo de exposição desgraçadamente, dialético-alemão” (MARX, 2013, p. 88). Marx fez questão de arrolar as principais críticas a respeito do seu método, pois tinha consciência de estar propondo uma nova abordagem sobre o material econômico, modo de produção capitalista e sociedade de um modo geral e, neste sentido, as incompreensões seriam quase que naturais, na medida em

⁵⁰ Doravante em nossa tese, toda vez que nos referimos ao método de Marx, tomamos como referência central *O Capital*. As permanências e as mudanças entre *O Capital* e as outras obras do autor, porventura, poderão ser abordadas na pesquisa, mas não constituirão o seu centro.

que, para usar a expressão de Rudolf Carnap (OLIVEIRA, 2006)⁵¹, tratava-se de um novo *framework* (quadro teórico) desconhecido até então.

Esta incompreensão fica clara na crítica feita por Ilarión Ignátievich Kaufmann, economista russo e professor, na época, da Universidade de São Petersburgo, que, em linhas gerais, conseguiu descrever bem o funcionamento, na prática, do método de Marx. Todavia, não obteve sucesso ao associar a sua leitura correta com os elementos conceituais desenvolvidos por Marx. Kaufman compreendeu, portanto, de forma artificial o método de exposição, como se fosse algo exterior e, por ser “idealista e dialético”, seria a fonte do erro de Marx, salvando, contudo, o método de investigação, onde residiria a superioridade de Marx, inclusive na sua historicização em relação aos economistas anteriores. Marx responde da seguinte forma:

Sem dúvida, deve-se distinguir o modo de exposição segundo sua forma, do modo de investigação. A investigação tem de se apropriar da matéria [*Stoff*] em seus detalhes, analisar suas diferentes formas de desenvolvimento e rastrear seu nexos interno. Somente depois de consumado tal trabalho é que se pode expor adequadamente o movimento real. Se isso é realizado com sucesso, e se a vida da matéria é agora refletida idealmente, o observador pode ter a impressão de se encontrar diante de uma construção *a priori*. Meu método dialético, em seus fundamentos, não é apenas diferente do método hegeliano, mas exatamente seu oposto. Para Hegel, o processo de pensamento, que ele, sob o nome de Ideia, chega mesmo a transformar num sujeito autônomo, é o demiurgo do processo efetivo, o qual constitui apenas a manifestação externa do primeiro. Para mim, ao contrário, o ideal não é mais do que o material, transposto e traduzido na cabeça do homem (MARX, 2013, p. 90).

Esta citação já se tornou “canônica” nos comentadores de Marx, mas o seu sentido foi e continua sendo, em linhas gerais, mal compreendido. É comum a partir desse extrato, onde Marx alerta que a separação entre investigação e exposição é meramente formal, necessária para a apresentação do objeto no seu aspecto multilateral e contraditório, fazerem uma clivagem radical entre investigação e exposição. A dialética se limitaria a exposição ou reconstrução categorial de *O Capital*⁵², dito de outra forma, dialética é exclusivamente método de exposição⁵³. As outras tarefas caberiam ao método de investigação que Marx não

⁵¹ Devemos toda a discussão de Rudolf Carnap, assim como a articulação de uma teoria filosófica a um quadro teórico-referencial, à obra do professor Manfredo Araújo de Oliveira, *Reviravolta Linguístico - Pragmática na Filosofia Contemporânea* (OLIVEIRA, 2006).

⁵² Um exemplo caro aos intelectuais brasileiros da compreensão de dialética em Marx como método de exposição é o artigo de Marcos Lutz Müller, *Exposição e Método Dialético em O Capital* (MÜLLER, 1982).

⁵³ A forma resumida com intenção didática em que Marx coloca essa questão da separação entre método de investigação e método de exposição, pode gerar interpretações da dialética como apenas um método de exposição categorial. Adorno, apesar de não desenvolver, já havia percebido que Marx poderia ter colocado a questão de um modo mais preciso. “Bem poderia se tratar realmente de um simples equívoco, ou seja, de que, por um lado, se denomina dialética apenas um método determinado de pensamento, uma maneira determinada de se apresentar [*darstellen*] a coisa [*sache*] – tal como Marx designou, numa ocasião talvez não exatamente feliz, a

detalha tanto como ele opera, mas apenas fala da sua meta, que tem “de se apropriar da matéria nos seus detalhes, analisar suas diferentes formas de desenvolvimento e rastrear o seu nexos interno”. Essa suposta “clivagem real”, transformaria a dialética numa lógica formal, onde o conteúdo já investigado, rastreado e analisado passa a ser exposto a partir de um discurso de organização categorial. Separa-se, deste modo, a forma do conteúdo. Talvez Marx tenha contribuído para essa falsa interpretação quando diz que “folheou” por acaso a *Ciência da Lógica* de Hegel e que, “no capítulo sobre a teoria do valor, cheguei até a coquetear aqui e ali com seus modos peculiares de expressão” (MARX, 2013, p. 91). Ora, em primeiro lugar, como se fosse possível folhear a *Ciência da Lógica*. Mesmo um principiante na leitura de Hegel percebe de cara o caráter complexo e sistemático da obra, onde uma folheada, mesmo para o intelecto do Marx, não resultaria em nada de significativo, visto ser impossível, ou pelo menos muito errôneo, uma leitura fragmentada e *en passant* de uma obra como a *Ciência da Lógica*. Em segundo lugar, porque mostraremos em nossa pesquisa que a influência de Hegel vai muito além de um simples cacoete ou modo de exposição.

Ademais, ressaltada a parcela de culpa do pensador alemão, pensamos que não é isso que Marx quis dizer, inclusive em sentido pedagógico, quando tenta explicitar o não idealismo do seu método. Para elucidar melhor esta questão, vejamos na *Teorias da Mais-Valia*, volume III, como ele descreve o método de investigação da economia política clássica, apontando o seu mérito e suas falhas, para notar o que Marx assume de tal aporte.

A economia clássica procura, pela análise, reduzir as diferentes formas de riqueza, fixas e estranhas entre si, à unidade intrínseca delas, despojá-las da configuração em que existem lado a lado, independentes umas das outras; quer apreender a conexão interna que se contrapõe à diversidade das formas da aparência. Por isso, reduz a lucro suplementar a renda fundiária, que cessa com isso de ser forma especial, *independente* e se dissocia de sua fonte aparente, a terra. Do mesmo modo despe o juro de sua forma autônoma e evidencia que é parte do lucro. Reduziu assim à forma única do lucro todas as formas de renda (*revenue*) e todas as figuras independentes que constituem os títulos sob os quais os não-trabalhadores participam do valor da mercadoria. E o lucro se reduz à mais-valia, uma vez que o valor na mercadoria inteira se reduz a trabalho; a quantidade de trabalho pago contida na mercadoria se reduz a salário; em consequência, o que ultrapassa essa quantidade representa trabalho não pago, objeto de apropriação grátis a diferentes títulos, trabalho excedente que o capital suscita. Nessa análise a economia clássica se contradiz em certos pontos; com frequência de maneira direta, sem elos intermediários, tenta empreender essa redução e demonstrar que as diferentes formas têm a mesma fonte. **Mas isso é consequência necessária do método analítico com que a: crítica e a compreensão têm de iniciar-se. A economia clássica não tem interesse em analisar como nascem as diferentes formas, mas em convertê-las, pela análise, à unidade delas, pois parte dessas formas como pressupostos dados. Mas a análise é o requisito indispensável para se revelar a gênese, para se compreender o**

dialética meramente como uma forma determinada de apresentação – e de que, por outro lado, se poderia imaginar sob essa palavra algo inteiramente outro, a saber, essa espécie de oposições [*Gegensätze*] que amadurecem na própria coisa (ADORNO, 2022, p. 75).

processo real de formação nas diferentes fases. Por fim, a economia clássica é falha e carente ao conceber a *forma básica do capital* – a produção destinada a se apropriar de trabalho alheio – não como forma *histórica* e sim como *forma natural* da produção social, e sua própria análise abre caminho para que se destrua essa concepção (MARX, 1985, p. 1538. Negrito nosso; itálico da edição).

Trata-se de uma citação longa, mas consideramos por bem mantê-la na sua integralidade e deixar o pensador alemão falar, pois esta comparação é capaz de dirimir uma parcela significativa dos equívocos sobre o método de investigação realizado por ele. Em primeiro lugar, Marx reconhece o esforço da Economia Política Clássica em tentar buscar a unidade e a conexão interna da matéria, mas faz, algumas vezes de modo equivocados, pois não consegue desenvolver os elos intermediários, capta o comum eliminando as singularidades. Por isso, não consegue, tampouco, explicar a gênese e a historicização das diversas formas como juros, lucro, renda fundiária etc. É uma característica do método analítico centrado em uma concepção de identidade e de universal abstrato. O que está por traz deste erro metodológico da EPC⁵⁴ é uma compreensão, ou melhor, não compreensão do papel da história no processo de investigação, tratando as formas, ao invés de fruto de processos históricos, como formas naturais. A a-historicização da EPC não permite, em sentido metodológico, que ela desenvolva as mediações necessárias para explicitação das formas sociais do capitalismo, naturalizando essas formas históricas⁵⁵. Marx ressalta esses elementos da naturalização e eternização das categorias da EPC desde a *Miséria da Filosofia* de 1847, passando pelos *Grundrisse* (1857), *Teorias da Mais-Valia* e *O Capital*. O seu método de investigação, em oposição a essas falhas, compreende o método analítico como ponto de partida, ele não é descartado, mas considerado insuficiente para se “apropriar da matéria em seus detalhes, analisar suas diferentes formas e rastrear seu nexos interno”. Aqui já fica claro pelo menos duas coisas: dialética não se restringe ao modo de exposição, mas interpenetra-se no objeto de investigação, pois o modo analítico de conceber as categorias não dá conta do objeto capital. Forma e conteúdo estão juntos no método do revolucionário alemão. A outra coisa é que só é possível efetivar a unidade entre investigação e exposição partindo de uma noção de historicização das categorias, rastreando a sua gênese, desenvolvimento,

⁵⁴ Abreviação de Economia Política Clássica. Utilizaremos daqui em diante para dar mais fluidez ao texto.

⁵⁵ Outro aspecto que contribuiu para a EPC naturalizar e eternizar as categorias do capitalismo foi o seu horizonte ideológico comprometido com esse modo de produção. Marx evidencia esse elemento também nas *Teorias da Mais-Valia*. “Não se pode afirmar que os economistas clássicos simplesmente ignoraram o problema da forma social da produção. A questão aqui é de horizonte diferente de compreensão. A ótica dos clássicos é ‘naturalista’, isto é, consideraram essas formas sociais do processo de produção como naturais e eternas. A análise marxiana significa, então, um processo de ‘historicização das formas sociais’, à medida que elas, para Marx, não são naturais, mas “produtos históricos da práxis social” e, enquanto tais, mutáveis. Por esta razão, o objeto de *O Capital* não é a produção enquanto tal, mas a forma social determinada da produção burguesa” (OLIVEIRA, 1993, p. 262).

estabelecendo comparações, relacionando parte e todo em processo. A história, neste caso, é princípio organizador da pesquisa na sua totalidade. Ela não constitui um elemento de ilustração, não é uma simples pressuposição e não se restringe ao modo de investigação. A sua relação com o método é bem mais complexa do que se aparenta ou do que foi reproduzido na literatura marxista.

Não obstante, o que há em comum, não só nos críticos de Marx acima mencionados e na própria tradição marxista, é que existe uma lacuna abissal no modo como este conceito foi abordado em Marx, sobretudo no *O Capital*. Este é um dos elementos, não obviamente o único, responsável pela incompreensão do seu método se tomarmos como parâmetro movimentos que tinham como escopo renovar o marxismo e propor novas interpretações sobre *O Capital*, tais como: *Neue Marx-Lektüre* e a *Nova Dialética*⁵⁶. Observamos que seus principais representantes, ao dissertarem sobre a História em *O Capital*, o fizeram sem ao menos diferenciar História como processo efetivo, a realidade histórica em que todos nós estamos inseridos, de História enquanto pesquisa e relato desses processos. Não diferenciaram história matéria de história ciência (método). Reproduziram, sem exceção, a História como um dado natural, um conceito autoevidente. Por isso, a primeira tarefa de nossa pesquisa é voltar ao básico e trivial, explicitar o que significa o conceito de História em *O Capital*, mostrar o contexto do uso semântico do conceito na obra e como se articula com a totalidade provisória, na perspectiva de uma síntese entre História e dialética no método de Marx.

PARTE SEGUNDA – HISTÓRIA E TOTALIDADE PROVISÓRIA EM *O CAPITAL*.

É precisamente a partir das relações entre a dialética e a história que deve ser empreendido um exame crítico do pensamento de Marx.

Lima Vaz

Na primeira parte da nossa pesquisa, fizemos uma discussão sobre a formação do conceito de História em Marx, tendo em vista explicitar o caráter processual e não linear desse conceito. Ressaltamos que o conceito de História em Marx, como unidade de significado, surge de forma mais clara a partir da *Ideologia Alemã*, pois o pensador alemão

⁵⁶ Por razões de limite de espaço e delimitação do objeto referente às demandas formais de uma tese, não analisaremos esses movimentos. Para uma análise crítica sobre *A Nova Dialética*, ver (CALLINICOS, 2005); (FINELLI, 2007); (GONTIJO, 2011). Para um panorama geral sobre a *Neue Marx Lektüre*, ver (BELLOFIORE; REDOLFI, 2015).

consegue elaborar o conceito de modo de produção e incorpora a empiria como um dos momentos indispensáveis de seu método, possibilitando, pela primeira vez, pensar uma concepção de totalidade que seja histórica, concreta e não abstrata. Agora, entraremos na parte mais importante da nossa tese, onde apresentaremos o conceito de totalidade provisória e nossa interpretação do método de *O Capital*.

A nossa hipótese é que o desenvolvimento de uma concepção de história aberta e a perspectiva de articular um discurso crítico do capitalismo a partir da exposição sistemática das suas contradições, resulta neste conceito que está todo tempo implícito no método de *O Capital*. Marx não chegou a nomear a Totalidade Provisória, mas a sua tentativa constante de articular um discurso de tensão entre a História e a dialética capitalista resulta nisso. Pensamos ser esta a chave para a compreensão de toda a obra. A Totalidade Provisória é o método de *O Capital*.

Esta é a nossa tese e o fio condutor de toda a segunda parte. Se estivermos corretos, uma grande parte dos comentadores com a qual estabelecemos uma interlocução não compreendeu a necessidade, em sentido forte do termo, da inseparabilidade entre História e dialética, e, nesse sentido, não entenderam o conceito de História em Marx e não foram capazes de ser totalmente consequentes com o seu método. Na verdade, a grande maioria dos comentadores de *O Capital*, ou consideraram que a história, na obra, é um mero pressuposto a que Marx deve recorrer para superar os limites de uma apresentação dialética, ou trataram a História como ilustração. Há também os intérpretes que trataram História como sinônimo de narrativa sobre o passado, defendendo, por exemplo, que a discussão da circulação simples, na primeira seção do livro I, refere-se a uma sociedade pré-capitalista. Engels chega a defender essa ideia em um posfácio do livro III de *O Capital*. O que há em comum nessas diferentes leituras de *O Capital*? Defendemos que todas essas leituras, com diferentes matizes, não compreenderam a concepção de história no *Capital* e os diferentes sentidos em que Marx emprega o conceito na obra. Como consequência disso, apesar de alguns comentadores reconhecerem que a totalidade em *O Capital* é aberta e histórica, com raras exceções, não passam desse mero reconhecimento quando tratam do tema. A questão é, como compreender a categoria valor e dinheiro em *O Capital* a partir dessa totalidade? Como se articulam os três livros, ou três momentos da obra a partir dessa totalidade? Quais são as determinações dessa totalidade? Numa frase, a questão é mostrar como a coisa funciona. É isso que tentaremos fazer nessa parte do trabalho, reconhecendo que se trata de terra virgem, ao mesmo tempo em que se delimita o caráter ensaístico da nossa pesquisa.

4 CAPÍTULO III: HISTÓRIA EM *O CAPITAL* - UMA SEMÂNTICA NÃO INVESTIGADA

4.1 História, o conceito inaudível: breve inventário de uma confusão conceitual

O Capital é uma obra complexa e enigmática. Gérard Granel,⁵⁷ no prefácio que escreveu a edição francesa da *Crise das Ciências Europeias*, de Edmund Husserl, cria a bela metáfora de *O Capital* como um trovão inaudível. “Quando *O Capital* interrompe o curso e dilacera o tecido de todo esse movimento histórico, é como uma trovoadá inaudível, um silêncio, uma margem” (BENSAÏD, 1999, p. 11). Trata-se, realmente, de uma síntese inspirada que expressa toda a complexidade dessa obra. Pensamos que várias partes dessa trovoadá ainda permanecem inaudíveis. Uma delas, e que trataremos nesse capítulo, refere-se ao conceito de História.

Partimos de um diagnóstico anunciado na introdução, que o conceito de história em *O Capital* não foi ainda, passados mais de 150 anos da publicação do primeiro volume em 1867, devidamente elucidado. Se esse diagnóstico se mostrar historicamente correto, referenda-se a necessidade da nossa tese, mesmo com as possíveis imprecisões e incoerências que ela possa vir a apresentar.

Agora, levanta-se a seguinte questão: por que durante todos esses anos o barulho do trovão no que concerne à História ainda permanece inaudível? Defendemos que existe uma semântica⁵⁸ da História em *O Capital* (um campo de sentidos ou determinações) que não foi ainda investigada, pelo menos a partir da literatura a que tivemos acesso. Apresentaremos, por conseguinte, possíveis razões para essa questão que enumeramos da seguinte forma: 1) naturalização do conceito de História na obra; 2) a História é vista apenas como um pressuposto ou uma ilustração; 3) dicotomia entre o método lógico e histórico; 4) não compreensão do papel da História na totalidade do método. Essas questões, em nossa opinião, sintetizam a não compreensão do conceito de História em *O Capital*.

O primeiro ponto tem a ver com a “naturalização” do conceito de História, tomado, muitas vezes, como autoevidente pelos comentadores de *O Capital*, eximindo-o,

⁵⁷ Devemos essa referência ao livro de Bensaïd, *Marx, o intempestivo* (BENSAÏD, 1999, p. 11).

⁵⁸ Utilizamos semântica aqui no sentido geral de um campo de sentidos, de significados, ou de um conjunto de determinações do conceito de História. Não há aqui o uso mais complexo da semântica como um campo da linguística, ou mesmo as diversas acepções da filosofia analítica. Partimos do pressuposto que Marx, em *O Capital*, não emprega o conceito de História em uma única determinação. Pelo contrário, há várias determinações do conceito de História na obra. Todavia, esses diversos significados (sentidos) do conceito de História no *O Capital* se quer foram tematizados pelos comentadores com quem estabelecemos interlocução, salvo algumas exceções, onde se assumem um ou dois desses sentidos, ainda sim, sem os tematizar como problema. Por isso, defendemos que existe uma “semântica da História” não investigada no *O Capital*.

desta forma, da análise. A grande maioria dos estudiosos de *O Capital*, quando tratam de questões relativas ao método na obra, tecem páginas e mais páginas de comentários sobre a influência de Hegel no método de Marx, de como a dialética materialista de Marx supera a dialética idealista de Hegel, de como Marx faz uma crítica das categorias da economia política clássica, mas, no que tange ao conceito de História, tratam-no como um conceito autoevidente e que, por isso, não carece de elucidação. O problema é que esses mesmos comentadores acabam assumindo de forma dogmática um determinado sentido desse conceito, que varia desde uma posição do senso comum, de tratar História como sinônimo de cronologia, ou narrativa, ou mesmo sinônimo de acontecimentos do passado, até generalizações que dizem que a história, em *O Capital*, é um mero pressuposto ou se trata de mera ilustração, um apêndice na obra. Lima Vaz, experiente filósofo tomista, mas de estilo expositivo hegeliano, já havia percebido que “é precisamente a partir das relações entre a dialética e a História que deve ser empreendido um exame crítico do pensamento de Marx” (VAZ, 2012, p. 123). Ele chega a comentar, é claro que, a partir de um quadro teórico-referencial não marxista, que o que Hegel considerou o absoluto, Marx considerou a história. Ora, mesmo não concordando absolutamente com a frase, é preciso reconhecer que Lima Vaz toca no ponto chave, reconhece a importância da História em Marx, deixando claro que o ponto nodal do seu método se trata da relação entre História e dialética. Lima Vaz é uma exceção. Mesmo comentadores que tratam da História em *O Capital*, como, por exemplo, Héctor Benoit (1996; 1997), não busca definir ou determinar o conceito. É como se tivesse um “consenso tácito” sobre o conceito, coisa que se mostra completamente errada quando se compara as variadas interpretações da obra.

Vejam os casos de Héctor Benoit, que, em alguns textos⁵⁹ aborda a questão da História em *O Capital*. O autor tem o mérito de reconhecer a importância da História na referida obra como elemento fundamental do método. Também não separa, de modo dicotômico, lógica e História, escapando, desse modo, de uma interpretação meramente “logicista”. Na verdade, Benoit reconhece uma unidade dos aspectos lógicos e históricos em *O Capital*. Porém, a nosso ver, incorre no erro da naturalização do sentido da História em Marx, como se houvesse uma univocidade semântica do conceito, coisa que, lendo os diversos comentadores e as variadas interpretações de *O Capital*, torna-se claro que tal univocidade é inexistente e que os leitores da obra, quando se referem à História, na maioria

⁵⁹ Trata-se de dois artigos: o primeiro intitulado *Sobre a crítica (dialética) de O Capital*. Crítica Marxista, São Paulo, Brasiliense, v.1, n. 3, 1996, p. 14-44 (BENOIT, 1996). O segundo, *Sobre o desenvolvimento (dialético) do Programa*. Crítica Marxista, São Paulo, Xamã, v.1, n 4, 1997, p. 9-44 (BENOIT, 1997).

das vezes, estão falando “idiomas” diferentes. Benoit não explicita o que é História no *O Capital*, apesar de ser possível uma inferência do leitor ao percorrer o seu texto até o final. A História seria o fundamento da violência extraeconômica e contraditória da luta de classes, exposta no capítulo XXIV do livro I de *O Capital*, que desvelaria o suposto paraíso idílico apregoado pela economia burguesa. Nesse sentido, a História seria a negação do modo de produção capitalista. Todavia, será que o próprio Benoit aborda a História nesse único sentido? A resposta é não! Em certo momento do seu artigo *Sobre a crítica (dialética) de O Capital*, ele diz que “Marx realizará, então, diversas rápidas incursões negativas a outras formas de produção” (BENOIT, 1996, p. 19).

O conceito de incursão negativa é criação de Benoit. Para ele, Marx faz uma série de abstrações (negações), no total são quatro: a primeira seria a partir do exemplo da ilha de Robinson Crusoe, e serviria para mostrar as abstrações ideológicas da economia política; a segunda seria uma abstração (negação) histórica, pois Marx iria para a Idade Média europeia, e serviria para mostrar que, mesmo nesse período considerado “obscuro”, as relações econômicas eram mais claras, pois o servo sabia exatamente quanto ele ganhava. Aqui, ele trata História como sinônimo de passado; a terceira forma de negação é a referência a uma situação em que o trabalho aparece enquanto “comum” (*gemeinsam*), isto é, onde o trabalho aparece, sem mediações, como social. Esta forma seria anterior a todas as outras e caracterizaria a comunidade primitiva. “Esta forma descrita aqui serve, por sua vez, como mediadora, ao nível da exposição de Marx, para que nos desloquemos em direção à quarta negação, a negação do capitalismo por uma forma hipotética futura, uma forma socialista” (BENOIT, 1996, p. 19).

A partir de uma síntese dessas quatro “incursões negativas”, a História cumpriria um sentido lógico de comparação entre os modos de produção pretéritos e o conceito de capitalismo. A História, a serviço das “negações”, abriria espaço para uma transformação futura (comunismo). Outra questão que podemos destacar é o uso da História a partir do par pressuposto/posto, recorrente no texto de Benoit. Em grande medida, a História aparece como um pressuposto, um fundamento (*Grund*) que será progressivamente desvelado. Perguntamos se trabalhar com os conceitos de pressuposição/posição é suficiente para dar conta da concepção de História em Marx ou se trata de uma redução grosseira? Pensamos que há um grave problema em tratar a História como pressuposto que é progressivamente desvelado. A História, nesse sentido, compreende apenas um passado que foi sedimentado de forma estrutural. Em parte, é verdade, mas fecha-se para o presente histórico que está em movimento e as classes que estão em ação. Talvez seja o problema de Benoit quando restringe a sua

análise ao livro I, não compreendendo o momento do efetivo em que a História se realiza como presente, ou como chamamos, como totalidade provisória. Há, não só no autor, mas em grande parte da tradição marxista, uma sobrevalorização dos livros II e III de *O Capital* em detrimento do livro I. Torna-se impossível compreender o conceito de História na obra, analisando-se apenas o livro I, ou momento da produção, sem articulá-los com os outros dois momentos. O conceito de História aparece de modo igual nos três livros? Marx utiliza apenas uma acepção da palavra História [*Geschichte*]? Essas duas questões já expõem os limites de se naturalizar o conceito de História no pensador alemão, obliterando a complexidade e evitando a sua explicação.

David Harvey (2013), no seu livro *Para Entender O Capital* (livro I) demonstra um conhecimento superficial sobre o conceito de História, reproduzindo quase o senso comum sobre o conceito. Reconstruiremos, aqui, a sua argumentação quando ele tenta explicar a passagem de uma circulação de mercadorias (M-D-M) para uma circulação capitalista (D-M-D). Na verdade, a forma que representa a circulação capitalista é (D-M-D'), pois, apesar de o dinheiro já se encontrar na sua terceira determinação de dinheiro enquanto dinheiro, dinheiro como fim em si mesmo na forma D-M-D, Marx chama essa forma de circulação de dinheiro como um momento de transição para a forma D-M-D', pois já existe dinheiro como capital, mas ainda de forma latente. O que garante essa transição é um processo histórico real, porém analisado *post festum*. Existiram sociedades que desenvolveram bastante a circulação do dinheiro, mas não se tornaram sociedades capitalistas. Não há, portanto, nenhuma garantia de que sociedades que desenvolveram uma circulação de mercadorias, ou mesmo que chegaram a buscar o dinheiro como um fim em si mesmo, fizessem a transição para o capitalismo. A questão é que o ponto de partida de Marx nessa questão é o capitalismo inglês, que fez a transição do feudalismo para o capitalismo. Marx está explicando essa transição quando mostra a passagem de uma circulação de mercadorias para uma circulação capitalista.

Ademais, vamos a argumentação de David Harvey:

Se o objetivo é conseguir outros valores de uso por meio da produção e da troca de mercadorias, ainda que mediadas pelo dinheiro, estamos lidando com M-D-M. Em contrapartida, D-M-D é uma forma de circulação em que o objetivo é dinheiro, não mercadorias. Para que isso tenha lógica, é preciso que eu consiga de volta mais dinheiro do que aquele que desembolsei. É nesse ponto d'*O Capital* que vemos pela primeira vez a circulação de capital cristalizando-se a partir da circulação de mercadorias, mediada pelas contradições da forma-dinheiro. **Há uma grande diferença entre a circulação de dinheiro como um mediador da troca de mercadorias e o dinheiro usado como capital. Nem todo dinheiro é capital. Uma sociedade monetizada não é necessariamente uma sociedade capitalista.** Se tudo se resolvesse com o processo de circulação M-D-M, o dinheiro seria um simples

mediador e nada mais. O capital surge quando o dinheiro é posto em circulação com o intuito de conseguir mais dinheiro (HARVEY, 2013, p. 88-89. Grifo nosso).

Harvey afirma que “há uma grande diferença entre a circulação de dinheiro como um mediador da troca de mercadorias e o dinheiro usado como capital”. Nisso não discordamos, a diferença é grande! Porém, Harvey pula da segunda mediação do dinheiro, dinheiro como meio de troca, para o dinheiro como capital, sem passar pela terceira mediação do dinheiro enquanto dinheiro. Por isso, compara a circulação de mercadorias com a capitalista sem mencionar a transição. Por exemplo, eu posso ter a circulação D-M-D, mas não derivar daí uma circulação capitalista. Ele mesmo, em certo sentido, toca nessa questão quando diz que “nem todo dinheiro é capital [...]” e “uma sociedade monetizada não é necessariamente uma sociedade capitalista”. Todavia, não consegue explicar isso, pois omite o processo de transição de uma sociedade monetizada para uma sociedade capitalista. E não o faz, pois não compreende a complexidade do conceito de História em Marx, e como a História se articula com a lógica na explicação desse processo. Vejamos como ele continua.

Vamos fazer uma pausa para refletir um pouco sobre a natureza do argumento de Marx até aqui. Neste ponto, podemos dizer que a expansão da troca de mercadorias conduz necessariamente ao advento da forma-dinheiro e a contradição interna nessa forma-dinheiro conduz necessariamente ao surgimento da forma capitalista de circulação, em que o dinheiro é usado para ganhar mais dinheiro. Esse é, em linhas gerais, o argumento d’*O Capital* até o momento (HARVEY, 2013, p. 89).

E David Harvey prossegue,

Temos de decidir, em primeiro lugar, se esse argumento é histórico ou lógico. Se é um argumento histórico, então existe uma teleologia da história em geral e uma história capitalista em particular; o surgimento do capitalismo é um passo inevitável na história humana e resulta das expansões graduais da troca de mercadorias. Podemos encontrar afirmações de Marx que sustentam essa visão teleológica, e o uso frequente que ele faz da palavra “necessário” certamente apoia essa interpretação. De minha parte, não estou convencido disso e, se Marx acreditava de fato nisso, penso que ele estava errado (HARVEY, 2013, p. 89. Grifo nosso).

A confusão conceitual que ele faz, aqui, não é pequena! Primeiro ele afirma “que a expansão da troca de mercadorias conduz necessariamente ao advento da forma-dinheiro e a contradição interna nessa forma-dinheiro conduz necessariamente ao surgimento da forma capitalista de circulação”. Harvey, por sua própria conta, coloca duas vezes a palavra necessidade para afirmar a “inevitabilidade” de uma transição de uma circulação de mercadorias abstrata para uma circulação capitalista abstrata. A partir desses pressupostos, inseridos por ele mesmo, conclui que tem que se decidir se analisa a coisa pelo ponto de vista lógico ou histórico, pois, caso seja analisado pelo ponto de vista histórico, haveria uma

espécie de “teleologia da história em geral e uma história capitalista particular”, concluindo, daí, que Marx, então, teria mostrado que o surgimento do capitalismo era inevitável. Marx, portanto, teria errado. Seria “necessário”, por conseguinte, acreditar que esse processo de transição deve ser explicado pelo ponto de vista lógico.

Harvey simplesmente não compreendeu que a argumentação de Marx é, “necessariamente”, lógica e histórica. E não compreendeu por que reproduz o *locus communis* (lugar comum) no que se refere ao conceito de História. A semântica do conceito de História n’*Capital* não é realmente simples. Marx faz uso do conceito de História em várias acepções, em linguagem dialética, poderíamos dizer que a História assume várias determinações no decorrer da obra. Um dos sentidos da História que é fundamental para explicar a confusão de Harvey é o de forma clássica (*klassische Form*). A História entendida como forma clássica, possibilita combinar uma argumentação lógica (dialética) com um processo histórico concreto, portanto, real. Quando Marx diz que parte da Inglaterra como forma clássica, ele não está afirmando uma linearidade e uma necessidade férrea que conduzirá todas as transições de sociedades pré-capitalistas para a capitalista. Se fosse esse o caso, Marx estaria realmente afirmando uma teleologia da História. Não obstante, trata-se exatamente do oposto. A História como forma clássica (*klassische Form*), permite expressar, através de um “modelo”, tendências do processo de transição a partir de contradições dialéticas do capitalismo, que Marx, a partir da investigação do capitalismo inglês, considera características gerais do capitalismo como modo de produção, podendo apresentar variedades infinitas de particularidades se comparado com outras experiências capitalistas histórico-espaciais. A forma clássica possibilita determinar o que é universal no modo de produção capitalista, separando do que é particular, noutras palavras, a forma clássica possibilita a explicação das determinações gerais do conceito de modo de produção. A novidade está em que um processo histórico específico (formação do capitalismo inglês), nesse sentido, um particular, assume a função de modelo, expressa as determinações de um conceito, cumpre a função de um universal. Mesmo assim, trata-se de um modelo, um norte, não uma lei. O capitalismo pode ganhar novas determinações que não foram identificadas na forma clássica e que se tornaram tendência, por isso mesmo esse modelo pode ser atualizado a partir da investigação do processo histórico que continua. Marx deixa claro isso quando trata de explicar o processo de expropriação dos camponeses na Inglaterra. É uma característica do modo de produção capitalista ter mão de obra assalariada livre, mas não está dado de modo *a priori* o processo que “libera” essa mão de obra, nem mesmo se ela pode conviver durante um tempo com o trabalho servil ou escravo.

Na história da acumulação primitiva, o que faz época são todos os revolucionamentos que servem de alavanca à classe capitalista em formação, mas, acima de tudo, os momentos em que grandes massas humanas são despojadas súbita e violentamente de seus meios de subsistência e lançadas no mercado de trabalho como proletários absolutamente livres. A expropriação da terra que antes pertencia ao produtor rural, ao camponês, constitui a base de todo o processo. **Sua história assume tonalidades distintas nos diversos países e percorre fases em sucessão diversa e em diferentes épocas históricas. Apenas na Inglaterra, e por isso tomamos esse país como exemplo, tal expropriação se apresenta em sua forma clássica (*klassische Form*)** (MARX, 2013, p. 787-788; MEGA², II/5, S. 576).

David Harvey partiu de um processo a-histórico, de uma circulação de mercadoria genérica, para explicar a transição para a sociedade capitalista. Enquanto Marx considerou o capitalismo inglês (histórico) para explicar essa transição. A própria noção de forma clássica não é estática, Marx chega a dizer depois que o capitalismo nos EUA está apresentando padrões mais clássicos do que o inglês. Compreender corretamente a história no sentido (determinação) de forma clássica (*klassische Form*) é fundamental para explicar que nem toda sociedade monetizada evolui para uma sociedade capitalista. Proporciona estabelecer comparações entres os diversos capitalismos particulares com o conceito de capitalismo.

Voltando à questão da transição de uma circulação de mercadorias para uma circulação capitalista, vejamos como o próprio Marx trata do problema da terceira determinação do dinheiro na forma D-M-D nos *Grundrisse*.

Nessa determinabilidade já está contida de maneira latente sua determinação como capital. É negado apenas como meio de troca. No entanto, dado que historicamente pode ser posto como medida antes de se manifestar como meio de troca, e pode manifestar-se como meio de troca antes de ser posto como medida – neste último caso, existiria somente como mercadoria privilegiada –, então pode também o dinheiro se manifestar historicamente na terceira determinação antes de ser posto nas duas anteriores (MARX, 2011, p. 162).

Marx quebra a ideia de uma cronologia necessária entre a primeira e a segunda determinação, mostrando que historicamente é possível que o dinheiro apareça como meio de troca (segunda determinação) antes do que medida de valor (primeira determinação). Todavia, em relação à determinação do dinheiro como fim em si mesmo (terceira determinação), caso ela se manifeste historicamente antes das duas anteriores, não se trata realmente de dinheiro.

“Mas ouro e prata, como dinheiro, só podem ser acumulados se já existirem em uma das duas determinações, e o dinheiro somente pode se manifestar desenvolvido na terceira determinação se está desenvolvido nas duas anteriores. Do contrário, sua acumulação é apenas acumulação de ouro e prata, não dinheiro. A terceira determinação do dinheiro, em seu desenvolvimento completo, pressupõe as duas primeiras determinações e é a sua unidade. O dinheiro tem, portanto, uma existência autônoma fora da circulação; saiu da circulação. Como mercadoria particular, pode ser transformado em artigos de luxo, joias, ou acumulado como tesouro” (MARX, 2011, p. 161-162).

Marx expõe, com isso, que não há uma transição necessária de uma circulação D-M-D, onde o dinheiro já assume a função de sua terceira determinação para uma circulação capitalista D-M-D' centrado na reprodução do capital. Pelo contrário, há sociedades que desenvolveram bastante o dinheiro, como as sociedades antigas da Grécia e de Roma, que, não só não evoluíram a partir do dinheiro, mas que esse causou a sua ruína.

Entre os romanos, gregos etc., o dinheiro se manifesta, de início, de modo ingênuo em suas duas primeiras determinações, medida e meio de circulação, mas pouco desenvolvido em ambas. Entretanto, tão logo a conquista lhes traz dinheiro em grande quantidade – em síntese, de maneira repentina, em uma certa etapa de seu desenvolvimento econômico o dinheiro manifesta-se necessariamente em sua terceira determinação, e quanto mais se desenvolve naquela determinação, maior o declínio de sua comunidade. Para atuar produtivamente, como vimos, o dinheiro em sua terceira determinação deve ser não apenas pressuposto dela mesma, ser um momento seu, algo por ela. **Esse não era o caso entre os romanos, p. ex., que estavam roubando do mundo todo**” (MARX, 2011, p. 166-167).

Não é preciso decidir entre um argumento lógico ou histórico, porque são os dois combinados. Por que o dinheiro ajudou a causar a dissolução dessas sociedades em vez de fazer com que elas avançassem economicamente? Em parte, é porque a relação do dinheiro com essas sociedades não era orgânica, dito de outro modo, que não havia um modo de produção compatível com o desenvolvimento do dinheiro.

É intrínseco à determinação simples do próprio dinheiro que ele só pode existir como momento desenvolvido da produção ali onde existe o trabalho assalariado; que ali, igualmente, longe de dissolver a forma de sociedade, o dinheiro é muito mais uma condição de seu desenvolvimento e um motor do desenvolvimento de todas as forças produtivas, materiais e espirituais”.[...] Quando o trabalho é assalariado, e sua finalidade é imediatamente dinheiro, a riqueza universal é posta como sua finalidade e seu objeto. É claro, portanto, que, sobre a base do trabalho assalariado, o dinheiro não tem efeito dissolvente, mas produtivo; enquanto a comunidade antiga já em si mesma está em contradição com o trabalho assalariado como fundamento universal. [...] Onde o próprio dinheiro não é a comunidade, tem de dissolver a comunidade” (MARX, 2011, p. 167-168).

Pode-se questionar a argumentação de Marx na explicação do papel do dinheiro na dissolução dessas sociedades e na transição de uma circulação que tem como base o capital comercial (dinheiro do comércio) para uma circulação capitalista. Não seria essa argumentação monocausal? Ou não haveria, como afirma David Harvey, uma necessidade férrea e uma teleologia da história geral e uma história capitalista particular?

Para responder a essas questões, faz-se premente o recurso ao livro III de *O Capital*, onde Marx expõe a gênese do capital comercial D-M-D' de forma mais detalhada. Marx vai mostrar que o capital comercial tem um aparecimento histórico bem anterior ao capital industrial (capitalismo), e que ele “dentro do modo de produção capitalista – ou seja, tão logo o capital tenha se apoderado da produção e dado a ela uma forma totalmente

modificada e específica –, o capital comercial se manifesta apenas numa função particular” (MARX, 2017, p. 370). Quando o capital comercial convive com o modo de produção capitalista, a sua função se torna subordinada ao capital produtivo (industrial). Porém, “em todos os modos de produção anteriores, e, em maior medida, quanto mais a produção se encontra diretamente voltada a prover os meios de subsistência do produtor, o capital comercial parece desempenhar a função *par excellence* do capital” (MARX, 2017, p. 370-371; MEGA², II/15, S. 339).

E Marx continua,

onde quer que o capital comercial exerça um poder preponderante, ele constitui um sistema de saqueio, do mesmo modo que seu desenvolvimento nos povos comerciantes, tanto dos tempos antigos como dos mais recentes, vincula-se diretamente à pilhagem violenta, à pirataria, ao roubo de escravos e ao subjugamento nas colônias; assim foi em Cartago, em Roma e, mais tarde, entre venezianos, portugueses, holandeses etc.” (MARX, 2017, p. 375-376).

O dinheiro exerceu, em parte, um papel dissolvente, mas não de forma unilateral. Como argumenta Marx. “No entanto, esse poder dissolvente depende muito da natureza da comunidade produtora” (MARX, 2017, p. 374). Isso responde à primeira questão da dissolução das sociedades antigas. Mas como fica o problema da transição do capital comercial para a produção capitalista? Aqui aparece um dos sentidos em que Marx utiliza o conceito de História. A História como pressuposto, ou um pressuposto histórico (*historisches Voraussetzung*). Esse sentido do conceito de História é o mais reconhecido pelos intérpretes de *O Capital*. Contudo, nem sempre de forma correta. Quando o pensador alemão se utiliza de um pressuposto histórico (*historisches Voraussetzung*) para explicar determinada passagem na obra, ou, por exemplo, a transição de uma categoria para outra, esse pressuposto, por ser histórico, tem que ser compreendido necessariamente dentro do seu contexto específico. Não cabe, nesse momento, generalizações para todas as épocas. É preciso analisar o peso de cada pressuposto em questão. Por exemplo, Marx vai explicar que o desenvolvimento do capital comercial foi um pressuposto histórico para o desenvolvimento do capitalismo.

“Portanto, não é nada difícil compreender por que o capital comercial como forma histórica do capital, muito antes de o capital ter estabelecido seu próprio domínio sobre a produção. Sua existência e seu desenvolvimento **até certo nível** são, inclusive, o **pressuposto histórico** para o desenvolvimento do modo de produção capitalista. Porém, como veremos adiante, seu desenvolvimento, **considerado por si só, é insuficiente para explicar e efetuar a transição de um modo de produção ao outro**” (MARX, 2017, p. 371. Grifo nosso).

Mais cristalina do que essa sentença é difícil! O fato de uma sociedade ter desenvolvido, inclusive bastante, o capital comercial, por si só, de forma isolada, como um

pressuposto histórico, não é suficiente para explicar um processo de transição para uma sociedade baseada no modo de produção capitalista. Portanto, não se justifica o argumento de uma teleologia da história.

O interessante é que a simplificação e o erro de David Harvey, que acaba por reproduzir um conceito de História que não se diferencia muito do senso comum, é apenas um exemplo que se expressa em diversos comentadores experientes de *O Capital*, resultado, em parte, por não tematizarem o conceito de História, não tratarem a História na obra como um problema, mas como um conceito autoevidente. Faltou colocar a pergunta: o que é História em *O Capital*?

A segunda razão que explanaremos como uma possível causa da não compreensão do conceito de história e que é reproduzida em larga escala por comentadores de *O Capital*, é a assunção de apenas dois sentidos da História como sendo os únicos da obra. Dito de outro modo, compreendem a História em *O Capital* como sendo ou um pressuposto ou uma ilustração⁶⁰.

Este é o caso de Edward P. Thompson, um dos historiadores mais importantes do século XX. Thompson escreveu um livro em tom excessivamente polêmico, intitulado *A Miséria da Teoria*. A referência à polêmica de Marx com Proudhon não poderia ser mais clara. Neste livro, o foco maior é fazer uma crítica ao pensamento do filósofo francês Louis Althusser, principalmente sobre as críticas do filósofo à História como disciplina. Todavia, Thompson aproveita o ensejo para fazer diversos comentários sobre *O Capital* de Marx. Dentre as diversas críticas que faz à obra, ressalta que Marx está preso no discurso da economia política e não consegue sair dos “circuitos do capital”. “Marx caiu em uma armadilha: a armadilha armada pela Economia Política” (THOMPSON, 2021, p. 103). Para o historiador inglês⁶¹, os vários anos de estudos de crítica da economia política fizeram mal a Marx. *O Capital*, como resultado dessa “obsessão”, retrocedeu no que concerne à História,

⁶⁰ Em recente artigo, com o título de *O papel da história no modo de exposição de O Capital de Marx*, Gustavo Machado (MACHADO, 2018a) faz uma crítica aos intérpretes de *O Capital* que compreenderam a história apenas em dois sentidos: pressuposto e ilustração. Encontra-se aí a originalidade do artigo, que, diferentemente da literatura hegemônica de *O Capital*, tematiza a História na obra. Não obstante, o que ele coloca no lugar como como resposta sobre a dimensão da História n’ *Capital* é demasiadamente precário. Ele reconhece a dimensão da História como pressuposto, ilustração e atribui mais uma função que “herda” de Héctor Benoit (1996) e chama de “*incursões históricas* nas formas pretéritas”. Trocou negativa por histórica, um avanço. Há inúmeros limites no seu artigo no que concerne ao conceito de História, destacaremos apenas dois: trata o conceito de forma clássica apenas como ilustração; e o principal, reduz o conceito de História ao método de exposição.

⁶¹ É importante destacarmos que há uma discrepância entre a crítica de Thompson a Marx, e o discurso que ele desenvolve no *Miséria da Teoria*. No capítulo sobre a *Lógica Histórica*, onde Thompson ensaia uma teoria sobre o método da História enquanto uma disciplina, ele acaba se aproximando bastante de como Marx pensa a História em *O Capital*. Em outro momento, o próprio Thompson reconhece que as críticas feitas a *O Capital* foram apressadas.

servindo como mera ilustração para esse discurso econômico de crítica da economia política.

Devemos começar concordando de imediato que *O Capital* não é uma obra de “história”. Há nele uma história do desenvolvimento das formas de capital, mas ela raramente é desenvolvida dentro da disciplina histórica, ou testada pelos procedimentos da lógica histórica. As passagens históricas são pouco mais “exemplos” e “ilustrações”, mas estão aquém da história real” (THOMPSON, 2021, p. 100).

Desse modo, para Thompson, a história em *O Capital* é apenas ilustração! Interessante, que, em relação à História, ele reivindica o “jovem Marx” e aceita algumas hipóteses dos *Grundrisse*. “Quando examinamos os avanços filosóficos da década de 1840, e as proposições que conformam *A ideologia alemã* e o *Manifesto comunista*, parece haver indicações de estase, e mesmo de regressão, nos quinze anos seguintes” (THOMPSON, 2021, p. 103).

Thompson não está sozinho em afirmar que a História em *O Capital* é mera ilustração. Nesse ponto, ele concorda com o seu rival Althusser, que diz,

Apesar das aparências, Marx não analisa nenhuma “sociedade concreta”, sequer a Inglaterra, que menciona constantemente no volume I, mas o modo de produção capitalista e nada mais. [...] Não devemos imaginar que Marx esteja analisando a situação concreta na Inglaterra quando ele a discute. Ele o faz apenas para “ilustrar” sua teoria (abstrata) do modo de produção capitalista (ALTHUSSER, 1979, p. 39).

Para Althusser, o fato de Marx recorrer à forma clássica (*klassische Form*) tem caráter meramente ilustrativo. “Não devemos imaginar que ele esteja analisando a situação concreta da Inglaterra quando ele discute”. Marx obviamente não analisou só a Inglaterra para fazer as generalizações do modo de produção capitalista. Noutro momento em que Marx tratou, por exemplo, do capital creditício, utilizou os EUA como parâmetro. Marx, embora possa ser muito inteligente, diríamos até “genial”, não consegue abstrair tendências do nada. Quando ele se baseou na Inglaterra sobre vários aspectos e a chamou sobre esses aspectos de forma clássica, é porque a Inglaterra era o país onde o capitalismo estava mais desenvolvido e, partir daí, Marx poderia abstrair tendências de desenvolvimento do modo de produção capitalista em geral. Quando, no que tange ao desenvolvimento do crédito e do mercado de ações, ele observou através da sua constante investigação empírica que os bancos dos EUA estavam bem à frente da Inglaterra nesse aspecto, os EUA foram utilizados como forma clássica. Althusser não compreendeu a noção de forma clássica, de como um processo histórico é usado como “modelo”, por refletir uma tendência de desenvolvimento do capitalismo. Esse sentido da “história-modelo” não é fácil de captar, e está longe de ser consensual na literatura sobre *O Capital*. Se compararmos a leitura de Althusser com a leitura

contemporânea de Michael Heinrich, podemos notar semelhanças a esse respeito.

Qualquer leitor de *O capital* deve observar, antes de qualquer coisa, o que Marx está retratando: **ele utiliza diversos exemplos do capitalismo inglês de sua época, mas isso não é o seu objeto de estudo em *O capital* [...]** O que Marx procura retratar são as conexões fundamentais do capitalismo, ou, como Marx coloca no fim do terceiro volume de *O capital*, a “organização interna do modo de produção capitalista em sua média ideal” (*O Capital* III, Progress Publishers, p.831). **Marx não está preocupado com um capitalismo específico, empiricamente existente, mas sim com as estruturas que se encontram por trás de qualquer capitalismo particular. Marx, portanto, desenvolve seus argumentos em um alto nível de abstração** (HEINRICH, 2018, p. 33. Grifos nossos).

Dois questões se colocam de início: 1) se o capitalismo inglês não é objeto de estudo de Marx, por que, então, que ele cita tantos exemplos do capitalismo inglês? 2) De onde Marx tirou o “alto nível de abstração dos seus argumentos”? Sinceramente, Michael Heinrich não chega a afirmar como Althusser que o processo histórico é só ilustração, mas é difícil inferir o contrário dos seus argumentos contraditórios. Dizer que Marx “não está preocupado com um capitalismo específico, empiricamente existente”, pois seu objetivo é encontrar as “estruturas que estão por trás de cada capitalismo particular”, nos obriga a acreditar que Marx pariu as suas abstrações como Minerva da cabeça de Júpiter. Michael Heinrich, não compreendeu, assim como Althusser, que, por mais que o capitalismo inglês, em certo sentido, seja um capitalismo particular, empiricamente existente, como forma clássica (*klassische Form*), ele cumpre um papel de universal por expressar as tendências que são gerais ao modo de produção capitalista como um todo. Só é possível diferenciar as estruturas que são gerais em qualquer modo de produção capitalista particular, se pesquisar e investigar os diversos capitalismo particulares. Marx não passava horas e horas no museu britânico investigando todo tipo de relatórios sobre finanças de países, legislações, dados estatísticos, balanço dos bancos, porque tinha isso como um *hobby*. Só fazendo um imenso trabalho de investigação empírica, comparando os aspectos contingenciais e aspectos estruturais em diversos países capitalistas, mas tendo a Inglaterra como base, é que ele poderia fazer as famosas abstrações “em alto nível”. Concordamos em uma parte, o objetivo de Marx era apresentar as características gerais, se quiser, as contradições do modo de produção capitalista como um todo. Todavia, discordamos do caminho para se atingir a meta.

É claro que a alusão a caminho não foi fortuita, tem o sentido que a palavra carrega no grego antigo de método. O que está por trás, em relação a nossa discordância com Heinrich, são interpretações diferentes a respeito do método de *O Capital*. Partimos de concepções diferentes de totalidades. Julgamos antecipar, nesse momento, uma pequena parte da nossa discussão sobre a totalidade provisória que se concentrará no último capítulo da

pesquisa, pois, a partir da exposição da concepção de totalidade que está pressuposta em Heinrich, podemos explicitar a diferença no que tange ao conceito de totalidade provisória.

De acordo com Heinrich,

O alto nível de abstração de *O Capital*, no entanto, tem um preço. Retratar o modo capitalista de produção nesse nível de média ideal implica que a intenção não é uma análise do modo capitalista de produção em suas manifestações concretas no espaço e no tempo. **Tal análise também não consistiria na confirmação de leis gerais com dados concretos.** O modo de produção capitalista não existe no nível de uma “média ideal”; ele está enraizado em uma rede política e social concreta e sempre possui um caráter histórico (HEINRICH, 2018, p. 33. Grifo nosso).

O primeiro ponto é o seguinte: se a análise do capitalismo como “média ideal” “não consistiria na confirmação de leis gerais com os dados concretos”, para que, então, serviriam os dados concretos? Qual é o sentido de uma lei que funcione de forma discrepante em relação aos dados concretos que ela busca expressar como lei⁶²? Ora, por que Marx refazia constantemente os seus cálculos se não com o propósito de que as “leis” do capitalismo se confirmassem com os dados? E Heinrich completa, “a diferença entre a média ideal analisada por Marx e as manifestações concretas do modo de produção capitalista é frequentemente fundida de modo inaceitável” (HEINRICH, 2018, p. 33).

A “média ideal” deve expressar uma tendência do sistema capitalista de modo geral. Todavia, por mais que Marx tenha analisado diversos capitalismo particulares e inúmeros outros modos de produção, o seu ponto de referência é o capitalismo europeu e, em parte, o capitalismo dos EUA. Pode ocorrer no processo de análise que determinadas tendências não sejam realmente tendências, ou, como o próprio Heinrich reconhece, “que ele pretendesse analisar a média ideal do modo de produção capitalista não quer dizer que ele tenha automaticamente conseguido fazê-lo com sucesso em todos os aspectos” (HEINRICH, 2018, p. 34). Sendo, portanto, “necessário conferir constantemente se Marx não transformou fenômenos temporários em aspectos essenciais do modo de produção capitalista (HEINRICH, 2018, p. 34).

Concordamos com esse aspecto da argumentação de Heinrich, inclusive porque *O Capital* não é uma obra acabada, os livros II (MEGA², II/13) e III (MEGA², II/15), Marx deixou em formato de manuscrito que foram editados por Engels. No entanto, discordamos, ou pelo menos ponderamos no que se refere à relação entre dados concretos e a média geral ou tendências. É preciso que haja uma relação, não talvez uma relação causal necessária, mas uma relação que aponte para possíveis tendências. Por que não pode ser uma relação de

⁶² Explanaremos a nossa interpretação sobre o conceito de lei em Marx no último capítulo da pesquisa.

causalidade necessária? Aí entra o que chamamos de totalidade provisória. Quando Marx determina possíveis tendências no modo de produção capitalista, geralmente ele aponta, especialmente no livro III, capítulo XI, possíveis causas que contrariam as tendências. Essas tendências funcionam como uma espécie de centro de gravidade baseada nas categorias mais fundamentais do capitalismo. Porém, não está dado, de modo *a priori*, a temporalidade em que elas se confirmam ou se negam, pois existem fatores não controláveis na equação, como o resultado da luta de classes. Noutras palavras, o processo histórico é aberto. Todavia, pela lógica interna do capitalismo, caso ele não seja destruído, a tendência é a reprodução das suas condições que pode discrepar do centro de gravidade por um tempo, mas tende a oscilar em torno dele. Seria essa teoria determinista? Acreditamos que não, pois o próprio sistema capitalista pode ser destruído, anulando, obviamente, qualquer tendência. Existe uma espécie de, para usarmos uma terminologia de Hegel, necessidade absoluta em relação ao modo de produção capitalista, mas de uma necessidade relativa em relação ao processo histórico. Não há capitalismo sem valor. O valor cumpre, portanto, uma função absoluta para a reprodução do capitalismo. Porém, é possível historicamente construirmos uma sociedade sem valor. Ou seja, sua necessidade que é aparentemente absoluta é, na verdade, relativa⁶³.

Agora, voltando para a questão da tendência e média ideal. Heinrich afirma que “alguns dos mecanismos centrais da dinâmica capitalista analisada por Marx só se desenvolveram por completo no século XX, como a “produção de mais-valia relativa” (HEINRICH, 2018, p. 33). Também esse é o caso do sistema financeiro e do crédito que só ocorreu em um nível global pela primeira vez durante o último quarto do século XX (HEINRICH, 2018, p. 33).

A questão é como Marx conseguiu determinar essas tendências que se confirmaram? Só a partir de uma profunda investigação dos dados concretos disponíveis na sua época. Marx já observava o papel fundamental do crédito para expansão do capital industrial, não apenas do livro III, mas já no livro II. Sua pesquisa de como o crédito operou para fomentar o desenvolvimento da indústria no sentido de fornecer um capital inicial que será pago só posteriormente, se alinhava perfeitamente com a expansão capitalista. Tratava-se, portanto, de uma tendência “forte”.

Nesse sentido, acreditamos que a média ideal deve expressar uma convergência com os dados concretos, se não no sentido exato, quantitativamente, ao menos no sentido qualitativo de um centro de gravidade, de um espaço concreto de possibilidades de onde se

⁶³ Jorge Grespan chega a mencionar a perspectiva da necessidade relativa no seu livro *O Negativo do Capital* (GRESPLAN, 2012).

pode abstrair tanto as tendências como as contratendências. Todavia, essa convergência nunca será completamente exata, pois envolve outros fatores no processo histórico que estão fora do controle. Numa linguagem adorniana, existe uma parte do real não conceitual que insiste em resistir. Isso tem também a ver com a concepção de dialética de Marx. Pensamos que a concepção dialética de Marx se aproxima da tentativa de conceitualização realizada por Adorno, no seu livro *Introdução à Dialética*. De acordo com o filósofo,

Dialética é o contrário daquilo que se representa normalmente sob esse nome: não é uma simples arte de operação [com conceitos], mas sim a tentativa de ultrapassar a manipulação meramente conceitual, de deflagrar, em cada um dos seus níveis, a tensão entre o pensamento e aquilo que jaz sob ele. Dialética é o método de pensar, que não permanece simples método, mas que se tornou a tentativa de ultrapassar a mera arbitrariedade do método e fazer inserir-se no conceito aquilo que não é conceito propriamente dito. [...] A dialética é consciente de que há, de um lado, o pensamento, e de outro, aquilo sobre o qual o pensamento se empenha. O pensar dialético não é meramente intelectualista, mas consiste justamente na tentativa de autolimitação do pensar por meio da coisa (ADORNO, 2022, p. 70-71).

O discurso de *O Capital* é permeado pela constante tensão entre dialética e História no processo de determinações e, nesse sentido, sua relação com as tendências deve ser constantemente reavaliada à luz do processo histórico que continua existindo e provocando mudanças no modo de produção capitalista. *O Capital* não deve ser enxergado como um manual de “descrição” de todas as tendências do capitalismo. Pelo contrário, é preciso confrontar a obra com o presente e ver o que é mais atual e o que precisa ser reformulado. Todavia, o método, no sentido de se estabelecer sínteses entre a dialética do capitalismo e o processo histórico a partir de uma concepção de totalidade, nos parece essencialmente atual.

Após essa rápida discussão sobre a totalidade provisória, faz-se necessário voltarmos à questão da História como pressuposto. Na interlocução que estabelecemos com alguns intérpretes brasileiros e estrangeiros de *O Capital*, um dos fatores recorrentes foi a compreensão da História em *O Capital* principalmente como um pressuposto. Nesse sentido, haveria um processo histórico que foi sedimentado, e esse processo funcionaria, portanto, como um pressuposto histórico, nesse caso, estático, para a exposição das categorias de *O Capital*. Podemos citar, como exemplos brasileiros que seguem essa linha de raciocínio, *Lógica e Política*, de Ruy Fausto⁶⁴ (FAUSTO, 1983; 1987), *O negativo do Capital*, de Jorge

⁶⁴ Precisamos destacar que, dentre os marxistas que se dedicaram à crítica de *O Capital*, Ruy Fausto é, em nossa opinião, o que apresenta uma crítica mais complexa relativa à obra como um todo. Ele não trata a História somente como um pressuposto. No livro *Lógica e Política, tomo II*, ele também enxerga a História em Marx como um “esquema de apresentação dos modos de produção”. “O marxismo é uma crítica do capitalismo, que se articula com uma *apresentação* da História. Contrariamente ao que ocorre na ordem do entendimento, a teoria

Grespan (GRESPLAN, 2012), *Pensando com Marx*, de Francisco Teixeira (TEIXEIRA, 1995) dentre outros. Já de comentadores estrangeiros, podemos citar Jindrich Zeleny, em seu livro *La estructura lógica de “El Capital” de Marx* (ZELENY, 1974), e Christopher Arthur, com o título de *A nova dialética e “O Capital” de Marx* (ARTHUR, 2016).

Não apresentaremos, aqui, uma exposição detalhada dessas obras, o que tornaria o texto demasiadamente longo e, não obstante, divagaria ao propósito da tese. Apenas destacaremos os limites de suas interpretações no que tange aos sentidos da História no *O Capital*, limitando-se a uma compreensão errônea de História como mero pressuposto. Portanto, não reconheceram a complexidade do conceito de História em Marx, o rico campo semântico que esse conceito assume na sua principal obra, para dar conta da crítica à sociedade capitalista.

Grespan, por exemplo, faz a seguinte afirmação:

A apresentação das categorias realizada em *O capital* não reflete, assim, “a sequência em que elas foram historicamente determinantes”. Não se expõe aí a história do capitalismo, começando com as formas econômicas anteriores para depois descrever o surgimento da “sociedade burguesa moderna”: ***O capital não é uma narrativa histórica. A ordem das categorias econômicas depende, isto sim, “de sua articulação dentro da sociedade burguesa moderna” considerada como algo já estabelecido***, “articulação” que se expressa na “relação que elas [as categorias econômicas – JG] têm umas com as outras” no quadro da definição do conceito de capital (GRESPLAN, 2012, p. 16. Grifo nosso).

O que ele quer dizer quando afirma que *O Capital* não é uma narrativa histórica? Se conseguimos inferir corretamente da citação, *O Capital* não seria uma narrativa histórica porque as categorias da obra não refletem “a sequência em que elas foram historicamente (*cronologicamente*) determinantes”. Mas, ao contrário, a ordem das categorias depende da

crítica do capitalismo que o marxismo – ou o núcleo do marxismo – representa é logicamente anterior a essa apresentação: por isso, esta não é uma filosofia da História, mas antes um “esquema” de dispersão dos modos de produção. Entretanto, esse resultado não fecha, mas abre a crítica do marxismo” (FAUSTO, 1987, p. 11). E em relação à gênese do dinheiro, também apresenta uma interpretação original, no qual diferencia a gênese lógica do dinheiro, de uma gênese dos modos de produção, ou do que ele chama de apresentação da História nos *Grundrisse* e no *O Capital*. Ele diz o seguinte, “a gênese pode ou não ser interior a forma anterior (ao seu processo final). A gênese de uma espécie, sempre que se puder falar de gênese nesse caso (se se supuser que a emergência é brusca não há a rigor gênese), parece ser desse tipo, isto é, ser interior à História da forma anterior. A gênese lógica do dinheiro em *O Capital*, a dialética da forma do valor, é interior à história lógica da mercadoria. Já a gênese das formas sociais na apresentação da História dos *Grundrisse* e de *O Capital* é externa. A gênese se faz aqui no interior de uma configuração social sem dúvida, a qual não é, entretanto, a forma anterior, mas uma “forma” de transição” (FAUSTO, 1987, p. 11). Em nossa opinião, Ruy Fausto tentou enquadrar *O Capital* em uma moldura excessivamente lógica, principalmente no que tange ao discurso da História na obra. Ademais, não pretendemos fazer uma crítica a sua obra na totalidade, isso fugiria do nosso escopo, mas apenas gostaríamos de salientar a nossa discordância e chamar a atenção para a originalidade da interpretação do autor.

sua articulação dentro da sociedade burguesa, “considerada como algo já estabelecido” no quadro da definição do conceito de capital. Se não interpretamos mal Grespan, ele coloca História como sinônimo de cronologia e compreende a narrativa como a apresentação dessa cronologia, ou seja, quais categorias econômicas surgiram primeiro, e depois na sequência etc. Em primeiro lugar, é um erro entender História como sinônimo de narrativa. Não entraremos no mérito do conceito limitado de narrativa de Grespan, que a resume como sinônimo de apresentação de uma cronologia. O que está por trás dessa confusão conceitual é que Grespan compreende história, em última instância, apenas como um pressuposto para o conceito de capital. Aqui, para não se gerar dúvida alguma, caberia diferenciar a narrativa como uma das modalidades de expressão do discurso historiográfico e, neste sentido, dizer que a narrativa no *O Capital* não assume o papel central no método de exposição. Porém, a narrativa, mesmo entendida no seu sentido tradicional de narrar determinados fatos, gênese de determinadas categorias e processos sociais, aparece no *Capital* e não cumpre um papel meramente ilustrativo. Normalmente, a narrativa na obra está ligada à categoria de gênese⁶⁵. Todavia, quando Grespan afirma que *O Capital* não é uma narrativa histórica, mas que se baseia em um objeto histórico determinado, o sentido subjacente dessa sentença é que a História seria apenas um pressuposto, algo do passado e já pronto e acabado, que serviria para corrigir o modo dialético de exposição, na perspectiva de “não se tratar de uma dialética pura de conceitos”. O problema, além da falsa identificação entre história e narrativa, é que os aspectos da narrativa histórica presente em diversos pontos e capítulos de *O capital* são considerados como meros “apêndices” a serviço do conceito de capital. Esta relação fica clara quando ele fala da passagem da *Cooperação à Manufatura* e à *Grande Indústria*,

que poderia ser erroneamente interpretada como uma digressão **narrativa** da Revolução Industrial na Inglaterra. Trata-se, antes, da demonstração de como as condições efetivas da *subsunção formal* do trabalho ao capital têm em si mesmas a capacidade de se desenvolver em condições efetivas da *subsunção real*, porque levam ao domínio do próprio processo de trabalho pelo capital e à sua fetichização enquanto fator de produção. Esta passagem, portanto, está inserida na lógica da conversão histórica em totalidade, em que o capital “subordina a si todos os elementos da sociedade” (GRESPLAN, 2012, p. 210. Grifo nosso).

Não é o conceito de capital que é compreendido na sua dimensão histórica, mas a história, ou melhor, a narrativa histórica é entendida como um servo do capital. A história serve para ilustrar a determinação do conceito! Apesar dos diversos pontos positivos de *O Negativo do Capital*, no que se refere à concepção de História na obra, reproduz o lugar comum da literatura sobre o tema.

⁶⁵ Trataremos da determinação histórica da gênese mais à frente.

Cabe-nos, inicialmente, esclarecer um ponto em questão: a relação entre o aparecimento histórico (cronológico) das categorias e sua função lógica no modo de produção capitalista.

Marx muda de posição sobre o tema. No *Miséria da Filosofia*, ele critica Proudhon por priorizar a ordem lógica das categorias em detrimento da ordem temporal (histórica).

Quando o sr. Proudhon falava da série no *entendimento*, da *sucessão lógica das categorias*, declarava positivamente que não pretendia expor a História de acordo com a *ordem temporal*, ou seja, segundo o sr. Proudhon, a sucessão histórica em que as categorias se *manifestaram*. Tudo se passava, para ele, no *éter puro da razão*. Tudo deveria decorrer desse éter por meio da dialética (MARX, 2017, p. 105).

E Marx continua, “a dialética do sr. Proudhon falta ao compromisso com a de Hegel, e ei-lo compelido a dizer que a ordem em que se apresentam as categorias econômicas não é aquela pela qual elas se engendram umas às outras. As evoluções econômicas já não são mais as evoluções da própria razão” (MARX, 2017, p. 105). Proudhon, embora todo o mecanicismo do seu método dialético, de hipostasiar as categorias da economia política clássica e simplificar a dialética de Hegel, havia ao menos percebido que na sociedade burguesa houve uma mudança no que se refere ao aparecimento temporal das categorias e a sua ordem lógica (para Proudhon, ordem no pensamento). Marx, portanto, no *Miséria da Filosofia*, ainda não havia atentado para isso.

O que o sr. Proudhon nos apresenta? A história real, isto é, segundo seu entendimento, a sucessão de acordo com a qual as categorias se *manifestaram* na ordem temporal? Não. A história tal como se desenvolve na própria ideia? Menos ainda. Nem a história profana, nem a história sagrada das categorias, portanto. Afinal, que história ele nos oferece? A história de suas próprias contradições?” (MARX, 2017, p. 105).

Marx muda de posição na famosa *Introdução* de 1857-1858 publicada nos *Grundrisse*. Ele observa que, na sociedade burguesa, uma das suas principais características é que as categorias econômicas anteriores ao surgimento do capital como dinheiro, renda da terra etc. acabam exercendo uma função subordinada ao capital. Trata-se, portanto, de uma característica histórica central da sociedade burguesa alicerçada no modo de produção capitalista. Então, só na sociedade burguesa que ocorre essa inversão.

Seria impraticável e falso, portanto, deixar as categorias econômicas sucederem-se umas às outras na sequência em que foram determinadas historicamente. A sua ordem é determinada, ao contrário, pela relação que têm entre si na moderna sociedade burguesa, e que é exatamente o inverso do que aparece como sua ordem natural ou da ordem que corresponde ao desenvolvimento histórico. Não se trata da relação que as relações econômicas assumem historicamente na sucessão de

diferentes formas de sociedade. Muito menos de sua ordem “na ideia” ([como em] Proudhon) (uma representação obscura do movimento histórico). Trata-se, ao contrário, de sua estruturação no interior da sociedade burguesa (MARX, 2011, p. 60).

A maioria dos comentadores de Marx que citam essa passagem reconhecendo essa inversão entre a ordem de aparecimento histórico das categorias econômicas, entendidas, aqui, no sentido temporal, e a ordem de como elas se estruturam no interior da sociedade burguesa, a utilizam para legitimar uma análise ou “puramente” lógica ou predominante lógica do modo de produção capitalista. Na maioria das vezes, estabelecem uma clivagem entre o lógico e o histórico em *O Capital*. Ora, uma coisa é afirmar que a determinação lógica, entendida aqui como a função que cada categoria econômica cumpre no interior do modo de produção capitalista é mais importante do que o seu aparecimento histórico. Outra coisa é não compreender que essas categorias só assumem essa função lógica como determinação do capital, dentro de um contexto histórico específico, de um rico e complexo processo histórico, inclusive que esse processo continua no presente. História não se resume a uma cronologia, muito menos ao passado, mais como disse Marc Bloch, é passado e presente ao mesmo tempo. Grespan, acaba, dessa forma, entendendo história apenas como passado.

Também esse é o caso de Francisco Teixeira no seu livro *Pensando com Marx*. O trabalho de Teixeira tem o mérito de reconhecer a historicização do trabalho abstrato, compreendendo como uma categoria histórica e não meramente fisiológico-natural como certas leituras positivistas de Marx. Também reconhece que não há, em Marx, ao menos em *O Capital*, uma “filosofia da História”⁶⁶. Todavia, acompanha Ruy Fausto, tanto na perspectiva de conceber a História em alguns momentos com um mero pressuposto, quanto em uma certa separação entre lógica e História na explicação do desenvolvimento da “gênese” do dinheiro.

Na interpretação de Ruy Fausto, isso "nos permite passar do valor de troca, tal como ele aparece na relação entre duas mercadorias, à forma dinheiro. Trata-se /.../ de uma gênese do dinheiro. Esta gênese é lógica e não histórica em seu sentido e finalidades gerais; e, entretanto, alguns de seus momentos são mais ou menos suscetíveis de rebatimento 'histórico', de uma representação no tempo. Mas as referências históricas (isto é, temporais) que se poderiam encontrar aí aparecem sobre o fundo de uma análise lógica, como um discurso paralelo e de certo modo pressuposto" (TEIXEIRA, p. 63).

Faz-se necessário destacar que se trata da leitura hegemônica entre os intérpretes de *O Capital*. A grande maioria dos comentadores da obra compreendem a gênese do dinheiro

⁶⁶ Importante deixarmos claro que, quando afirmamos que não há, no *O Capital* de Marx, uma filosofia da História, trata-se do conceito historicamente delimitado de filosofia da História, que concebia a História de modo filosófico, atribuindo a ela um sentido, uma finalidade. Isso não significa dizer que não haja uma reflexão filosófica ou teórica sobre a história na obra.

apenas em uma perspectiva lógica e não histórica. Quando se compreende a História em *O Capital*, centralmente como um pressuposto, parece ser quase inevitável a conclusão da separação entre o lógico e o histórico. Uma leitura diferente podemos encontrar em Christian Iber, no seu livro *Elementos da teoria marxiana do capitalismo*, que combina a dimensão lógica e histórica na explicação da gênese do dinheiro. Vejamos como ele trata da questão.

A transição para a forma IV, para a forma dinheiro, parte do raciocínio sistemático de que a mercadoria que atua como forma geral equivalente e que foi excluída de todas as outras ainda não se fixou definitivamente. Tão logo uma mercadoria determinada obtenha o monopólio da forma de equivalente geral, ela se tornará mercadoria-dinheiro; a forma de equivalente geral se transformará na forma dinheiro; [...]. **Embora para o desenvolvimento da forma dinheiro, Marx recorra à forma II, ainda assim a argumentação histórica permanece decisiva para a forma IV, enquanto forma dinheiro.** Isto se deve ao fato de que, a partir da forma II e III, não dá para se deduzir que, de todas as mercadorias, justamente o ouro se torne a única mercadoria equivalente geral excluída, a qual atua, então, como dinheiro (IBER, 2013, p. 105-106. Grifo nosso).

O que está em jogo na transição da forma III para a forma IV, é a “validade social” da mercadoria dinheiro, e isso não é derivado de forma lógica, mas a partir do processo histórico que envolve passado e presente. É na História, ou melhor, em um processo histórico concreto, que uma mercadoria passa a assumir a condição de equivalente geral privilegiado e depois dinheiro. Portanto, as duas dimensões devem ser consideradas para a explicação da gênese do dinheiro.

Por conseguinte, adentramos ao terceiro ponto da nossa argumentação, a dicotomia entre lógica e História nas interpretações de *O Capital*. Autores da *Nova Dialética*⁶⁷, como Christopher Arthur e Tony Smith, para ficarmos nos mais conhecidos, trataram de separar radicalmente lógica e História na explicação de *O Capital*. Para Christopher Arthur, o mais importante teórico da *Nova Dialética*, haveria duas dialéticas na obra de Hegel: 1) uma dialética histórica, ligada à sua filosofia da História, em obras como a *Fenomenologia do espírito*; 2) e outra dialética sistemática, presente, por exemplo, na *Ciência da Lógica*. Para Arthur, haveria uma espécie de “homologia” entre a *Ciência da Lógica*, de Hegel, e *O Capital*, de Marx (ARTHUR, 2004, p. 7). A partir desse pressuposto, a dialética em Marx deveria ser compreendida apenas como uma dialética sistemática, onde se poderia derivar uma categoria da outra de modo necessário, e não contingente como na História, pois

⁶⁷A *Nova Dialética* é um “movimento” que surgiu nos últimos anos buscando fazer uma nova interpretação de *O Capital* a partir da sua relação com a dialética de Hegel. Seus principais membros são “Christopher Arthur, Enrique Dussel, Geert Reuten, Mario Báez, Patrick Murray e Tony Smith, que se propõe a construir uma dialética *sistemática* de forma a articular as relações do capitalismo, em oposição à dialética histórica que estuda a *ascensão* e a *queda* de sistemas sociais”. Para uma apresentação das principais ideias na nova dialética ver (GONTIJO, 2015, p. 27-46).

não haveria necessidade no processo histórico, impedindo, dessa forma, um desenvolvimento sistemático das categorias. Não reconstruiremos a argumentação da dialética sistemática de Arthur, para o nosso propósito cumpre apenas realçar como ele compreende a História somente como pressuposto e separa lógica e História na explicação de *O Capital*.

Arthur também parte de uma identificação (acreditamos não consciente) entre História e narrativa genética. Ele utiliza a já “canônica” citação da *Introdução* de 1857-1858, para dizer que a ordem histórica das categorias não coincide com a função que elas exercem no interior da estruturação da sociedade burguesa. Isso já estamos cansados de saber! Todavia, se utiliza dessa citação para negar qualquer possibilidade de uma dialética histórica no capital. A argumentação de Arthur é geralmente construída a partir de uma polêmica sobre o estatuto da primeira seção do livro I de *O Capital*. Ele considera, e concordamos com ele, que, desde a primeira frase de *O Capital*, Marx está se referindo a uma sociedade burguesa, ou seja, ao modo de produção capitalista. Já o grupo de intérpretes que desde “Engels, passando por Sweezy, Meek, até Mandel, entendia que esses capítulos não eram sobre o capitalismo, mas sobre um suposto modo de produção denominado por eles de “produção simples de mercadorias” (ARTHUR, 2004, p. 18). Arthur chama o método desses intérpretes de “lógico-histórico”⁶⁸.

Tanto Christopher Arthur quanto Fred Moseley consideram, como característica mais importante do método lógico-histórico de interpretação de *O Capital*, o fato desses intérpretes entenderem a seção I do livro I como não capitalista. De acordo com Moseley,

⁶⁸ Não há consenso entre os comentadores de *O Capital* sobre se esses intérpretes se enquadrariam no método lógico-histórico. Na verdade, em se tratando dessa obra, quase não há consensos. Fred Moseley se arrisca a fazer um inventário das interpretações da obra, onde ele descreve também o que seria o método lógico-histórico e seus adeptos. Para ilustrar nossa argumentação, MOSELEY (2016, p. 1) assevera que há basicamente três interpretações principais sobre o método no *O Capital*: 1) uma de cunho lógico-histórica, **a partir do prólogo de Engels** e depois desenvolvida por Meek (1976); 2) o método de “sucessivas aproximações introduzido por Grossman (1929) e adotado por Sweezy (1968); e a interpretação de Sraffian, baseada na teoria da produção linear e representada por Morishima (1973) e Steedman (1977), que tem sido amplamente adotada nas décadas recentes. Tratar-se-á, é claro, de uma simplificação. *O Capital* não permite tal redução. Um conhecimento mesmo que rasteiro das interpretações de *O Capital* na América Latina já anularia essa pretensa síntese. Porém, o que é relevante sublinhar na análise de Moseley é que quando ele explicita a abordagem lógica-histórica de forma crítica, diz que “as categorias lógicas no *Capital* correspondem a uma periodização idealizada do processo real da História. O aspecto mais claro e influente desta interpretação é a suposição de que o objeto da parte I do volume I não é o capitalismo, mas uma ‘produção simples de mercadorias pré-capitalista’, na qual os produtores possuem os seus próprios meios de produção e não existe mão de obra assalariada. Neste aspecto, o método de Marx é considerado essencialmente o mesmo de Smith e Ricardo” (MOSELEY, 2016, p. 1-2).

as categorias lógicas em *O Capital* correspondem a uma periodização idealizada do processo real da história. O aspecto mais claro e influente desta interpretação é a suposição de que o objeto da parte I do volume I não é o capitalismo, mas uma “produção simples de mercadorias pré-capitalista”, na qual os produtores possuem os seus próprios meios de produção e não existe mão de obra assalariada. Neste aspecto, o método de Marx é considerado essencialmente o mesmo de Smith e Ricardo” (MOSELEY, 2016, p. 1-2).

Se a assertiva de Moseley estiver correta, o elemento de maior relevância desse método considerado lógico-histórico é que ele caracteriza a seção I de *O Capital* como pré-capitalista e a relação entre lógica e História se dá pela idealização lógica do processo histórico real. O estatuto da História é pressuposto como óbvio, não carecendo, portanto, de análise. O sentido da História, nesta interpretação, apenas aponta que é histórico no fato de tratar a *circulação simples*, a partir de uma abordagem de formas anteriores ao capitalismo.

Christopher Arthur, ao negar uma dialética histórica no capitalismo, acaba assumindo a história como um pressuposto, de forma acrítica, ou seja, dogmática. Não reflete, portanto, sobre as várias determinações ou vários sentidos que o que conceito de História assume em *O Capital*.

O último ponto da nossa argumentação sobre os diversos sentidos da História em *O Capital*, que chamamos de um conceito inaudível, é claro, associado à metáfora de *O Capital* como um trovão inaudível, concerne ao fato da relação entre essas determinações do conceito de História e a sua função na totalidade da obra. Noutras palavras, qual o seu papel no método de *O Capital*?

Defendemos, aqui, uma hipótese que, de certo modo, está expressa na epígrafe de Lima Vaz, o método de *O Capital* tem que ser investigado a partir da relação entre História e dialética. Quase todos os comentadores com quem estabelecemos diálogos no nosso trabalho priorizaram apenas um dos polos na análise, no caso, a dialética. A História, ou conceito de História na obra, ficou em parte esquecido, às vezes por “naturalização” ou por assunção de modo unilateral de apenas um sentido ou uma determinação. Preconizamos que há, ao contrário, várias determinações da História na obra. Uma delas é o seu papel na formação da totalidade provisória. Todas as categorias de *O Capital* só podem ser realmente compreendidas na sua “dupla temporalidade”, ou seja, a explicitação da sua gênese e a sua relação no modo de produção capitalista (presente). História é passado e presente. Não é preciso, no entanto, que se faça uma narrativa genética de todas as categorias de *O Capital*, mas quando Marx trata das categorias mais importantes, as categorias fundantes, ele esboça de forma direta ou indireta as suas gêneses e as relacionam com as categorias do presente. Não por acaso encontramos esse processo no valor, dinheiro, capital, acumulação originária,

renda da terra etc. Nesse sentido, a história assume junto com a dialética uma centralidade no método. Por exemplo, a categoria valor, alicerce da sociedade capitalista, é tratada por Marx não apenas no livro I, mas no decorrer de toda a obra. No livro I, Marx mostra a dialética do valor no seu nível mais imanente, uma espécie de “lógica interna” do valor. Importante para distinguir quais são os elementos constituintes, separar o que é universal do valor do que é mera contingência. Por isso que o nível de abstração⁶⁹ do livro I é o maior. Todavia, **o valor está no todo!** O valor, assim como o dinheiro, capital e todas as outras categorias da obra só são realmente compreendidas na sua rede de relações concretas, ou seja, no terreno da História que não cessa de acontecer. O que acontece, tomando aqui o exemplo do valor, é que o valor muda de configuração quando deixa de ser analisado no fundamento e passa a ser analisado no fenômeno. Porém, ainda é valor. O dinheiro é uma forma de valor, o lucro é uma forma de valor, a renda, juros etc., mas as determinações são outras. É claro que o dinheiro, a renda, os juros, o lucro, também são outra coisa além de valor, ou seja, não se reduzem ao valor. Essa dialética entre o todo e as partes constitui um elemento fundamental no método de *O Capital* e só pode ser pensada em uma relação entre dialética e História⁷⁰. Não há como pensar a História apenas como um pressuposto, pois, ao reduzi-la a um passado, não se compreende a dialética presente no modo de produção capitalista. A dialética se tornaria estanque, ou apenas um procedimento heurístico de expor o que foi investigado historicamente. Por exemplo, se há uma tendência de se buscar uma mais-valia extra pelas diversas frações de *O Capital*, explanado no livro III, faz toda diferença analisar como realmente se dá na prática essa disputa e qual fração no momento abocanha a maior parte. Só a investigação do movimento concreto é capaz de atualizar a dialética das categorias. É preciso relacionar o valor com o mercado mundial.

Por fim, o que fizemos nesse tópico foi apenas levantar alguns argumentos do porquê de o conceito de História, de acordo com os comentadores que dialogamos, não só não ter sido compreendido, mas nem sequer ter sido problematizado. Agora, em caráter de ensaio, sem grandes pretensões, resta mostrar, em delineamentos gerais, os diversos sentidos ou as diversas determinações da história em *O Capital*.

4.2 Os sentidos da História em *O Capital*

A primeira questão que se coloca quando se busca investigar o conceito de

⁶⁹ No tópico seguinte, explanaremos um pouco a questão da abstração em Marx.

⁷⁰ Trataremos dessa relação entre dialética e História na tentativa de síntese no último capítulo do trabalho.

História em *O Capital*, ou as determinações da História na obra, é a dificuldade terminológica da palavra história. O termo história traz na sua “história” uma polissemia que põe uma série de dificuldades ainda hoje para os historiadores que lidam com o campo da “teoria da história”, ou seja, que têm como escopo uma teorização sobre os pressupostos da história como disciplina. O termo história serve, ao mesmo tempo, para descrever os processos vividos, os acontecimentos históricos, fatos, assim como uma ciência que investiga esses fatos e produz ou narrativa ou explicação sobre tais processos. Júlio Aróstegui chama isso de anfibiologia da história⁷¹. O primeiro a identificar esse caráter anfíbio do termo história na Alemanha foi Hegel.

Hegel já havia percebido o duplo sentido da palavra história, o sentido subjetivo e objetivo, “a erudição tradicional alude sempre a esta incômoda anfibiologia estabelecendo a conhecida distinção entre história *rerum gestarum* – relação das coisas sucedidas –, distinção para a qual Hegel, pela primeira vez, chamou a atenção: a palavra história” – disse o filósofo – “reúne, em nossa língua, o sentido objetivo e o subjetivo: significa tanto história *rerum gestarum* como as próprias *res gestae*, tanto a narrativa histórica como os fatos e acontecimentos” (ARÓSTEGUI, 2001, p. 28).

Outro problema que é, em parte decorrente dessa “anfibiologia”, refere-se a não diferenciação das acepções que a palavra história carrega. História, narrativa, gênese e historiografia não são sinônimas, porém, na maioria das vezes são tratadas como tal por muitos intérpretes de *O Capital*.

Faz-se necessário, neste primeiro momento e de forma resumida, diferenciar as quatro palavras: História é o processo vivido pelos seres humanos, marcado, principalmente, pela dimensão temporal; historiografia⁷² é a pesquisa e escrita dessa história; narrativa é uma

⁷¹ Júlio Aróstegui ressalta o caráter anfíbio do termo história, diferentemente de outras ciências como a geografia, biologia, a história não teria um termo preciso para identificar a sua prática. Ele propõe a separação entre História, como historicização do vivido, as transformações no tempo que as sociedades experimentam, os acontecimentos e processos, e historiografia para a pesquisa e escrita da História. “A questão começa com o fato, comum a outras disciplinas, certamente, de que uma só palavra, História, designou tradicionalmente duas coisas distintas: a História como realidade na qual o homem está inserido e o conhecimento e registro das situações e sucessos que assinalam e manifestam essa inserção [...] O problema terminológico vem, assim, de muito tempo: a palavra História designa, para dizê-lo de alguma forma, um conjunto ordenado de “fatos históricos”, mas designa também o processo das operações “científicas” que revelam e estudam tais fatos. Que a mesma palavra designe “objeto” e “ciência” pode parecer uma questão menor, mas na realidade acaba por ser embaraçosa e abre espaço a dificuldades reais de ordem epistemológica” (ARÓSTEGUI, 2001, p. 28-29). Não só pode causar embaraços epistemológicos, como vem causando até os dias atuais entre os estudiosos de Marx que se propõem a analisar o conceito de História na sua obra. Tentaremos, ao debater o aspecto terminológico e conceitual, diminuir, em parte, esses embaraços, ou pelo menos, abrir espaço para uma discussão em outra acepção.

⁷² Importante destacarmos que Marx tinha, no seu projeto inicial exposto nos *Grundrisse*, a intenção de fazer um balanço das várias historiografias existentes. “Relação da historiografia ideal existente até o presente com a real. Especialmente das assim chamadas histórias culturais, todas elas histórias da religião e do Estado. (Nessa oportunidade, algo também pode ser dito sobre os diferentes gêneros de historiografia existentes hoje. A dita objetiva. Subjetiva (Moral, entre outras, Filosófica) (MARX, 2011, p. 62). Por que Marx considerava tal balanço importante para uma obra como *O Capital*?

das modalidades da historiografia, portanto, a historiografia não se resume à narrativa; e gênese é a parte da pesquisa histórica interessada na explicitação da origem de um determinado processo, fato ou evento. Mas a coisa não é tão simples assim! O próprio Marx utiliza história [*Geschichte*] nos dois sentidos que a palavra carrega na língua alemã. O de processo real e acontecimentos vividos, e o de ciência que explica esses processos em uma totalidade. Assim como a historiografia contemporânea, Marx utiliza, às vezes, história como sinônimo de historiografia. Outro elemento importante, mais complexo do que os anteriores, é que Marx toma como objeto do discurso histórico n' *Capital*, não um fato ou evento como, por exemplo, a revolução francesa, mas um modo de produção, especificamente o capitalista, e não estava interessado em apenas revelar a sua gênese, mas mostrar quais são “as leis fundamentais” do seu funcionamento. Nos encontramos aí, já inseridos em uma imensa dificuldade, pois não se trata de um processo acabado que teve começo, meio e fim, mas um processo que continua existindo, um processo que é obrigatoriamente aberto para atualizações. Um objeto ao mesmo tempo particular e universal, e que faz parte do tempo presente de Marx. É possível que este tipo de objeto tenha um tratamento historiográfico? Se partirmos do que é costumeiramente praticado na historiografia, a resposta é um contundente não! Desta forma, adentramos a outro ponto que é caro à nossa tese: Marx desenvolveu em *O Capital* uma nova escrita da História, um novo método, que consegue combinar abstração filosófica, crítica da economia política, demografia, uso de fontes primárias, estatísticas, geografia, investigação sobre a gênese, dialética entre sujeito e estrutura, enfim, um modo de explicação da totalidade do modo de produção capitalista, como aberta, nesse sentido, provisória, com uma nova concepção de lei capaz de reunir necessidade e contingência. Por conseguinte, um objeto como um modo de produção que não se esgotou pode, agora, receber um tratamento histórico. É claro que a noção de história precisa ser ampliada, comportar o que o hoje é conhecido como história do tempo presente, mas muito além, romper com uma concepção linear de tempo histórico com a introdução de contratempos⁷³, estabelecer conexões entre o momento de abstração na captação de características mais permanentes com processos empíricos, e ir muito além de uma narrativa, modalidade que aparece em *O Capital*, mas que não é o momento predominante do método. Essa nova concepção de História que perpassa toda a obra *O Capital*, mas que não foi explicitada por Marx, chamamos de totalidade provisória. A totalidade provisória seria a síntese do seu método, a articulação dos diversos momentos de *O Capital*, ou melhor, a totalidade das diversas totalidades da obra. Ela

⁷³ Devemos essa noção de contratempo a Bensaïd (BENSAÏD, 1999).

é o discurso possível para expressar o modo de produção capitalista em movimento, com suas “leis” necessárias, todavia, como um processo aberto para a contingência, o acaso e o novo, inclusive considerando a possibilidade de sua superação.

Essa polissemia do termo história e a complexidade de como Marx compreende a história em *O Capital*, em vários sentidos, ou em várias determinações, é responsável, em parte, por dificuldades epistemológicas nas interpretações da obra. Na verdade, o método de *O Capital* que transcende as separações rígidas das fronteiras do saber é que impõe as maiores dificuldades aos seus leitores. *O Capital* é uma obra do quê? A resposta a essa pergunta até hoje não é consensual. Antes de entrarmos na discussão sobre os vários sentidos da História na obra, vejamos o caso do famoso capítulo XXIV. Existem comentadores que consideram que a História no *O Capital* está presente apenas no famoso capítulo XXIV do livro I, que trata da “assim chamada acumulação originária” [*Die sogenannte ursprüngliche Akkumulation*] e seria uma espécie de digressão, ilustração ou apêndice do seu método.

Nas obras de divulgação da economia marxista, o capítulo sobre a acumulação primitiva é frequentemente tratado como uma digressão de Marx, importante é certo, mas de caráter apenas histórico e, nessa medida, situada a rigor fora da análise propriamente econômica. Nada mais falso (ROSDOLSKY, 2001, p. 234).

Apesar de Rosdolsky reconhecer o papel correto da acumulação primitiva “como um elemento da acumulação capitalista e [que] está contida no conceito de capital”⁷⁴, corrigindo a Rosa Luxemburgo⁷⁵, está ainda preso a uma falsa oposição entre História e economia. A história para ele não seria um elemento ilustrativo, também não se trataria apenas

⁷⁴ “Não decorre daí, no entanto, que tenhamos de considerar o processo de separação entre os trabalhadores e os meios de produção, que constitui a essência dessa acumulação, como um fato concluído para sempre, mergulhado na História. Ao contrário: “Uma vez existindo o capital, e a partir da própria acumulação capitalista, essa separação se conserva e se reproduz em escala cada vez maior, até que se produza a reviravolta histórica” [...] Rosdolsky continua, a partir de citações dos *Grundrisse*, para mostrar que “essa acumulação transforma em um “processo contínuo o que na acumulação primitiva aparece como um processo histórico particular, processo de gênese do capital e transição de um modo de produção a outro” (ROSDOLSKY, 2001, p. 234). A análise está correta, o que é problemático é que essa continuidade da acumulação primitiva ter se tornado um pressuposto da acumulação capitalista não é vista como História, pois a História seria apenas o passado e não a totalidade do processo.

⁷⁵ “Curiosamente, essa concepção errada também se encontra em Rosa Luxemburgo, que escreveu, em sua principal obra: “Marx trata em profundidade tanto do processo da apropriação de meios de produção não capitalistas como do processo de transformação do campesinato em proletariado capitalista. Todo o capítulo XXIV do primeiro tomo de *O Capital* é dedicado a descrever o nascimento do proletariado inglês, da classe dos arrendatários capitalistas, assim como do capital industrial. Na descrição de Marx, o saque dos países coloniais, por parte do capital europeu, desempenha importante papel nesse último processo. Mas tudo isso, note-se bem, só do ponto de vista da assim chamada “acumulação primitiva”. **Os processos indicados só ilustram em Marx a gênese, a hora do nascimento do capital, descrevem as dores de parto produzidas no nascimento do modo de produção capitalista a partir de dentro da sociedade feudal.** Tão logo oferece a análise teórica do processo capitalista – tanto da produção como da circulação –, ele retorna constantemente à sua premissa: o domínio universal e exclusivo da produção capitalista” (*Die Akkumulation des Kapitals*, 1923, p. 285-286 In Rosdoslsky, p. 550. Grifo nosso).

de um processo genético, mas um pressuposto do passado fundamental para a especificação, no caso, da acumulação capitalista, ou seja, incorporado ao conceito de capital. Qual é o problema disso tudo? Rosdolsky está subtendendo que, categorias como “acumulação originária”, que demonstram a separação, grosso modo, dos trabalhadores e dos meios de produção, são, ao mesmo tempo, históricas e econômicas. Não está errado. Problemático é considerar, nesse sentido, que há categorias econômicas que não sejam históricas⁷⁶. A História estaria limitada às categorias do passado, ou categorias do passado que se tornaram pressupostos do capital. E as categorias originadas do presente do modo de produção capitalista, que não encontram relações com modos de produções pretéritos, seriam apenas lógicas ou econômicas? Parece uma sutileza, mas não é! As implicações revelam uma dicotomia entre História e economia, ou por exemplo, História e dialética, e considera a História apenas um pressuposto. Em sentido oposto, defendemos que não há n’*Capital* nenhuma categoria puramente lógica ou econômica, embora o lógico e o econômico possam ser, em determinados contextos, o momento predominante de determinadas categorias, mas, obviamente, devem ser consideradas na totalidade, circunscritas por um determinado processo histórico.

Para ficar mais claro, faz-se necessário elucidar o que o Mouro⁷⁷ entendia por abstração. Em carta para Engels, em 2 de abril de 1858, Marx faz um breve esboço da primeira parte de *O Capital*, e trata em algumas linhas da relação entre História e abstração.

Em toda esta seção, tomar-se-á como hipótese que o salário do trabalho é sempre igual ao seu mínimo. As flutuações do próprio salário, abaixo ou acima do mínimo, fazem parte do estudo do trabalho assalariado. Além disso, se apresenta a propriedade fundiária como igual a zero, isto é, a propriedade fundiária, como relação econômica particular, não nos interessa por agora. **Só mediante este recurso é possível não falar sempre de tudo a propósito de todas as relações**” (MARX; ENGELS, 2020, carta 02/04/1858, p. 126. Grifo nosso).

Marx deixa claro que a abstração é um recurso metodológico, pois não se pode falar de tudo ao mesmo tempo. É preciso isolar alguns aspectos para tratá-los em seus elementos constituintes, necessários, separando, assim, momentaneamente, das características

⁷⁶ Esta pseudodicotomia entre História e economia, ou História e dialética, encontra apoio em uma linguagem às vezes confusa do próprio Marx, antes da publicação de *O Capital*. “A passagem do capital à propriedade fundiária é ao mesmo tempo histórica, já que a forma moderna de propriedade fundiária é o produto da ação do capital sobre a propriedade fundiária feudal. Igualmente, a passagem da propriedade fundiária ao trabalho assalariado que, em seguida, aparece como a base de toda essa merda (Carta Marx/Engels 02/04/1858, p. 126). Trata-se de uma “linguagem de transição”, Marx está tentando realçar os elementos históricos das categorias do modo de produção capitalista e, às vezes, para diferenciar os elementos de continuidades do passado usa o termo História em oposição à dialética ou a aspectos da lógica do capital oriundas já do capitalismo.

⁷⁷ Termo que Engels se referia afetuosamente a Marx, e que é comumente conhecido como sinônimo de Marx entre os marxistas.

contingenciais. Não obstante, “mesmo que seja uma abstração, trata-se de uma abstração histórica, a que não se pode aceder senão partindo de uma determinada evolução econômica da sociedade” (MARX; ENGELS, 2020, p. 127). Mesmo “as definições mais abstratas, se as submetemos a um exame mais detido, sempre acabam por mostrar uma base determinada, concreta, histórica. (Naturalmente [*of course*], porque foram abstraídas nessas definições” (MARX; ENGELS, 2020, p. 129). A abstração é um procedimento metodológico, apenas um momento do método, recurso indispensável quando se quer ir além do imediato, mas absolutamente insuficiente para expressar o todo. Por isso n’ *Capital*, o caminho do abstrato ao concreto não é linear como pode aparentar uma leitura apressada dos *Grundrisse*, a abstração não é utilizada apenas no livro I ou no livro II, mas em toda a obra, inclusive no livro III. É um caminho de idas e voltas, de articulação de elementos abstratos com aspectos concretos o tempo todo, mesmo no livro III, onde há uma riqueza maior de determinações, à abstração aparece como elo fundamental. Uma leitura esquemática onde o livro I e II são considerados abstratos e o livro III concreto, não se sustenta. Ademais, por que mesmo no livro III Marx precisa recorrer à abstração? A resposta a essa pergunta aponta para os limites e o alcance do método criado por Marx, no que chamamos de totalidade provisória. Não há totalidade sem o recurso da abstração. Uma leitura dos primeiros capítulos do livro III mostra isso. Propomos, aqui, superar o esquema simples do abstrato ao concreto, mostrar a interpenetração e simultaneidade desses momentos quando se trata de expressar a totalidade do modo de produção capitalista. Para tanto, precisamos compreender que o sentido da palavra abstração em Marx, como quase todos os conceitos do autor, tem caráter duplo, ao mesmo tempo que pode ser configurada em uma acepção negativa, como, por exemplo, “trabalho abstrato”, mas também tem seu uso positivo quando se refere às abstrações razoáveis [*verständige*].

Quando Marx fala da produção em geral dele diz que “é uma abstração, mas uma abstração razoável, na medida em que efetivamente destaca e fixa o elemento comum, poupando-nos, assim, da repetição. Entretanto, esse Universal, ou o comum isolado por comparação, é ele próprio algo multiplamente articulado, cindido em diferentes determinações (MARX, 2011, p. 41). Somente com a captação correta desse universal, desse comum isolado (abstração), é que se pode expressar, por comparação, a diferença específica.

Algumas determinações pertencem a todas as épocas; outras são comuns apenas a algumas. [Certas] determinações serão comuns à época mais moderna e à mais antiga. Nenhuma produção seria concebível sem elas; todavia, se as línguas mais desenvolvidas têm leis e determinações em comum com as menos desenvolvidas, a diferença desse universal e comum é precisamente o que constitui seu

desenvolvimento. **As determinações que valem para a produção em geral têm de ser corretamente isoladas de maneira que, além da unidade – decorrente do fato de que o sujeito, a humanidade e o objeto, a natureza, são os mesmos –, não seja esquecida a diferença essencial** (MARX, 2011, p. 41. Grifo nosso).

Nesse sentido, a abstração é um recurso inescapável do método de *O Capital*. Porém, Marx deixa claro que “as próprias categorias mais abstratas, apesar de sua validade para todas as épocas – justamente por causa da sua abstração –, na determinidade dessa própria abstração, são igualmente produto de relações históricas e têm sua plena validade só para essas relações e no interior delas” (MARX, 2011, p. 58). Mesmos as abstrações mais gerais só têm “validade” em um processo histórico determinado.

A História, por conseguinte, não se resume a um pressuposto no método de Marx. Sem a compreensão da História é impossível, por exemplo, explicar a transformação do dinheiro em capital. Não se trata de corrigir o modo dialético de exposição, mas dar inteligibilidade ao todo, explicar a especificidade do modo de produção capitalista e desvelar a aparência necessária do capital. “No dinheiro – como o demonstra o desenvolvimento de suas determinações – se apresenta a exigência do valor que entra na circulação, se mantém, nesta circulação, e ao mesmo tempo a implica: o capital. Esta transição também é histórica”. (Carta, p. 130). Outra forma comum de tratar a história em Marx é separar as obras “históricas” das “econômicas”. O que está por traz desse equívoco é a falsa identidade absoluta entre História e narrativa historiográfica⁷⁸. Esta premissa também é utilizada para separar as obras “históricas” do Marx, tais como *Lutas de Classes na França, 18 Brumário de Luís Bonaparte, Guerra Civil na França*, das obras de cunho “exclusivamente” econômicas, como os *Grundrisse, Teorias da Mais-Valia, Contribuição à Crítica da Economia Política e O Capital*. A história se pautaria a partir de um determinado tipo de narrativa, geralmente sobre um fato, evento ou sobre a gênese de um processo específico. O que não assumisse essa estrutura narrativa não seria história, mas aspectos lógicos ou filosóficos dentro da obra. A história, por conseguinte, estaria identificada de modo unilateral à narrativa ou à historiografia. Todavia, o abismo é muito mais profundo. Na literatura de comentários sobre *O Capital* investigada por nós, a discussão da História em Marx desconsidera, ainda que de forma tangencial, a problemática da linguagem, dos termos e das acepções da palavra “história” no autor, especialmente em *O Capital*, onde sua importância é frequentemente pomenorizada em detrimento das categorias econômicas e “lógicas”. Nenhum comentador – ao menos na literatura por nós investigada – realiza uma discussão sobre a linguagem, nem mesmo sobre a etimologia do termo “história”, quanto mais sobre os significados na cultura

⁷⁸ Já abordamos esse ponto a respeito de Jorge Grespan no *Negativo do capital* (GERSPAN, 2012).

alemã do século XIX ou sobre as diferentes abordagens e acepções que a palavra assume nos diversos momentos de *O Capital*.

Daí se pode ter uma noção de como o conceito de História não foi efetivamente analisado. É como se se discutisse a “coisa” sem descrevê-la nem dizer o que ela é. Na verdade, é ainda pior: parte-se de uma falsa univocidade semântica do termo, o que constitui uma das formas mais eficazes de aumentar a confusão em torno do objeto.

Também é comum atribuir à *Ideologia Alemã* o lugar central da concepção materialista da História em Marx. Texto que ele fez em parceria com Engels, em 1845-1846, com o objetivo de autoesclarecimento, e que jamais publicou, apesar de ter ensaiado uma tentativa de publicação que não obteve sucesso. A *Ideologia Alemã* é, sem dúvida, um marco na teoria de Marx, principalmente no que se refere ao conceito de História. Defendemos, na parte I, do nosso trabalho que ela marca um momento de inflexão na obra do pensador alemão, a partir da criação do conceito de modo de produção e uma noção ampla e positiva de empiria, tornando possível pensar a história a partir de uma unidade conceitual. Não obstante, o que não consideramos correto, é tratar que a concepção materialista da História em Marx já está toda ali pronta e acabada. Se esta ideia comumente propalada na tradição marxista fosse correta, então, nos diversos anos subsequentes de pesquisas intensas que Marx realizou sobre a história diplomática, colonial, sobre a Revolução Americana, escravidão, agricultura russa, sociedades não ocidentais⁷⁹, Irlanda, China, Índia, Indonésia, sociedades pré-capitalistas, sobre o movimento dos trabalhadores, para ficarmos em alguns temas, além da vasta produção em manuscritos e alguns livros publicados, Marx não tivesse avançado um milímetro na discussão sobre o caráter da História no seu método. Fosse esse o caso, ou Marx teria “acertado de primeira” na compreensão da História, não precisando continuar pesquisando, ou a história não era central no seu método e seria uma coisa apenas da juventude, assim também não justificaria o uso recorrente na tradição marxista do termo materialismo histórico. Em nossa pesquisa, que toma como foco a concepção de História na obra *O Capital*, assim como o conceito daí decorrente de Totalidade Provisória, tentaremos demonstrar que isso não passa

⁷⁹ Nos últimos anos, principalmente após a publicação da Mega 2, que publicitou os seus manuscritos, artigos e rascunhos sobre as sociedades não ocidentais, vem se questionando o eurocentrismo de Marx, mostrando que ele estava bastante preocupado com questões coloniais e que não tratava essas sociedades com desdém. Como afirma (ANDERSON, 2019, p. 237), “Marx escreveu muito mais sobre as sociedades asiáticas do que a Grécia ou a Roma antigas ou sobre o feudalismo”. Marx também, já nos *Grundrisse*, rompe com o modelo unilinear eurocêntrico da *Ideologia Alemã*. Isto mostra, para além do desvelamento de um Marx não eurocêntrico, como ele vinha continuamente estudando e modificando aspectos da sua compreensão sobre a História. Para um panorama sobre os estudos de Marx sobre as sociedades não ocidentais (ANDERSON, 2019). Para um panorama geral sobre a relação de Marx com a história mundial, ver: Marx and World History. *International Review of Social History*. Cambridge University Press, v. 63, n. 1, p. 91-125, 2018 (KÁTKEN, 2018).

de um mito e, ao contrário, é justamente no *O Capital* e, poderíamos também dizer nos *Grundrisse*, no *Para a Crítica da Economia Política* e nas *Teorias da Mais-Valia*, ou seja, nas obras consideradas “econômicas”, que o discurso da história encontra o seu melhor acabamento, mas que essa concepção de História não saiu do nada, ela foi construída em um longo e incessante processo de pesquisa, diálogo com as diversas tradições e áreas do conhecimento, coadunada com a rica formação política do autor. Pouquíssimos comentadores de *O Capital* perceberam isso, e não por acaso. Sustentaremos, aqui, que Marx inaugura um novo discurso sobre a História, e que até hoje esse discurso não foi ainda totalmente elucidado. Ele supera “a tradição⁸⁰” em uma compreensão mais ampla, elástica da escrita da História, a partir do que ele fez durante toda sua vida, ou seja, extraiu o que tinha de melhor em Vico, no “historicismo alemão”, em Hegel, na economia política clássica, na tradição filosófica, na literatura, nos escritos dos historiadores estrangeiros, mobilizando tudo como ferramenta para compreender o seu maior objeto de estudo, o modo de produção capitalista, seu funcionamento, as relações sociais que o constituem, a dinâmica de suas “leis”, as contradições das lutas de classes. O objetivo era hermenêutico, mas também era de uma crítica que viesse a negar e superar essa realidade, uma crítica revolucionária.

Após percorremos em linhas gerais a gênese da concepção de História em Marx, cabe, agora, centrar na parte mais importante da nossa tese, como essa concepção é fundamental para o método de *O Capital*. Nesse capítulo, faremos uma discussão sobre os diversos sentidos do uso da história na obra, a partir de dois capítulos. São eles: o capítulo 24 do livro I, A Assim chamada acumulação original; e o capítulo 20 do livro III, Considerações históricas sobre o capital comercial. Inicialmente, faz-se necessário alguns esclarecimentos para se evitar possíveis equívocos de interpretação.

Em primeiro lugar, a concepção de História em Marx e os sentidos utilizados pelo autor não aparecem apenas nesses capítulos, mas percorrem desde a primeira linha até a última palavra da obra. Esses capítulos são uma espécie de “amostragem conceitual”, por abarcar de modo mais claro os diversos sentidos. Também não citaremos só eles para explanar as acepções da História em Marx, é inevitável que outras partes da obra sejam citadas para tal propósito. De outro modo, não descartamos a existência de outros sentidos do uso da história que não foram inventariados por nós, mas apenas salientamos serem esses, principalmente os dois *lato sensu*, os mais importantes. Um exemplo disso é que as vezes o autor utiliza história

⁸⁰ O termo tradição é utilizado aqui em sentido amplo e impreciso, desde a filosofia moderna em Kant, Hegel, Feuerbach, Stirner, Bauer, até o historicismo alemão, escola positiva do direito, em suma, toda a produção sobre a história de que Marx se apropriou e tratou de superar.

para exemplificar um determinado processo ou aspecto da sua argumentação. A história aparece desse modo como ilustração. Todavia, ao contrário do que pensam determinados comentadores de *O Capital*, a história como ilustração é um aspecto lateral e não central no método do revolucionário alemão. A ilustração é bem diferente, por exemplo, da forma clássica (*klassische Form*) que traz maiores implicações conceituais e em alguma medida também se trata de uma exemplificação.

De modo geral, a História aparece no *Capital* pelo menos em seis sentidos: dois sentidos ou níveis que consideramos principais, a história real ou efetiva (*wirkliche Geschichte*) e a história como método (totalidade provisória); e quatro secundários; história como Gênese ou Narrativa Genética (*Genesis*), história como Forma Clássica (*klassische Form*), história como Formas históricas (*historisches Formen*) e história como Pressuposto Histórico (*historisches Voraussetzung*).

A história real ou efetiva (*wirkliche Geschichte*) está ligada, pensamos nós, a uma concepção realista de mundo, uma inclinação de Marx desde os seus anos de juventude. Marx assume a objetividade de determinados processos históricos, fatos, eventos, contra possíveis extrapolações relativistas que podem aparecer sob diversas fantasias. Daí a sua imensa preocupação com a investigação empírica, dados estatísticos, uso de fontes primárias, na perspectiva de se aproximar dessa história real que ocorreu e não foi, portanto, inventada. A História é compreendida, dessa forma, como processo real onde os sujeitos vivem e atuam (dimensão essencialmente econômica, social, cultural e política), terreno das contradições e lutas de classes. Para o pensador alemão, esses aspectos da existência concreta devem ser profundamente investigados para se determinar o contexto histórico das categorias que teorizam, por exemplo, o modo de produção capitalista, a crítica da economia política etc. Marx não era um realista ingênuo⁸¹, essa história real não é autorrevelada, e tão pouco é

⁸¹ Defendemos que há, em Marx, uma postura realista que se manifesta desde seus anos de juventude. Tal postura vai se modificando e se complexificando com os anos. A partir dos *Grundrisse*, Marx reconhece uma não identidade entre a realidade e o conceito, ao mesmo tempo em que pressupõe um mundo objetivo que deve ser captado, ao menos no seu nível essencial pela dimensão do conceito, mas constantemente contrastado com a prática. Marx muda, por exemplo, o seu conceito de categoria se comparamos os *Grundrisse* com *O Capital*. No *Grundrisse* ele diz o seguinte, “como em geral em toda ciência histórica e social, no curso das categorias econômicas é preciso ter presente que o sujeito, aqui a moderna sociedade burguesa, é dado tanto na realidade como na cabeça, e que, por conseguinte, **as categorias expressam formas de ser, determinações de existência**” (MARX, 2011, p. 59. Grifo nosso). Já em *O Capital*, ele determina que são “categorias da economia burguesa. [...] **formas de pensamento socialmente válidas [...] dotadas de objetividade para as relações de produção desse modo de produção historicamente determinado**” (MARX, 2013, p. 151. Grifo nosso). Observamos essa mudança do conceito de categoria em Marx, a partir da leitura do livro de Helmut Reichelt, *Sobre a estrutura lógica do conceito de capital em Karl Marx* (REICHELT, 2013). Em relação ao conceito de objetividade, Marx além de reconhecer uma objetividade física dos corpos-mercadorias, elabora o conceito de uma “objetividade social do valor”. “A objetividade do valor das mercadorias é diferente de *Mistress Quickly*, na medida em que não se sabe por onde pegá-la. Exatamente ao contrário da objetividade sensível e crua dos

indiferente a um método de sua reconstrução. É nesse aspecto que ressaltamos o segundo sentido da História em *O Capital*, a história como método. Ao método de crítica ao modo de produção capitalista chamamos de totalidade provisória. Trata-se da elaboração teórica da história real, que tem como objeto de análise e crítica o modo de produção capitalista, ou seja, um determinado modo de produção que não se encerrou historicamente. O termo Totalidade Provisória não aparece de modo explícito na obra. Porém, consideramos ser pertinente para definir o método de *O Capital*, ou a crítica radical e revolucionária ao modo de produção capitalista.

Totalidade Provisória é um conceito que está implícito na obra, mas não é menos importante. Na verdade, consideramos ser a chave para a compreensão do método de *O Capital*. Desde o primeiro parágrafo do livro I, ao final do livro III, Marx está criticando o modo de produção capitalista sempre em um certo nível de totalidade. Em linhas gerais, há uma passagem do abstrato para o concreto, que o revolucionário alemão ressalta na introdução de 1857/1858, mas a questão é bem mais complexa do que isso. Há momentos no livro I que são tão ou mais concretos do que no livro II e no III, e vice-versa. Não obstante, o livro III é o momento da síntese mais concreta que visa descer, a partir de um processo de reelaboração, para o nível da consciência cotidiana. É o lugar no qual as categorias como lucro médio, leis tendenciais, mais-valia extra, transformação do lucro extra em renda fundiária, aparecem. Essas categorias apresentam um maior nível de empiria (entendida aqui como mais observáveis pela experiência imediata), são categorias da síntese entre um nível empírico e estrutural, se quiser uma terminologia mais filosófica, são categorias do universal concreto.

Outro sentido, ou outra determinação importante da história que aparece com frequência em *O Capital*, é a determinação da história como gênese. No capítulo 24 do Livro I, *A assim chamada acumulação original* [*Die sogenannte ursprüngliche Akkumulation*], Marx está interessado em mostrar a gênese do que ele chama de acumulação original

corpos-mercadorias, na objetividade de seu valor não está contido um único átomo de matéria natural [*Naturstoff*]. Por isso, pode-se virar e revirar uma mercadoria como se queira, e ela permanece inapreensível como coisa de valor [*Wertding*]. Lembremo-nos, todavia, de que as mercadorias possuem objetividade de valor apenas na medida em que são expressões da mesma unidade social, do trabalho humano, pois sua objetividade de valor é puramente social e, por isso, é evidente que ela só pode se manifestar numa relação social entre mercadorias” (MARX, 2013, p. 125). Portanto, o realismo de Marx aparenta ser complexo e não ser o mesmo entre as duas obras, carecendo, em nossa opinião, de uma pesquisa sobre o tema. Para um resumo sobre o debate do realismo atualmente, ver *Estrutura e Ser: um quadro referencial teórico para uma filosofia sistemática* (PUNTEL, 2006). “Hoje se fala principalmente do debate entre realismo e antirrealismo. Um dos pontos centrais da controvérsia é a questão se se deve assumir um mundo independente da linguagem (ou do espírito) ou se tal mundo existe ou não. A concepção que responde afirmativamente a essa questão é chamada de “realismo metafísico”; a posição que dá uma resposta negativa é chamada de “antirrealismo” (ou então: “realismo interno”, “realismo pragmático”, “realismo direto”, “realismo natural” (PUNTEL, 2006, p. 497-498).

[*ursprüngliche Akkumulation*]⁸². O pensador alemão é obrigado a recorrer a um recurso narrativo, para explicitar a gênese desse processo de acumulação, demonstrando o aspecto da diferença dessa acumulação original com a acumulação no modo de produção capitalista desenvolvido. O propósito, em parte, é desconstruir a narrativa burguesa que alude a esse processo de acumulação como sendo um processo idílico. Marx chama essa narrativa apropriada pela Economia Política Clássica de unilateral, em oposição à “história real (*wirkliche Geschichte*)”, [...] que, “como se sabe, o papel principal é desempenhado pela conquista, a subjugação, o assassinato para roubar, em suma, a violência. Já na economia política, tão branda, imperou sempre o idílio” (MARX, 2013, p. 786; MEGA², p. 642). Além disso, Marx faz uma crítica à unilateralidade da historiografia burguesa, “o movimento histórico que transforma os produtores em trabalhadores assalariados aparece, por um lado, como a libertação desses trabalhadores da servidão e da coação corporativa, esse é o único aspecto que existe para nossos historiadores burgueses” (MARX, 2013, p. 787; MEGA², 643). “A estrutura econômica da sociedade capitalista surgiu da estrutura econômica da sociedade feudal. A dissolução desta última liberou os elementos daquela” (MARX, 2013, p. 786). Contudo, é preciso ver o reverso da medalha.

Não por acaso, Marx estabelece uma analogia com a noção teológica de pecado original, pois o que autor está querendo demonstrar é que a narrativa da Economia Política Clássica, fundamenta-se em uma fábula.

Essa acumulação original desempenha na economia política aproximadamente o mesmo papel do pecado original na teologia. Adão mordeu a maçã e, com isso, o pecado se abateu sobre o gênero humano. Sua origem nos é explicada com uma anedota do passado. Numa época muito remota, havia, por um lado, uma elite laboriosa, inteligente e sobretudo parcimoniosa, e, por outro, uma súcia de vadios a dissipar tudo o que tinha e ainda mais. De fato, a lenda do pecado original teológico nos conta como o homem foi condenado a comer seu pão com o suor do seu rosto; **mas é a história do pecado original econômico que nos revela** como pode haver gente que não tem nenhuma necessidade disso (MARX, 2013, p. 785; MEGA², I/1, S. 369).

Marx passa depois a explicar um dos elementos centrais dessa acumulação original, que é o processo violento de expropriação dos produtores rurais. Ele mostra como é criada toda uma superestrutura jurídica reacionária para legitimar juridicamente essa expropriação. Porém, Marx toma cuidado com o nível de generalização que está fazendo no momento.

⁸² Traduzimos *ursprüngliche* por original, ao invés de primitivo(a) que se encontra na edição da Boitempo por Rubens Enderle. Consideramos o termo mais apropriado, por Marx utilizar em todo o capítulo uma comparação no sentido alegórico com a noção de pecado original. Quem nos chamou à atenção para esse ponto, foi Jorge Grespan.

Na história da acumulação primitiva, o que faz época são todos os revolucionamentos que servem de alavanca à classe capitalista em formação, mas, acima de tudo, os momentos em que grandes massas humanas são despojadas súbita e violentamente de seus meios de subsistência e lançadas no mercado de trabalho como proletários absolutamente livres. A expropriação da terra que antes pertencia ao produtor rural, ao camponês, constitui a base de todo o processo. Sua história assume tonalidades distintas nos diversos países e percorre fases em sucessão diversa e em diferentes épocas históricas. **Apenas na Inglaterra, e por isso tomamos esse país como exemplo, tal expropriação se apresenta em sua forma clássica (*klassische Form*)** (MARX, 2013, p. 777,788; MEGA², I/1, S. 387-388).

Marx deixa claro que esse processo de expropriação dos camponeses acontece numa cronologia distinta com sucessões diversas dependendo dos países e das épocas históricas. Todavia, é uma característica central do capitalismo desenvolvido buscar essa expropriação para poder realizar a separação do trabalhador dos seus meios de produção, e forçar a força de trabalho se tornar uma mercadoria. A força de trabalho vendida como mercadoria é talvez a característica mais central do modo de produção capitalista. Nesse sentido, por mais que o processo de acumulação possa variar em diversos países, pois eles podem fazer a transição de diversos modos, caso tenha se tornado um país capitalista desenvolvido, a separação entre o trabalhador e os meios de produção ocorreu. Esse processo de acumulação original baseado na violência também não é uma coisa que só existiu em um passado remoto na Inglaterra, acabou sendo também o *modus operandi* de diversos países coloniais e continua existindo ainda hoje. Essa é uma espécie de “gênese-modelo” baseado no processo de transição do feudalismo para o capitalismo na Inglaterra. Já mostramos anteriormente que a história como forma clássica (*klassische Form*) funciona como um particular (um processo histórico concreto) cumprindo a função de um universal. E ele cumpre essa função por expressar tendências de um capitalismo já desenvolvido.

A propriedade privada do trabalhador sobre seus meios de produção é o fundamento da pequena empresa, e esta última é uma condição necessária para o desenvolvimento da produção social e da livre individualidade do próprio trabalhador. É verdade que esse modo de produção existe também no interior da escravidão, da servidão e de outras relações de dependência, mas ele só floresce, só libera toda a sua energia, só conquista a forma clássica [*klassische Form*] adequada onde o trabalhador é livre proprietário privado de suas condições de trabalho, manejadas por ele mesmo: o camponês, da terra que cultivava; o artesão, dos instrumentos que manuseia como um virtuoso (MARX, 2013, p. 831; MEGA², I/1, S. 405).

A expropriação do camponês também cumpre outras tarefas históricas para o desenvolvimento da produção capitalista. “A expropriação e expulsão de uma parte da população rural não só libera trabalhadores para o capital industrial, e com eles seus meios de subsistência e seu material de trabalho, mas cria também o mercado interno (MARX, 2013, p. 818).

Desse modo, a expropriação dos camponeses que antes cultivavam as suas próprias terras e agora são apartados de seus meios de produção acompanha a destruição da indústria rural subsidiária, o processo de cisão entre manufatura e agricultura. E apenas a destruição da indústria doméstica rural pode dar ao mercado interno de um país a amplitude e a sólida consistência de que o modo de produção capitalista necessita (MARX, 2013, p. 818; MEGA², I/1, S. 399-400).

A gênese da acumulação na Inglaterra ajuda a esclarecer questões como, por que a manufatura não provocou uma grande transformação, uma transformação radical para a produção capitalista. Por que só a grande indústria criou as bases necessárias para a produção propriamente capitalista? Marx, a partir da análise da história da Inglaterra, combinando com o seu conhecimento das contradições do capitalismo como modo de produção, ou seja, com o seu conhecimento lógico-estrutural, consegue explicar essas questões a partir do exemplo inglês.

No entanto, o período manufatureiro propriamente dito não provocou uma transformação radical. Recordemos que a manufatura só se apodera muito fragmentariamente da produção nacional e tem sempre como sua ampla base de sustentação o artesanato urbano e a indústria subsidiária doméstica e rural. Toda vez que a manufatura destrói essa indústria doméstica em uma de suas formas, em ramos particulares de negócio e em determinados pontos, ela provoca seu ressurgimento em outros, pois tem necessidade dela, até certo grau, para o processamento da matéria-prima” (MARX, 2013, p. 818-819; MEGA², I/1, S. 400-401).

Vejamos. Sem o esclarecimento dessa gênese, que mostra que a manufatura, embora às vezes destruísse em parte a indústria doméstica e o artesanato urbano, eliminando determinados ramos particulares, de tempos em tempos acabava por contribuir para a reconstituição dessa indústria doméstica e desse artesanato urbano em outros ramos, pois dependia deles até certo ponto, sobretudo no processamento da matéria-prima. “Essa é uma causa, embora não a principal, de um fenômeno que, inicialmente, desconcerta o investigador da história inglesa” (MARX, 2013, p. 819). O investigador da história inglesa não conseguia explicar esses intervalos e oscilações em que o campesinato rural ora diminuía drasticamente, ora voltava à cena.

A partir do último terço do século XV, tal pesquisador encontra reclamações contínuas, interrompidas apenas durante certos intervalos, sobre o avanço da economia capitalista no campo e a aniquilação progressista do campesinato. Por outro lado, volta sempre a reencontrar este campesinato, ainda que em menor número e em situação cada vez pior. A causa principal é a seguinte: a Inglaterra é predominantemente, ora cultivadora de trigo, ora cultivadora de gado, em período alternados, e com essas atividades varia o tamanho da empresa camponesa. **Somente a grande indústria proporciona, com máquinas, o fundamento constante da agricultura capitalista, expropria radicalmente a imensa maioria da população rural, cujas raízes – a fiação e a tecelagem – ela extirpa. Portanto, é só ela que conquista para o capital industrial todo o mercado interno** (MARX, 2013, p. 819.; MEGA², I/1, S. 401-402. Grifo nosso).

Isso explica o porquê de a revolução industrial ser pioneira na transformação de uma produção propriamente capitalista, e elucida o motivo da manufatura não poder operar essa transição. A gênese, aqui, combina explicação histórica com uma tendência da estrutura interna do modo de produção capitalista. Esclarece, desta forma, a oscilação na expropriação dos camponeses durante o período em que ainda predominava a manufatura.

Existe um outro sentido de gênese em *O Capital*. Uma gênese no sentido clássico do termo. Marx trata de datar a origem do capitalismo europeu.

Embora os primórdios da produção capitalista já se nos apresentem esporadicamente, nos séculos XIV e XV, em algumas cidades do Mediterrâneo, a era capitalista só tem início no século XVI. Nos lugares onde ela surge, a supressão da servidão já está há muito consumada, e o aspecto mais brilhante da Idade Média, a existência de cidades soberanas, há muito já empalideceu (MARX, 2013, p. 787; MEGA², I/1, S. 387).

Por conseguinte, no sentido tradicional de gênese que delimita a origem de um processo histórico. Marx determina o que seria a gênese do capitalismo europeu por volta do século XVI, elencando dois fatores fundamentais dessa gênese; o fim da servidão; e o fim das cidades soberanas da Idade Média.

Para o curso natural usual das coisas, é possível confiar o trabalhador às “leis natural da produção”, isto é, à dependência em que ele mesmo se encontra em relação ao capital, dependência que tem origem nas próprias condições de produção e que por elas é garantida e perpetuada. **Diferentemente era a situação durante a gênese histórica da produção capitalista. A burguesia emergente requer e usa a força do Estado para “regular” o salário, isto é, para comprimi-lo dentro dos limites favoráveis à produção de mais-valor, a fim de prolongar a jornada de trabalho e manter o próprio trabalhador num grau normal de dependência. Esse é um momento essencial da assim chamada acumulação original** (MARX, 2013, p. 809; MEGA², I/1, S. 393. Grifo nosso).

Vemos, hoje, que essa é uma característica do capitalismo como um todo, e esse é um fator que é determinado espacial e historicamente a partir da correlação de forças da luta de classes existente em cada país. Quando não é possível prolongar a jornada de trabalho, opta-se, por exemplo, por “reformas trabalhistas” que visam precarizar ainda mais a situação do trabalhador, retirando direitos essenciais conquistados na luta histórica. Em momentos de crises econômicas, o capitalismo tende a atacar com mais força esses direitos e se apoia no Estado para tal. Dessa forma, esse processo da acumulação original se tornou recorrente em um capitalismo que, a nível mundial e em esfera global, encontra dificuldades de aumentar a sua taxa de mais-valor como nas décadas anteriores, de 1950 e 1960. Trata-se, também, de um desenvolvimento que é desigual e combinado entre os países capitalistas do centro e da

periferia. Diferentemente da economia política clássica que muitas vezes recorre a um estado de natureza para explicar as suas categorias fundamentais e “eternizar” e “naturalizar” as categorias do capitalismo, Marx está preocupado com a “história real” (*wirkliche Geschichte*), em entender como de fato ocorreu a formação do capitalismo. Ele demonstra que esse processo, inclusive com a formação do que ficou conhecido como sistema colonial e que possibilitou essa acumulação originária, não foi, de modo algum, idílico. Ao contrário, a violência constituiu o fator determinante, convertendo-se, ademais, em uma “potência econômica”.

“A descoberta das terras auríferas e argentíferas na América, o extermínio, a escravidão e o soterramento da população nativa nas minas, o começo da conquista e saqueio das Índias Orientais, a transformação da África numa reserva para a caça comercial de peles-negras caracteriza a aurora da era da produção capitalista” (MARX, 2013, p. 821).

Em tom de ironia que lhe é usual, ele diz que “esses processos idílicos constituíram momentos fundamentais da acumulação primitiva [original]”.

Os diferentes momentos da acumulação primitiva [original] repartem-se, agora, numa sequência mais ou menos cronológica, principalmente entre Espanha, Portugal, Holanda, França e Inglaterra. Na Inglaterra, no fim do século XVII, esses momentos foram combinados de modo sistemático, dando origem ao sistema colonial, ao sistema da dívida pública, ao moderno sistema tributário e ao sistema protecionista. Tais métodos, como, porém, lançaram mão do poder do Estado, da violência mais brutal. Todos eles, porém, lançaram mão do poder do Estado, da violência concentrada e organizada da sociedade, para impulsionar artificialmente o processo de transformação do modo de produção feudal em capitalista e abreviar a transição de um para o outro. A violência é a parteira da sociedade velha que está prenhe de uma sociedade nova. Ela mesma é uma potência econômica (MARX, 2013, p. 821; MEGA², I/1, S. 403-404).

A violência foi a parteira do capitalismo. A história real denuncia o “paraíso idílico” em que se baseia a economia política burguesa. Trata-se, além de uma compreensão desse processo histórico, de uma denúncia de como o capitalismo teve que se fundamentar na violência para acelerar as suas transições e pôr um fim à sociedade feudal. E, em matéria de violência e sistema colonial, a Holanda foi a forma clássica. “A história da economia colonial holandesa – e a Holanda foi a nação capitalista modelar do século XVII – “apresenta-nos um quadro insuperável de traição, suborno, massacre e infâmia” (MARX, 2013, p. 822). A Holanda foi o primeiro país a desenvolver plenamente o sistema colonial. Marx ainda mostra como o crédito e, principalmente a “dívida pública torna-se umas das alavancas mais poderosas da acumulação capitalista” (MARX, 2013, p. 824). A leitura do capítulo 24 do livro I é suficiente para percebermos que o crédito, primeiro, não é uma coisa nova, já data das cidades italianas de Gênova e Veneza, e que o rentismo, crédito e dívida pública são inerentes

ao desenvolvimento do capitalismo e não novidades de um capitalismo financeiro que se colocaria como oposição a um capitalismo industrial, produtivo.

No capítulo 20 do livro III, *Considerações históricas sobre o capital comercial* [*Geschichtliches über das Kaufmannskapital*], podemos observar ainda outra determinação da gênese histórica em *O Capital*. Nesse capítulo, Marx trata da gênese do capital mercantil para mostrar, em primeiro lugar, que o capital mercantil é anterior ao capital industrial, história (no sentido cronológico), e, em segundo lugar, para explicitar que a sua subordinação ao capitalismo industrial, ocorreu *a posteriori* como uma especificidade do modo de produção capitalista industrial desenvolvido.

A partir do que foi exposto até aqui, torna-se evidente que nada pode ser mais absurdo do que considerar o capital comercial, seja na forma do capital de comércio de mercadorias, seja na do capital de comércio de dinheiro, como um tipo particular do capital industrial, semelhante, por exemplo, ao modo como a mineração, agricultura, pecuária, manufatura, indústria do transporte etc. constituem ramificações do capital industrial determinadas pela divisão social do trabalho e, por conseguinte, esferas particulares de investimento do capital industrial” (MARX, 2017, p. 367; MEGA², II/5, S. 367).

Essa citação fundamental, ignorada por muitos comentadores de *O Capital*, demonstra a dimensão complexa de como a história, enquanto processo real, e a história, enquanto totalidade provisória, fazem a diferença na explicação do modo de produção capitalista. Marx está dizendo aqui que o capital comercial tem uma existência anterior ao capital industrial, o fato de ele aparecer subordinado ao capital industrial no modo de produção capitalista desenvolvido não quer dizer que ele seja derivado desse capital. Sem a análise do processo histórico real, poderíamos cair na aparência, tratando o capital comercial como uma invenção do capitalismo.

Além do modo grosseiro como o economista geralmente considera as distinções de forma, que, com efeito só lhe interessam em seu aspecto material, no caso do economista vulgar, essa confusão deriva de dois outros fatores. Em primeiro lugar, de sua incapacidade de explicar o lucro comercial em seu caráter peculiar; em segundo lugar, de seu esforço apologético para caracterizar o capital-mercadoria e o capital-dinheiro – e, além disso, o capital de comércio de mercadorias e o capital de comércio de dinheiro – como formas necessariamente derivadas do processo de produção, quando, na verdade, elas provêm da forma específica do modo de produção capitalista, que, antes de tudo, pressupõe como base a circulação de mercadorias e, por conseguinte, de dinheiro” (MARX, 2017, p. 368; MEGA², II/5, S. 368).

O capital industrial pressupõe o capital de circulação de mercadorias e o capital de circulação dinheiro. Se não é estabelecida corretamente essa gênese, pode haver confusão na identificação dos pressupostos, assim como fica difícil explicar o lucro do capital comercial

de forma independente. Marx demonstra que, mesmo economistas importantes como Adam Smith e David Ricardo, têm dificuldade de explicar o capital comercial de forma autônoma.

Os grandes economistas, como Smith, Ricardo etc., uma vez que, de fato, só consideram a forma fundamental do capital – o capital como capital industrial e o capital de circulação (capital-dinheiro e capital-mercadoria) – na medida em que ele mesmo é uma fase no processo de reprodução de todo capital, ficam atônitos diante do capital comercial como uma espécie independente. As teses sobre a formação do valor, do lucro etc., derivadas da análise do capital industrial, não se aplicam diretamente ao capital comercial. Por isso, eles o deixam totalmente de lado e o mencionam apenas como uma espécie do capital industrial. Quando se ocupam dele em particular, tal como faz Ricardo, ao tratar do comércio exterior, procuram demonstrar que ele não cria valor nenhum (logo, tampouco cria mais-valor). Mas o que vale para o comércio exterior vale também para o comércio interno” (MARX, 2017, p. 368-369; MEGA², II/5, S. 368-369).

Esse é um dos grandes problemas da explicação da transformação do dinheiro em capital na passagem da seção I para a seção II do livro I. Como o valor é criado fora e dentro da circulação? Portanto, a gênese do capital comercial não esclarece só anterioridade desse capital em relação ao capital industrial, ela mostra que a forma de subordinação que esse capital comercial assume no capitalismo é uma característica da particularidade histórica do próprio modo de produção capitalista, ela serve para determinar ainda mais o *modus operandi* desse modo de produção, assim como ajuda a esclarecer passagens na obra que, em nossa opinião, são em parte incompreensíveis sem esse contexto histórico revelado pela gênese.

Por fim, mais uma palavra sobre a história no sentido de pressuposto histórico. No capítulo VI (inédito) de *O Capital*, Marx diz o seguinte:

Mercadoria e dinheiro são pressupostos elementares do capital, mas só se desenvolvem como capital sob certas condições. A formação de capital só pode ocorrer com base na circulação de mercadorias (que inclui a circulação de dinheiro), isto é, em um nível de comércio já existente que atingiu certo grau; enquanto, inversamente, a produção e a circulação de mercadorias não pressupõem de forma alguma o modo de produção capitalista para a sua existência” (MARX, 2022, p. 20; MEGA², I/1, S. 20).

Em seguida, completa, “ao contrário, como expliquei anteriormente, também elas pertencem às formas pré-burguesas de sociedade”. São pressupostos históricos para o modo de produção capitalista” (MARX, 2022, p. 20).

Se, portanto, a mercadoria aparece por um lado, como pressuposto para a formação do capital, por outro lado, a mercadoria, enquanto forma geral e elementar do produto, aparece essencialmente como produto e resultado do processo de produção capitalista. Nos estágios iniciais da produção, os produtos assumem parcialmente a forma de mercadorias. O capital, ao contrário, necessariamente produz seu produto como mercadoria. À medida que se desenvolve a produção capitalista, isto é, do capital, realizam-se também as leis gerais desenvolvidas das mercadorias, por exemplo, aquelas concernentes ao valor nas diversas formas de circulação do dinheiro” (MARX, 2022, p. 20; MEGA², I/1, S. 20).

“Aqui se mostra como categorias econômicas pertencentes a épocas anteriores de produção adquirem, com base no modo de produção capitalista, um caráter histórico especificamente distinto” (MARX, 2022, p. 21; MEGA², I/1, S. 21).

Em linhas gerais, nesse capítulo, gostaríamos apenas de chamar a atenção para os diversos sentidos da História em *O Capital*, e como esses sentidos, ou determinações, não podem ser reduzidos apenas a pressupostos históricos ou ilustração na obra. A história em *O Capital* assume várias determinações, e essas determinações estão presentes nos três livros que compõem a obra, ou seja, são fundamentais para o esclarecimento do seu método. Trata-se apenas de colocar esses sentidos da História como um problema e não “naturalizá-los” como ocorre em diversos intérpretes da obra.

5 CAPÍTULO IV: O CONCEITO DE TOTALIDADE PROVISÓRIA COMO CHAVE PARA A COMPREENSÃO DO MÉTODO: O MOMENTO DO EFETIVO

A dialética é consciente de que há, de um lado, o pensamento, e de outro, aquilo sobre o qual o pensamento se empenha. O pensar dialético não é meramente intelectualista, mas consiste justamente na tentativa de autolimitação do pensar por meio da coisa.

ADORNO

O Capital, de Marx, embora não seja uma obra acabada⁸³ pelo próprio autor, mas editada por seu grande amigo Friedrich Engels, não deixa de constituir, em nossa opinião, uma unidade enquanto projeto. Compreendemos *O Capital* e a divisão dos seus três livros como sendo criação, circulação formal e efetivação. O livro I que trata da produção é o momento de uma dupla criação, criação do valor, ou da forma de manifestação da riqueza na sociedade capitalista, e criação do capital, como mecanismo que gera esse valor. A produção no livro I é a produção do capital, estampada no subtítulo da obra (o processo de produção do capital). A criação de valor capitalista é, ao mesmo tempo, criação de capital. O livro II trata da circulação como momento de unidade da produção e circulação desse valor, ou das condições e temporalidades dos circuitos do capital, capital-mercadoria, capital-dinheiro e capital- produtivo. Todavia, defendemos que se trata de uma circulação formal e não efetiva. Nesse momento da análise, Marx está interessado em mostrar o funcionamento desses circuitos ainda em um nível ideal, eliminando as contingências, preocupado em determinar a forma dessa realização e como a reprodução do capital tem que ser pensada a partir da unidade entre produção e circulação. Por isso que não aparece nesse nível de análise categorias como crédito, juros e lucro, pois ainda não é o momento da análise das formas concretas. Ao terceiro momento, chamamos de momento do efetivo, aí sim as categorias dos fundamentos se transformam em manifestações mais concretas, como juros, lucro etc. O mais-valor produzido no livro I é transformado em lucro médio, a taxa de mais-valor em taxa de lucro etc. Trata-se de um momento em que Marx visa fazer o movimento de volta, que desce⁸⁴ para o nível das consciências dos agentes.

⁸³ Depois das publicações dos manuscritos do *Capital* pela Mega², ficamos conhecendo o processo de edição realizado por Friedrich Engels do livro II e III. Apesar de termos tido acesso aos manuscritos, não tivemos tempo hábil de estabelecer uma comparação detalhada entre os manuscritos e a edição de Engels. Portanto, referimo-nos, centralmente aqui, aos livros II e III a partir da edição de Engels. Para uma crítica a esse processo de edição e comparação com os manuscritos, ver (VOLLGRAF, 2018); (HEINRICH, 1996); (ROTH, 2009).

⁸⁴ Cirne Lime, no seu livro *Depois de Hegel: uma reconstrução criticada do sistema neoplatônico*, faz um resumo do caminho da ciência e da filosofia que consideramos conveniente reproduzir aqui, por, em parte, Marx fazer esse caminho de ida e volta constante do singular ao universal e do universal ao singular. “Toda ciência,

Vejamos como o próprio Marx descreve o conjunto de sua obra no início do livro

III:

No livro I, investigamos os modos de manifestação que o processo direto de produção capitalista, considerado em si mesmo, apresenta como processo direto de produção; nessa análise, ainda abstraímos de todos os efeitos secundários provocados por circunstâncias alheias a ele. Mas o processo de produção não esgota a biografia do capital. Ele é complementado, no mundo real, pelo processo de circulação, que constitui o objeto das investigações do livro II. Nesse último, especialmente na seção III, dedicada à análise do processo de circulação como mediação do processo social de reprodução, mostramos que o processo de produção capitalista, considerado como um todo, consiste na unidade de processo de produção e processo de circulação. **Neste livro III, nosso objetivo não poderia ser o de desenvolver reflexões gerais sobre essa unidade. Trata-se, antes, de descobrir e expor as formas concretas que brotam do processo de movimento do capital considerado como um todo.** Em seu movimento real, os capitais se confrontam em formas concretas, para as quais a configuração do capital no processo de circulação, aparece apenas como momento particular. **Assim, as configurações do capital, tal como as desenvolvemos neste livro, aproximam-se passo a passo da forma em que se apresentam na superfície da sociedade, na ação recíproca dos diferentes capitais, na concorrência e no senso comum dos próprios agentes da produção**” (MARX, 2017, p. 53; MEGA², II/15, S. 53. Grifos nossos.)

Trata-se de uma citação extensa, mas extremamente clara sobre o projeto dos três livros e do método de Marx, por isso, resolvemos reproduzi-la. Mesmo o momento da circulação, apesar de tratar da unidade entre produção e circulação, ainda não é o momento do todo. Só a análise do movimento real, onde os capitais se confrontam em formas concretas, é

também a Filosofia, tem um caminho que sobe e um caminho que desce. Platão chamava esses movimentos que a ciência faz em seu percurso *anábasis* e *katábasis*. O caminho ascendente leva o cientista da multiplicidade dos fatos brutos para uma teoria que, sendo mais simples e mais universal, unifica a multiplicidade dos fatos numa unidade. [...] No caminho ascendente, o cientista parte da multiplicidade dos fenômenos e das coisas, para chegar à unidade de uma teoria; exatamente isso é teoria (*theorein* significa, em grego, olhar bem). Se subimos mais e mais a escala piramidal das teorias, estas ficam cada vez mais universais e abstratas, e chegamos finalmente ao ápice: aos primeiros princípios da filosofia. A filosofia é a teoria que vê tudo a partir da unidade dos primeiros princípios. Ela é a ciência que unifica todas as ciências. O caminho que sobe é só a primeira metade da ciência; há que se percorrer também o caminho que desce. [...] Esse é o caminho que desce, a derivação de uma situação singular a partir de uma teoria universal. Toda ciência, desde seus primórdios, trabalhou assim, com o caminho que sobe e com o caminho que desce. O caminho que sobe parte da multiplicidade desordenada das coisas e procurar encontrar nelas, um princípio de ordem. Esse princípio de ordem, embora seja um único, explica muitas coisas, e aquilo que parecia ser uma pluralidade caótica e desordenada aparece como multiplicidade ordenada, ou melhor, como a ordem dos múltiplos elementos que a constituem. Esse caminho para cima, *anábasis*, toda ciência o faz, de sorte que podemos definir provisoriamente o trabalho científico como a busca e a descoberta de um princípio de ordem que permite compreender e explicar a multiplicidade dos seres. Esse caminho para cima parte da multiplicidade e vai para a unidade, parte do singular e vai para o universal. [...] O caminho para baixo, *katábasis*, que constitui a segunda metade da filosofia e da ciência, compreende o singular muito melhor, porque o vê sobre o horizonte do universal” (LIMA, 2006, p. 11-13). Interessante observamos que há mudança no ponto de partida da análise se compararmos a introdução de 1857-1858 publicada posteriormente nos *Grundrisse*, com a *Contribuição à crítica da economia política de 1859* e com *O Capital*. “Assim, o objetivo norteador de 1857, “ascender do abstrato ao concreto”, mudou no texto de 1859 para “se elevar do particular para o geral”. O ponto de partida da “Introdução” – as determinações mais abstratas e universais – foi substituído sem nenhuma explicação, já que o texto de 1857 permanecera inédito, pela análise de uma categoria concreta e historicamente determinada: a mercadoria. Na verdade, já na última passagem dos *Grundrisse*, depois de centenas de páginas em que analisa escrupulosamente o modo de produção capitalista e os conceitos da economia política, Marx afirma que “a primeira categoria em que se apresenta a riqueza burguesa é a da mercadoria” (MUSTO, 2022, p. 165).

que se estabelece a “verdadeira” síntese do método. A própria circulação aparece, nesse sentido, como momento particular desse todo. Então, no livro III, o objetivo de Marx é “descobrir e expor as formas concretas que brotam do processo de movimento do capital considerado como um todo” (MARX, 2017, p. 53).

Defendemos que, em todos os momentos da obra *O Capital*, Marx está sempre considerando a totalidade, mas ele precisa abstrair dessa totalidade em diversos momentos. Se partirmos da leitura do capítulo da mercadoria do livro I, esse particular, só é particular em relação à totalidade da produção capitalista. Marx faz um movimento que é do fundamento para as formas concretas, se quiser, um movimento da síntese entre as contradições dialéticas do modo de produção capitalista e o processo histórico concreto. Só que esse caminho não é linear, pelo contrário, é cheio de idas e voltas, intercalando momentos de elevada abstração com narrativas mais concretas. Por isso que cada parte do método, compreendida de forma isolada, é insuficiente para expressar o todo. E o momento da síntese no livro III também não poder ser considerado absoluto, pois o modo de produção capitalista continua existindo historicamente, portanto, sofrendo modificações, sejam elas fenomênicas ou estruturais. A síntese só pode ser, dessa forma, provisória. De um lado, ela deve captar os elementos mais estruturais do modo de produção capitalista e, a partir daí, elaborar determinadas tendências. De outro lado, ela deve confrontar essa elaboração com as ações das classes sociais (sujeitos), suas decisões políticas, culturais, econômicas etc., analisando se essas ações modificam, negam ou afirmam essas tendências, criam-se novas tendências etc. Cada uma das partes, estrutura do modo de produção capitalista mais ações dos sujeitos, só podem ser compreendidas na composição de uma totalidade provisória. A totalidade provisória permite a compreensão das formas concretas de manifestação do modo de produção capitalista como uma dialética entre as estruturas e os sujeitos⁸⁵. Marx já havia tido esse *insight* desde o *18 Brumário de Luís Bonaparte* quando diz que

“Os homens fazem a sua própria história, mas não a fazem de livre e espontânea vontade; não a fazem sob as circunstâncias de sua escolha, mas sob aquelas com que se defrontam diretamente, legadas e transmitidas pelo passado. A tradição de todas as gerações passadas oprime como um pesadelo o cérebro dos vivos” (MARX, 2011, p. 25).

Por que essa ideia é de extrema importância não apenas para a explicação do

⁸⁵ Os sujeitos, em *O Capital*, são entendidos principalmente a partir das classes sociais. Todavia, Marx não exclui o papel do indivíduo na História. Para Marx, não há dicotomia entre indivíduo e sociedade, mas compreende que só é possível existir indivíduos em sociedade. Na prática, a ação de um indivíduo, por mais excepcional que ele seja, podendo inclusive cumprir um papel diferenciado, é incompreensível se deslocada do conjunto de relações que possibilitou a sua “ação excepcional”. Essa dialética já está presente, por exemplo, no *18 Brumário de Luís Bonaparte*.

modo de produção capitalista, mas pode ser generalizada para todo processo histórico? Ela permite uma explicação da realidade contemporânea que não trata os sujeitos como mero receptáculos da reprodução do capital, assim como não compreende que a reprodução capitalista é resultado única e exclusivamente do desejo e do domínio dos capitalistas. Há um nível geral de reprodução inconsciente e objetivo do capitalismo por parte de todos os sujeitos que estão circunscritos nesse modo de produção. Essa concepção de História, que articula uma dialética entre os sujeitos e as estruturas, permite a compreensão dos limites estruturais do capitalismo, assim como os limites de ações meramente voluntaristas ou reformistas em relação a esse modo de produção. Por isso que a crítica de Marx não é apenas hermenêutica, ela visa à superação dessa realidade, pois mostra que ela é impossível de ser modificada substancialmente através de reformas.

Feito esse rápido prolegômeno sobre a totalidade provisória, agora trataremos de mostrar, em linhas gerais, como esse método aparece a partir da análise de categorias que se encontram no livro I, articulando com momentos dos livros II e III, demonstrando a articulação entre dialética e História na constituição do método.

5.1 O valor está no todo: fundamento e mercado mundial como expressão da unidade dos três livros

“O verdadeiro é o todo”

HEGEL

“O todo é o não verdadeiro” (Das Ganze ist das Unwahre)

ADORNO

A teoria do valor que Marx apresenta em *O Capital* é, sem sombra de dúvida, a parte mais complexa de sua crítica ao modo de produção capitalista. Isso não é por acaso, pois trata-se do pilar central de como o capitalismo se estrutura e se reproduz sistematicamente. Ao criticar o valor como finalidade desse modo de produção, o pensador alemão expõe, de forma sistemática o *modus operandi* da sociabilidade do próprio capitalismo, no sentido de externalizar as suas “vísceras” de modo radialmente crítico e revolucionário. Considerando a importância desse componente teórico para a compreensão de toda a obra *O Capital*, faremos um trabalho de reconstituição das partes dessa teoria, especialmente dos seus fundamentos no

livro I, ressaltando as conexões necessárias nos livros II e III com a concepção de História do autor, assim como debateremos as principais controvérsias em torno dessa teoria, nos posicionando acerca desse debate.

A teoria do valor que Marx começa a esboçar no capítulo 1 de *O Capital*, portanto, que não se encerra nesse capítulo, nem mesmo na sua unidade da seção I, que compreende a discussão da mercadoria e do dinheiro no processo de circulação simples, apresenta-se ao leitor como a maior dificuldade teórica de toda a obra. Não é por acaso que as variedades de interpretações sobre o valor em Marx sejam de um volume que dificulta até o processo de inventariação das divergências. O próprio autor manifestou em várias ocasiões a dificuldade de expressar a teoria do valor e a necessidade de popularizá-la para torná-la palatável ao público. Não é desnecessário lembrar que o revolucionário alemão tinha por objetivo se fazer entendido, pois tratava-se “da arma da crítica” que a classe trabalhadora deveria conhecer e extrair todas as suas consequências políticas dela. Mas, em sentido oposto, não permitia uma simplificação da sua teoria ao ponto de deformá-la. Esse paradoxo, somado à própria complexidade da teoria do valor, fez com que autores como Backhaus (1997), chegasse a dizer que “Marx não deixou para trás nenhuma teoria acabada do valor-trabalho. Embora ele já a tivesse desenvolvido no *Contribuição para a Crítica da Economia Política*, Marx considerou necessário apresentar a análise da forma-valor em três outras versões⁸⁶ que se diferenciam umas das outras”. Embora Backhaus possa ter razão no que se refere às diferenças e até divergências na apresentação da teoria do valor, parte, em nossa opinião, de um pressuposto equivocado, pois a teoria do valor não se apresenta na sua totalidade no capítulo I, seja na edição de 1867, na 1872, no adendo da edição de 1867 ou no *Para Crítica*

⁸⁶ Backhaus (1997) cita, além do *Contribuição à Crítica da Economia Política*, a edição de *O Capital* de 1867, um apêndice escrito para essa edição e a segunda edição de 1872. Backhaus defendia que era necessário reconstruir a teoria do valor a partir dessas edições, coisa que acabou se mostrando improvável e o mesmo, assim, desistindo nos seus últimos trabalhos. O próprio Marx fala de algumas modificações no posfácio da edição de 1872. “Aos leitores da primeira edição, tenho, primeiramente, de apresentar esclarecimentos quanto às modificações realizadas nesta segunda edição. Salta aos olhos a subdivisão mais clara do livro. Todas as notas adicionais estão indicadas como notas à segunda edição. Com relação ao texto em si, eis o mais importante: No capítulo 1, item 1, a dedução do valor mediante a análise das equações nas quais se exprime todo valor de troca é efetuada com maior rigor científico; do mesmo modo, é expressamente destacado o nexo, apenas indicado na primeira edição, entre a substância do valor e a determinação da grandeza deste último por meio do tempo de trabalho socialmente necessário. O capítulo 1, item 3 (“A forma de valor”) foi integralmente reelaborado, o que já o exigia a exposição dupla da primeira edição. (Observo, de passagem, que aquela exposição me foi sugerida por meu amigo, dr. L. Kugelmann, de Hanover. Encontrava-me de visita em sua casa, na primavera de 1867, quando as primeiras provas de impressão chegaram de Hamburgo; ele convenceu-me, então, de que uma discussão suplementar e mais didática da forma do valor seria necessária para a maioria dos leitores.) A última seção do primeiro capítulo, “O caráter fetichista da mercadoria etc.”, foi, em grande parte, modificada. O capítulo 3, item 1 (“Medida dos valores”) foi cuidadosamente revisto, porquanto essa parte fora negligenciada na primeira edição, com uma simples remissão à discussão já feita em *Contribuição à crítica da economia política* (Berlim, 1859). O capítulo 7, especialmente a parte 2, foi consideravelmente reelaborado (MARX, 2013a, p. 83).

da *Economia Política*, mas, se podemos mesmo assim falar em uma teoria do valor em Marx, faz-se necessário compreender a sua apresentação, sobretudo, nos três livros do capital. Não é numa parte isolada em que Marx trata da criação do valor que a categoria se determina na sua completude, mas, na relação do processo efetivo de reprodução da sociabilidade capitalista, quando o autor trata das formas concretas e se aproxima da consciência dos agentes, da concorrência e da superfície da sociedade capitalista. O problema é que a teoria do valor, acabada ou não, está no todo e não se resume à categoria de valor.

É comum, quando se fala da teoria do valor em Marx, ou teoria do valor-trabalho⁸⁷ como é comumente conhecida, imaginar um *corpus* conceitual bem-acabado e homogêneo. Todavia, Marx escreveu várias versões sobre o que seria o pilar da sua crítica ao modo de produção capitalista, mostrando que não era bem assim na cabeça do filósofo alemão, e que estava sempre revisando e procurando a melhor forma, inclusive de exposição. Essas diferenças tornaram-se conhecidas a partir da discussão de um grupo de discípulos de Adorno, que tinha como principal figura Georg Backhaus, mas também proeminentes estudiosos de Marx, tais como Helmut Reichelt (2008). Esse grupo que ficou conhecido como *Marx Neue-Lektüre*, deparou-se com a primeira edição de *O Capital* e percebeu as diferenças em relação às outras edições⁸⁸. Essas diferenças não se restringiam a mudanças estilísticas ou na forma de apresentação, mas, inclusive em alguns pontos, mostravam-se contraditórios⁸⁹, como se o autor ainda estivesse investigando ou desenvolvendo a sua teoria.

Em nossa tese, para o nosso propósito, tentaremos estabelecer uma relação da categoria valor como fundamento, com categorias e fenômenos do livro III, demonstrando, dessa forma, que o valor está no todo, no sentido que as categorias que são fundamentais se relacionam de algum modo causal com as formas concretas do livro III. Marx, em nossa opinião, desenvolve uma complexa epistemologia das causas em vários níveis no livro III. Por exemplo, a determinação da taxa média de lucro não segue a mesma causalidade da determinação da taxa de juros. Na verdade, a “formação” da taxa de juros está ligada à oferta

⁸⁷ Marx não utiliza, em nenhum momento, a expressão teoria do valor-trabalho, mas se refere apenas à teoria do valor.

⁸⁸ Sobre esse contexto do grupo de estudo da nova leitura, ver REICHELT, Helmut (2008). *Neue Marx-Lektüre. Zur Kritik sozialwissenschaftlicher Logik*. Hamburg: VSA-Verlag.

⁸⁹ Não entraremos no debate sobre essas diferenças, pois fugiria ao escopo da nossa pesquisa. Até fizemos uma espécie de inventário dessas diferentes versões a partir da análise dos *Grundrisse*, *Contribuição à crítica da economia política*, *O Capital*, edição de 1867, adendo da edição de 1867, segunda edição de 1872, *Teorias da mais-valia*, etc. O recurso aos vários textos não se deu apenas pelo apreço ao rigor exegético, mas porque o próprio Marx estava tentando uma elaboração mais precisa da teoria do valor, tentando conciliar uma apresentação dialética das categorias com o seu processo histórico. No embate de Marx com ele mesmo, na querela do seu pensamento, poderíamos esclarecer alguns elementos sobre a teoria do valor, compreender o seu processo de elaboração. Talvez possamos apresentar, noutra momento, em formato de artigo, o resultado desse inventário.

e à procura e, de certa forma, está mais sujeita às questões contingenciais. Mesmo assim, a taxa de juros ainda se vincula com a taxa média de lucro, pois os juros não são nada mais do que uma parte do lucro. Marx não mostra isso de modo apriorístico, ele investiga as possíveis causas de cada fenômeno ou formas concretas no livro III e tenta esclarecer, até certo ponto, as conexões necessárias ou contingenciais com as categorias do fundamento do livro I.

Marx começa o capítulo 1 de *O Capital* com a famigerada citação sobre a riqueza⁹⁰ no capitalismo. “A riqueza das sociedades onde reina o modo de produção capitalista aparece [*erscheint*] como uma enorme coleção de mercadorias, e a mercadoria individual, por sua vez, aparece como sua forma elementar” (MARX, 2013a, p. 113). Por que começar pela riqueza? Ou melhor, pela forma como a riqueza aparece no capitalismo? Aqui já se delinea o objeto da crítica de Marx, a riqueza.

O valor é o fundamento da riqueza na sociedade capitalista. Mercadoria, dinheiro, capital, salário, lucro, juro, renda da terra, são formas de expressão da riqueza capitalista. O valor é “a medida das relações de troca que é imanente às mercadorias”⁹¹. (IBER, 2013, p 89). Nesse sentido, no livro I, Marx já apresenta a forma valor a partir da mercadoria, ou seja, o valor como uma categoria fundamental da sociedade capitalista é derivado a partir da sua forma elementar de expressão, a mercadoria. A mercadoria, assim como salário, lucro etc., são formas concretas de expressão do valor. Marx apresenta, no tópico 3 da seção I, capítulo 1 do livro I, o desenvolvimento da forma valor simples, individual ou ocasional do valor (forma I), passando para a forma de valor total ou desdobrada (forma II), depois para a forma de valor universal (forma III) e, então para a forma dinheiro (forma IV).

“A transição para a forma IV, para a forma dinheiro, parte do raciocínio sistemático de que a mercadoria que atua como forma geral equivalente e que foi excluída de todas as outras ainda não se fixou definitivamente” (IBER, 2013, p. 105). “Tão logo uma mercadoria determinada obtenha o monopólio da forma de equivalente geral, ela se tornará mercadoria dinheiro; a forma de equivalente se transformará na forma dinheiro; e a expressão simples do valor relativo se transformará na forma preço” (IBER, 2013, p. 105). Quando Marx faz esse desenvolvimento da forma valor para a forma dinheiro, ele já expressa de modo

⁹⁰ Diversos comentadores já ressaltaram a riqueza como sendo a primeira categoria analisada em *O Capital*. Destaco aqui no Brasil o pioneirismo de Ruy Fausto (2015) nesse sentido, assim como a interpretação de Benoit (1996) sobre o tema.

⁹¹ “Na primeira edição, de forma mais clara do que na segunda, Marx concebeu a transição para a forma do valor como desenvolvimento da contradição da mercadoria” (IBER, 2013, p. 90). “A análise da forma do valor não deve ser compreendida, portanto, como descrição teórica dirigida à atividade do ato de troca, antes, pelo contrário, ela é uma ‘análise dialética da forma’” (ARENDR, 1995, p. 178) da expressão do valor contida na relação de valor de uma mercadoria para outra (IBER, 2013, p. 95).

claro que mesmo a forma simples do valor já se transforma na forma preço. A totalidade do modo de produção capitalista está pressuposta para esse desenvolvimento necessário. As categorias que expressam a arquitetura categorial do modo de produção capitalista são impensáveis sem as suas formas concretas de expressão. Por isso que, por mais que haja um certo sentido na polêmica sobre a gênese do valor, se essa categoria tem origem na produção ou na circulação, a forma de como a discussão é colocada, de modo excludente a partir de uma dicotomia produção-circulação, prejudica, em nossa opinião, a compreensão da totalidade da questão. O valor enquanto fundamento, ou seja, enquanto um em si, é criado na produção. Nesse sentido, ele existe como valor antes da circulação. Porém, a própria base da produção capitalista é a reprodução do modo capitalista de produção, ou seja, só há sentido em se falar em valor capitalista se houver uma circulação capitalista desenvolvida, em outras palavras, o valor não pode existir apenas em si, ele tem que existir necessariamente como forma de expressão de equivalência em dinheiro na circulação desenvolvida. Quando Marx separa produção e circulação, trata-se de um processo analítico para se saber o que é fundamental e particular de cada processo e qual é o momento predominante. Ele também é claro em estabelecer a produção como o momento predominante [*übergreifender moment*], mas, ao mesmo tempo, o momento predominante não explica o todo. Por isso o ponto de partida da análise é a reprodução da sociedade capitalista e como essa reprodução opera a partir das suas formas concretas. A totalidade provisória é justamente a compreensão do conjunto de mediações que Marx estabelece entre as categorias fundamentais e suas formas concretas, as diversas sínteses possíveis entre a dialética dessas categorias do modo de produção capitalista e sua expressão no movimento histórico atual. Uma dialética entre a estrutura do modo de produção e as ações dos sujeitos. Como falamos anteriormente, a análise estrutural ou análise apenas das formas concretas, de modo isolado, não consegue explicar o funcionamento e as leis gerais do modo de produção capitalista. Se quisermos derivar tudo das categorias do fundamento de modo necessário, corre-se o risco de uma interpretação estruturalista do capitalismo onde os sujeitos não cumprem papel algum. Se fazemos o oposto e não compreendemos as relações que as formas concretas têm com os fundamentos, com a estrutura categorial capitalista, corre-se o risco de se cair em um empirismo e apenas descrever fenômenos sem relação causal. A totalidade provisória busca compreender como ocorrem as mediações entre a essência e o fenômeno na sociedade capitalista.

Marx, em *O Capital*, a todo momento está tentando mostrar as causas entre determinados fenômenos. Acontece que o modo de produção capitalista é complexo e nem tudo tem relação causal, alguns fenômenos são contingenciais. Sem falar que, em vários

capítulos do livro III, Marx mostra que, mesmo as leis do capitalismo, não são monocausais, fazem parte na sua grande maioria de um conjunto de causas e, ainda assim, há sempre um espaço para o acaso, contingência ou mesmo, espaço para a destruição do modo de produção capitalista. Nunca se trata de leis absolutas. As próprias tendências apresentam também um conjunto de contratendências. Por isso que é importante separar o joio do trigo, saber o que é mais estrutural e o que tem menor relação com a estrutura, para se fazer uma crítica adequada do capitalismo.

Por exemplo, na seção III do livro III, Marx vai tratar da Lei da queda tendencial da taxa de lucro. No capítulo 13, ele faz uma explanação da Lei Como Tal; no capítulo 14, trata das contratendências (Causas Contra-arrestantes); e, no capítulo 15, explica o Desenvolvimento das Contradições Internas da Lei. Essa tríade nos ajuda a entender a concepção de lei em Marx. Marx identifica como uma “lei” do modo de produção capitalista uma tendência da queda da taxa de lucro. O fato que, para buscar constantemente o mais-valor ou mais-valor extra, é preciso investir cada vez mais em força produtiva, aumentando, dessa forma, a composição orgânica do capital, ou seja, a razão entre o capital constante sobre o capital variável. O problema todo é que a fonte de mais-valor é o capital variável (trabalho humano) e, quando se diminui bastante a quantidade de capital variável, diminui-se a extração de mais-valor, e a tendência é que o lucro diminua a médio e longo prazo. Marx desenvolve essa lei a partir da investigação da contradição do próprio modo de produção capitalista. Todavia, a própria lei já tem em si contratendências que atuam no sentido oposto da lei. Ou seja, o que ocorre na prática não necessariamente é o resultado necessário da lei, tem que se observar as suas contratendências E, por fim, Marx mostra como essa lei consegue se mover dentro da contradição do modo de produção capitalista. Nem a lei, nem as contratendências são suficientes para explicar o processo concreto, trata-se apenas de uma espécie de centro de gravidade no qual se limita o espaço da ação dos sujeitos. Trata-se de uma contradição imanente ao modo de produção capitalista que circunscreve a ação dos sujeitos⁹². Marx analisa essa lei a partir de um jogo de forças antagônicas⁹³, numa dialética, e não numa

⁹² Importante destacarmos que essa interpretação não é consensual na literatura sobre Marx. Há autores que investigaram os manuscritos do livro III e que chegam a defender que a queda tendencial da taxa de lucro não deve ter, inclusive, o *status* de lei. “A tendência progressiva da taxa geral de lucro à queda é, portanto, apenas uma expressão, peculiar ao modo de produção capitalista, do desenvolvimento progressivo da força produtiva social do trabalho. Não dizemos, com isso, que a taxa de lucro não possa cair provisoriamente por outras razões, mas demonstramos como uma necessidade evidente, com base na própria essência do modo de produção capitalista, que no progresso deste último a taxa média geral do mais-valor tem necessariamente de se expressar numa taxa geral decrescente de lucro.[...] E essa proporção entre a massa de mais-valor e o valor do capital total empregado constitui a taxa de lucro, que tem, portanto, de diminuir constantemente” (MARX, 2017, p. 251; MEGA², II/15, S. 268–269). Portanto, trata-se de uma “lei”, mas que não tem necessidade absoluta.

⁹³ Marx mostra que a própria desvalorização do capital existente funciona como forma de conter a queda taxa de

justaposição de forças.

Ao crescer assim a massa do trabalho empregado – e, conseqüentemente, do mais-trabalho –, aumenta também o valor do capital reproduzido e o mais-valor novo que lhe foi adicionado. Mas esses dois fatores compreendidos no processo de acumulação não devem ser considerados apenas na tranqüila justaposição em que os trata Ricardo; eles implicam uma contradição que se manifesta em tendências e manifestações contraditórias. As forças antagônicas operam umas contra as outras (MARX, 2017, p. 288; MEGA², II/15, S. 259).

Aqui fica claro que não dá saber de antemão se vai predominar a tendência ou a contratendência, mas observar o contexto histórico de movimentação dessa contradição imante do capitalismo. Vamos acompanhar o desenvolvimento dialético do argumento de Marx: “simultaneamente ao impulso para o aumento real da população trabalhadora, impulso que emana do incremento da parte do produto social total que funciona como capital, atuam as forças que criam uma superpopulação apenas relativa” (MARX, 2017, p. 288; MEGA², II/15, S. 259). E Marx continua, “simultaneamente à queda da taxa de lucro cresce a massa dos capitais, e, paralelamente a essa queda, ocorre uma desvalorização do capital existente, que detém essa queda e imprime um impulso acelerador à acumulação de valor do capital” (MARX, 2017, p. 288; MEGA², II/15, S. 259). [...] “Simultaneamente ao desenvolvimento da força produtiva, há o aumento progressivo da composição do capital e a diminuição relativa da parte variável em relação à parte constante” (MARX, 2017, p. 288; MEGA², II/15, S. 259). Marx conclui que:

Essas diversas influências se fazem sentir, ora de maneira mais justaposta no espaço, ora de maneira mais sucessiva no tempo; o conflito entre as forças antagônicas desemboca periodicamente em crises. Estas são sempre apenas violentas soluções momentâneas das contradições existentes, erupções violentas que restabelecem por um momento o equilíbrio perturbado (MARX, 2017, p. 288; MEGA², II/15, S. 259).

Marx mostra a variabilidade de como essa contradição pode se manifestar no espaço e no tempo, mas, a partir da análise dessa contradição fundamental, é possível determinar que as crises são imanentes ao capitalismo e ocorrem com uma certa periodicidade como “violentas soluções momentâneas das contradições existentes”. Esse é o limite e o alcance da lei explicitada por Marx. Ela tem validade enquanto o capitalismo existir. Mesmo assim, há um vasto espaço de manobra dessas contradições, se quiser, há um conjunto de

lucro. A desvalorização periódica do capital existente, que é um meio imanente ao modo de produção capitalista para conter a queda da taxa de lucro e acelerar a acumulação do valor de capital mediante a formação de capital novo, perturba as condições dadas nas quais se consoma o processo de circulação e reprodução do capital e é, por isso, acompanhada de paralisações súbitas e crises do processo de produção. (MARX, 2017, p. 289; MEGA², II/15, S. 260).

possibilidades dessa contradição se movimentar. Com o objetivo de clareza, Marx ainda expressa como funciona essa contradição em sentido genérico.

A contradição, expressa de maneira bem genérica, consiste no fato de que o modo de produção capitalista implica uma tendência ao desenvolvimento absoluto das forças produtivas, abstraindo do valor – e do mais-valor nele incorporado – e também das relações sociais no interior das quais se dá a produção capitalista; por outro lado, esse modo de produção tem como objetivo a conservação do valor de capital existente e sua valorização na máxima medida possível (isto é, o incremento cada vez mais acelerado desse valor). Seu caráter específico orienta-se para o valor de capital existente como meio para a maior valorização possível desse valor. Os métodos pelos quais ela atinge esse objetivo incluem: o decréscimo da taxa de lucro, a desvalorização do capital existente e o desenvolvimento das forças produtivas do trabalho à custa das forças produtivas já produzidas (MARX, 2017, p. 289; MEGA², II/15, S. 260).

Esses limites são gerados principalmente pelo capital, ou seja, o fato do capital ser o ponto de partida e o ponto de chegada da produção capitalista. Trata-se de uma contradição insolúvel nos marcos do capitalismo. Não há como simultaneamente valorizar os produtores e ampliar as forças produtivas nos limites do capitalismo. Por isso que a crítica de Marx é revolucionária. Ele mostra que a meta de valorização do capitalismo é diametralmente antagônica com o desenvolvimento da atividade vital dos produtores. “O verdadeiro obstáculo à produção capitalista é o próprio capital, isto é, o fato de que o capital e sua autovalorização aparecem como ponto de partida e ponto de chegada, como mola propulsora e escopo da produção; o fato de que a produção é produção apenas para *O Capital*, em vez de, ao contrário, os meios de produção serem simples meios para um desenvolvimento cada vez mais amplo do processo vital, em benefício da sociedade dos produtores (MARX, 2017, p. 289; MEGA², II/15, S. 260).

Os limites nos quais unicamente se podem mover a conservação e a valorização do valor de capital, as quais se baseiam na expropriação e no empobrecimento da grande massa dos produtores, entram assim constantemente em contradição com os métodos de produção que o capital tem de empregar para seu objetivo e que apontam para um aumento ilimitado da produção, para a produção como fim em si mesmo, para um desenvolvimento incondicional das forças produtivas sociais do trabalho. O meio – o desenvolvimento incondicional das forças produtivas sociais – entra em conflito constante com o objetivo limitado, que é a valorização do capital existente. Assim, se o modo de produção capitalista é um meio histórico para desenvolver a força produtiva material e criar o mercado mundial que lhe corresponde, ele é, ao mesmo tempo, a constante contradição entre essa sua missão histórica e as relações sociais de produção correspondentes a tal modo de produção. (MARX, 2017, p. 289; MEGA², II/15, S. 260).

Após essa aparente digressão, necessária para esclarecer o conceito de lei em Marx e mostrar algumas contradições imanentes do capitalismo, faz-se premente voltarmos para a questão da relação entre o valor como fundamento e suas formas de expressão, no

sentido de se estabelecerem conexões entre o livro I e o livro III. Uma das formas de abordar essa relação é tratando da criação da taxa média de lucro no livro III. Ela tem relação com o valor? E com os juros?

Marx compara a determinação da taxa de lucro em relação à taxa de juros, com a determinação entre os preços de mercado e o valor.

A relação entre a taxa de juros e a taxa de lucro é semelhante àquela entre o preço de mercado da mercadoria e seu valor. Na medida em que a taxa de juros é determinada pela taxa de lucro, isso ocorre sempre pela taxa geral de lucro, e não pelas taxas de lucro específicas que podem vigorar em ramos industriais particulares nem, menos ainda, pelo lucro extra que determinado capitalista possa obter numa esfera particular de negócios. Por conseguinte, a taxa geral de lucro reaparece efetivamente na taxa média de juros, na prática, como fato dado, ainda que esta última não seja uma expressão pura ou fiel da primeira. Sem dúvida, é certo que a própria taxa de juros é constantemente variável de acordo com as classes das garantias dadas pelos prestatários e a duração do empréstimo; mas para cada uma dessas classes ela é, num momento dado, uniforme. Essa diferença não afeta, portanto, a figura fixa e uniforme da taxa de juros (MARX, 2017, p. 412; MEGA², II/15, S. 382).

A taxa de lucro médio funciona como um centro de gravidade em relação aos juros, assim como o valor funciona como um centro de gravidade em relação aos preços de mercados. A análise tem que tomar como escopo a formação da taxa média de lucro a partir da totalidade dos capitais e não de um determinado ramo de capital. Marx ainda chama atenção que mesmo o ganho de lucro extra para um capital particular não altera em sentido geral essa relação. Mas aqui estamos diante de uma complexidade e um conjunto de causas, inclusive com as dificuldades que isso não aparece empiricamente de forma imediata, já que é preciso a análise da totalidade do capital e da média desse capital na formação do lucro médio. Com isso, Marx demonstra a diferença entre os fatores de determinação do lucro e dos juros. O lucro, se comparado aos juros, funciona como uma espécie de fundamento, mas, se comparado ao valor, a coisa se inverte. É nesse sentido que falamos de uma epistemologia própria do capitalismo na determinação das leis, categorias e modos de expressão dos fenômenos. Não se trata de uma causalidade no sentido tradicional do termo. Também não se trata de fenômenos totalmente contingentes sem relação causal. Tratam-se totalidades provisórias na articulação entre os fundamentos, formas concretas de expressão e ação das classes sociais no processo histórico. Só nesse nível de totalidade é possível separar a aparência da essência capitalista, e saber o que é contingente, o que pode ser alterado pelo acaso e o que é imanente, estrutural ao modo de produção capitalista, com pouca margem de mobilidade, nesse aspecto. Por exemplo, a ação de capitalistas particulares tem mais chances de influenciar uma alteração na taxa média de lucro ou de juros? Como se dá a equalização dessa taxa média se há desníveis na taxa dos capitais particulares?

Marx diz que “é pela equalização assim operada entre os preços médios de mercado das mercadorias com base nos preços de produção que se corrigem os desvios das taxas particulares de lucro em relação à taxa geral ou média de lucro” (MARX, 2017, p. 415; MEGA², II/15, S. 385). Porém,

“esse processo nunca aparece, nem pode aparecer, de maneira que o capital industrial ou mercantil como tal represente uma mercadoria diante de um comprador, como o capital portador de juros. Quando esse processo se apresenta, ele o faz somente nas flutuações e nas equalizações dos preços de mercado das mercadorias em relação aos preços de produção, e não como fixação direta do lucro médio” (MARX, 2017, p. 415; MEGA², II/15, S. 385).

Noutras palavras, o lucro médio é resultado, dessa forma, não pode ser o ponto de partida da análise, volta-se novamente para relação preço de produção e valores das mercadorias.

Mas essa taxa média de lucro não é senão o lucro percentualmente calculado que se obtém naquela esfera de composição média, na qual, portanto, o lucro coincide com o mais-valor. A taxa de lucro é, pois, a mesma em todas as esferas da produção, quer dizer, nivela-se em todas elas tendo como base a taxa de lucro que prevalece nessas esferas médias da produção, nas quais impera a composição média do capital. De acordo com isso, a soma dos lucros de todas as diferentes esferas da produção tem de ser igual à soma dos mais-valores, e a soma dos preços de produção do produto total da sociedade tem de ser igual à soma de seus valores (MARX, 2017, p. 416; MEGA², II/15, S. 386).

Se há divergências entre os valores e preços de produção nas esferas particulares, na totalidade, ou seja, no capital total da sociedade, a tendência é de uma equalização entre ambas. O valor se concilia com os preços de produção a partir da categoria de “média social”.

Porém, é evidente que a compensação entre as esferas da produção com diferente composição tenderá sempre a igualá-las com as esferas de composição média, seja no caso em que elas correspondam exatamente à média social, seja no caso em que só correspondam a ela de maneira aproximada. Entre as esferas que se aproximam em maior ou menor medida, verifica-se, por sua vez, a mesma tendência à equalização, orientada a atingir a posição intermediária ideal, isto é, não existente na realidade; em outras palavras, uma tendência a normalizar-se em torno dessa posição intermediária. Desse modo, prevalece necessariamente a tendência a converter os preços de produção em formas meramente transfiguradas do valor, ou os lucros em simples partes do mais-valor, distribuídas não em função do mais-valor obtido em cada esfera particular da produção, mas em função da massa do capital empregado em cada esfera da produção, de modo que as massas de capital de mesma grandeza, independentemente de como estejam compostas, correspondam participações iguais (alíquotas) da totalidade do mais-valor obtido pelo capital total da sociedade (MARX, 2017, p. 417; MEGA², II/15, S. 387).

É claro que há uma série de fatores envolvidos nesse processo, como, por exemplo, a concorrência e a disputa pela mais-valia extra. Todavia, Marx mostra uma tendência à equalização como um processo imanente ao modo de produção capitalista. A taxa

média de lucro é compreendida como uma transfiguração do valor. O valor está no todo!

Essa é uma característica importante do método de *O Capital*. A parte só é compreensível a partir do todo. Mas mesmo o todo não fecha o processo e não é a verdade absoluta, o todo expressa uma síntese provisória em categorias de médias sociais, taxa média de lucro, preço médio de produção, assim como trabalho socialmente necessário no livro I. A totalidade não aparece só no livro III, como falamos anteriormente, Marx está sempre em um certo nível de totalidade. Marx vai desenvolvendo em toda a obra vários níveis de determinação, esses níveis vão se interpenetrando em camadas complexas, ora expressando sínteses como resultado de um conjunto de causas, ora apresentando que não se pode determinar as causas por serem fenômenos sujeitos há várias contingências. Mesmo assim, sempre que possível, Marx vai buscar determinar “as leis gerais do capitalismo”, explicitar as suas tendências e suas leis, como, por exemplo, a tendência à equalização. Nesse aspecto, concordamos com Michael Heinrich que é preciso analisar o que realmente se confirmou como lei, ou seja, como uma generalização precisa, e o que não se mostrou historicamente correto. O contraste com a realidade deve ser o critério de verificação do método. Apesar que também não se trata de coisa fácil determinar como fazer esse contraste, em quanto tempo, e em que termos.

Podemos observar a complexidade do método de Marx, que mostra ser um método a partir de uma investigação profunda do desenvolvimento do objeto, quando ele explica como se determina a taxa geral de lucro e sua diferença em relação à determinação da taxa de juros.

A taxa geral de lucro é determinada, na realidade, 1) pelo mais-valor que o capital total produz; 2) pela relação entre esse mais-valor e o valor do capital total e 3) pela concorrência, mas apenas na medida em que esta é o movimento pelo qual os capitais investidos em ramos particulares da produção procuram extrair dividendos iguais desse mais-valor, em proporção a suas grandezas relativas. Portanto, a taxa geral de lucro é determinada por causas totalmente diversas e muito mais complicadas do que a taxa de juros de mercado, que se deve direta e imediatamente à relação entre oferta e demanda e, por isso, não é um fato dado e tangível, como é o caso da taxa de juros. As taxas particulares de lucro vigentes nas diversas esferas da produção são, elas mesmas, mais ou menos incertas; na medida em que surgem, o que aparece não é sua uniformidade, mas sua diversidade. No entanto, a própria taxa geral de lucro só aparece como limite mínimo do lucro, e não como figura empírica, diretamente visível, da taxa real de lucro (MARX, 2017, p. 415; MEGA², II/15, S. 385-386).

Esta citação revela um nível de detalhamento do método de *O Capital* que é incrível. Marx, primeiro expõe os fatores que contribuem em conjunto para determinar a taxa geral de lucro, para mostrar a diferença estrutural e metodológica em relação à determinação da taxa de juros. Trata-se de processos reais de natureza diferentes. Se quiser utilizar uma

linguagem da metafísica, elas têm estatuto “ontológico diferentes”. Uma é determinada 1) pelo mais-valor que o capital total produz; 2) pela relação entre esse mais-valor e o valor do capital total e 3) parcialmente pela concorrência. Já a taxa de juros de mercado, “se deve direta e imediatamente à relação entre oferta e demanda”. A taxa de juros é um fato dado e tangível, ou seja, pode se verificar empiricamente, já a taxa geral de lucro, a aparência esconde a essência, sendo preciso um processo teórico de desvelamento. Noutras palavras, há determinados fenômenos que a aparência revela imediatamente a sua essência, e há fenômenos em que a aparência esconde a sua essência como modo de aparecer. Quando Marx trata de categorias que são consideradas fundamentais ao modo de produção capitalista, categorias das quais outros fenômenos se derivam, ele está no âmbito da essência. Porém, mesmo os elementos mais imediatamente tangíveis e dados, que podem ser verificados facilmente de modo empírico, também têm relação com esses fundamentos, mesmo que seja de modo indireto a partir de tendências etc.

Não há como separar os fundamentos e as suas diversas formas de expressão, assim como os três livros de *O Capital* só podem ser compreendidos em seu conjunto. Quando utilizamos duas epígrafes que se contradizem, “o verdadeiro é o todo” (Hegel) e o “todo é o não verdadeiro” (Adorno), estamos com essa contradição, expressando o alcance e os limites do método de *O Capital*, ou o que chamamos de totalidade provisória, no sentido que quando Marx procurar fazer uma síntese, ou revelar “as leis imanentes do capitalismo”, essa síntese só é verdadeira se ela conseguir expressar a totalidade do capitalismo no seu aspecto essencial. No entanto, a melhor síntese é insuficiente comparada com o limite do próprio real, nesse ponto, o todo é o não verdadeiro. É preciso reconhecer os limites dessa síntese e tentar buscar sempre uma atualização mais adequada ao processo histórico concreto. Em nossa opinião, o método de *O Capital* o tempo todo tenta articular um discurso que visa dar conta disso e que pode ser resumido como uma síntese entre a dialética da coisa, as contradições imanentes do capitalismo, e seu processo histórico, que, pelo menos até hoje, ainda não se encerrou. Dialética e História são assim, dois polos fundamentais e inseparáveis do método de *O Capital*.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

No trajeto de nossa pesquisa, apresentamos um esforço de interpretação de dois conceitos da obra mais complexa e enigmática de Marx, *O Capital*. São eles o conceito de História e totalidade provisória. Na primeira parte da pesquisa, estabelecemos uma leitura da formação do conceito de História em Marx, apresentando uma hipótese sobre a gênese desse conceito. Defendemos que, no período de juventude, Marx estava oscilando entre algumas noções “conflitantes” de História e que é só partir da *Ideologia Alemã* que ele avança para um conceito de História, a partir da elaboração do conceito de modo de produção, basilar para o resto de sua obra, e um conceito positivo de empiria⁹⁴. Portanto, consideramos que a *Ideologia Alemã* marca um ponto de inflexão na obra do pensador alemão e que servirá, principalmente, no que se refere à História, uma base para o desenvolvimento de novas pesquisas e crítica da economia política burguesa.

Não obstante, o conceito de História não se encerra na *Ideologia Alemã*. Em obras como os *Grundrisse* e, especialmente, *O Capital*, o conceito de História ganha novos contornos, novas determinações, que intitulamos como os sentidos da História em *O Capital*. Também apresentamos um panorama geral desses sentidos, tendo em vista que partimos de um diagnóstico que os principais comentadores da obra, em nossa opinião, ou acabaram por naturalizar o conceito de História no livro, ou reduziram a duas determinações, pressuposto e ilustração. Em sentido oposto, chamamos a atenção para outras determinações não destacadas por esses comentadores, e como essas determinações implicam em uma maior compreensão da obra.

Isto posto, tentamos demonstrar que o segundo conceito que analisamos de forma geral na parte II da nossa pesquisa, o conceito de totalidade provisória, é, em parte, fruto desse rico desenvolvimento do conceito de História em Marx, e em parte, a tentativa de Marx de articular uma síntese de uma dialética materialista do capitalismo com o processo histórico. Essa síntese, ou essa totalidade, expressa a conexão entre os três livros de *O Capital*. Resumimos os três livros ou três momentos como criação, circulação formal e efetivação. Ou seja, há um processo que vai dos fundamentos, das categorias mais basilares e estruturais do capitalismo até as formas mais concretas e efetivas desse modo de produção. Esse caminho,

⁹⁴ Marx compreende empiria na *Ideologia Alemã* como as relações materiais, concretas, em oposição a uma filosofia idealista e abstrata. A noção de empiria ganha novas determinações em obras como os *Grundrisse* e *O Capital*, pois, além das questões materiais, empiria passa a ser também o que pode ser verificado tangencialmente através de dados, fatos etc.

ressaltamos, não é linear, pelo contrário, é cheio de idas e voltas, então, há formas concretas no livro I e os fundamentos voltam a aparecer no livro III, porém com funções sociais diferentes.

Por fim, refletimos de modo ainda bem geral sobre os limites e alcances do método de *O Capital*, defendendo que esses dois conceitos, História e totalidade provisória, se articulam como polos fundamentais e inseparáveis da obra, sendo a totalidade provisória a tentativa de articular um discurso crítico e revolucionário do capitalismo, pois, ao expor a sua estrutura, as suas vísceras, demonstra como o capitalismo como modo de produção é diametralmente antagônico à atividade vital dos seus produtores, sendo, por conseguinte, a partir da crítica dos três livros, irreformável.

REFERÊNCIAS

- ADORNO, Theodor W. **Negative Dialektik. Jargon der Eigentlichkeit**. Frankfurt: Suhrkamp Verlag, 1966.
- ADORNO, Theodor W. **Gesammelte Schriften**. Band 5. Frankfurt am Main: Suhrkamp; Directmedia, 1986/2003.
- ADORNO, Theodor W. **Lectures on Negative Dialectics: fragments of a lecture course 1965–1966**. Cambridge: Polity, 2008.
- ADORNO, Theodor W. **Nachgelassene Schriften. Vorlesung über Negative Dialektik**. Abteilung IV, Band 16. Frankfurt am Main: Suhrkamp, 2003.
- ADORNO, Theodor W. **Minima Moralia: reflexões a partir da vida danificada**. Tradução de Luiz Eduardo Bicca. Rio de Janeiro: Azougue, 2022.
- AGLIETTA, Michel; ORLÉAN, André. **A violência da moeda**. São Paulo: Brasiliense, 1990.
- ANDERSON, Kevin B. **Marx nas margens: nacionalismo, etnias e sociedades não ocidentais**. São Paulo: Boitempo, 2019.
- ARENDT, Hannah. **Entre o passado e o futuro**. 7. ed. São Paulo: Perspectiva, 2014.
- ARÓSTEGUI, Julio. **A pesquisa histórica: teoria e método**. Bauru: EDUSC, 2006.
- ARTHUR, Christopher J. **A nova dialética e “O Capital” de Marx**. São Paulo: Edipro, 2016.
- ARTHUR, Christopher J. Introdução à teoria geral do direito e o marxismo. *In*: PACHUKANIS, Evgeni B. **Teoria geral do direito e marxismo**. Tradução de Paula Vaz de Almeida. São Paulo: Boitempo, 2017. p. 11–58.
- ARTHUR, Christopher J. The fluidity of capital and the logic of the concept. *In*: ARTHUR, Christopher J.; REUTEN, Geert (org.). **The circulation of capital: essays on Marx’s Capital**, v. II. London: Macmillan Press, 1998. p. 95–114.
- ARTHUR, Christopher J. The myth of “simple commodity production”. **Marx Myths & Legends**, 2005. Disponível em: <<https://marxmyths.org/chris-arthur/article2.htm>>. Acesso em: 19 abr. 2026.
- ASTON, Trevor Henry; PHILPIN, Charles Harold Edward (org.). **O debate Brenner: estrutura de classe agrária e desenvolvimento econômico na Europa pré-industrial**. Cambridge: Cambridge University Press, 1985.
- BACKHAUS, Hans-Georg; REICHELTL, Helmut. Der politisch-ideologische Grundcharakter der Marx-Engels-Gesamtausgabe. *In*: VOLLGRAF, Carl-Erich; SPERL, Richard; HECKER, Rolf (org.). **Zur Kritik und Geschichte der MEGA**. Hamburg: Argument-Verlag, 1994.
- BACKHAUS, Hans-Georg; REICHELTL, Helmut. **Dialektik der Wertform: Untersuchungen zur Marxschen Ökonomiekritik**. Freiburg: Ça Ira, 1997.

BEISER, Frederick C. **Depois de Hegel: a filosofia alemã de 1840 a 1900**. São Paulo: É Realizações, 2017.

BEISER, Frederick C. **The German Historicist Tradition**. Oxford: Oxford University Press, 2011.

BELLOFIORE, Riccardo; REDOLFI RIVA, Tommaso. The Neue Marx-Lektüre: putting the critique of political economy back into the critique of society. **Radical Philosophy**, n. 189, p. 24–36, jan./fev. 2015.

BELLOFIORE, Riccardo; FINESCHI, Roberto (org.). **Re-reading Marx: new perspectives after the critical edition**. New York: Palgrave Macmillan, 2009.

BELLUZZO, Luiz Gonzaga; GALÍPOLI, Gabriel. **Manda quem pode, obedece quem tem prejuízo**. São Paulo: Contracorrente, 2017.

BENOIT, Hector. Marx à luz de Wittgenstein. **Crítica Marxista**, São Paulo, n. 3, 2001.

BENOIT, Hector. Sobre a crítica (dialética) de O Capital. **Crítica Marxista**, São Paulo, n. 3, 1996.

BENOIT, Hector. Sobre o desenvolvimento (dialético) do programa. **Crítica Marxista**, São Paulo, v. 1, n. 4, p. 9-44, 1997.

BENSAÏD, Daniel. **Marx, o intempestivo: grandezas e misérias de uma aventura crítica**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1999.

BERNSTEIN, Eduard. **Socialismo evolucionário**. Rio de Janeiro: Zahar, 1986.

BLOCH, Marc. **Apologia da história ou o ofício de historiador**. Rio de Janeiro: Zahar, 2001.

BÖHM-BAWERK, Eugen von. **Karl Marx and the close of his system**. New York: Augustus M. Kelley, 1949.

BONEFELD, Werner. **Critical Theory and the critique of political economy**. New York; London: Bloomsbury, 2014.

BONEFELD, Werner; GUNN, Richard; PSYCHOPEDIS, Kosmas. **Open Marxism**. v. 1. London: Pluto Press, 1992.

BOURDÉ, Guy; MARTIN, Hervé. **As escolas históricas: da Idade Média aos nossos dias**. Lisboa: Europa-América, 2018.

BRAUNSTEIN, Dirk. **Adornos Kritik der politischen Ökonomie**. Bielefeld: Transcript Verlag, 2011.

BRENTEL, Helmut. **Soziale Form und ökonomisches Objekt**. Frankfurt am Main: Westdeutscher Verlag, 1989.

BRUNHOFF, Suzanne de. **Marx on money**. New York: Urizen Books, 1976.

BRUNHOFF, Suzanne de *et al.* **A finança capitalista**. São Paulo: Alameda, 2010.

CALLINICOS, Alex. Against the new dialectic. **Historical Materialism**, v. 13, n. 2, 2005.

CALLINICOS, Alex. **Making history**: agency, structure and change in social theory. 2. ed. Leiden; Boston: Brill, 2004.

CARVER, Terrell; BLANK, Daniel. **A political history of the editions of Marx and Engels's "German Ideology" manuscripts**. New York: Palgrave Macmillan, 2014.

CHESNAIS, François. **A mundialização financeira**: gênese, custos e apostas. Lisboa: Instituto Piaget, 1998.

CHESNAIS, François. A proeminência da finança no seio do "capital em geral". *In*: CHESNAIS, François (org.). **A mundialização financeira**. Lisboa: Instituto Piaget, 2010.

COHEN, Gerald Allan. **A teoria da história de Karl Marx**: uma defesa. Campinas: Editora da Unicamp, 2014.

CORNU, Auguste. **Marx e Engels**: do idealismo ao materialismo histórico. v. 4. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1976.

DOBB, Maurice. **A evolução do capitalismo**. 9. ed. Rio de Janeiro: Zahar, 1983.

DOMINGUES, Ivan. **Epistemologia das ciências humanas**. São Paulo: Edições Loyola, 2004.

DOWBOR, Ladislau. **A era do capital improdutivo**. São Paulo: Autonomia Literária, 2017.

DROYSEN, Johann Gustav. **Histórica**. Petrópolis: Vozes, 2009.

ECO, Umberto. **Como se faz uma tese**. 27. ed. São Paulo: Perspectiva, 2019.

ELBE, Ingo. **Marx im Westen**. Berlin: Akademie Verlag, 2010.

ENDERLE, Rubens. O jovem Marx e o "Manifesto filosófico da escola histórica do direito". **Crítica Marxista**, São Paulo, v. 20, p. 111–122, 2005.

ENGELS, Friedrich. **Anti-Dühring**. São Paulo: Boitempo, 2015.

FAUSTO, Ruy. **Dialética marxista, dialética hegeliana**. Rio de Janeiro: Paz e Terra; São Paulo: Brasiliense, 1997.

FINE, Ben; SAAD-FILHO, Alfredo. **Marx's Capital**. 6. ed. London: Pluto Press, 2016.

- GABRIEL, Mary. **Amor e capital**. Rio de Janeiro: Zahar, 2013.
- GERAS, Norman. Seven types of obloquy. In: MILIBAND, Ralph; PANITCH, Leo (org.). **Socialist Register 1990**. London: Merlin, 1990.
- GRESPLAN, Jorge. **O negativo do capital**. São Paulo: Expressão Popular, 2012.
- HABERMAS, Jürgen. **Para a reconstrução do materialismo histórico**. São Paulo: Editora Unesp, 2016.
- HARVEY, David. **Para entender O Capital: livro I**. São Paulo: Boitempo, 2013.
- HEGEL, Georg Wilhelm Friedrich. **Fenomenologia do espírito**. 10. ed. Petrópolis: Vozes, 2016.
- HEINRICH, Michael. **An introduction to the three volumes of Karl Marx's Capital**. New York: Monthly Review Press, 2012.
- HOBBSAWM, Eric. **Era dos extremos**. São Paulo: Companhia das Letras, 2003.
- JAY, Martin. **Marxism and totality**. Berkeley: University of California Press, 1984.
- JONES, Gareth Stedman. **Karl Marx: grandeza e ilusão**. São Paulo: Companhia das Letras, 2017.
- KANT, Immanuel. **Ideia de uma história universal**. São Paulo: Martins Fontes, 2003.
- KOSELLECK, Reinhart. **Futuro passado**. Rio de Janeiro: Contraponto; PUC-Rio, 2006.
- KUHN, Thomas S. **A estrutura das revoluções científicas**. São Paulo: Perspectiva, 2017.
- LUKÁCS, György. **Para uma ontologia do ser social**. v. 1. São Paulo: Boitempo, 2012.
- LUXEMBURGO, Rosa. **A acumulação do capital**. Rio de Janeiro: Zahar, 1983.
- MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. **Cartas sobre O Capital**. São Paulo: Expressão Popular, 2020.
- MARX, Karl (2011a). **A guerra civil na França**. São Paulo: Boitempo Editorial.
- MARX, Karl (2022). **Capítulo VI (inédito)**. 1ª ed. São Paulo: Boitempo.
- MARX, Karl (2013). **Crítica da filosofia do direito**. 3ª ed. São Paulo: Boitempo.
- MARX, Karl (2008). **Contribuição à crítica da economia política**. São Paulo: Expressão Popular.
- MARX, Karl (2016). Excertos do livro de James Mill “Éléments d’économie politique”. **Cadernos de Filosofia Alemã**, v. 21; n. 1, pp. 147-161.

MARX, Karl (2011). **Grundrisse**: manuscritos econômicos de 1857-1858 – esboços da crítica da economia política. São Paulo. Boitempo Editorial; Rio de Janeiro: Ed. UFRJ.

MARX, Karl (2010). **Manuscritos econômicos-filosóficos**. São Paulo: Boitempo.

MARX, Karl (2013a). **O Capital**. Volume I. Boitempo Editorial. São Paulo, 2013.

MARX, Karl (2014). **O Capital**. Volume II. São Paulo: Boitempo Editorial. São Paulo.

MARX, Karl (2017). **O Capital**. Volume III. São Paulo: Boitempo Editorial.

MARX, Karl. **Os despossuídos**: debates sobre a lei referente ao furto de madeira. 1. ed. São Paulo: Boitempo Editorial, 3ª reimpressão, 2020.

MARX, Karl. Para a Crítica da Economia Política. São Paulo: **Abril Cultural** (Coleção *Os Pensadores*), 1978.

MARX, Karl (2010a). **Sobre a questão judaica**. São Paulo: Boitempo.

MARX, K.; ENGELS, F (2005). **Manifesto Comunista**. São Paulo: Boitempo Editorial.

MARX, Karl. **Teorias da Mais-Valia**: História Crítica do Pensamento Econômico, Volume I. São Paulo: Difel, 1980.

MARX, Karl. **Teorias da Mais-Valia**: História Crítica do Pensamento Econômico, Volume II. São Paulo: Difel, 1983.

MARX, Karl. **Teorias da Mais-Valia**: História Crítica do Pensamento Econômico, Volume III. São Paulo: Difel, 1985.

MEEK, Ronald. Studies in the labour theory of value. New York; London: **Monthly Review Press**, 1973.

[MEGA², II. 1.1] MARX, Karl (1976). *Ökonomische Manuskripte 1857/1858*. In **K. Marx and F. Engels, Gesamtausgabe** (MEGA), Zweite Abteilung, Band 1, Teil 1, Berlin: Dietz Verlag.

[MEGA², II. 1.2] MARX, Karl (1981). *Ökonomische Manuskripte 1857/1858*. In **K. Marx and F. Engels, Gesamtausgabe** (MEGA), Zweite Abteilung, Band 1, Teil 2 Berlin: Dietz Verlag.

[MEGA², II. 2] MARX, Karl (1980). *Ökonomische Manuskripte und Schriften 1858-1861*. In **K. Marx and F. Engels, Gesamtausgabe** (MEGA), Zweite Abteilung, Band 2, Berlin: Dietz Verlag.

[MEGA², II. 3.3] MARX, Karl (1978). *Zur Kritik der Politischen Ökonomie* (Manuskript 1861-1863). In **K. Marx and F. Engels, Gesamtausgabe** (MEGA), Zweite Abteilung, Band 3, Teil 3, Berlin: Dietz Verlag.

[MEGA², II. 3.4] MARX, Karl (1979). Zur Kritik der Politischen Ökonomie (Manuskript 1861-1863). *In K. Marx and F. Engels, Gesamtausgabe* (MEGA), Zweite Abteilung, Band 3, Teil 4, Berlin: Dietz Verlag.

[MEGA², II. 4.1] MARX, Karl (1988). Ökonomische Manuskripte 1863-1867. *In K. Marx and F. Engels, Gesamtausgabe* (MEGA), Zweite Abteilung, Band 4, Teil 1, Berlin: Dietz Verlag.

[MEGA², II. 4.2] MARX, Karl (1992). Ökonomische Manuskripte 1863-1867. *In K. Marx and F. Engels, Gesamtausgabe* (MEGA), Zweite Abteilung, Band 4, Teil 2, Berlin: Dietz Verlag.

[MEGA², II. 5] MARX, Karl (1983). Das Kapital. Erster Band (1867). *In K. Marx and F. Engels, Gesamtausgabe* (MEGA), Zweite Abteilung, Band 5, Berlin: Dietz Verlag. 266

[MEGA², II. 6] MARX, Karl (1987). Das Kapital. Kritik der Politischen Ökonomie. Ester Band (Hamburg 1872). *In K. Marx and F. Engels, Gesamtausgabe* (MEGA), Zweite Abteilung, Band 6, Berlin: Dietz Verlag.

[MEGA², II. 7] MARX, Karl (1989). Le Capital. Paris 1872-1875. *In K. Marx and F. Engels, Gesamtausgabe* (MEGA), Zweite Abteilung, Band 7, Berlin: Dietz Verlag.

[MEGA², II. 8] MARX, Karl (1989). Das Kapital. Kritik der Politischen Ökonomie. Ester Band (Hamburg 1883). *In K. Marx and F. Engels, Gesamtausgabe* (MEGA), Zweite Abteilung, Band 8, Berlin: Dietz Verlag.

[MEGA², II. 10] MARX, Karl (1991). Das Kapital. Kritik der Politischen Ökonomie. Ester Band (Hamburg 1890). *In K. Marx and F. Engels, Gesamtausgabe* (MEGA), Zweite Abteilung, Band 10, Berlin: Dietz Verlag.

[MEGA², II. 11] MARX, Karl (2008). Manuskripte zum zweiten Buch des "Kapitals". *In K. Marx and F. Engels, Gesamtausgabe* (MEGA), Zweite Abteilung, Band 11, Berlin: Dietz Verlag.

[MEGA², II. 12] MARX, Karl (2005). Kritik der Politischen Ökonomie. Zweites Buch. *In K. Marx and F. Engels, Gesamtausgabe* (MEGA), Zweite Abteilung, Band 12, Berlin: Dietz Verlag.

[MEGA², II. 14] MARX, Karl (2003). Manuskripte und Redaktionelle Texte zum Dritten Buch des "Kapitals" 1871 bis 1895. *In K. Marx and F. Engels, Gesamtausgabe* (MEGA), Zweite Abteilung, Band 14, Berlin: Dietz Verlag.

[MEGA², II. 15] MARX, Karl (2004). Kritik der Politischen Ökonomie. Dritter Band. *In K. Marx and F. Engels, Gesamtausgabe* (MEGA), Zweite Abteilung, Band 15, Berlin: Dietz Verlag.

[MEGA², IV.1] MARX, Karl (1976). Exzerpte und Notizen bis 1842. *In K. Marx and F. Engels, Gesamtausgabe* (MEGA), Vierte Abteilung, Band 1, Berlin: Dietz Verlag.

MUSTO, Marcello. **O velho Marx**. São Paulo: Boitempo, 2018.

NETTO, José Paulo. **Karl Marx: uma biografia**. São Paulo: Boitempo, 2020.

POSTONE, Moishe. **Tempo, trabalho e dominação social**. São Paulo: Boitempo, 2014.

REICHEL, Helmut. **A estrutura lógica do conceito de capital em Karl Marx**. Campinas: Editora da Unicamp, 2013.

RICARDO, David. **Princípios de economia política e tributação**. São Paulo: Nova Cultural, 1996.

ROSDOLSKY, Roman. **Gênese e estrutura de O Capital de Karl Marx**. Rio de Janeiro: EDUERJ, 2007.

RUBIN, Isaak Illich. **A teoria marxista do valor**. São Paulo: Editora Polis, 1987.

SAAD-FILHO, Alfredo. **O valor de Marx**. Campinas: Editora da Unicamp, 2011.

SMITH, Tony. **The logic of Marx's Capital**. Albany: SUNY Press, 1990.

SPERBER, Jonathan. **Karl Marx: uma vida do século XIX**. Rio de Janeiro: Objetiva, 2014.

THOMPSON, Edward P. **A miséria da teoria e outros ensaios**. Petrópolis: Vozes, 2021.

TOMBA, Massimiliano. **Marx's temporalities**. Leiden; Boston: Brill, 2013.

VOLLGRAF, Carl-Erich. **Marx's Capital: an unfinishable project?** Leiden; Boston: Brill, 2018.

WHITE, Hayden. **Meta-história**. São Paulo: Edusp, 1992.

ZELNY, Jindřich. **La estructura lógica de "El Capital" de Marx**. Barcelona: Grijalbo, 1974.